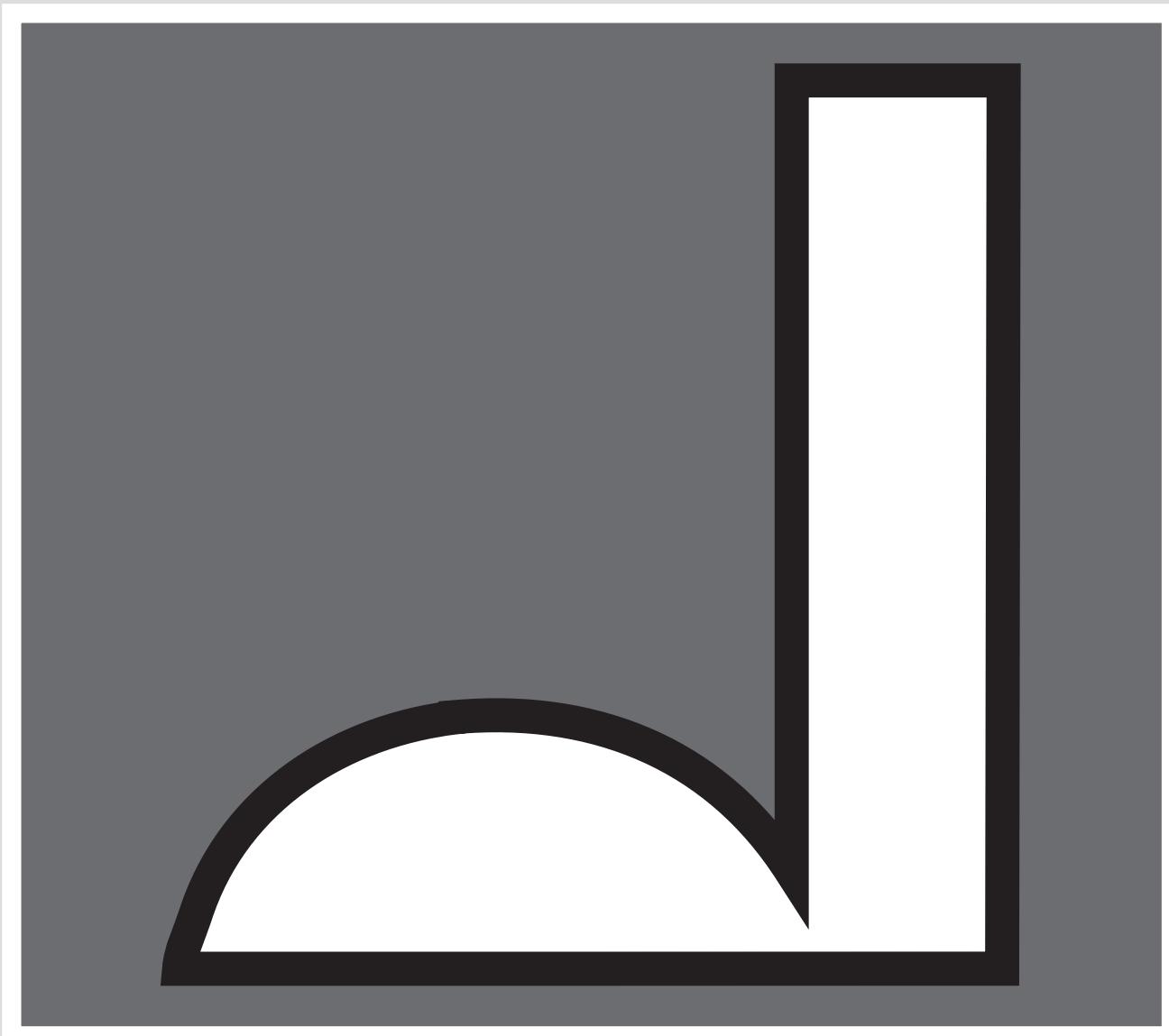




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 155 - TERÇA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago) LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 146ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE SETEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Projetos de Lei do Congresso Nacional (*)

Projeto de Lei nº 16, de 2006-CN, que altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004-2007 (Mensagem nº 95/2006-CN, nº 738/2006, na origem). *Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e estabelecimento do calendário para a tramitação do projeto.*

27778

Projeto de Lei nº 15, de 2006-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007. *Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e estabelecimento do calendário para a tramitação do projeto.*

27778

(*) Serão publicados em Suplementos A, Volumes I a VI, e B, à presente edição

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 952, de 2006, da Presidente e outros Senadores, da Comissão Especial criada mediante o Requerimento nº 60, de 2005-SF, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, solicitando a prorrogação, por 90 dias, do prazo para conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

27778

Nº 953, de 2006, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.

27779

1.2.3 – Aviso do Presidente do Banco Central

Nº 23, de 2006-CN (nº 78/BCB-Presi), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2006, conforme determina o art. 115 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006).....

27779

1.2.4 – Ofício

Nº 240, de 2006, de 1º do corrente, da Vice-Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, co-

municando o desligamento da Deputada Laura Carneiro, como titular, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

27779

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.....

27780

Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Srs. Senadores, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir aos taxistas o reembolso correspondente à diferença, a mais, entre os tributos federais pagos pela gasolina e pelo diesel.....

27781

Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para prever pena de detenção no caso de descumprimento injustificado das medidas educativas aplicáveis ao uso indevido de drogas, bem como para punir mais severamente o plantio destinado a consumo pessoal.

27783

Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar crime hediondo as condutas previstas nos arts. 312, 313-A, 313-B, 315, 317, *caput* e § 2º, e 333 do Código Penal.

27784

1.2.6 – Parecer

Nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Propostas de Emenda Constitucional nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999, e nº 41, de 2003, que alteram, respectivamente, o § 5º do art. 14 da Constituição Federal o § 5º do art. 14, o *caput* do art. 28, o inciso I do art. 29 e o art. 82 da Constituição Federal; o § 5º do art. 14, da Constituição Federal; o § 5º do art. 14 e o inciso II do art. 29 da Constituição Federal, e os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, e a Proposta de Emenda Constitucional nº 20, de 2004, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.....

27787

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 216, de 2006 (nº 739/2006, na origem), de 31 de agosto último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria no valor de cento e cinqüenta e um milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos, referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris.

27799

SENADOR JOSÉ JORGE – Destaque para o apoio do ex-presidente Collor ao presidente Lula. Preocupação com a possibilidade da volta ao comando da cúpula do governo, do ex-Ministro casado, José Dirceu.

27815

Recebimento da Mensagem nº 217, de 2006 (nº 763/2006, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de quinhentos e um milhões, duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco International para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se a apoiar o “Programa de Redução dos Custos Logísticos – PREMEF”....

27799

SENADOR ALMEIDA LIMA – Repúdio à atitude do ex-prefeito de Aracaju, Marcelo Deda, candidato ao governo de Sergipe, com relação aos Senadores que representam o Estado.

27817

SENADOR JORGE BORNHAUSEN – A falta de competência na administração do país e a redução do crescimento econômico. Apelo em favor da indústria pesqueira catarinense, que vem sofrendo grandes prejuízos.

27819

SENADOR MARCOS GUERRA – Solidariedade com a mobilização nacional do setor têxtil e de confecção, marcada para o dia 5 de setembro em todo o país, a fim de mostrar as dificuldades que o setor enfrenta há mais de uma década.

27820

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a questão do salário-mínimo.

27799

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Apelo à Volkswagen e ao Sindicato dos Trabalhadores e Metalúrgicos no ABC no sentido de que cheguem a um entendimento em prol da indústria automobilística e do país.

27822

SENADORA IDELI SALVATTI – O combate à corrupção. Comentários sobre matéria publicada pela imprensa referente ao cruzamento dos pagamentos feitos através de cartões de crédito com os dados da Receita Federal. Congratulações ao brilhante trabalho realizado pela Polícia Federal no combate ao crime organizado e à corrupção no país.

27803

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários a respeito da entrevista da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha concedida ao jornal **Folha de S.Paulo**, sobre a exploração econômica da Amazônia.

27827

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, como Líder – Desmentido sobre matéria publicada na imprensa a respeito de S. Exa. e do Senador Ney Suassuna.

27809

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Homenagem ao ex-Senador Moacyr Dalla, falecido no último dia 20 de agosto, em Colatina/ES. Lamento por não ter sido possível comparecer à homenagem prestada pelo Senado Federal ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. Comentários aos pronunciamentos dos Senadores Marcos Guerra e Eduardo Suplicy.

27830

SENADOR ALVARO DIAS – Aplausos às ações da Polícia Federal, questionando, entretanto, o esforço de alguns setores do governo em se aproveitar eleitoralmente da instituição. A queda dos investimentos de setores cruciais para a economia do país.

27812

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Comentários a artigo de S. Ex^a a respeito do momento histórico vivido pelo Brasil: o terceiro estágio de desenvolvimento da Nação brasileira.

27832

SENADOR PEDRO SIMON – Apelo ao presidente Lula no sentido de autorizar o Tesouro Nacional a atender pedido do governo do Rio Grande do Sul, a fim de reestruturar a transformar as dívidas do estado com a União, em empréstimo com o Banco Mundial.

27812

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Críticas ao presidente do PT, Ricardo Berzoini, que fez acusações e insinuações em entrevista contra o pai do Senador Tasso Jereissati, Sr. Carlos Jereissati, falecido em 1963.

27838

SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – Considerações sobre o momento por que passa o agronegócio brasileiro. Defesa do uso do biodiesel.

27813

1.2.9 – Leitura de requerimentos

SENADOR GEOVANI BORGES – Registro da realização do Congresso Internacional de Proteção Jurídica da Biodiversidade da Amazônia, entre os dias 11 e 14 de junho último, em Macapá.

27814

Nº 954, de 2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, solicitando voto de repúdio às declarações dadas em recente entrevista concedida ao jornal **Folha de S.Paulo**, pelo Exmo. Sr. Deputado Ricardo Berzoini, Presidente do Partido dos Trabalhadores, sobre a respeitável figura de Carlos Jereissati, falecido em 1963, pai do nobre Senador Tasso Jereissati.

27844

Nº 955, de 2006, de autoria dos Senadores Renan Calheiros e Heráclito Fortes, solicitando que

sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, seja ouvida, também, além do despacho inicial, a Comissão de Assuntos Econômicos. Aprovado...	27844	de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. Apreciação transferida para amanhã.	27878
Nº 956, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento, aos 98 anos, do Dr. José do Rego Maciel, pai do Senador Marco Maciel, ocorrido no dia 1º de setembro, em Recife.....	27844	Item 4 – (Votação nominal) Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). Apreciação transferida para amanhã.	27878
1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)		Item 5 – (Votação nominal) Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). Apreciação transferida para amanhã.	27878
SENADORA IDELI SALVATTI – Posicionamento de S. Exª com relação às declarações do presidente do PT, Deputado Ricardo Berzoini.	27845		
SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Repúdio ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti.	27847		
SENADOR NEY SUASSUNA – Protesto contra artigo publicado pela revista Veja desta semana, atribuindo a S. Exª a existência de dossiês contra os Senadores José Sarney, Renan Calheiros e Romeu Tuma	27848	Item 6 – (Votação nominal, caso não haja emendas) Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social). Apreciação transferida para amanhã.	27878
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Agradecimento às homenagens do povo baiano pela passagem de seu aniversário. Críticas ao Presidente Lula.	27855	Item 7 – (Votação nominal, caso não haja emendas) Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Apreciação transferida para amanhã.	27878
Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, Relator: Senador Romeu Tuma), que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros. Apreciação transferida para amanhã.	27878	Item 8 Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Apreciação transferida para amanhã.	27879
Item 2 – (Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)		Item 9 Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público. Apreciação transferida para amanhã.	27879
Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.003, de 2006, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006. Apreciação transferida para amanhã.	27878	Item 10 Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. Apreciação transferida para amanhã.	27879
Item 3 – (Dependendo de votação do Requerimento nº 897, de 2006, de urgência)			
Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro			

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. **Apreciação transferida para amanhã.** 27879

1.3.1 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 952, de 2006, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 27879

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR LEONEL PAVAN – Considerações sobre protesto realizado hoje por pescadores em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. 27880

1.3.3 – Leitura de requerimento

Nº 957, de 2006, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando licença para participar do II Foro Parlamentar Iberoamericano sobre "Migrações para o desenvolvimento compartilhado" no período de 25 a 26 de setembro de 2006, na cidade de Montevidéu, Uruguai..... 27882

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Destaque para a necessidade de ampliação dos acordos bilaterais para intensificar o combate à lavagem de capitais. 27882

SENADOR VALMIR AMARAL – Comentários sobre o estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) intitulado "*Simplificando o Brasil*". 27883

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentário sobre a matéria intitulada "*Gasto com Bolsa-Família*", publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 28 de agosto último. 27884

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS

– Registro da matéria intitulada "*Governo favorece filho de Dirceu*", publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 24 de julho último. 27886

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 27887

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 4-9-2006.****SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****4 – SECRETARIA DE COMISSÕES****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 146^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 4 de setembro de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza e Romeu Tuma

**ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES**

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/9/2006 07:37:55 até 4/9/2006 21:00:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASSI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		

Compareceram: 53 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

(*) **Projeto de Lei nº 16, de 2006-CN**, que “Altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004-2007”.

(Mensagem nº 95, de 2006-CN, nº 738/2006, na origem).

(*) Publicado em **Suplemento “B”** à presente edição.

O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 9-9 – publicação e distribuição avulsos;
até 23-9 – prazo para realização de audiências públicas;
até 10-10 – prazo para apresentação de emendas perante a comissão;
até 15-10 – prazo para publicação e distribuição dos avulsos das emendas;
até 5-11 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer sobre o projeto de lei do plano plurianual pela Comissão;
até 12-11 – prazo para encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

(*) **Projeto de Lei nº 15, de 2006-CN**, que “Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2007”.

(*) Publicado em **Suplemento “A”** à presente edição, Volumes I a VI.

O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001-CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

até 9-9 – Prazo para publicação e distribuição dos avulsos;
até 23-9 – prazo para realização de audiências públicas;
até 28-9 – prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a comissão;
até 1º-10 – prazo para apresentação de emendas ao parecer preliminar;
até 7-10 – prazo para votação do parecer preliminar com emendas pela comissão;
até 22-10 – prazo para apresentação de emendas perante a comissão;
até 27-10 – prazo para publicação e distribuição de avulsos;
até 17-11 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais pela subcomissão;
até 7-12 – prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação na Comissão do parecer final;
até 12-12 – prazo para a sistematização do parecer sobre o projeto, e seu encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;
até 17-12 – prazo para a sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração do Autógrafo.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 952, DE 2006

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no art. 76, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos prorrogação, por noventa dias, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial criada mediante Requerimento nº 60, de 2005-SF, “destinada planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher

Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano".

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006. – **Serys Shhessarenko**, Presidente – **Arthur Virgílio** – **Heloísa Helena** – **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista que a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de 18 de maio de 2006, excluiu a Bacia Pernambuco-Paraíba da 8ª rodada de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, requeiro que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia as seguintes informações:

a) quais parâmetros técnicos determinaram a exclusão da Bacia Pernambuco-Paraíba da 8ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)?

b) quais os termos constantes da ata da reunião do CNPE que determinou a exclusão da Bacia Pernambuco-Paraíba da 8ª rodada de licitações da ANP?

c) quais os termos constantes de atas prévias e posteriores à reunião do CNPE que estabeleceu a oferta de 284 blocos exploratórios situados em sete bacias sedimentares?

Justificação

Constava de informações fornecidas pela ANP, em fevereiro deste, que a Bacia Pernambuco-Paraíba seria oferecida na 8ª rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.

Todavia, inexplicavelmente, a Resolução nº 3, do CNPE, de 18 de maio de 2006, publicada no **DOU** de 2 de agosto de 2006, excluiu a Bacia Pernambuco-Paraíba da 8ª rodada de licitações.

Ora, é competência da ANP pronunciar-se tecnicamente sobre a inclusão ou exclusão de determinada bacia, para posterior manifestação da CNPE.

Ocorre que não houve reunião da CNPE para tratar do assunto, nos termos do que observou o Secretário de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo do Estado do Rio de Janeiro, também mem-

bro do CNPE, em ofício (cópia anexa) endereçado ao Senhor Ministro de Minas e Energia.

Em síntese, transparece de extrema gravidade ter-se tomado uma decisão, sem reuniões prévias para sustentá-la. Essas eventuais reuniões é que dariam – ou não – sustentação técnica e política à malfadada exclusão da Bacia Pernambuco-Paraíba da 8ª rodada de licitações da ANP.

Assim, é imperativo que se esclareça em que bases se sustenta a decisão de excluir a Bacia Pernambuco-Paraíba, mesmo porque a demanda interna por petróleo e derivados é crescente. Ademais, a decisão afasta o imprescindível ingresso de investimentos e de novas tecnologias em áreas carentes de desenvolvimento socioeconômico, como é o caso da Bacia Pernambuco-Paraíba.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006. – **Roberto Cavalcanti**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

– Aviso nº 23, de 2006-CN (nº 78/BCB-Presi, do Presidente do Banco Central), encaminhando ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2006, conforme determina o art. 115 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006).

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O aviso que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 240-L-PFL/06

Brasília, 1º de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Deputada Laura Carneiro deixa de integrar, como membro titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Alberto Fraga**, Vice-Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2006

Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Ficam a União e suas entidades autorizadas a participar, minoritariamente, do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos, para obtenção e comercialização de produtos ou processo inovadores.

§ 1º A União e suas entidades autorizadas poderão integralizar seu aporte de capital à empresa privada de propósito específico com recursos financeiros, direitos de uso ou exploração de criação ou inovação, permissão e compartilhamento de serviços, acordos de parceria para a realização de atividades conjuntas e a subvenção econômica, previstos nos arts. 4º, 8º, 9º e 19.

§ 2º A propriedade intelectual sobre novas criações e inovações obtidas pela empresa privada de propósito específico pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação, assegurada a participação do criador na forma da lei. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei de Inovação (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004) foi responsável pelo grande avanço do marco institucional do País em direção à transformação do conhecimento gerado pelas instituições públicas de ciência e tecnologia em efetiva inovação tecnológica, a serviço da economia e sociedade brasileiras. A permissão de a União e suas entidades autorizadas virem a participar minoritariamente do capital de empresas privadas de propósito específico, prevista no art. 5º da lei, é certamente um de seus dispositivos mais inovadores. Em seu efetivo emprego, muitas expectativas são depositadas para que a lei venha a atingir plena-

mente seus objetivos. Contudo, a redação do art. 5º da lei não permite que todo seu potencial venha a ser realizado.

A empresa privada prevista no **caput** do art. 5º somente pode ter como seu propósito específico o “desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto ou processo inovadores”. Tal restrição deixa de fora a essência da inovação e o próprio propósito da lei, que é o de levar os conhecimentos gerados até a sua aplicação efetiva no processo de produção e comercialização. Por essa razão, é de fundamental importância a explicitação no **caput** do referido artigo da autorização para a produção e comercialização de produtos ou processos inovadores.

Por outro lado, o conhecimento, as criações, a propriedade intelectual, assim como a capacidade de realizar pesquisa e desenvolvimento ou prestar serviços tecnológicos e científicos são os principais ativos com os quais as instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento podem contar. Tais ativos podem e devem ser considerados na integralização do capital das empresas de propósito específico. Desconsiderá-los seria um despropósito e uma injustiça, dado que certamente eles acabariam sendo, de uma forma ou de outra, transferidos para a empresa privada criada, mesmo que de forma “não especificada”. Além disso, há que considerar que esse tipo de ativos, na verdade, é o que pode atrair o interesse privado para a empresa de propósito específico tratada na referida lei.

Ademais, a integralização do capital das referidas empresas por parte das instituições públicas apenas com recursos orçamentários, como previsto na regulamentação da Lei de Inovação (art. 5º do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005), certamente representará, na prática, um empecilho para a efetiva e ampla utilização desse dispositivo, que é, como já dito, uma das mais inovadoras e promissoras possibilidades criadas pela Lei de Inovação.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

Art. 5º Ficam a União e suas entidades autorizadas a participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto ou processo inovadores.

Parágrafo único. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação.

DECRETO N° 5.563, DE 11 DE OUTUBRO DE 2005**Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.**

Art. 5º A União e suas entidades poderão participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto ou processo inovadores, desde que haja previsão orçamentária e autorização do Presidente da República.

Parágrafo único. A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação.

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 251, DE 2006**Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir aos taxistas o reembolso correspondente à diferença, a mais, entre os tributos federais pagos pela gasolina e pelo diesel.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o seguinte art. 340, renumerando-se os seguintes:

Art. 340. É permitido aos taxistas o reembolso correspondente à diferença, a mais, entre os tributos federais pagos pela gasolina e pelo diesel.

Art. 2º O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia tributária resultante do disposto no art. 1º e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o proje-

to de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, mas o art. 1º somente produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao do cumprimento do estabelecido no art. 2º.

Justificação

A presente proposição inicialmente motivada para solução de problema que há em regiões de fronteira, onde se sabe que os condutores autônomos de veículos rodoviários freqüentemente enfrentam sérias dificuldades, em virtude de uma série de diferenças de tratamento entre países vizinhos.

Em alguns países, por exemplo, é permitido aos taxistas circularem movidos a diesel, algo vedado no Brasil pela Portaria nº 23, de 1994, do extinto Departamento Nacional de Combustíveis (DNC). A Portaria proíbe “o consumo de óleo diesel como combustível nos veículos automotores de passageiros de carga e de uso misto, nacionais e importados, com capacidade de transporte inferior a 1.000kg (mil quilogramas), computados os pesos do condutor, tripulantes, passageiros e da carga”.

Como o diesel é vendido a preços mais baixos, o taxista do país vizinho pode oferecer aos clientes preços mais atraentes e acaba desfrutando de uma injusta vantagem em relação aos seus correspondentes no Brasil, que dirá quanto à diferença do preço entre o diesel e a gasolina.

É essa a situação que se verifica, por exemplo, em diversos municípios gaúchos localizados na região de fronteira com o Uruguai. Os motoristas de táxis brasileiros estão revoltados com a flagrante perda de clientes para taxistas uruguaios que, desrespeitando a proibição legal de operar no Brasil, atravessam a fronteira e oferecem preços mais baratos por seus serviços.

À primeira vista, a solução mais fácil seria autorizar os taxistas brasileiros a também circularem movidos a diesel. Ocorre que tal iniciativa seria impraticável, uma vez que as indústrias automobilísticas brasileiras não produzem carros de passeio movidos a diesel. Por outro lado, a Resolução nº 25, de 21 de maio de 1998, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), só autoriza o registro, o licenciamento e o emplacamento dos veículos alimentados a óleo diesel que estiverem em conformidade com a Portaria nº 23, de 6 de junho de 1994, do DNC.

Nessas circunstâncias, como a grande variação de preços entre gasolina e diesel se deve à diferença na incidência da tributação, a solução mais prática consiste em conceder ao taxista, injustamente prejudicado, um crédito equivalente à diferença da tributação entre

gasolina e diesel. Como os tributos cobrados sobre a gasolina tendem a ser o dobro do valor pago sobre o diesel, tal crédito, pelo menos em relação aos tributos de competência do Governo Federal, poderá reduzir muito significativamente a desvantagem do condutor brasileiro.

Assim, uma iniciativa que inicialmente seria para corrigir uma injustiça com os taxistas da faixa de fronteira do Rio Grande do Sul, levou-me a analisar mais detidamente o assunto, e refletir acerca de todo sistema de transporte coletivo do País. Existe uma distorção absurda quando camionetes utilitárias movidas a diesel, na maioria das vezes importadas, são autorizadas a circular como veículos de passeio. Ademais, os ônibus e vans que circulam em todo País utilizam o diesel como combustível. Então, como são muitos os obstáculos para tornar viável que os táxis se utilizem deste mesmo combustível, entendo que todos os taxistas devam ser reembolsados do valor correspondente à diferença da tributação federal incidente, por ser medida de justiça.

Tendo em vista que a medida proposta trará consideráveis benefícios para uma categoria que já enfrenta muitas dificuldades, pedimos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006.

Senador SÉRGIO ZAMBIAZI

Handwritten signatures of Senator Sérgio Zambiasi, Senator Pedro Simon, and Senator Paulo Paim.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 339. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$264.954,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e cinqüenta e quatro reais), em favor do ministério ou órgão a que couber a coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, para atender as despesas decorrentes da implantação deste Código.

Art. 340. Este Código entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Art. 341. Ficam revogadas as Leis nºs 5.108, de 21 de setembro de 1966, 5.693, de 16 de agosto de 1971, 5.820, de 10 de novembro de 1972, 6.124, de 25 de outubro de 1974, 6.308, de 15 de dezembro de 1975, 6.369, de 27 de outubro de 1976, 6.731, de 4 de dezembro de 1979, 7.031, de 20 de setembro de 1982, 7.052, de 2 de dezembro de 1982, 8.102, de 10 de dezembro de 1990, os arts. 1º a 6º e 11 do Decreto-Lei nº 237, de 28 de fevereiro de 1967, e os Decretos-leis nºs 584, de 16 de maio de 1969, 912, de 2 de outubro de 1969, e 2.448, de 21 de julho de 1988.

Brasília, 23 de setembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Iris Rezende – Eliseu Padilha.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

.....

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anis-

tias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2006

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para prever pena de detenção no caso de descumprimento injustificado das educativas aplicáveis ao uso indevido de drogas, bem como para punir mais severamente o plantio destinado a consumo pessoal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º § 6º do art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28.

.....
§ 6º No caso de descumprimento injustificado das medidas educativas previstas nos incisos II e III do **caput** deste artigo, o juiz aplicará a pena de detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, observando o disposto no art. 42 desta Lei.

..... .(NR)”

Art. 2º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 28-A:

Art. 28-A. Semear, cultivar ou colher, para seu consumo pessoal, plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o § 1º do art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Justificação

A recente lei que prevê diretrizes e princípios da Política Nacional sobre Drogas trouxe inequívocas contribuições para a legislação brasileira.

No entanto, duas alterações pontuais se impõem como necessárias. A primeira diz respeito à sanção no caso de descumprimento das medidas educativas impostas ao usuário de drogas. Segunda a atual redação do § 6º do art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, o usuário que deixar de comparecer ao curso ou

de prestar serviços à comunidade sofrerá, tão-somente, uma admoestação verbal ou pena de multa. Essa não me parece uma solução razoável, considerando o seu pequeno impacto coercitivo. A pena privativa de liberdade não foi prevista nem mesmo no caso de descumprimento injustificado das medidas educativas, que poderão, assim, cair no mais completo e absoluto vazio. Pretendo, pois, dotar a lei de mecanismos que possam garantir a sua própria efetividade, sob pena de ser ridicularizada. Ademais, os parâmetros acolhidos (detenção, de um a seis meses) foram bem dosados, sem nenhum excesso ou rancor punitivo.

A outra alteração trata do cultivo de plantas destinadas à preparação de drogas. Entendo que, neste caso, a previsão de simples medidas educativas não atende às finalidades repressivas e preventivas das sanções penais. A lei equivocou-se ao equiparar tal conduta ao mero uso de entorpecentes (art. 28, § 2º), pois acaba estimulando a plantação caseira. E como se a “produção” em microescala ganhasse um forte incentivo. Criou-se, assim, uma brecha legal perigosíssima.

Por outro lado, não seria justo punir aquele que planta para consumo pessoal da mesma forma como se pune o grande plantador que abastece o mercado de drogas. Este continuará sendo punido com a mesma pena prevista para o tráfico de drogas, enquanto aquele, doravante, receberá a pena de detenção, de seis meses a dois anos. Com isso, evita-se exageros punitivos ao tempo em que se proíbe uma corrida ao plantio para consumo pessoal.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

- I – advertência sobre os efeitos das drogas;
- II – prestação de serviços à comunidade;

III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

§ 3º As penas previstas nos incisos II e III do **caput** deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 5 (cinco) meses.

§ 4º Em caso de reincidência, as penas previstas nos incisos II e III do **caput** deste artigo serão aplicadas pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.

§ 5º A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitalares, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas.

§ 6º Para garantia do cumprimento das medidas educativas a que se refere o **caput**, nos incisos I, II e III, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a:

- I – admoestação verbal;
- II – multa.

§ 7º O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2006

Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tomar crime hediondo as condutas previstas nos arts. 312, 313-A, 313-B, 315, 317, caput e § 2º, e 333 do Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos, renumerados como incisos VIII e IX os atuais incisos VII-A e VII-B:

- “Art. 1º
-

- VIII – vetado;
- IX – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998);
- X – peculato (art. 312);
- XI – inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A);
- XII – modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (art. 313-B);
- XIII – corrupção passiva (art. 317, **caput** e § 2º);
- XIV – corrupção ativa (art. 333).
- (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As alterações propostas pelo presente projeto de lei são de grande importância para o desencorajamento dos crimes contra a Administração Pública adiante enumerados: peculato, inserção de dados falsos em sistema de informações, modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações e corrupção (passiva e ativa).

O desestímulo virá do fato de que as condutas penais indicadas passarão a ser insusceptíveis de anistia, graça, indulto, fiança e liberdade provisória, à vista do disposto no art. 2º, incisos I e II, da Lei nº 8.072, de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal. Some-se a isso a circunstância de ser necessário o cumprimento de dois terços da pena para a concessão de livramento condicional, na forma do art. 83, V, do Código Penal.

O tratamento mais severo das condutas penais elencadas, além de atuar como desincentivo à sua prática, proporciona resposta aos anseios da sociedade em ver diminuída mazela que se tomou rotina nos noticiários nacionais: a malversação criminosa de dinheiro público. O cometimento de crimes tão graves contra o Erário amplia a sensação de impunidade presente na consciência do cidadão brasileiro. Nesse sentido, é fundamental dar respostas penais apropriadas para o combate mais eficaz de práticas que estão se ampliando na República.

O respeito pela coisa pública, pelo patrimônio do povo, pelos bens de uso comum deve ser princípio basilar da convivência em sociedade. Assim, a responsabilidade do servidor que lida com dinheiro público deve ser ainda mais elevada, sob reserva de tratamento penal mais intransigente.

Esses crimes não podem deixar de constar do rol daqueles previstos como hediondos por nosso ordenamento jurídico, tal a gravidade e a ofensa provocada contra a coisa pública, com evidentes prejuízos para a coletividade. Os dinheiros eventualmente dilapidados poderiam fazer frente a problemas crônicos do Estado brasileiro em áreas como: saúde, educação, segurança, saneamento básico. A presente proposta está, assim, em consonância com o tratamento penal intransigente deferido a todos aqueles que vierem a cometer tais delitos.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras provisões.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 6-9-1994)

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6-9-1994)

II – latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6-9-1994)

III – extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º; (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6-9-1994)

IV – extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º; (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6-9-1994)

V – estupro (art. 213 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6-9-1994)

VI – atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6-9-1994)

VII – epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º. (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6-9-1994)

VII-A – (Vetado) (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 20-8-1998)

VII-B – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a

redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 20-8-1998)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 6-9-1994)

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

- I – anistia, graça e indulto;
- II – fiança e liberdade provisória.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.

§ 2º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

§ 3º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Art. 3º A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.

Art. 4º (Vetado).

Art. 5º Ao art. 83 do Código Penal é acrescido o seguinte inciso:

“Art. 83.

V – cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.”

Art. 6º Os arts. 157, § 3º; 159, **caput** e seus §§ 1º, 2º e 3º; 213; 214; 223, **caput** e seu parágrafo único; 267, **caput** e 270; **caput**, todos do Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 157.

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.

Art. 159.

Pena – reclusão, de oito a quinze anos.

§ 1º

Pena – reclusão, de doze a vinte anos.

§ 2º

Pena – reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos.

§ 3º

Pena – reclusão, de vinte e quatro a trinta anos.

Art. 213.

Pena – reclusão, de seis a dez anos.

Art. 214.

Pena – reclusão, de seis a dez anos.

Art. 223.

Pena – reclusão, de oito a doze anos.

Parágrafo único.

Pena – reclusão, de doze a vinte e cinco anos.

Art. 267.

Pena – reclusão, de dez a quinze anos.

Art. 270.

Pena – reclusão, de dez a quinze anos.

Art. 7º Ao art. 159 do Código Penal fica acrescido o seguinte parágrafo:

“Art. 159.

§ 4º Se o crime é cometido por quadrilha ou bando, o co-autor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços.”

Art. 8º Será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo.

Parágrafo único. O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços.

Art. 9º As penas fixadas no art. 6º para os crimes capitulados nos arts. 157, § 3º, 158, § 2º, 159, **caput** e seus §§ 1º, 2º e 3º, 213, 214 e 223, **caput** e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único, 214 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único, todos do Código Penal, são acrescidas de metade, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão, estando a vítima em qualquer das hipóteses referidas no art. 224 também do Código Penal.

Art. 10. O art. 35 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Art. 35.

Parágrafo único. Os prazos procedimentais deste capítulo serão contados em dobro quando se tratar dos crimes previstos nos arts. 12, 13 e 14.”

Art. 11. (Vetado).

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República. – **FERNANDO COLLOR** – **Bernardo Cabral**.

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

TÍTULO XI

Dos Crimes Contra a Administração Pública

CAPÍTULO I

Dos Crimes Praticados por Funcionário Público Contra a Administração em Geral

Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 315. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.

Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função

ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12-11-2003)

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12-11-2003)

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.038, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, às Propostas de Emenda Constitucional nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999, e nº 41, de 2003, que alteram, respectivamente, o § 5º do art. 14 da Constituição Federal o § 5º do art. 14, o caput do art. 28, o inciso I do art. 29 e o art. 82 da Constituição Federal; o § 5º do art. 14 da Constituição Federal; o § 5º do art. 14 e o inciso II do art. 29 da Constituição Federal, e os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, e à Proposta de Emenda Constitucional nº 20, de 2004, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

I – Relatório

Mediante o Requerimento nº 383, de 2000, foi solicitada, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda Constitucional (PEC) nºs 10, 58, 70 e 97, todas de 1999.

Após a apresentação da PEC nº 41, de 2003, foi aprovado o Requerimento nº 542, de 2003, para que a proposta tramitasse em conjunto com as demais citadas, por tratarem todas do mesmo assunto. A PEC nº 20, de 2004, também tramita em conjunto com as demais, em razão da aprovação do Requerimento nº 552, de 2004.

A PEC nº 10, de 1999, cujo primeiro signatário é o Senador José Eduardo Dutra, altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, com vistas a suprimir a reeleição para Prefeitos e prever a desincompatibilização nos outros casos.

A PEC nº 58, de 1999, que tem como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, suprime o instituto da reeleição e fixa em cinco anos a duração dos mandatos dos Chefes do Poder Executivo. Estabelece, ainda, o primeiro domingo de outubro (1º turno) e o último domingo de outubro (2º turno) para eleição do Governador e do Vice-Governador.

A PEC nº 70, de 1999, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, também suprime o instituto da reeleição.

A PEC nº 97, de 1999, apresentada pelo Senador Carlos Patrocínio e outros Senadores, veda a reeleição dos Prefeitos e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos a partir de 2006.

A PEC nº 41, de 2003, que tem como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, suprime o instituto da reeleição e fixa em cinco anos o mandato do Presidente da República.

A PEC nº 20, de 2004, acrescenta o art. 90 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2008 terão mandato de seis anos, para permitir, a partir de 2014, a coincidência das eleições e dos mandatos federais, estaduais e municipais em todo o País.

As justificações das propostas, em linhas gerais, são as que se seguem.

As que suprimem a reeleição para Prefeitos, PEC nºs 10 e 97 alegam que o uso da máquina administrativa em favor daquele que se candidata à reeleição se agrava consideravelmente nas disputas municipais, nas quais a prática do clientelismo é mais facilitada e de mais difícil controle por parte da população, cujos componentes, muitas vezes, não têm condições de averiguar se houve uso dos recursos públicos pela Prefeitura para privilegiar o candidato que quer permanecer no poder.

A PFC nº 10, de 1999, busca, ainda, exigir a desincompatibilização do Presidente e dos Governadores que quiserem candidatar-se à reeleição, argumentando que o não afastamento facilita o uso dos recursos públicos por parte do governante-candidato em prol de sua candidatura, viciando a lisura de que se deve revestir o processo eleitoral, além de gerar incongruência com a conhecida Lei das inelegibilidades. A questão, levada ao crivo do Poder Judiciário, recebeu do Supremo Tribunal Federal decisão no sentido da não obrigatoriedade do afastamento.

A PEC nº 58, de 1999, a PEC nº 70, de 1999, e a PEC nº 41, de 2003, vedam a reeleição, para o retorno à situação anterior à Emenda Constitucional nº 16, de 1997. Os autores justificam as propostas com base no argumento de que o advento do instituto da reeleição, que não é de nossa tradição, apresentou, nas últimas eleições, resultados desfavoráveis ao regime democrático, pelas denúncias havidas de utilização da máquina governamental com vistas a favorecer os que quiseram se perpetuar no poder. A PEC nº 58, de 1999, busca estabelecer, também, que os mandatos para os chefes do Poder Executivo passem a ser de cinco anos, por entender seus autores como muito curto o mandato de quatro anos, sendo que o primeiro ano do mandato, em geral, é utilizado para a “arrumação da casa” e o último ano já não conta com a mesma motivação da equipe de trabalho do governante. Outrossim, estabelece o dia de domingo para as eleições de governador, por entendê-lo mais adequado para o evento. A PEC nº 41, de 2003, busca aumentar para cinco anos o mandato do Presidente da República, e não dos demais chefes do Executivo, com vistas a isolar a eleição presidencial, para não contaminar esse pleito com as demais concorrências.

A simultaneidade das eleições, prevista na PEC nº 97, de 1999, tem por base a economia que poderá gerar aos cofres públicos. Para que as datas

de todas as eleições possam coincidir, a proposta determina a duração de seis anos para o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos no ano 2000.

Finalmente, a justificação da PEC nº 20, de 2004, assinala as grandes vantagens da coincidência dos mandatos, entre as quais a economia por ocasião das campanhas, o maior conforto para os eleitores sobretudo da zona rural, cuja mobilização ocorreria em espaços maiores, e os menores custos do processo eleitoral.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre propostas de emendas à Constituição.

Primeiramente, faremos a apreciação de todos os itens de cada uma das propostas, para, então, oferecermos o parecer aprovando as medidas que nos parecerem viáveis sob o prisma da constitucionalidade e da conveniência.

Quanto à proibição de reeleição apenas para os prefeitos, prevista nas PEC nºs 10 e 97, ambas de 1999, embora reconheçamos a justeza dos comentários que justificam tal intento, temos a dizer que constitui evidente discriminação. Retirar a possibilidade de reeleição para prefeitos e mantê-la para os demais cargos de chefia do Executivo é injustificável, na medida em que confere tratamento desigual para cargos equivalentes nos níveis federal, estadual e municipal. Chefes do Poder Executivo merecem igual tratamento, posto que têm relativamente igual estatuta, distinguindo-se apenas no que concerne às suas atribuições e competências constitucionais. Assim, ou se suprime o instituto da reeleição, ou fica este mantido para os três níveis da Federação – essa é a única postura defensável.

Com relação à fixação em cinco anos do mandato das Chefias de Poder Executivo, previsto na PEC nº 58, de 1999, opinamos desfavoravelmente, por considerarmos os atuais quatro anos, nos níveis federal, estadual e municipal, tempo suficiente para que o titular do cargo possa cumprir seus projetos administrativos. Pensamos que o governante competente e bem intencionado pode, perfeitamente, efetivar seu programa administrativo no prazo de quatro anos.

A PEC nº 97, de 1999, além de suprimir a reeleição para prefeitos; intenta promover a coincidência dos pleitos eleitorais, alterando, para isso, o mandato dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos naquele

ano. Note-se que estamos acatando parcialmente a proposta, na medida em que somos pelo fim da reeleição de prefeitos, mas também para governadores e Presidente da República, pelos motivos que exporemos adiante. No tocante à coincidência das datas das eleições em todos os níveis, não nos parece razoável, por mais louváveis que sejam as intenções da proposta. Para viabilizá-la, seria necessária a prorrogação de mandatos eletivos, em pleno andamento, o que é uma medida absolutamente injustificável, sob qualquer pretexto, por absoluta ilegitimidade. Tais mandatos foram conferidos pelo povo, através do voto, e somente o voto poderia alterá-los, em qualquer medida ou proporção.

A supressão do instituto da reeleição, prevista nas PEC nºs 58 e 70, ambas de 1999, e 41, de 2003, nos parece medida salutar e oportuna, pois a situação que vigorava anteriormente à Emenda Constitucional nº 16, de 1997, estava, a nosso ver, mais afinada com nossa realidade e com a busca requerida, por parte da Nação, da legitimidade por ocasião das eleições.

Ressalte-se que a questão da reeleição suscita conceitos e posicionamentos eminentemente políticos, sendo os argumentos levantados em prol desta ou daquela posição, plenamente justificáveis. Nossa entendimento é que o instituto da reeleição está a exigir a sua revisão, seja do ponto de vista da necessária condição de igualdade entre os eventuais candidatos, seja da desejável renovação e oportunidade de surgimento de novas lideranças políticas.

A experiência tem demonstrado que, a despeito de toda a legislação construída em prol da isonomia entre os candidatos, assim como da efetiva fiscalização e controle pela justiça eleitoral, os chefes de executivo candidatos à reeleição levam considerável vantagem diante dos demais, quer em função da sua diária exposição à mídia, quer pela indissolúvel vinculação de seu nome às obras e ações de sua administração. Visto que tal associação por mais justa que seja, é praticamente impossível de desfazer, a única medida que asseguraria a igualdade entre os concorrentes, seria vedar a reeleição.

Na verdade, o instituto da reeleição, em si, já dificulta o atendimento ao princípio da isonomia entre os candidatos, pois é clara a situação de superioridade daqueles que, ainda no posto, têm seu nome em evidência nos meios de comunicação. Se, além desse privilégio, tais candidatos resolvem lançar mão dos recursos de que dispõem, na condição de Presidente da República, governadores ou prefeitos, para facilita-

rem sua reeleição, a situação se agrava enormemente, prejudicando a lisura de que se deve revestir o mais importante princípio da democracia – o voto universal, direto e secreto.

Considerando-se, ainda, o fato de que foi dominante o entendimento de que não seria necessária a desincompatibilização para que os Chefes do Executivo se recandidatassem, entendimento do qual discordamos, esses candidatos concorrem em posição de privilégio com relação aos demais, comprometendo, assim, o princípio da igualdade que deve nortear o processo eleitoral.

A respeito do assunto, julgamos oportuno transcrever valioso comentário do jurista Josaphat Marinho, combatendo o instituto da reeleição:

Não vale invocar exemplos de outros países, em condições socioeconômicas e culturais diversas. A Constituição e as emendas que nela forem introduzidas devem retratar o nosso País e suas necessidades, e não a situação de outros povos. Aqui, pelas peculiaridades políticas e culturais, a democracia constitucional exige a igualdade entre os candidatos, para que os resultados eleitorais sejam legítimos. Instituir a desigualdade seria cultivar o favorecimento indevido. (“Jurídica – Administração Municipal”, Ano II, nº 2, pág. 2).

Concordamos, portanto, com a supressão do instituto da reeleição, apenas com a ressalva de que a nova determinação, se acatada, deve vigorar a partir das eleições de 2010, respeitando as regras pelas quais os atuais ocupantes dos mandatos foram eleitos, sob a égide do mandamento constitucional em vigor.

Finalmente, opinamos pelo não acolhimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, por não concordarmos com a prorrogação de mandatos para fazer coincidir as eleições municipais com as demais eleições.

Dessarte, opinamos pelo fim do instituto da reeleição para os três níveis da Federação, norma para vigorar, porém, a partir de 2010. Com essa medida, fica prejudicado o dispositivo que proclama a desincompatibilização, previsto na PEC nº 10, de 1999, como também fica prejudicada a vedação da reeleição somente para prefeitos prevista nas PEC nºs 10, de 1999, e 97, de 1999.

Opinamos, ainda, contrariamente à fixação em cinco anos para a duração dos mandatos dos Chefes do Poder Executivo, como buscam estabelecer as PEC nº 58, de 1999, e nº 41, de 2003.

Dessa forma, opinamos pela aprovação, com nova redação, da Proposta nº 41, de 2003, para suprimir o instituto da reeleição, ficando prejudicadas as demais propostas que igualmente suprimem o instituto da reeleição, e rejeitadas as PEC nºs 10 e 97, ambas de 1999, e 20, de 2004. Estamos acrescentando um dispositivo que deve figurar no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), dispondo que a norma só vale para as eleições de 2010, mantendo a regra pelas quais foram eleitos os atuais detentores de mandatos nos três níveis da Federação.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999, e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 41, de 2003, nos termos do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CCJ(SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2003

Altera o art. 14 da Constituição Federal, para suprimir o instituto da reeleição, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14.
.....
§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estados e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.
..... (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica acrescido do seguinte artigo:

Art. 95. A vigência do disposto no § 5º do art. 14 terá início em 2010.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 2 de agosto de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 41 DE 2003

(Tramitação comum PEC's nºs 5, 58, 70 e 97, de 1999 e 00, de 2004).
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/10/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:	<i>Dilma Rousseff</i>
RELATOR:	<i>Sen. Tasso Jereissati</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI (Relator)
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO ⁽⁴⁾
EDUARDO SUPLICY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIAZI
MAGNO MALTA	4-PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDEI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado (1º signatário)</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ^(2,3)
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GILVAM BORGES ⁽⁵⁾
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 31/07/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

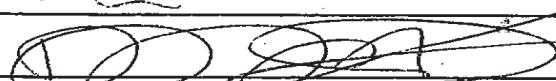
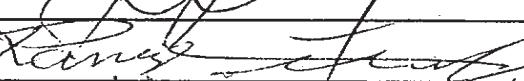
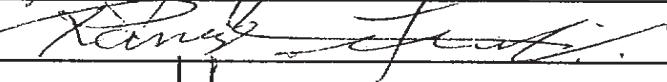
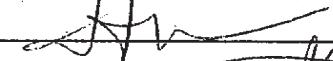
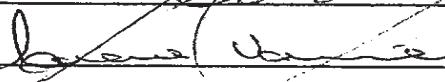
(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT ao PTB.

(5) Os Senadores José Maranhão e Gilvam Borges encontram-se licenciados do exercício do mandato a partir de 31.07.2006.

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 41, DE 2003,
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/08/2006, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1 - 
2 -  Augusto Botelho
3 - 
4 - 
5 - 
6 - 
7 - 
8 - 
9 - 
10 - 
11 - 
--

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 41, DE 2003,
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/08/2006, COMPLEMENTANDO AS
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 – HERÁCLITO FORTES
- 2 – AUGUSTO BOTELHO
- 3 – PAULO PAIM
- 4 – EFRAIM MORAIS
- 5 – JOSÉ AGRIPINO
- 6 – ROMERO JUCÁ
- 7 – RAMEZ TEBET
- 8 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR
- 9 – ALMEIDA LIMA
- 10 – ALVARO DIAS
- 11 – LÚCIA VÂNIA

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO IV
Dos Direitos Políticos**

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

**EMENDA CONSTITUCIONAL N° 16,
DE 4 DE JUNHO DE 1997**

Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

PARECER N° , DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, às Propostas de Emenda Constitucional nºs 10, 58, 70 e 97, todas de 1999, que alteram, respectivamente, o § 5º do art. 14 da Constituição Federal; o § 5º do art. 14, o caput do art. 28, o inciso I do art. 29 e o art. 82 da Constituição Federal; o § 5º do art. 14 da Constituição Federal; o § 5º do art. 14 e o inciso II do art. 29 da Constituição Federal.

Relator: Senador Alvaro Dias

I – Relatório

Pelo Requerimento nº 383, de 2000, foi solicitada, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das Pro-

postas de Emenda Constitucional nºs 10, 58, 70 e 97, todas de 1999.

A PEC nº 10/99, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, com vistas a suprimir a reeleição para Prefeitos e prever a desincompatibilização nos outros casos.

A PEC nº 58/99, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, suprime o instituto da reeleição e fixa em cinco anos a duração dos mandatos dos chefes do Poder Executivo. Estabelece, ainda, o primeiro domingo de outubro (1º turno) e o último domingo de outubro (segundo turno) para eleição do governador e do vice-governador.

A PEC nº 70/99, da lavra do Senador Roberto Requião, também suprime o instituto da reeleição e, finalmente, a PEC nº 97/99, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, veda a reeleição dos Prefeitos e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos a partir de 2006.

As justificações das propostas, em linhas gerais, são as que se seguem.

As que suprimem a reeleição para prefeitos, PEC nºs 10 e 97, alegam que o uso da máquina administrativa em favor daquele que se candidata à reeleição se agrava consideravelmente nas disputas municipais, onde a prática do clientelismo é mais facilitada e de mais difícil controle por parte da população, cujos componentes, muitas vezes, não têm condição de averiguar se houve uso dos recursos públicos pela prefeitura para privilegiar o candidato que quer permanecer no poder.

A PEC nº 10/99 busca, ainda, exigir a desincompatibilização do presidente e dos governadores que quiserem candidatar-se à reeleição, argumentando que o não afastamento facilita o uso dos recursos públicos por parte do governante-candidato em prol de sua candidatura, viciando a lisura de que se deve revestir o processo eleitoral, além de gerar incongruência com a conhecida Lei das Inelegibilidades. A questão, levada ao crivo do Poder Judiciário, recebeu do Supremo Tribunal Federal parecer no sentido da não obrigatoriedade do afastamento.

A PEC nº 58/99 e a PEC nº 70/99 vedam a reeleição, para o retorno, dessa forma, à situação anterior à Emenda Constitucional nº 16/97. Justificam os autores as propostas com base no argumento de que o advento do instituto da reeleição, que não é de nossa tradição, apresentou, nas eleições de 1998, resultados desfavoráveis ao regime democrático, pelas denúncias havidas de utilização da máquina governamental com vistas a favorecer os que quiseram se perpetuar no poder. A PEC nº 58/99 busca estabelecer, também, que os mandatos para os chefes de Poder Executivo passem a ser de cinco anos, por entender seu autor

como muito curto o mandato de quatro anos, sendo que o primeiro ano do mandato, em geral, é utilizado para a “arrumação da casa” e o último ano já não conta com a mesma motivação da equipe de trabalho do governante. Outrossim, estabelece o dia de domingo para as eleições de governador, por entendê-lo mais adequado para o evento.

A simultaneidade das eleições, prevista na PEC nº 97/99, tem por base a economia que daí poderá decorrer aos cofres públicos. Para que as datas de todas as eleições possam coincidir, a proposta determina a duração de seis anos para os mandatos dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos no ano 2000.

II – Análise

De acordo com o art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal, no caso de tramitação em conjunto de projetos, regras que, pelo art. 372 do mesmo Regimento, se aplicam também à tramitação das propostas de emendas à Constituição, terá precedência “o mais antigo sobre os mais recentes, quando originários todos da mesma Casa, salvo se entre eles houver algum que regule a matéria com maior amplitude” (inciso II, letra b).

Primeiramente, faremos a apreciação de todos os itens de cada uma das propostas, para, então, oferecer o parecer aprovando as medidas que nos parecerem viáveis sob o prisma da constitucionalidade e da conveniência.

A desincompatibilização é medida salutar e oportuna, porque fortalece o princípio da isonomia, consagrado em dimensão constitucional na condição de cláusula pétrea. De fato, a intenção que levou o legislador constituinte a exigir o afastamento para cargos diversos, que vem a ser a promoção da lisura no processo eleitoral, justifica, também, a necessidade de afastamento para se concorrer aos mesmos cargos, podendo-se até mesmo afirmar que não há sentido na não exigência da desincompatibilização para a candidatura à reeleição, se o objetivo do preceito é evitar o uso dos recursos públicos por ocasião da campanha, com vistas a torná-la ética e isenta de quaisquer privilégios. Assim, a se manter o instituto da reeleição, é de todo necessário, a nosso ver, a exigência da desincompatibilização. Entretanto, como nossa intenção é aprovar a proposta de emenda concernente ao fim da reeleição, fica a exigência da desincompatibilização prejudicada, nos termos deste parecer.

Quanto à proibição de reeleição apenas para os Prefeitos, embora reconheçamos a justeza dos comentários que justificam tal intento, temos a dizer que ela fere o princípio da igualdade, cláusula magna de eternidade que nem mesmo uma emenda consti-

tucional pode derrogar (art. 60, § 4º). Retirar a possibilidade de reeleição para Prefeitos e mantê-la para os demais cargos de chefia de Executivo torna irrefutável a inconstitucionalidade de semelhante preceito, pois a situação jurídica, nos três casos, é a mesma. Assim, ou se suprime o instituto da reeleição, ou fica este mantido para os três níveis da Federação – essa é a única postura juridicamente defensável.

Além disso, o estabelecimento do mandato de cinco anos ensejará a organização das eleições em datas diferentes da dos parlamentares, decorrendo, daí, mais gastos para os cofres públicos, quando o que se busca, na medida do possível, é promover a simultaneidade das eleições, idéia, aliás, positivada na PEC nº 97/99, também sob análise. Esta, além de suprimir a reeleição para os Prefeitos, intenta promover a coincidência dos pleitos eleitorais, alterando, para isso, o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e vereadores eleitos no corrente ano. Aqui, um problema se afigura. Quando a proposta foi apresentada, as últimas eleições para prefeitos ainda estavam por se realizar e, portanto, nada havia que pudesse obstaculizar a prorrogação para seis anos dos mandatos dos prefeitos que viessem a ser eleitos. Entretanto, agora, já realizadas as eleições e já empossados os chefes de governo dos municípios, entendemos inóportuno que uma norma superveniente venha a prorrogar seus mandatos, considerando que muitos deles não desejariam a prorrogação, ou por não estarem preparados para mandatos tão longos, ou por terem, de antemão, outros planos após o término da gestão administrativa. A prorrogação, assim, pode vir a ensejar discussões de natureza jurídica quanto a se saber se teria sido licita a sua estipulação após a assunção dos mandatos. Se a PEC tivesse sido aprovada antes do advento da eleição, não haveria problema, porque seus efeitos eram previstos para o futuro, o que possibilitaria aos candidatos a liberdade de decidir se estavam dispostos a entrar na corrida eleitoral para o cumprimento de mandato de seis anos.

A vedação do instituto da reeleição nos parece medida salutar e oportuna, pois a situação que vigorava anteriormente à Emenda Constitucional nº 16, de 1997, estava, a nosso ver, mais afinada com nossas tradições e com a busca requerida, por parte da Nação, da legitimidade por ocasião das eleições.

Com efeito, é sempre necessário o aprimoramento da legislação eleitoral tendente a dotar nosso ordenamento de leis que inibam a prática da corrupção em épocas de campanha e de sufrágio. Como já se comprovou, a reeleição no Brasil, dissonante com nossas tradições, deu ensejo ao uso da máquina administrativa por parte de governantes pouco escrupulosos em prol de suas candidaturas. Considerando-se, ainda, o fato

de que foi dominante o entendimento de que não seria necessária a desincompatibilização para que os chefes do Executivo se recandidatassem, entendimento do qual discordamos, esses candidatos puderam concorrer em posição de privilégio com relação aos demais, comprometendo, assim, o princípio da igualdade que deve nortear o processo eleitoral.

Na verdade, o instituto da reeleição, em si, já dificulta o atendimento ao princípio da isonomia entre os candidatos, pois é clara a situação de superioridade daqueles candidatos que, ainda no posto, têm seu nome em evidência nos meios de comunicação. Se, além desse privilégio, tais candidatos resolvem lançar mão dos recursos de que dispõem, na condição de presidente da República, governadores ou prefeitos, para facilitar sua reeleição, a situação se agrava enormemente, prejudicando a lisura de que se deve revestir o mais importante princípio da democracia – o voto universal, direto e secreto.

Lembrando-se que a Lei Maior, mais do que qualquer outro diploma, deve ser vista como peça inteiriça e harmônica, guardando plena coerência, ressaltamos que a proposta sob comentário está em consonância com o disposto no art. 37 da Constituição, segundo o qual “a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade(...).”

Está a iniciativa, ainda, em harmonia com o princípio da isonomia, visado pelo legislador constituinte de todos os períodos, cuja intenção não foi outra senão evitar a concorrência dos diversos candidatos em situação de desigualdade, tendo em vista o privilégio de que dispõem aqueles que concorrem à reeleição, pelas razões já expostas. Como se sabe, “deve a legislação de um Estado ser considerada como um todo organizado, exequível, ligado por uma correlação natural” (Carlos Maximiliano, in “Hermenêutica e Aplicação do Direito”, pág. 174).

Finalmente, julgamos oportuno transcrever valioso comentário do jurista **Josaphat Marinho**, combatendo o instituto da reeleição:

“Não vale invocar exemplos de outros países, em condições socioeconômicas e culturais diversas. A Constituição e as emendas que nela forem introduzidas devem retratar o nosso País e suas necessidades, e não a situação de outros povos. Aqui, pelas peculiaridades políticas e culturais, a democracia constitucional exige a igualdade entre os candidatos, para que os resultados eleitorais sejam legítimos. Instituir a desigualdade seria cultivar o favorecimento

indevido” (“Jurídica — Administração Municipal”, Ano II, nº 2, pág. 2).

III – Voto

Ante o exposto, oferecemos parecer aprovando o fim do instituto da reeleição para os três níveis da Federação. Com essa medida, fica prejudicado o dispositivo que proclama a desincompatibilização, previsto na PEC nº 10/99, como também fica prejudicada a vedação da reeleição para prefeitos, que, de toda maneira, se mostra inconstitucional pelas razões já mencionadas.

Opinamos, ainda, por rejeitar a fixação em cinco anos para a duração dos mandatos dos chefes do Poder Executivo e o estabelecimento da simultaneidade das eleições. Dessa forma, aprovado fica somente o item relativo à proibição da reeleição, constante das PEC nº 58 e nº 70, de 1999. Por ser a PEC nº 70/99 aquela que trata somente do fim da reeleição, concluímos o presente parecer opinando por sua aprovação, ficando as demais propostas prejudicadas, pelos argumentos supracitados.

Sala da Comissão, – Senador **Alvaro Dias**, Relator.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

I – Relatório

Pelo Requerimento nº 383, de 2000, foi solicitada, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda Constitucional nos 10, 58, 70 e 97, todas de 1999.

A PEC nº 10, de 1999, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, com vistas a suprimir a reeleição para Prefeitos e prever a desincompatibilização nos outros casos.

A PEC nº 58, de 1999, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, suprime o instituto da reeleição e fixa em cinco anos a duração dos mandatos dos Chefes do Poder Executivo. Estabelece, ainda, o primeiro domingo de outubro (1º turno) e o último domingo de outubro (2º turno) para eleição do Governador e do Vice-Governador.

A PEC nº 70, de 1999, da lavra do Senador Roberto Requião, suprime a reeleição em todos os níveis e, finalmente, a PEC nº 97, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, veda a reeleição dos Prefeitos e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos a partir de 2006, com a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores eleitos em 2000.

As justificações das propostas, em linhas gerais, são as que se seguem.

As que suprimem a reeleição para Prefeitos, PEC(s) nos 10 e 97, alegam que o uso da máquina administrativa em favor daquele que se candidata à reeleição se agrava consideravelmente nas disputas municipais, onde a prática do clientelismo é mais facilitada e de mais difícil controle por parte da população, cujos componentes, muitas vezes, não têm condição de averiguar se houve uso dos recursos públicos pela Prefeitura para privilegiar o candidato que quer permanecer no poder.

A PEC nº 10, de 1999, busca, ainda, exigir a desincompatibilização do Presidente e dos Governadores que quiserem candidatar-se à reeleição, argumentando que o não afastamento facilita o uso dos recursos públicos por parte do governante-candidato em prol de sua candidatura, viciando a lisura de que se deve revestir o processo eleitoral, além de gerar incongruência com a conhecida Lei das Inelegibilidades.

A PEC nº 58, de 1999, e a PEC nº 70, de 1999, vedam a reeleição em todos os níveis, buscando, dessa forma, restabelecer a situação anterior à Emenda Constitucional nº 16, de 1997. Justificam os autores as suas propostas com base no argumento de que o advento do instituto da reeleição, que não é de nossa tradição, apresentou, nas eleições de 1998, resultados desfavoráveis ao regime democrático, pelas denúncias havidas de utilização da máquina governamental com vistas a favorecer os que quiseram se perpetuar no poder. A PEC nº 58, de 1999, busca estabelecer, também, que os mandatos para os chefes de Poder Executivo passem a ser de cinco anos, por entender seu autor como muito curto o mandato de quatro anos, sendo que o primeiro ano do mandato, em geral, é utilizado para a “arrumação da casa” e o último ano já não conta com a mesma motivação da equipe de trabalho do governante. Outrossim, estabelece o dia de domingo para as eleições de governador, por entendê-lo mais adequado para o evento, o que, aliás, já é norma constitucional estabelecida no art. 28, da Carta vigente.

A simultaneidade das eleições, também proposta na PEC nº 97, de 1999, tem por base o argumento da economia que daí poderá decorrer aos cofres públicos. Para que as datas de todas as eleições possam coincidir, a proposta determina a prorrogação dos mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos no ano 2000.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, **caput**, do Regimento Interno, emitir parecer, com exclusividade, sobre propostas de emenda à Constituição.

A proposta de supressão do instituto da reeleição foi estabelecida, para todos os níveis, nas PEC nos 70/99 e 58/99, e só para prefeitos, nas PEC nos 10/99 e 97/99. Não procede o argumento do uso da máquina administrativa, com a prática de atos e uso de recursos para favorecimento aos candidatos à reeleição, como fundamento para condenar o instituto da reeleição, pois não tem respaldo na nova situação criada. Ao contrário, o candidato à reeleição tem maior dificuldade em fazer uso da máquina administrativa, não só pela vigilância e fiscalização exercidas pelos adversários, como pela vedação expressa de várias condutas aos agentes públicos, estabelecida na Lei nº 9.504, de 30-9-1997 (lei eleitoral), com severas punições para aqueles que incidirem nessas condutas. Os casos de abusos que tenham ocorrido nas últimas eleições podem ser considerados como meras ocorrências eventuais, que não autorizam generalizá-los como fundamento para condenar o instituto da reeleição.

Ademais, a supressão do instituto da reeleição atingiria os mandatos em curso, tanto em relação aos Prefeitos, como aos Governadores e ao Presidente da República, constituindo violação aos direitos políticos dos atuais titulares. Isto poderia qualificar essa alteração como inconstitucional em face do art. 60, § 4º, da Constituição Federal, com base no entendimento de que essa disposição veda a aprovação de emendas que atinjam não só os direitos individuais como os direitos fundamentais, entre os quais se incluem os direitos políticos.

Além dessas razões que nos levam a não acolher as propostas de supressão da reeleição, convém registrar que o instituto, aprovado pela PEC nº 16, de 1997, foi exercitado apenas em três eleições: a geral e presidencial de 1998 e de 2002, e as eleições municipais de 2000. O período é muito curto para que se possa fazer uma avaliação serena e correta da adequação do instituto da reeleição, de seus erros e acertos.

Excetuada a PEC nº 70/99, que tem por objeto tão-somente a supressão da reeleição em todos os níveis, as demais PEC, além de vedar a reeleição em todos os níveis ou só para prefeitos, contém propostas específicas que também não vemos como acolher, pelas razões que passamos a expor.

A PEC nº 10/99 estabelece a obrigatoriedade de desincompatibilização para os candidatos à reeleição aos cargos de Governador e de Presidente da República. Não há sentido em se exigir o afastamento dos titulares desses cargos, quando, ao se candidatar à reeleição, o objetivo pretendido é justamente garantir a continuidade administrativa. Por outro lado, a possível incongruência com a lei das inelegibilidades é questão já resolvida, pois levada

ao crivo do Poder Judiciário, recebeu do Supremo Tribunal Federal decisão no sentido da não obrigatoriedade do afastamento.

A PEC nº 58/99, fixa os mandatos em cinco anos para as chefias de Poder Executivo, em todos os níveis, com fundamento na avaliação de que os quatro anos, sem reeleição, é tempo insuficiente para que o titular do cargo possa cumprir seus projetos administrativos. Essa proposta, além de pressupor a aprovação da PEC que suprime a reeleição, também exige o reexame da duração dos mandados de Senador e para a Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores, ou o estabelecimento de novo calendário para essas eleições, o que implica em várias outras alterações constitucionais. Como a proposta apenas altera os mandatos do Poder Executivo sem contemplar essas alterações conexas, isto inviabiliza o seu acolhimento.

A PEC nº 97/99, intenta promover a coincidência de todos pleitos eleitorais, a partir de 2006, prorrogando, para isso, o mandato vigente dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2000. Entendemos ilegítima essa prorrogação de mandatos, considerando que os eleitores que escolheu os Prefeitos o fizeram para mandatos de quatro anos. A prorrogação, assim, pode vir a ensejar discussões de natureza constitucional por ferir o direito de voto dos cidadãos. Ademais, esse tipo de proposta já foi objeto de apreciação recente pela CCJ, por ocasião do exame da PEC nº 25, de 2002, em reunião realizada no dia 23-4-2003, quando reiterou decisão já adotada em relação à PEC nº 34, de 1995, no sentido de rejeitar e arquivar a proposta.

III – Voto

Pelas razões expostas, considerando que a proposta de supressão do instituto da reeleição viola os direitos políticos dos atuais detentores dos mandatos de Presidente da República, Governadores e Prefeitos, com possíveis eivas de inconstitucionalidade, e que as demais medidas propostas se afiguram inviáveis e inoportunas, somos de parecer pela rejeição e arquivamento definitivo das PEC nos 10/99, 58/99, 70/99 e 97/99.

Sala da Comissão, – Senador **Tasso Jereissati**, Relator.

REQUERIMENTO Nº 542, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 372 combinado com o de nº 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, que “Altera os artigos 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a

reeleição”, com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 10, 70 e 97, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, Senador **Fernando Bezerra**.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tasso Jereissati**

I – Relatório

Pelo Requerimento nº 383, de 2000, foi solicitada, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda Constitucional nos 10, 58, 70 e 97, todas de 1999.

No corrente ano, foi apresentada a PEC nº 41, de 2003, em virtude da qual foi apresentado o Requerimento nº 542, de 2003, para que a proposta fosse tramitada em conjunto com as demais citadas, por tratarem todas do mesmo assunto.

A PEC nº 10, de 1999, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, com vistas a suprimir a reeleição para Prefeitos e prever a desincompatibilização nos outros casos.

A PEC nº 58, de 1999, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, suprime o instituto da reeleição e fixa em cinco anos a duração dos mandatos dos Chefes do Poder Executivo. Estabelece, ainda, o primeiro domingo de outubro (1º turno) e o último domingo de outubro (2º turno) para eleição do Governador e do Vice-Governador.

A PEC nº 70, de 1999, da lavra do Senador Roberto Requião, também suprime o instituto da reeleição.

A PEC nº 97, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, veda a reeleição dos prefeitos e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos a partir de 2006.

A PEC nº 41, de 2003, de autoria do Senador Sibá Machado, suprime o instituto da reeleição e fixa em cinco anos o mandato do Presidente da República.

As justificações das propostas, em linhas gerais, são as que se seguem.

As que suprime a reeleição para Prefeitos, PEC(s) nºs 10 e 97, alegam que o uso da máquina administrativa em favor daquele que se candidata à reeleição se agrava consideravelmente nas disputas municipais, onde a prática do clientelismo é mais facilitada e de mais difícil controle por parte da população, cujos componentes, muitas vezes, não têm condição de averiguar se houve uso dos recursos públicos pela Prefeitura para privilegiar o candidato que quer permanecer no poder.

A PEC nº 10, de 1999, busca, ainda, exigir a desincompatibilização do Presidente e dos Governadores que quiserem candidatar-se à reeleição, argumentando que o não afastamento facilita o uso dos recursos públicos por parte do governante-candidato em prol de sua candidatura, viciando a lisura de que se deve revestir o processo eleitoral, além de gerar incongruência com a conhecida Lei das Inelegibilidades. A questão, levada ao crivo do Poder Judiciário, recebeu do Supremo Tribunal Federal decisão no sentido da não obrigatoriedade do afastamento.

A PEC nº 58, de 1999, a PEC nº 70, de 1999, e a PEC nº 41, de 2003, vedam a reeleição, para o retorno, dessa forma, à situação anterior à Emenda Constitucional nº 16, de 1997. Justificam os autores as propostas com base no argumento de que o advento do instituto da reeleição, que não é de nossa tradição, apresentou, nas últimas eleições, resultados desfavoráveis ao regime democrático, pelas denúncias havidas de utilização da máquina governamental com vistas a favorecer os que quiseram se perpetuar no poder. A PEC nº 58, de 1999, busca estabelecer, também, que os mandatos para os chefes de Poder Executivo passem a ser de cinco anos, por entender seu autor como muito curto o mandato de quatro anos, sendo que o primeiro ano do mandato, em geral, é utilizado para a “arrumação da casa” e o último ano já não conta com a mesma motivação da equipe de trabalho do governante. Outrossim, estabelece o dia de domingo para as eleições de governador, por entendê-lo mais adequado para o evento. A PEC nº 41, de 2003, busca aumentar para cinco anos o mandato do Presidente da República, e não dos demais chefes de Executivo, com vistas a isolar a eleição presidencial, para não contaminar esse pleito com as demais concorrências,

A simultaneidade das eleições, prevista na PEC nº 97, de 1999, tem por base a economia que daí poderá decorrer aos cofres públicos. Para que as datas de todas as eleições possam coincidir, a proposta determina a duração de seis anos para os mandatos dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos no ano 2000.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, **caput**, do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre propostas de emendas à Constituição.

Não concordamos com a supressão do instituto da reeleição, porque julgamos que seu advento fortaleceu o sistema democrático. O candidato que já exerceu um mandato acumulou experiências que podem despertar a credibilidade da opinião pública, em decorrência da qual a coletividade pode torná-lo vitorioso nas ur-

nas para dar continuidade a uma orientação política já testada e bem aceita. Os argumentos contrários ao instituto, sobretudo quanto ao uso da máquina administrativa para favorecer a reeleição carecem de fundamento, pois a experiência demonstrada nos últimos pleitos atestam que este uso é na verdade dificultado, em virtude da severa vigilância sofrida pelos detentores de mandatos nas suas campanhas. Não se pode generalizar casos isolados de abusos verificados, e que certamente se verificarão no futuro, mas que de forma alguma desabonam a inserção da reeleição no nosso ordenamento jurídico.

Pensamos também que não há sentido em se exigir o afastamento do cargo daquele que está na chefia do Poder Executivo, quando o que se pretende é, justamente, a continuidade administrativa. Portanto, a nosso ver, é incoerente a exigência da desincompatibilização para a continuação do agente no mesmo cargo, e nem mesmo o argumento do mais fácil uso da máquina administrativa em prol dos governantes tem procedência, porque tal pode se dar, também, com qualquer candidato que queira beneficiar algum correligionário.

Quanto à proibição de reeleição apenas para os prefeitos, temos a dizer que ela fere o princípio da igualdade, cláusula magna de eternidade que nem mesmo uma emenda constitucional pode derrogar (art. 60, § 4º) Retirar a possibilidade de reeleição para Prefeitos e mantê-la para os demais cargos de chefia de Executivo torna irrefutável a inconstitucionalidade de semelhante preceito, pois a situação jurídica, nos três casos, é a mesma. Assim, ou se suprime o instituto da reeleição, ou fica este mantido para os três níveis da Federação – essa é a única postura juridicamente defensável.

Finalmente discordamos da fixação em cinco anos para o mandato das chefias de Poder Executivo, ainda que somente para o chefe do Executivo Federal, como é o caso da PEC nº 41, de 2003. Estamos rejeitando a supressão do instituto da reeleição, e, por conseguinte, julgamos preferível que cada mandato continue sendo de quatro anos, prorrogável por mais quatro, se o postulante for reeleito. Além disso, o estabelecimento do mandato de cinco anos ensejará a organização das eleições em datas diferentes da dos parlamentares, decorrendo, daí, maiores gastos para os cofres públicos, quando o que se busca, na medida do possível, é promover a simultaneidade das eleições, idéia, aliás, positivada na PEC nº 97, de 1999, também sob análise. Esta, além de suprimir a reeleição para os Prefeitos, intenta promover a coincidência dos pleitos eleitorais, alterando, para isso, o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos há três anos.

Aqui, um problema se afigura. Quando a proposta foi apresentada, as últimas eleições para prefeitos ainda estavam por se realizar e, portanto, nada havia que pudesse obstaculizar a prorrogação para seis anos dos mandatos dos prefeitos que viessem a ser eleitos. Entretanto, agora, já realizadas as eleições e já há muito empossados os chefes de governo dos municípios, entendemos inoportuno que uma norma superveniente venha a prorrogar seus mandatos, considerando que muitos deles não desejariam a prorrogação, ou por não estarem preparados para mandatos tão longos, ou por terem, de antemão, outros planos após o término da gestão administrativa. A prorrogação, assim, pode vir a ensejar discussões de natureza jurídica quanto a se saber se teria sido lícita a sua estipulação após a assunção dos mandatos. Se a PEC tivesse sido aprovada antes do advento da eleição, não haveria problema, porque seus efeitos eram previstos para o futuro, o que possibilitaria aos candidatos a liberdade de decidir se estavam dispostos a entrar na corrida eleitoral para o cumprimento de mandato de seis anos. Além disso, aos atuais prefeitos, eleitos naquela data, resta pouco tempo de mandato, o que desaconselha ainda mais a aprovação da referida proposta.

III – Voto

Pelas razões expostas, resta-nos oferecer parecer rejeitando todas as propostas. Assim, rejeitada fica a PEC nº 10, de 1999, dada sua inconstitucionalidade, bem como as PEC nº 58, de 1999, nº 70, de 1999, e nº 41, de 2003, por julgarmos de todo conveniente a manutenção do instituto da reeleição e inoportuna a fixação de cinco anos para a duração dos mandatos, seja qual for o nível da Federação. Rejeitada fica também a PEC nº 97, de 1999, por inconstitucional e intempestiva.

Sala da Comissão, – Senador **Tasso Jereissati**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 216, de 2006** (nº 739/2006, na origem), de 31 de agosto último, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria no valor de cento e cinqüenta e um milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos, referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 217 de 2006** (nº 763/2006, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de quinhentos e um milhões, duzentos e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se a apoiar o “Programa de Redução dos Custos Logísticos – PREMEF.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Marcos Guerra, PSDB – ES.

O Sr. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, antes da Ordem do Dia, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – De ofício, inscrevo o Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna mais uma vez, contente, porque V. Ex^a lembrou o tempo em que eu era Deputado, porque, desde lá, quando era Deputado, falava muito do tema que vou falar hoje: o salário mínimo.

Ao longo desses 20 anos – 16 anos na Câmara e quatro praticamente no Senado, se Deus quiser –, falei muito sobre a questão do mínimo. Como já chegou a peça orçamentária na Casa, fixando o novo salário mínimo a partir do ano que vem em R\$375,00, em tese a partir de 1º de janeiro, quero fazer um breve comentário sobre esse tema.

Quero primeiro dizer, Sr. Presidente, que o Dieese publicou recentemente o que seria o salário mínimo ideal para o País: R\$1.436,00, se cumpríssemos a Constituição. Claro que ninguém aqui está propondo

isso e nunca propusemos, ao longo desses 20 anos, o salário mínimo do Dieese.

Entendemos que é justo, mas consideramos que essa é uma política progressiva. Como ocorreu no ano passado, temos de ir alavancando todos os anos até que essa meta, um dia, seja atingida no País.

Sr. Presidente, lembro que, no ano que passou, o Governo Federal, mediante ampla negociação com o Poder Legislativo e as centrais sindicais, elevou o salário mínimo para R\$350,00, um reajuste muito importante, significativo, sem sombra de dúvida, e que representou algo em torno de 16,66% sobre o salário mínimo da época. Para 2007, o salário mínimo previsto na peça orçamentária está sendo fixado em R\$375,00.

Entendo eu, Sr. Presidente, que, a exemplo do que aconteceu no ano passado – quando houve, por parte do Executivo, sensibilidade para estabelecer o diálogo com as centrais, os partidos e a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização –, avançamos e penso também que podemos avançar neste ano.

O Governo Federal está prevendo um PIB da ordem de 4%. A inflação poderá ficar, ao longo de 12 meses, em torno de 3,5%. É claro que não posso prever exatamente qual será a inflação de abril a abril. Aí, Sr. Presidente, quero advogar a regra de cálculo do reajuste do salário mínimo que estou propondo na própria Comissão Mista, composta de onze Deputados e onze Senadores, em que defendo, como relator da matéria, que o salário mínimo seja reajustado uma vez por ano, no mínimo, conforme a inflação e o dobro do PIB. É bom lembrar que o reajuste do ano passado foi bem maior que a inflação e o dobro do PIB. Praticamente, o aumento real foi de três vezes o valor do PIB. Lembro também que, se aplicássemos sobre o valor de R\$350,00 o mesmo reajuste concedido ano passado ao valor de R\$300,00, o valor do salário mínimo para este ano seria da ordem de R\$406,00.

Sr. Presidente, por isso tudo tenho dito que até vi com bons olhos o fato de o Executivo já ter colocado na peça orçamentária o valor do salário mínimo para R\$375,00. Por quê? Recordo-me de que, no ano anterior, o valor do salário mínimo na peça orçamentária que chegou à Casa era de R\$320,00, o qual mudou depois de um amplo entendimento. Ninguém contestou esse valor, e a redação final do projeto registrou a elevação do salário mínimo para R\$350,00. Assim, ano passado, houve um aumento de R\$30,00 no valor sugerido na peça orçamentária. Por isso, penso que

este ano não haverá grandes questionamentos para que seja concedido um aumento de R\$25,00. Assim, o salário mínimo chegaria a R\$400,00 a partir de 1º de abril de 2007.

Sr. Presidente, como falava na abertura, partindo do valor de R\$400,00 para o salário mínimo, nos anos subsequentes, esse valor seria reajustado conforme a inflação e, no mínimo, o dobro do PIB. Assim, não se inibe que as centrais sindicais e o próprio Congresso, em diálogo com o Executivo, possam dar um reajuste maior. Estou apenas assegurando o patamar mínimo.

Sr. Presidente, como Relator da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, sinto-me no dever de apresentar uma política permanente de valorização do salário mínimo e de reajuste para os aposentados e pensionistas. Lembro que, todos os anos, enfrentamos a mesma situação.

O movimento sindical, os partidos políticos e a sociedade organizada defendem a recuperação do valor do salário mínimo, de forma que seja reajustado num percentual maior do que aquele da peça orçamentária. Há mais de vinte anos, trato desse assunto – sei que inúmeros Parlamentares também o fazem –, defendendo sempre um aumento real que vá ao encontro dos anseios dos trabalhadores das áreas pública e privada e dos aposentados e pensionistas.

O Brasil é um País extremamente desigual, mas creio que o salário mínimo é um instrumento eficaz para a redução dessas desigualdades. Sempre defendi que é necessário construir uma política de médio e longo prazo para a recuperação do salário mínimo, com elevações gradativas da renda. Naturalmente, é isto que propõe a Comissão Mista do Salário Mínimo: uma regra justa de reajuste que efetivamente recomponha as perdas acumuladas.

Sr. Presidente, com a nova regra criada, vamos garantir ao salário base um reajuste sempre superior à inflação. Por isso, está ligado ao crescimento do PIB em dobro. Significa dizer que, quanto mais a economia crescer, mais o salário mínimo será beneficiado com o reajuste real. Por outro lado, quando a economia não crescer, o reajuste será menor. Então, tem uma lógica a proposta que estamos defendendo.

Fazendo uma projeção, Sr. Presidente, podemos estimar que, se o PIB for de 4%, o aumento real será de 8%. Assim, em 10 anos, haverá um crescimento real do salário mínimo que ultrapassará a faixa dos 100%, ou seja, se o PIB crescer com essa estimativa de 4% ao ano, em 10 anos, sendo o aumento em dobro, como

estou propondo, o crescimento será acima de 100% quanto ao valor real do salário mínimo.

É importante, ainda, ressaltar que o reajuste deve ser aplicado também aos aposentados e pensionistas, isto é, na remuneração dos nossos idosos, visto que ele tem um impacto direto na economia e na qualidade de vida do povo brasileiro. Li, ainda, neste fim de semana, Sr. Presidente, que os planos de saúde estão aumentando de forma cruel a mensalidade dos aposentados e pensionistas, isto é, dos idosos, aqueles que têm mais de 60 anos, ferindo inclusive o Estatuto do Idoso.

Particularmente, Sr. Presidente, já estou pedindo uma audiência pública, convidando os planos de saúde para que eles expliquem por que estão ferindo até mesmo o Estatuto do Idoso, numa posição discriminatória contra aqueles que têm mais de 60 anos. É uma injustiça, Sr. Presidente, se não repassarmos aos aposentados pelo menos a mesma proposta, como estou encaminhando à Casa em nome da comissão especial que estuda a matéria.

Sr. Presidente, não se pode negar que os benefícios previdenciários representam o mais importante instrumento de proteção social do trabalhador, de seus dependentes e dos aposentados e pensionistas. É bom lembrar que só de aposentados e pensionistas no Brasil temos 24 milhões. Trata-se de um dispositivo constitucional que movimenta por ano mais de R\$145 bilhões, garantindo o sustento de milhares de aposentados e pensionistas e suas famílias.

Sr. Presidente, com a política proposta pela Comissão Especial do Salário Mínimo, renovo a esperança de que nossos idosos, nossos trabalhadores, irão superar o poder aquisitivo que tinham em 1957, quando tivemos o maior salário mínimo da história brasileira. Foi na época de Juscelino. Ele chegou aproximadamente, segundo o Dieese, a R\$700,00.

Termino, Sr. Presidente, dizendo da importância de aprovarmos as propostas apresentadas pela Comissão Mista Especial do Salário Mínimo para garantir regras permanentes de reajuste do salário mínimo e dos aposentados e pensionistas. Entendo eu, Sr. Presidente, que o Governo do Presidente Lula, neste mandato ou nos próximos quatro anos, tem que ter esta marca também: foi o Governo que garantiu uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e também do salário mínimo. Podemos discutir a metodologia. Eu apresentei aquela que entendo ser mais viável, que seria reajustar, todo

dia primeiro ou de fevereiro – como alguns propõem –, ou de março, ou de abril, ou de maio, o salário mínimo conforme a inflação mais o dobro do PIB, algo que já foi feito, eu diria, praticamente em média nos últimos três anos. Se V. Ex^{as} considerarem os últimos três anos, verão que o salário mínimo cresceu mais que a inflação e o dobro do PIB. Com essa experiência, é possível ter uma política permanente na linha que estou defendendo neste momento, da tribuna do Senado Federal.

Sr. Presidente, para concluir, convido todas as Senadoras e todos os Senadores para que, amanhã, às 14 horas, participem de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, em que vamos discutir o Fundep, pela visão dos trabalhadores. Já tivemos uma audiência pública com a participação do Governo e de diversos setores que tratam do ensino técnico-profissionalizante pela visão dos donos de escolas ou dos reitores. Agora, a discussão será na visão dos técnicos e dos líderes sindicais, porque eles todos entendem – esta foi a provocação que me fizeram – que seria fundamental que eles pudessem também dar a sua opinião sobre a importância do ensino técnico-profissionalizante. A audiência contará com a presença da Federação Nacional dos Técnicos, da Secretaria de Educação Profissional Tecnológica do Ministério da Educação, da Superintendência de Educação Profissional, do Centro de Educação Tecnológica Paulo Souza e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, além dos representantes das Centrais e de Confederações.

Por que é importante a aprovação do Fundep? Com o Fundep aprovado, vamos assegurar que cerca de R\$1 bilhão seja aplicado, todos os anos, no ensino técnico-profissionalizante. Se pegarmos a média dos últimos dez anos, vamos ver que não foram aplicados mais de R\$100 milhões por ano. Com esse projeto, passaremos a aplicar algo em torno de R\$1 bilhão, todos os anos, no ensino técnico-profissionalizante. Até aponto de onde viria esse recurso. Um Conselho Deliberativo vai analisar toda a receita e a consequência dos investimentos a serem feitos nas escolas técnicas, inclusive na contratação de professores, avançando do ponto de vista tecnológico e preparando os jovens para que já terminem o 1º e o 2º grau prontos para enfrentar o mercado de trabalho, com uma profissão já reconhecida, naturalmente mostrando toda a sua capacidade na hora de enfrentar os testes e a disputa acirrada do mercado de trabalho. Lembro que, quando saí do Senai, fui disputar vaga em duas empresas

– Metalúrgica Abramo Eberle, em Caxias, e Gerdau – e, em virtude de meu ensino técnico profissional, certamente fui aprovado entre os dez mais capacitados na época, como ocorre com os que saem das escolas técnicas, pois já têm a experiência do ensino técnico profissionalizante. Não é que sejam mais inteligentes que os outros.

Eu tive – diria – o privilégio de passar por uma escola técnica. Quando me habilitei a trabalhar, por exemplo, na Metalúrgica Abramo Eberle, disputava aquele posto com uma centena de jovens e fiquei entre os dez que então passaram a exercer a profissão com salário já diferenciado, comparado com o salário mínimo da época.

Eram as considerações que queria tecer. Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente, mais uma vez.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs^{as} e Srs. Senadores, segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, o salário mínimo deveria ser de R\$1.436,00 (hum mil quatrocentos e trinta e seis reais) em julho deste ano, para satisfazer as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas.

É claro que além de justo, este é o salário que gostaríamos de dar ao nosso trabalhador, mas sabemos que não é possível, devido às inúmeras perdas ocorridas durante décadas.

Este ano o Governo Federal chegou ao valor de R\$350,00 (trezentos e cinqüenta reais) para o salário mínimo, depois de um amplo debate com o movimento sindical e com o Poder Legislativo. Foi um reajuste significativo que representou 16,66%.

Já o salário previsto para 2007 pelo governo, segundo recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária da União, é de R\$375,00 (trezentos e setenta e cinco reais).

Entendo que, a exemplo do ano passado, podemos melhorar aqui no Congresso Nacional o valor do salário mínimo.

Se o Governo Federal está prevendo um PIB de 4% e a inflação ficar em torno dos 3,5%, pela regra defendida por nós na Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, que é a inflação mais o dobro do PIB, o valor anunciado deveria ser de R\$391,23 (trezentos e noventa e um reais e vinte e três centavos).

Porém, se aplicarmos o mesmo reajuste dado este ano, teríamos, em 2007, um salário mínimo de R\$406,00 (quatrocentos e seis reais).

Não estou surpreso com o valor de R\$375,00 (trezentos e setenta e cinco) sugerido no projeto de lei do Orçamento da União. Haja vista a proposta apresentada no ano passado para o salário mínimo atual, que foi de R\$320,00 (trezentos e vinte reais), e depois de um amplo debate com o governo avançamos para R\$350,00 (trezentos e cinqüenta reais).

Acho, Sr. Presidente, que podemos chegar ao valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), em 1º de maio de 2007. E, a partir desse período, que os reajustes sejam automáticos com reposição da inflação mais o dobro do PIB, com percentuais estendidos aos vencimentos dos aposentados e pensionistas.

Como relator da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo me acho no dever de apresentar uma política permanente de valorização do salário mínimo e de reajuste das aposentadorias e pensões.

Todos os anos enfrentamos a mesma situação: o movimento sindical e os partidos de oposição defendem a recuperação do valor real do mínimo e os governantes alegam a impossibilidade de um reajuste expressivo por insuficiência de recursos.

Lá se vão 20 anos que estou no Parlamento defendendo o aumento real do salário, e, entra governo e sai governo, e o debate é o mesmo.

O Brasil é um País extremamente desigual, e acredito que o salário mínimo é um instrumento eficaz na redução dessa desigualdade.

Sempre defendi que é necessário construir uma política de médio e longo prazo de recuperação do salário mínimo com elevação gradativa da renda e é isso que propõe a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, uma regra justa de reajustes que irá efetivamente recompor as perdas acumuladas.

Com a nova regra criada, garantiremos ao salário base um reajuste sempre superior à inflação, pois está associada também ao crescimento do PIB. Isso significa dizer que quanto mais a economia crescer mais o Salário Mínimo será beneficiado com um reajuste maior. Por outro lado, quando a economia crescer menos, o reajuste será menor.

Projeções estimam que com um aumento de 8% ao ano, ou seja, um PIB de 4,0%, em 10 anos teremos um aumento real no salário mínimo superior a 100%.

É importante ressaltar que o reajuste deve ser aplicado também às aposentadorias e pensões visto que têm impacto direto na economia da maioria dos municípios no Brasil.

A remuneração dos nossos idosos incentiva e movimenta setores de bens e serviços dos municípios pequenos e médios, contribuindo para o desenvolvimento da região e para o crescimento econômico, além de trazer dignidade à fase mais importante de suas vidas.

É uma injustiça não repassar às aposentadorias e pensões o aumento dado ao mínimo.

Não dá para negar que os benefícios previdenciários representam o mais importante instrumento de proteção social do trabalhador e de seus dependentes. Aposentadorias e pensões pagas pelo sistema previdenciário beneficiam diretamente cerca de 24 milhões de pessoas no Brasil, atualmente. Trata-se de um dispositivo constitucional que movimenta por ano mais de R\$145 bilhões, garantindo o sustento de milhares de aposentados, pensionistas e de sua família.

Com essa nova política proposta pela Comissão Mista Especial do Salário Mínima, renovo a esperança de que nossos aposentados e nossos trabalhadores irão superar o poder aquisitivo que tinham em 1957, quando tivemos o maior salário da história brasileira, que representa nos valores de hoje R\$695,33 (seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos), segundo o Dieese.

Sr. Presidente, por fim, quero dizer da importância de aprovarmos as propostas apresentadas pela Comissão Mista Especial do Salário Mínimo para garantirmos regras permanentes de reajustes do salário mínimo, das aposentadorias e das pensões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto. PMDB – MA) – Eu é que agradeço, Senador Paulo Paim.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por permuta com a Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, antes de fazer uso da palavra pelo tempo que me cabe, eu queria fazer um comunicado à Casa. A nossa querida Senadora Ana Júlia Carepa sofreu um acidente ontem à noite. Ao cair do carro de som, durante um evento de sua campanha ao Governo

do Estado do Pará, fraturou uma das pernas e terá que se submeter a uma cirurgia hoje à tarde. Tive a oportunidade de falar com ela pelo telefone hoje pela manhã e fiquei sabendo que está bem, embora um pouco preocupada – é claro –, porque campanha com cirurgia e perna engessada vai lhe trazer um pouco de dificuldade, mas nada que a garra e a coragem de nossa querida Ana Júlia não lhe dêem ânimo para pode enfrentar o final de campanha numa situação como essa. Em nome da Bancada, desejo de público reiterar à Senadora todo o êxito, que se restabeleça prontamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Lamento profundamente o acidente sofrido pela nossa querida Senadora Ana Júlia.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de fazer referência ao que há pouco mencionou a Senadora Ideli Salvatti, desejando à Senadora Ana Júlia, uma pessoa tão querida, rápida recuperação, pois dela precisamos plenamente restabelecida. Que sua cirurgia seja bem sucedida.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Geraldo Mesquita, este é também o sentimento da Casa.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tenho assomado à tribuna em algumas oportunidades para tratar de um assunto que, efetivamente, está pautado nestas eleições e, já há um bom tempo, no Congresso Nacional e na mídia, e que tem chamado a atenção de todos aqueles que têm preocupação com a destinação adequada dos recursos públicos, que é a corrupção.

Nas inúmeras vezes em que ocupo a tribuna, sempre busco destacar a convicção que tenho de que, muito mais do que desvendar a corrupção, descobrir e punir os corruptos e os corruptores, precisamos desmontar os esquemas da corrupção. É preciso que haja na institucionalidade mecanismos eficientes no sentido de descobrir e, se possível – o máximo possível –, criar obstáculos e dificuldades para que a corrupção grasse, para que a corrupção se espalhe da forma tão perniciosa como, infelizmente, há muitos e muitos anos, décadas, eu diria quase séculos, está colocada na máquina pública e nas instituições brasileiras.

Portanto, sempre que algum procedimento eficiente de combate, de fiscalização e de desmonte dos esquemas de corrupção é encontrado e praticado, sempre gosto de trazer à tribuna, porque entendo que é por esse viés, de forma muito concreta, que vamos combater a corrupção.

Hoje, foi publicada uma matéria que trata de uma ação da Receita Federal a que gostaria muito de me reportar. Em um primeiro momento, a Receita Federal pediu acesso aos dados da CPMF, contribuição que, pelo registro de sua movimentação financeira e de outros dados fiscais, tem condições de oferecer um bom monitoramento, uma boa fiscalização, no sentido de descobrir quem está sonegando, omitindo, fugindo de pagar suas contribuições fiscais e seus tributos.

A Polícia Federal pediu o acesso aos dados, mas não foi fácil obter permissão. O assunto foi parar na Justiça. Houve reação do mundo jurídico, dizendo que seria uma espécie de quebra de sigilo, que a Receita Federal não podia ter acesso nem sequer para fazer o cruzamento de dados e a fiscalização. Isso teve de ser superado, e hoje estamos aqui. A primeira vez em que a Receita Federal quis adotar tal procedimento, ela se dirigiu à movimentação financeira dos correntistas de bancos. Esse foi o primeiro *round* da briga. Já vitoriosa, a Receita Federal demonstrou que a medida era extremamente importante e necessária, e a decorrência desse cruzamento já apresentou resultados concretos.

Agora, surge outro resultado: o cruzamento da CPMF com os cartões de crédito.

A Receita Federal é quem está realizando essa ampla investigação e o cruzamento da vida fiscal das pessoas, a partir de dados das faturas dos cartões de crédito. Também houve resistência, com medida judicial, toda uma preocupação, no sentido de impedir esse cruzamento. Felizmente, isso não prosperou. E a Receita Federal teve a oportunidade de fazer esse cruzamento.

Para que V. Ex^{as}s tenham idéia do significado da operação, são quase R\$ 300 milhões apenas em multas cobradas de algo em torno de 900 contribuintes. Portanto, 900 contribuintes tiveram de pagar de multa o montante de aproximadamente R\$ 300 milhões, somente pelo que foi descoberto no cruzamento entre as declarações de renda e os pagamentos feitos para cartão de crédito.

Há situações, como a reportagem relata, em que um grupo de 98 pessoas movimentou entre R\$ 100 mil

e R\$ 500 mil. Mas todas constavam como isentas do Imposto de Renda. Há o caso de um determinado cidadão que também havia se declarado isento de pagar Imposto de Renda e que faturou no cartão de crédito algo em torno de R\$232 mil.

Portanto, o cruzamento de dados das faturas do cartão de crédito com as declarações do Imposto de Renda é um dos mecanismos – gosto sempre de frisar – eficientes que podem sim descobrir, detectar as pessoas que lesam, que cometem crime tributário e, dessa forma, impedem que a arrecadação brasileira seja feita de forma justa. O cruzamento de dados possibilita trabalhar na perspectiva da redução da carga tributária, uma vez que, infelizmente, no Brasil, os que menos ganham são os que mais pagam impostos. Trata-se de uma prova inequívoca, pois pessoas que movimentam valores significativos acabam se apresentando perante o Fisco como isentos.

Nas 45 operações conjuntas entre a Receita Federal e a Polícia Federal, nestes três anos – de 2003 para cá –, foram descobertos 683 sonegadores de impostos, contrabandistas e falsificadores de produtos, sendo que, desses, 43 já foram condenados pela Justiça.

Portanto, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de aqui registrar esse feito da Receita Federal. Um procedimento absolutamente correto e eficiente de caça à sonegação e à evasão fiscal e de falcatruas com o que deveria estar vindo para os cofres públicos fomentar o serviço no atendimento à população.

E não poderia deixar de registrar também que, na semana passada, foram realizadas duas operações importantes da Polícia Federal. Uma delas, no Rio de Janeiro, descobriu que quase um terço dos fiscais do Ibama estavam em conluio com empreendedores imobiliários e empresários, falsificando laudos ambientais para construções, malversação de dinheiro e atendimento público. Essa operação, que prendeu pessoas com cargos comissionados, é mais uma demonstração do quanto a Polícia Federal tem atuado naquilo que se coloca como republicana, doa a quem doer – não é, Senador Romeu Tuma? –, prenda quem tiver que prender. Se estiver envolvido e for descoberto, sofrerá as consequências.

Além dessa operação do Ibama, a mais recente, a última – os nomes das operações são bastante interessantes –, a Operação Facção Toupeira prendeu aproximadamente 40 pessoas. Atuou em vários Estados ao mesmo tempo e prendeu exatamente aqueles

que estavam se preparando para mais um grande, um megaroubo em dois bancos no Rio Grande do Sul, vinculados não só àquele grande roubo ocorrido em Fortaleza, como há fortes, grandes indícios de que existe vinculação ao PCC, à facção criminosa PCC.

Essa operação teve um caráter extremamente importante.

Senador Pedro Simon, já concedo o aparte a V. Ex^a.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos tem insistido numa tecla em relação ao crime organizado: ou temos a eficiência de chegar ao principal objetivo do crime organizado, que é o dinheiro; ou temos a condição de dificultar, de inviabilizar que eles possam acessar ou permanecer com o dinheiro roubado, seja lá em que situação, alavancando outras formas ilegais de obter cada vez mais dinheiro. Ou vamos mexer nisso, nessa questão do objetivo central do crime, que é o dinheiro obtido com a prática do crime, ou não desmontaremos essas facções.

Quando ele comemorou o resultado da Operação Toupeira, disse as seguintes palavras: "Foi um golpe muito forte, um golpe assim que os pega naquilo que eles têm de vital, que é a causa final do crime, o dinheiro".

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senadora Ideli Salvatti, felicito V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Não há dúvida de que foi um gesto espetacular da Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Seria o maior roubo já ocorrido na história do País: R\$ 200 milhões! Era impressionante a preparação que estava sendo feita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Aula de engenharia. Dizem que o túnel era perfeito, uma obra de engenharia.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Deveriam até deixar o túnel ali.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Quem sabe já serve para o metrô, Senador Pedro Simon?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Repare V. Ex^a que é um esquema igual ao de Fortaleza; é um esquema em que o PCC está metido. Não há como deixar de reconhecer, minha nobre Líder, que este assunto é sério demais. Esse problema que estamos vivendo não são mais aquelas brincadeiras; não houve um tumulto no presídio; não houve uma revolta não-sei-de-quê; não é mais aquele negócio que era o mais grave que existia no crime organizado, o jogo do bicho

no Rio de Janeiro. Combatia-se o jogo do bicho, e os presidentes das sociedades do jogo do bicho eram simpáticos e ajudavam as escolas de samba. Agora, há uma máfia organizada no Brasil. Ela está aí, está aberta, e há gente da maior importância. Há Deputado, Senador, soldado, Ministro, empresário, há gente de montão. Se não fizermos uma operação "mãos limpas", se não fizermos alguma coisa para valer, não sei como vai terminar. Acho que o que aconteceu em Fortaleza e o que aconteceu agora em Porto Alegre são demonstrações da capacidade da Polícia, e temos capacidade, temos competência. Mas a verdade é que a organização de lá é fantástica, é muito acima do que planejamos. Acho que temos que fazer uma operação "mãos limpas", temos que fazer um combate. Veja V. Ex^a que as coisas estão acontecendo, porque o Lacerda – diga-se de passagem – é uma pessoa excepcional. Sou seu admirador – o Senador Romeu Tuma o sabe –, porque é uma dessas pessoas que marcam posição e mostram que quem serve ao País o faz em qualquer governo, desde que se queira. Ele está tendo competência para isso e seria até o homem indicado para ordenar, para coordenar essa operação "mãos limpas". Ou fazemos algo agora ou não sei o que vai acontecer. Na verdade, esse PCC, essas pessoas estão organizadas de maneira espetacular. Ficou provado, por exemplo, que quem fazia a operação eram os advogados dos criminosos, que faziam o papel de levar, de orientar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os advogados faziam o trabalho de pombo-correio.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ao mesmo tempo em que vibro, acho que foi uma atitude positiva, acho que foi correto o que aconteceu, acho que foi um desmascaramento de uma violência brutal. Imaginem a manchete que teríamos hoje se, de repente, estourasse isso no Rio Grande do Sul. Minha querida Senadora, esse não é um problema do Governo; é um problema da sociedade brasileira. A sociedade brasileira deve dar importância enquanto eles estão se organizando. Enquanto eles ainda não estão no máximo da força, devemos topar a parada e partir para cima. Deve-se ter total força contra a máfia que está aí. Só uma operação de toda a sociedade brasileira poderá contê-la. Acho que o Governo está no caminho certo; acho que a Polícia está agindo bem, mas temos que dar uma força para que saímos na frente. Daqui a pouco, vai começar a aparecer nome de gente importante que nem imaginamos comandando essa questão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço.

Sr. Presidente, não posso deixar de ouvir o Senador Romeu Tuma, até porque tratar de assunto da Polícia Federal e não aceitar um aparte de S. Ex^a seria uma indelicadeza que não gostaria de cometer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas o assunto mexe na alma da gente, e o Senador Pedro Simon já teria falado por mim, pelas qualificações que trouxe e por conhecer de perto toda a história do Paulo Lacerda, que, além de ser meu amigo, trabalhou comigo. Conheço o seu caráter. Em momento difícil da Polícia Federal, tive a oportunidade de designá-lo para presidir o inquérito contra o PC à época. Ele montou todo o esquema que hoje a Polícia Federal usa contra lavagem de dinheiro. Senadora, ficou muito claro para mim – acredito que para o Senador Pedro Simon e para V. Ex^a – que o crime organizado no Brasil é interestadual por enquanto e já internacional, porque vejo que, no Paraguai, já estão prendendo gente. Essa é uma das competências que esta Casa conseguiu dar à Polícia Federal. Quando houve a CPI do Roubo de Cargas, o Paulo estava comigo, ajudando, até que foi escolhido pelo Governo Lula, com sabedoria e por conhecimento do Ministro da Justiça, que tinha uma relação de respeito com o Paulo, que era recíproca. A legislação foi qualificada para que o crime interestadual tivesse a intervenção direta da Polícia Federal. Quanto a São Paulo, devemos ter cautela, porque a briga entre dois Secretários trouxe consequências graves, beneficiando a estrutura do crime organizado. O choque entre o Secretário de Segurança e o Diretor do sistema penitenciário evoluiu para uma coisa maligna.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SP) – Senador Romeu Tuma, só agora, bem recentemente, conseguimos fazer a integração efetiva, por meio de inteligência, que é o necessário para o combate ao crime organizado. Inclusive, nos jornais de hoje, há declarações do Governador Cláudio Lembo sobre o combate ao PCC que deve existir com operação de inteligência. É impossível enfrentá-lo sem essa qualificação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora, apenas para completar, digo, com orgulho, que investi o máximo em inteligência. Conseguimos mandar dezenas de policiais aos Estados Unidos para aprenderem a atividade de inteligência, de infiltração, de escuta. Todo o procedimento de escuta hoje permitido foi legislado por nós, nesta Casa. Sobre essa inteligência, houve um

rancor com a evolução do período militar, pois não se aceitava o setor de inteligência, por ranço. Hoje, não. Conversando com o próprio Ministro da Justiça, falamos sobre a existência de uma comunidade, de um grupo que se reúna e forme um mosaico em que cada um tenha um pedaço da informação. Aí, sim, a Polícia pode agir corretamente. A Polícia Federal, há alguns anos, vem evoluindo em inteligência e tem feito operações brilhantes por meio de informações seguras, porque, quando ela traz o desenlace da operação, ela já tem praticamente todos os dados necessários ao juiz para decretar a prisão antes de a operação se desencadear. Ela está de parabéns! Não tem esmorecido, o que traz um pouco de tranquilidade. Temos que, cada dia, investir mais e transferir um pouco dessa tecnologia para as Polícias Estaduais com a participação da Polícia Federal. Muito obrigado, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Romeu Tuma.

Da mesma forma que V. Ex^a se sente orgulhoso, por ser integrante da Polícia Federal, não posso também deixar de me sentir orgulhosa pelo Governo para o qual dou todo o meu apoio, o meu trabalho aqui.

Efetivamente, a Polícia Federal tem, nestes três últimos anos e meio, dado uma demonstração inequívoca de que está correspondendo à expectativa e ao comando do Presidente Lula. São 195 operações desencadeadas ao longo deste Governo, do atual Governo; três vezes mais do que as operações do período do Governo que nos antecedeu. Só nessas 195 operações, foram 101 dedicadas ao combate à corrupção. De 2003 até agora, quase 3,5 mil pessoas foram presas em todo o País. Dessas 3,5 mil pessoas, mais de 2 mil respondem a processos por corrupção.

Portanto, quando o ex-Presidente diz por aí que lugar de ladrão é na cadeia, fico muito orgulhosa.

O atual Presidente, aliado ao trabalho brilhante da Polícia Federal – que é a mesma; não é nova a Polícia Federal –, efetivamente, tem uma determinação de não dar trégua ao crime organizado e à corrupção, como demonstrado na Operação Facção Toupeira, que feriu, do meu ponto de vista, de forma muito contundente, a facção criminosa do PCC.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

FISCALIZAÇÃO

Receita Federal autua primeira leva de contribuintes que declararam renda insuficiente para pagar IR, mas quitaram faturas elevadas de crédito. Fisco já identificou 721 mil pessoas e empresas com dados suspeitos

Gasto com cartão permite caça a sonegadores

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A Receita Federal está fazendo uma ampla investigação na vida fiscal dos contribuintes brasileiros a partir dos dados das faturas dos cartões de crédito. À procura de indícios de sonegação e omissão de receitas, os auditores estão cruzando as informações sobre os gastos nos cartões com outros 80 elementos, como as declarações de Imposto de Renda (IR), de bens e a movimentação financeira. O trabalho, que apenas começou, já trouxe resultados claros. Segundo informou ao Correio o secretário da Receita, Jorge Rachid, até agora os fiscais já autuaram 889 pessoas físicas e empresas, num valor total de R\$ 290,9 milhões em crédito tributário (imposto devido, juros e multas). A ordem do governo é intensificar a ação daqui para frente.

"Os dados do cartão de crédito são um instrumento poderoso para a seleção de contribuintes que serão alvo de uma fiscalização mais apurada. As informações são fundamentais para identificar casos de sonegação fiscal", afirma Rachid. Desde 2003, as administradoras de cartões são obrigadas a enviar semestralmente à Receita o volume movimentado no cartão por pessoas físicas que ultrapassarem o limite de R\$ 5 mil num mês. Além disso, devem informar os dados sobre qualquer empresa que tenha recebido mais de R\$ 10 mil em pagamentos feitos por seus

clientes com cartão. A Declaração de Operações com Cartão de Crédito (Decred) foi estabelecida pela Instrução Normativa (IN) 341, de 2003.

O volume de dados nos computadores da Receita sobre pagamentos e recebimentos com cartões já é colossal. Segundo o coordenador de Fiscalização, Marcelo Fisch, a primeira fase do trabalho tem se concentrado nas declarações de 2003 e 2004, num esforço de dar prioridade aos casos mais gritantes de indícios de crime tributário. Até agora, 210 pessoas físicas foram autuadas por sonegação, principalmente do IR. Elas terão que recolher aos cofres da União R\$ 61,5 milhões, numa média de R\$ 293 mil por pessoa. Os auditores encontraram irregularidades em 679 estabelecimentos, autuados em R\$ 229,4 milhões, com média de R\$ 338 mil por unidade. O principal motivo de autuação é a omissão de receitas, levando à sonegação de IR e de contribuições sociais (Pis, Cofins e CSLL).

Brasilienses na mira

Marcelo Fisch cita alguns exemplos do que já foi encontrado. Nos processos com dados de 2003 já terminados, 5.086 pessoas físicas se declararam isentos do IR,

mas fizeram pagamentos totais de R\$ 95,5 milhões no cartão de crédito no ano. Ou seja, contribuintes que afirmaram não ter renda suficiente para pagar IR movimentaram, em média, R\$ 18.777 só nos cartões. "São casos absolutamente esdrúxulos. Desse grupo, 98 pessoas movimentaram entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil. Para citar ao acaso, um contribuinte brasiliense se declarou isento de IR mas pagou faturas num valor total de R\$ 232 mil. Outro gastou R\$ 277 mil", revela Fisch. Mais um exemplo: 3.280 contribuintes com registro no CPF cancelado movimentaram R\$ 66,7 milhões. Deles, 99 pagaram entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil em faturas de cartões.

Estão na mira da Receita 11.552 brasilienses, que movimentaram R\$ 251,4 milhões em 2003, além de 2.559 estabelecimentos na cidade, com recebimento total de R\$ 1.094 bilhão. As médias, portanto, são menores do que no Brasil: R\$ 21.762 por pessoa física e R\$ 427.510 por empresa. Segundo o coordenador, as irregularidades encontradas nacionalmente costumam acompanhar o peso dos estados na economia, concentrando-se mais na região Sudeste do país. No mundo corporativo, a maior ocorrência se dá em micro e pequenas empresas, que tentam omitir receitas para não extrapolar os limites do pagamento de impostos pelo Simples. Até o ano passado, só podia pagar os impostos federais pelo regime do Simples quem faturasse no máximo R\$ 1,2 milhão por ano, teto que foi dobrado em 2006.

A bisbilhotice da Receita nas faturas do cartão de crédito dos contribuintes costuma levantar críticas de advogados tributaristas e representantes empresariais. Eles alegam que o governo está mais uma vez

encontrou um outro túnel escavado pela quadrilha, em Maceió. Segundo a investigação, os criminosos iniciaram o trabalho, mas abandonaram a idéia e concentraram esforços em Porto Alegre porque encontraram tubulações difíceis de transpor para chegar ao seu objetivo: uma agência de penhores da CEF ou o caixa-forte da transportadora de valores Nordeste Segurança.

apenas 107 armas -coincidência ou não, fronteira é um assunto que não dá tanta mídia.

O presidente da República, que não tem respostas para o mensalão e para as incontáveis denúncias contra a velha companheirada do PT, prefere se agarra às espetaculosas ações especiais da PF -de janeiro de 2003 até o início de agosto já foram quase 280 (no segundo mandato de FHC, cerca de 60).

Se o Bolsa-Família é o principal cabo eleitoral de Lula, as operações da PF se transformaram no seu contra-argumento, no seu único álibi ético.

Análise

A PF e o álibi ético de Lula

ROGÉRIO GENTILE
EDITOR DE COTIDIANO

Com a megaoperação deflagrada ontem pela Polícia Federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ganhou mais um trunfo na eleição deste ano. Desarticulou um dos braços financeiros da facção criminosa PCC e, de quebra, "passou a perna" na polícia de São Paulo. A imagem que fica é a de que seu governo fez o serviço que a turma do secretário Saulo de Castro Abreu Filho -leia-se a turma do ex-governador e presidenciável Geraldo Alckmin (PSDB)- não conseguiu.

Mais do que isso, ao desbaratar a quadrilha de roubo a banco da organização criminosa, pode ainda ter tirado a sorte grande, fisgando um dos envolvidos no rumoroso seqüestro do jornalista Guilherme Portanova e do auxiliar técnico Alexandre Calado, da TV Globo.

Pouco importa que a Polícia Federal esteja há mais de um ano literalmente correndo atrás da quadrilha, a mesma que furtou o Banco Central de Fortaleza (CE), e que até agora não tenha conseguido recuperar quase nada.

Dos R\$ 164,8 milhões furtados no maior assalto da história do país, apenas R\$ 18 milhões foram resgatados pela Polícia Federal. Alguns dos quais, é necessário lembrar, achados por garotos depois que uma bola de futebol caiu numa casa abandonada. Uma piada.

Em ano de eleição presidencial, o que vale mesmo é o marketing político, o discurso. Lula, que já tem enorme vantagem nas pesquisas sobre Alckmin, ganhou mais essa.

Feriu o PCC e esvaziou a constatação tucana - verdadeira- de que a facção criminosa nascida nas penitenciárias do Estado se fortalece com as armas e drogas que a PF não vê passar pelas fronteiras.

Entre janeiro e julho, vale o registro, foram apreendidas

Mônica Bergamo

DOSE DUPLA 1

Para quem ainda tem dúvida de que o atual prefeito de SP, Gilberto Kassab, é o candidato do coração de José Serra para disputar de novo a prefeitura, em 2008, tendo como vice Andrea Matarazzo: em jantar recente cheio de empresários, em São Paulo, a "dupla Kassab e Andrea Matarazzo" foi elogiada num discurso. Serra puxou as palmas, entusiasmado.

DOSE DUPLA 2

Além de Kassab ser leal a Serra, a eleição dele solidificaria a aliança com o PFL, que em troca apoia a candidatura de Serra à presidência em 2010. De quebra, Kassab viraria uma pedreira no caminho de Geraldo Alckmin caso ele perca a eleição presidencial e decida concorrer à Prefeitura de São Paulo.

CONTROLE

O ex-presidente da Alcoa, Josmar Verillo, está convocando mais de cem ONGs que combatem a corrupção para um encontro em Ribeirão Bonito (SP), de 7 a 9 de setembro, para discutir "controle social na administração municipal". As entidades foram criadas sob inspiração da Amarribo (Amigos Associados de Ribeirão Bonito), ONG liderada por Verillo e pelo consultor Toninho Trevisan que desvendou um esquema de fraudes em Ribeirão Bonito. Vão participar o ex-ministro Paulo Brossard, o procurador-geral Roberto Pinho e o ministro Flávio Bierrenbach.

Os números mostram que a corrupção tem sido alvo preferencial da Polícia Federal. Desde 2003, foram realizadas 193 megaoperações, 101 delas dedicadas ao combate à corrupção. Os números incluem a Operação Dilúvio, que prendeu 20 acusados de corrupção.

Se forem considerados os inquéritos pontuais, derivados de CPIs ou de investigações especiais, como a do caso Waldomiro Diniz, o total de operações relevantes da PF no governo Lula chega a 280, metade delas dedicadas ao tema corrupção, segundo o Ministério da Justiça. Por conta disso, entre os presos há regularmente desembargadores, juízes, policiais, promotores, prefeitos, secretários de Estado e parlamentares de todos os partidos. A lista inclui até ex-governadores.

Um deles, Flamarion Portela, de Roraima, era filiado ao PT quando foi apanhado pela Operação Gafanhoto, em 2004. Viu seu mandato cassado. Por envolvimento na mesma quadrilha, que desviava recursos do Estado, foi preso o ex-governador Neudo Campos (PP), também de um partido da base governista no Congresso. (VM)

Embora negue qualquer viés político em sua atuação, a Polícia Federal intensificou as operações de combate à corrupção neste ano eleitoral. De 1º de janeiro a 18 de agosto, foram realizadas nada menos que 74 operações, contra 61 ao longo de todo o ano passado. O número é quase quatro vezes maior que o registrado no primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - 16 operações - e 80% maior que o total de 2004, quando houve 42 ofensivas da Polícia Federal.

O balanço da PF, usado como trunfo na campanha pela reeleição de Lula mostra que as operações deste ano levaram à prisão de 1.050 pessoas - 523 delas por corrupção, das quais 220 servidores públicos. De 2003 até agora, foram presas 3.342 pessoas de todo o País nessas operações, dos mais diferentes extratos econômicos condição social e militância política. Desse total, quase 2.000 respondem a processo por corrupção - ativa e passiva - e 670 são servidores públicos.

O balanço das operações mostra que o combate à corrupção, uma das bandeiras do governo Lula, seguiu trilha de crescimento constante. O uso dessa bandeira tem levado a oposição a acusar o governo de politizar a ação da PF, colocando a instituição a serviço da reeleição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Ideli Salvatti, conheço muito bem esse problema do crime organizado. No momento em que houver vontade política, ele acaba. O que está faltando é vontade política no Brasil.

Vou conceder a palavra ao Senador Wellington Salgado e, em seguida, aos Senadores Alvaro Dias e Pedro Simon, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes cedeu o tempo para mim?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente. V. Ex^a falará logo após o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Welling-

ton Salgado, pela Liderança do PMDB, por 5 minutos, para uma comunicação inadiável de interesse partidário. S. Ex^a falará pelo PMDB de Minas Gerais.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente João Alberto, demais Senadores, vim a esta tribuna porque foi publicada matéria totalmente infundada em uma revista da qual sou assinante e a qual adoro ler aos sábados, ouvindo um disco. Foi publicado que o Senador Ney Suassuna teria lido para mim cartas que acusavam o ex-presidente José Sarney, o atual Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, e o meu amigo, Senador Romeu Tuma. Eu queria dizer que isso não é verdade, não aconteceu.

Segunda-feira, quando o Senador Ney Suassuna, licenciado neste momento, comunicou-me que eu assumiria a Liderança do PMDB nesta Casa, fomos conversar. Encontrei o nosso querido Líder, Senador Ney Suassuna, muito angustiado naquele momento.

Claro, com uma trajetória política como a de S. Ex^a, que alcançou a Liderança do PMDB, maior partido nacional no Senado e, de repente, ter que se licenciar para se defender de acusações no Conselho de Ética, além de ter que fazer uma campanha, para ele, é um momento de muita tristeza.

Conversamos sobre vários assuntos. Às vezes, alguns políticos e a própria imprensa esquece que, antes de qualquer coisa, tem que existir amizade entre as pessoas. Há determinados momentos que você tem que conversar com alguém do seu partido ou de outro partido, sendo político, e mostrar atenção, carinho, amizade.

Outro dia, estava numa CPI, quando alguém disse que amizade era dali para fora. Penso diferente, pois acredito sempre no meu amigo. Se tiver provas contrárias ao que ele está dizendo, não acredito mais nele. Mas, enquanto houver meramente suspeitas, primeiramente acredito no meu amigo.

Participei de uma conversa de uma hora com o Senador Ney Suassuna, na qual discorremos sobre toda a trajetória dele, homem da Paraíba, um lutador. Conheci o Senador antes de ele ser político, sempre lutando, homem que veio de baixo. Aí plantam na revista essa história de que ele teria lido para mim cartas acusando os Senadores Romeu Tuma, José Sarney e o Presidente Renan Calheiros.

Quero dizer que, se algum dia alguém ler uma carta para mim acusando essas três pessoas, eu vou rasgá-la ou sair de onde estiver, porque são três pessoas por quem tenho o maior respeito.

O Senador José Sarney já foi tudo na vida, ninguém tem nada contra S. Ex^a.

O Presidente Renan Calheiros tem se mostrado um grande democrata, conseguindo administrar esta Casa neste momento de pressão total. Nesta Casa e na Câmara dos Deputados, os Parlamentares estão vivendo um momento de pressão total: os bons Senadores e os bons Deputados. Agora, não é possível que não se possa ter uma conversa com um amigo e, de repente, sair na imprensa que estariam sendo feitas denúncias. Nunca isso! Ainda mais contra essas três pessoas que acabei de citar.

O Senador Romeu Tuma está aqui, é meu amigo, nunca houve nenhuma carta contra ele. Ainda mais: eu duvido que o Senador Ney Suassuna possa fazer alguma acusação como a que foi apresentada na imprensa.

Vou continuar lendo essa revista, porque adoro lê-la. No sábado, coloco um CD e leio notícias publicadas nela, que abordam vários assuntos. Mas tive que subir à tribuna para desmentir essa matéria. Não aconteceu isso. O que houve, sim, foi uma conversa, em que o

Senador Ney Suassuna passou para mim as funções da Liderança. Sou novo nesta Casa, transformei-me em Líder deste Partido maravilhoso, que é o PMDB, porque os outros Vice-Líderes tinham compromissos políticos. Por isso, eu acabei assumindo essa função. Quanto menos eu aparecer, melhor, porque este é um Partido que tem Governadores, ex-Presidentes. Todos sabem por que assumi a Liderança neste momento. Mas o Líder eleito pelo PMDB para o Senado é o Senador Ney Suassuna, que se licenciou para defender sua honra e seu mandato.

Espero que o Senador Ney Suassuna ganhe as eleições na Paraíba, porque representa muito bem aquele Estado. É um lutador, um homem que não afrouxa nunca e é a cara do povo da Paraíba.

Sr. Presidente, contra o Presidente Sarney, nem precisa ser dito nada. Não há por que alguém dizer que existe uma carta contra um homem que já exerceu todos os cargos nesta Casa e neste País. Isso é pura mentira. Nunca aconteceu isso. Pelo contrário! Pelo contrário!

Senti o Ney muito angustiado porque estava aprontando suas coisinhas no gabinete da Liderança, tirando todo o seu material, a bandeira da Paraíba. Aquele é um momento angustiante. Quem sabe todo o caminho que o Senador Ney Suassuna traçou para chegar à Liderança do maior Partido do Brasil sabe que aquele é um momento de tristeza.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, vim a esta tribuna somente para falar isto: não houve conversa nesse sentido. Se, algum dia, algum Senador tentar conversar comigo sobre as três pessoas citadas, podem ter certeza de que saio da sala e não vou escutá-lo, porque não acredito em algo que possa existir contra esses três Senadores.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, porque fui bem citado. O Senador Wellington Salgado de Oliveira é meu amigo pessoal. Recentemente, conheci V. Ex^a e tenho admiração pelo seu trabalho e sua sinceridade. A dignidade de V. Ex^a em vir à tribuna trazer a verdade, visto que V. Ex^a foi citado como participante dessa pseudoconversa, traz tranqüilidade ao Congresso Nacional. V. Ex^a apresenta esclarecimentos. Digo com sinceridade, Sr. Presidente, que, com todas as queixas que o Senador Ney Suassuna tinha com as apurações, S. Ex^a foi à tribuna e falou. Ele não se omitiu ao dizer que estava triste com a apuração.

Tivemos não um debate mas um bate-papo, e lhe expliquei como estava fazendo a investigação. Quando se investiga com dignidade e com respeito, investiga-se para apurar a inocência da pessoa e não para acusá-

Ia. Se vierem, como disse V. Ex^a, fatos concretos que comprovem a ilicitude da ação, não há perdão; mas realmente se deve buscar a comprovação. Como há conflitos entre os funcionários do gabinete dele, estou tentando esclarecer a situação. Acho que o Senador não teria como me acusar de nada, absolutamente nada e, inclusive, disse que ninguém leu a carta que seria destinada a mim. Deve ser apenas um envelope, sem nada dentro.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Não existia a carta, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Estou brincando. V. Ex^a esclarece. O Senador Renan Calheiros, o Senador José Sarney e o Senador Amir Lando estão cumprindo a sua obrigação congressual. O Senador Renan Calheiros tem-se portado como um magistrado, não tem interferido em nada, em absolutamente nada. O Presidente do Conselho está aqui e sabe que o Presidente Sarney não tocou em nada. Há que se buscar a verdade para aqueles que estão sendo – não digo acusados – relacionados no depoimento do Sr. Luiz Antônio Vedoin. Ontem, apresentei um requerimento. Senador Wellington Salgado, desculpe-me tomar seu tempo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – É uma honra para mim, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Apresentei um requerimento à CPMI solicitando que ele seja reinquirido, para que ele afirme que não irá mentir e esconder fatos, sob pena de perder os benefícios da delação premiada. Por quê? Porque nenhum depoente que tem esse benefício pode voltar atrás, pois, se o fizer, não se poderá confiar mais em todo o seu depoimento. Em relação a essas coisas, é preciso muita cautela e seriedade. Sei que a CPMI é presidida por um procurador, que conhece bem a ação penal. Até agora, ninguém acusou o Senador Ney Suassuna, nem mesmo seus funcionários, em seus depoimentos. É claro que há evidências relativas a funcionários, tanto que a polícia até os prendeu, mas ninguém chegou a citar o Senador como mandante. Agradeço a V. Ex^a, Senador Wellington Salgado. Eu também me sentiria constrangido por ter de ir à tribuna me defender de não sei o quê. V. Ex^a toma essa cautela e demonstra claramente que tem toda capacidade de ser um grande líder neste Congresso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – Senador Romeu Tuma, agradeço a lembrança. Quero passar esse período apenas lendo jornais no meu gabinete. Como Líder de um Partido que tem entre seus membros ex-Presidente da República, como o Senador José Sarney; ex-Governadores, como o Senador Pedro Simon – para mim, um grande

conselheiro –; como o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros; como o Senador Gerson Camata, que está no Espírito Santo; como o Presidente desta sessão, o Senador João Alberto, o melhor que faço é cumprir com minha tarefa no Partido. Lembro aquela velha frase: “Sou do Exército; então, tenho de cumprir ordens”.

Realmente temos de dar um jeito de mostrar a verdade. Não podemos simplesmente pegar um fato e mostrá-lo de uma maneira completamente diferente da realidade.

A conversa que tive com o Senador Ney Suassuna foi para pedir a S. Ex^a que me dissesse quais são as funções de um Líder. Queria saber, por exemplo, o que o Líder faz, quem era o responsável pelo encaminhamento de todo o material, como funcionava o dia-a-dia da Liderança. No entanto, ficamos fechados.

Realmente, encontrei Ney Suassuna muito magoados, sentindo-se sozinho. Então, tive com ele uma conversa de amigo, relembrando sua velha história e todo o caminho que ele trilhou, para animá-lo naquele momento em que ele sofria ataques.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
(PMDB – MG) – O aparte de V. Ex^a é uma honra para mim.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a, numa hora muito difícil, foi ungido com a Liderança do Partido. A vida, Senador, é feita, muitas vezes, de fatos inesperados, de surpresas – ou, naturalmente, V. Ex^a não seria o Líder. Evidentemente, o Líder era o Senador Ney Suassuna, que se afastou. Elogiei esse gesto, porque, como Líder, ele não poderia fazer a sua defesa conforme deveria. V. Ex^a é o Líder agora e tem a confiança da Bancada. O problema não é pedir ao Senador Ney Suassuna que passe tudo para V. Ex^a. De agora em diante, V. Ex^a tem de determinar que tudo o que diz respeito à Bancada do PMDB seja decidido por V. Ex^a. A designação dos funcionários da Liderança, tudo é com V. Ex^a. Quer que eu seja sincero? Vou ser. Por exemplo, quanto aos membros do Conselho de Ética – quem são, se devem sair ou permanecer, tudo isso depende de decisão de V. Ex^a, porque é um fato novo. O Líder que indicou os membros naquela ocasião agora vai ser julgado. Então, é mais do que natural – não há nada de pessoal – que, nesse fato novo, V. Ex^a, que é o atual Líder, possa manter os representantes do PMDB no Conselho de Ética ou substituí-los. A decisão é de V. Ex^a. A partir de agora, vão participar do Conselho de Ética na hora de decidir membros apoiados por V. Ex^a, que não poderá alegar que não os indicou, porque consentiu que permanecessem lá. Eles estarão

lá ou porque V. Ex^a consentiu que eles ficassem, ou porque V. Ex^a os substituiu. Está na Presidência um bravo companheiro nosso, que pode dizer se estou ou não dizendo a verdade. V. Ex^a tem o apoio de toda a Bancada, que quer a verdade. É claro que rezamos para que o Senador Ney Suassuna se saia bem, que tudo dê certo, mas queremos a verdade e não podemos comprometer o PMDB. V. Ex^a agora exerce esse papel porque houve o fato desgastante de o Líder do PMDB ser apanhado numa circunstância como essa, e da qual está se defendendo. Não quero dizer que ele tenha culpa, mas está se defendendo. Então, a essa altura, V. Ex^a é o novo Líder do PMDB com autoridade para resgatar nosso papel de assumir esse compromisso. Apoiar seu amigo Ney Suassuna é correto – não penso o contrário –, mas deve haver independência e liberdade para agir e buscar a verdade. V. Ex^a terá de assumir sua tarefa. V. Ex^a será marcado por essa liderança. Ela poderá ser o fato marcante que irá determinar sua credibilidade diante de nossa Bancada e sua consagração no próximo pleito com Senador. Essa é uma posição que aparece e, aparecendo, nosso desempenho precisa estar à altura dela. V. Ex^a não a pediu, V. Ex^a não a buscou; ela lhe foi entregue. No momento em que o fato lhe foi entregue, V. Ex^a, com sua autoridade... É claro que V. Ex^a pode dizer: Eu sou novo, eu cheguei agora, eu estou começando... Ninguém é mais importante do que V. Ex^a, que é nosso Líder, e, portanto, é mais importante do que eu, do que a nossa Bancada, porque V. Ex^a a coordena, a comanda, a chefia. Pode ficar tranquilo porque todos nós vamos atrás de V. Ex^a, que vai ter a cobertura de todos nós porque o PMDB de todo o Brasil quer que se encontre a verdade. Dou a minha solidariedade, o meu apoio e o meu carinho a V. Ex^a e rezo a Deus para que V. Ex^a reúna a competência e a capacidade para desempenhar com dignidade do seu papel, sem avançar demais no sentido de atingir quem quer seja, mas sem recuar no sentido de comprometer o nome e a dignidade de V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador. Além de tudo que V. Ex^a me ofereceu, eu queria a coisa mais importante: o conselho de V. Ex^a. Isso é que é importante. V. Ex^a tem toda uma história no PMDB, que é algo que ninguém consegue encontrar nos livros. Por isso, todas as vezes que sei que V. Ex^a está discursando, sento na minha cadeira e fico a observá-lo, porque essa é uma aula de história. Não deixe de me dar os seus conselhos, que é a coisa mais importante.

Sr. Presidente, muito obrigado. Eu somente queria esclarecer a questão.

Obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Wellington Salgado de Oliveira e Senador Pedro Simon, como Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eu gostaria de dar-lhes uma explicação: o PMDB somente tem quatro membros no Conselho – são quinze membros, mas o PMDB tem apenas quatro, que são: Senador Ramez Tebet, Senador Luiz Otávio, Senador Alberto Silva e eu.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Sr. Presidente, como Líder, eu já encaminhei a indicação para o preenchimento das demais vagas, que deve ser lida no plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Exatamente.

A Casa registra, com satisfação, a visita de alunos do curso de Direito da Universidade Paulista – Unip. São alunos de Sorocaba e de Itapetininga. Para nós, é muita satisfação receber sempre essas agradáveis visitas.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, ex-Governador do Paraná, do PSDB, por dez minutos. Em seguida, concederei a palavra ao ex-Governador do Rio Grande do Sul, Senador Pedro Simon.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 4 DE SETEMBRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sou que agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, ex-Governador do Rio Grande do Sul, do PMDB do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a tem a palavra por 10 minutos, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR PEDRO SIMON NA SESSÃO DO DIA 4 DE SETEMBRO, DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, do PL de Minas Gerais, pela liderança do Partido.

V. Ex^a tem 5 minutos para uma comunicação urgente de interesse partidário.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Como Líder.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^{as}s e Srs. Senadores, neste momento de instabilidade pelo qual passa o agronegócio brasileiro, é preciso que empresários e produtores estejam atentos para as melhores oportunidades de mercado em médio prazo. E, nesse sentido, Sr. Presidente, um importante alento virá, sem dúvida alguma, dos futuros investimentos nacionais na produção de biocombustíveis.

Por enxergar no biodiesel uma opção viável também para a melhoria de renda de pequenos e médios produtores, tenho incentivado há algum tempo a expansão dessa atividade no meu Estado de Minas Gerais, especialmente no sudoeste do Estado e na minha região, no Triângulo Mineiro. A primeira usina de biodiesel do País está instalada no Município de Cássia, no sudoeste mineiro, e tenho certeza de que há espaço para a instalação de outras dezenas e dezenas de unidades em Minas Gerais, pois, em vários municípios, existe uma aptidão natural para a cultura de oleaginosas.

Por apostar muito nessa atividade, Sr. Presidente, quero registrar aqui a minha satisfação diante do anúncio feito na última semana pela Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, de que serão investidos pelo Governo R\$355 milhões de reais até 2008 na pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis.

Esse esforço, que envolverá o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Petrobras e a Empresa de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, deve ser saudado e confirmado na prática, independentemente do resultado do atual processo eleitoral, pois estima-se que, com o uso do biodiesel, o Brasil economizará cerca de US\$160 milhões por ano, com a redução das importações do diesel mineral.

O estímulo que vem sendo dado à atividade até aqui tem sido satisfatório, pois os 840 milhões de litros do combustível já contratados, nos quatro leilões já realizados pelo Governo, são suficientes para atender a meta de 2% de mistura ao diesel que começará, por lei, a ser aplicada a partir de 2008.

Outro anúncio importante concretizado pelo Governo, na última semana, foi o de que o número de postos de abastecimento aptos a vender o diesel misturado ao biodiesel dobrará até o fim de 2006.

Mas as melhores perspectivas para o biodiesel no Brasil estão relacionadas especialmente ao crescente interesse dos setores sucroalcooleiro e frigorífico pela atividade. Pela alta capitalização e facilidade de acesso

às matérias-primas, tais setores poderão impulsionar fortemente o novo combustível.

No caso do setor sucroalcooleiro, a produção do biodiesel representaria um destino certo para as oleaginosas produzidas nas terras em período de rotação de cana.

Já há no mercado oferta de equipamentos que permitiriam às usinas utilizar tanto o metanol quanto o etanol para a adequação das matérias-primas utilizadas no processo de produção de biodiesel. Essa facilidade explica o interesse da Cosan, o maior grupo sucroalcooleiro do País, em investir em unidades de biocombustível anexas às usinas de álcool e açúcar, conforme demonstrado em reportagem do **Diário do Comércio e Indústria**, publicada no último dia 31 de agosto.

Já no caso dos frigoríficos, o interesse pelo biodiesel se dá devido ao crescimento da produção do sebo bovino em quantidade superior à demanda pelo produto. Logo, o investimento em biodiesel garantiria a melhor utilização do produto e a agregação de valor. Tanto um quilo de sebo quanto um de óleo de soja produzem a mesma quantidade de biocombustível.

Uma planta para a produção de biodiesel a partir do sebo bovino já entrará em funcionamento em janeiro de 2007, no Município de Rondonópolis, no Mato Grosso, com capacidade de produção de 40 milhões de litros por ano.

Também o respeitado frigorífico Grupo Bertin, com negócios em São Paulo e na minha região, no Pontal do Triângulo Mineiro, já anunciou que colocará em operação uma usina de biodiesel capaz de produzir 100 milhões de litros ao ano a partir de março de 2007, anexa à sua unidade no Município de Lins, no interior paulista.

Em Iturama, minha terra natal, a Biodiesel Triângulo, prevista para entrar em operação até o início de 2008, também utilizará o sebo como matéria-prima enquanto as árvores de pinhão manso não entrarem em fase produtiva.

Como se vê, Sr^{as}s e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, nosso País tem todas as condições para se tornar uma grande referência mundial na produção de biodiesel.

O Governo Federal e os empresários devem somar esforços para que essa condição seja devidamente potencializada, de maneira que venha não só a fortalecer a economia, mas, sobretudo, envolver também o maior número possível de pequenos e médios produtores no plantio da cultura oleaginosa. O biodiesel brasileiro tem o desafio de crescer aliando progresso econômico e efetiva distribuição de renda, e é nesse

sentido que devemos, como Parlamentares, fazer as cobranças necessárias.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Aelton Freitas.

Sem prejuízo da ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Geovani Borges, PMDB do Amapá. Em seguida, por permuta com o Senador Aelton Freitas, vou conceder a palavra ao Senador José Jorge, candidato à Vice-Presidência da República pelo PFL.

Concedo a palavra ao Senador Geovani Borges, por dez minutos.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ao início do mês de junho último, o eminente Senador Gilvam Borges comunicou ao Plenário do Senado Federal a realização, entre os dias 11 e 14 daquele mês, do Congresso Internacional de Proteção Jurídica da Biodiversidade da Amazônia, sob o patrocínio do Tribunal de Justiça, da Associação dos Magistrados do Estado do Amapá e do Instituto “O Direito por um Planeta Verde”, com apoio institucional do Governo Estadual, da Embaixada da França no Brasil e do Ministério do Meio Ambiente.

O evento, que foi sediado em Macapá, teve por foco temas da mais alta importância, seja para o Estado do Amapá e Amazônia, seja – será justo dizê-lo! – para todo o Brasil.

Sr. Presidente, de fato, a biodiversidade amazônica, patrimônio inestimável dos brasileiros, encontra-se ameaçada como nunca antes. A proliferação das práticas de exploração não sustentada da floresta e de seus recursos, por um lado, e a ganância inescrupulosa dos grupos praticantes da biopirataria, por outro, dilapidam e saqueiam o ecossistema, sem que, muitas vezes, a lei ou o aparelho fiscalizador do Estado possam reagir a tempo ou com a intensidade recomendável.

Marcas e técnicas tradicionais são registradas no estrangeiro, como se não nos pertencessem; produtos e perfis genéticos, contrabandeados para sustentar indústrias ou a pesquisa em laboratórios internacionais, sem qualquer tipo de regramento ou tributação.

Contra esse lamentável estado de coisas, o Congresso Internacional – que contou com renomadas personalidades do mundo das Ciências Humanas, Naturais e Jurídicas – firmou dois documentos.

O primeiro deles foi a “Carta Amazônica da Biodiversidade”, conjunto de diagnósticos e de recomendações que orientam: para o reconhecimento do homem amazônico, em especial o caboclo, o indígena e os membros das comunidades locais tradicionais como o elemento mais importante da natureza mesma da

Amazônia; para a característica supranacional da floresta; para a necessidade de educar para a biodiversidade, notadamente as próprias populações locais; para a urgência em se formar uma mentalidade jurídica própria à proteção dos ecossistemas e ao combate à biopirataria; para a urgência, enfim, de compatibilizar os interesses das comunidades amazônicas aos do desenvolvimento sustentável, privilegiando o associativismo, o cooperativismo, o investimento em pesquisa e em registro de patentes, com maiores garantias de efetividade da ação do Estado e de multiplicação dos projetos fundamentados em contrapartidas sociais.

Trata-se, como se pode observar, de uma avaliação lúcida dos problemas regionais, bem como de conjunto propositivo absolutamente sintonizado com os caminhos que – entendemos todos – devem trilhar o progresso e o desenvolvimento no Norte.

O segundo documento propõe os delineamentos de um anteprojeto de convenção bilateral França-Brasil, versando sobre a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Visando ao embrião de uma ação mais coordenada e supranacional, foi designado um grupo de juristas sob a direção conjunta do Desembargador Gilberto Pinheiro, do Tribunal de Justiça do Amapá, pelo Brasil, e do Professor Michel Prieur, do Centro de Direito Ambiental da Universidade de Limoges, pela França, contando com o apoio de várias instituições de ambos os países.

Entre as decisões associadas à de empreender um anteprojeto, destaco a de permitir, em sua elaboração, participação a mais ampla possível das populações indígenas e locais, bem como dos diversos níveis da Administração Pública, das universidades, dos centros de investigação e das associações de defesa do ambiente da Guiana Francesa e do Amapá.

O que se pretende, Sras e Srs. Senadores, é associar as coletividades locais fronteiriças de ambos os países, numa iniciativa inovadora de elaboração e implementação de corte transnacional – brasileiro e francês –, com o objetivo de promover, de forma absolutamente integrada, o respeito à biodiversidade e o desenvolvimento sustentável desta porção importante e privilegiada da Amazônia: o entorno do Amapá e da Guiana Francesa.

Digo privilegiada sem superlativos ou subjetividade, uma vez que o Estado do Amapá – ao lado do Acre, notadamente, e tal como a Guiana Francesa – vem destacando-se pioneiramente na adoção de políticas públicas em favor do desenvolvimento sustentável de suas florestas. O Estado possui 97% de sua cobertura vegetal intacta, sendo 56% de seu território destinado a unidades de conservação.

Além dos positivos e produtivos debates do Congresso, destaco ainda o fato de haver, entre os índios e os caboclos amazônicos, um grande orgulho por seus antepassados, que nasceram e morreram naquela região, bem como um histórico de bom relacionamento com a natureza.

Tudo isso faz do Amapá um dos locais mais preservados do Brasil e, naturalmente, a escolha ideal para uma parceria internacional de peso, tal como se pretende constituir a partir de uma eventual convenção franco-brasileira sobre a biodiversidade e o desenvolvimento sustentado.

Já finalizando, Sr. Presidente, não há como não prestar aos organizadores do Congresso nossas mais profundas homenagens, não só pela ousadia da proposta do tema, como pelo bom decurso dos trabalhos – circunstância que atestamos pelo simples exame de qualidade das resoluções que lá foram alcançadas. Iniciativas como o Congresso Internacional testemunham positivamente sobre o Amapá e sobre todo o Brasil ante toda a comunidade internacional.

Mas ainda é importante repisar a grande oportunidade que se abre para o Governo Federal em examinar com atenção a proposta do grupo de trabalho, em virtude da grande tempestividade de que ela se reveste e de seu extraordinário potencial de influenciar positivamente a economia estadual e o desenvolvimento das populações locais.

A Amazônia é um bem dos brasileiros, mas também é um recurso que se desdobra pelo território de quase uma dezena de países. Está claro aos amapaenses, em especial a partir de conclusões do Congresso Internacional, que soluções eficazes, eficientes e efetivas somente serão alcançadas com grande empenho interno, espírito aberto e colaboração com aquelas nações que conosco compartilham essa riqueza incomparável. Os brasileiros do Amapá já estão nesse caminho.

Caros Senadores e Senadoras, cabe ao Brasil, em nível federal, somar-se à liderança de um projeto que pode muito bem representar o laboratório dos destinos da Amazônia. E os destinos da Amazônia, Sr. Presidente, são, em larga medida, os destinos de todo o nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senador Geovani Borges.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco, candidato a Vice-Presidente da República.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em seguida, vou conceder a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador José Jorge falará por cessão do Senador Aelton Freitas, que estava inscrito em sétimo lugar. O Senador Almeida Lima está inscrito em oitavo lugar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a provisória vantagem do Presidente Lula nas pesquisas de opinião faz com que ele comece a revelar como seria um segundo mandato seu: exatamente como o atual, inclusive com o retorno dos envolvidos nos escândalos do mensalão e das sanguessugas, entre outros malfeitos na administração petista.

Semana passada, uma visita fortuita do ex-Presidente do PT, José Genoino, ao Palácio do Planalto revelou o que circulava nos bastidores. A turma de amigos do Lula, afastados por pressão da sociedade, somente aguarda uma eventual vitória da reeleição para reimplantar a “república do mensalão” no Palácio do Planalto.

Segundo conversas de bastidores, o PT só espera nova legislatura para propor – vejam bem, Srs e Srs. Senadores – a anistia do ex-todo-poderoso José Dirceu, que a Câmara dos Deputados cassou em 2005. Alguns assessores de José Dirceu já retornaram ao Planalto, como é o caso da assessora de imprensa Telma Feher, que está lotada na Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

Passo a ler um texto, Sr. Presidente, escrito no *blog* do jornalista Josias de Souza, da **Folha de S.Paulo**, que explica esses planos de Lula e do PT e a enganação da reforma política que não propôs no mandato de quatro anos:

“O petismo vem apresentando a reforma política como remédio que a tudo remedia. Lula chega mesmo a insinuar que só há escândalos, um atrás do outro, porque a política não foi reformada”.

Ressalto – o jornalista Josias de Souza não o disse – que o Presidente Lula teve quatro anos para apresentar projetos de reforma política e poderia ter utilizado esses quatro anos para aprovar alguns projetos de reforma política que foram aprovados pelo Senado e estão na Câmara. Todavia, nunca encaminhou

nenhum projeto de reforma política e nunca trabalhou para que os que estão na Câmara, já aprovados pelo Senado, fossem apreciados. Tudo isto – fidelidade partidária, voto distrital, voto distrital misto, proibição de coligação – já foi aprovado pelo Senado e está na Câmara, e o Presidente Lula nunca envidou nenhum esforço nesse sentido, muito menos enviou matéria alguma para o Congresso. Os projetos aprovados foram de iniciativa do Legislativo, como aquele do Senador Jorge Bornhausen, de que fui Relator e que, inclusive, já está valendo nestas eleições.

“Ao tomar posse, em janeiro de 2003, Lula prometera, entre outras coisas, priorizar a reforma política e acabar com a corrupção. Não reformou nada. E não viu coisa alguma.

Agora, Lula diz que a roubalheira não é fruto – ouça bem o que ele disse, Senador Geraldo Mesquita Júnior – de erro individual ou partidário – quer dizer, não são os ladrões que erram –, mas resultado “dos acúmulos das deformações da estrutura política”. Pois bem, a pretexto de endireitar as coisas, trama-se nos subterrâneos do petismo uma tortuosidade: a anistia política de José Dirceu.

O repórter Raymundo Costa informa que o desejo de cavar um perdão para o ex-chefão da Casa Civil freqüenta até as preocupações do Planalto: “A anistia seria específica para quem recebeu punição política. Nessa categoria, estariam enquadrados José Dirceu e o ex-deputado Roberto Jefferson, acusado e acusador do mensalão (...).”

É o cúmulo! Todo esse escândalo do mensalão, provado e comprovado pela CPI e pela mídia, seria encerrado com um ato de anistia àqueles pouquíssimos que foram punidos!

“Era só o que faltava. Dos 19 congressistas encravados no fenômeno do mensalismo, só três tiveram a cabeça apartada do pescoco: Jefferson, Dirceu e o deputado Pedro Corrêa (PP-PE). Se vier a anistia, o dramalhão ganhará ares de comédia-pastelão. De tudo, sobrará uma lição que a política ensina: político jamais aprende”.

A lição vem para todos nós, sendo que o mais correto seria dizer: o PT e Lula jamais aprendem.

José Dirceu hoje já atua como lobista, com largo trânsito no Governo Lula. Inclusive, tem um blog na Internet, no IG, que hoje está nas folhas da **Veja** e que tem atuação específica no Governo do Presidente Lula. Consta, inclusive, que teria feito gestões junto ao governo boliviano em nome do Presidente Lula, cuja

viagem foi comprovada. Ele foi, de jatinho, em nome do Governo do Presidente Lula, participar das negociações com o governo boliviano.

Ex-ministro de Lula, José Dirceu só não se candidata nesta eleição porque foi cassado. De todos aqueles envolvidos, ele é o único que não se candidata na eleição porque foi cassado. Evidentemente, não pode se candidatar; mas pode ser ministro. Quer dizer, a quebra dos direitos políticos faz com que José Dirceu não possa ser votado nem possa votar; mas nada impede que ele seja ministro.

Mas outros mensaleiros e sanguessugas são amplamente apoiados pelo PT, como o Genoíno, o Deputado João Paulo Cunha, o Professor Luizinho, o Ministro Humberto Costa, de Pernambuco, e o Ministro Antonio Palocci, entre outros. Quer dizer, há toda uma estrutura montada para que todo esse esquema volte ao poder, juntamente com Lula.

Além do apoio e engajamento na campanha desses petistas, o Presidente Lula tem recebido apoios, confirmado que um eventual segundo mandado seria um desastre para a moralidade pública.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Esta questão toda, Senador, envolve outra questão realmente muito importante: o procedimento do PT ao longo de toda essa caminhada, desde o aparecimento do caso Waldomiro, para o qual pedimos a CPI. O Governo não deixou criar a CPI, e o desgaste veio vindo, veio vindo, veio vindo e terminou com o que aconteceu: caiu o Presidente do Partido, o Secretário Geral, o tesoureiro, o Chefe da Casa Civil. Num determinado momento, foi escolhido para presidente do Partido o Ministro Tarso Genro, que teve um gesto de grandeza: renunciou ao Ministério da Educação, onde ele ia, diga-se de passagem, muito bem, e assumiu a presidência do Partido. E ele dizia: “Vou cumprir uma missão histórica. Vou refundar o PT. A nós não interessa a CPI, não interessa a Comissão de Ética, não interessa o Plenário nem da Câmara nem do Senado, não interessa a Procuradoria, não interessa a Polícia Federal e não interessa o Judiciário. Nós temos de decidir as questões éticas do PT dentro da Convenção do PT, do Diretório Nacional do PT, da Assembléia-Geral do PT. E vamos fazer isso. Vamos dar amplo direito de defesa e vamos julgar. E os que tiverem de ser afastados serão afastados, não importa o percentual. Vamos refundar o PT”. Fui para aquela tribuna e enchi de elogios o Sr. Tarso, dizendo que estava aí uma atitude corajosa que, na minha opinião, salvaria o PT. Errar é humano,

cometer um equívoco. Mas, de repente, vinha alguém até a presidência para dizer que ele, por conta própria, o Partido, independente da Oposição, ia julgar a ética do Partido. Nota dez! O que aconteceu? O Dr. Tarso Genro não ficou dois meses na presidência do Partido. Veio a eleição, e foi sumariamente afastado. Não concorreu à presidência do Partido. E a tese que venceu na Convenção Nacional do Partido foi contrária à do Dr. Tarso Genro. O Ministro defendia a tese de apurar, e a decisão foi: até as eleições, não se fala nada; até a eleição, esse assunto não vai ser tocado; vai ser tocado depois da eleição. É fácil entender, não é Senador? Se não se toca na hora em que tem que se tocar, não vai ser depois da eleição, vitória ou derrota, que se vai tocar nessa matéria. Então, o PT reconheceu que não vai julgar ninguém, e, ao mesmo tempo, aparece, como tem aparecido, em primeiro lugar, apareceram na convenção os líderes afastados; em segundo lugar, já são candidatos alguns. Só não é candidato a Deputado quem não pode. Mas quem pode, como o ex-Ministro da Fazenda e ex-Ministro do Partido...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Antonio Palocci.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – São candidatos. Tranquilo. Então, na verdade, o PT resolveu ser pragmático, absolutamente pragmático. A tese interna da disputa, dos princípios éticos do Partido, da teoria, da história, da tradição, da biografia, foi colocada de lado. O que importa é ganhar a eleição. Depois, nós vamos ver.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. V. Ex^a tem completa razão. Na verdade, isso nunca mais será visto no PT. E penso que eles consideram que a eleição vai...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Vai absolver aqueles que forem eleitos. Todos esses, evidentemente, com o dinheiro do mensalão, com toda a infra-estrutura que montaram, inclusive com a mídia, têm boa chance de se eleger, imagino.

Além do apoio e engajamento na campanha desses petistas, o Presidente Lula tem recebido apoios confirmado que um eventual segundo mandato seria o desastre para a moralidade pública.

Algumas figuras tão combatidas pelo PT, especificamente pelo PT, no passado, e por Lula, também no passado, como o ex-Governador Newton Cardoso, como o ex-Governador de São Paulo, Orestes Quérzia, como o ex-Governador e ex-Senador, Jader Barbalho, hoje estão integradas e atuantes na campanha de reeleição. O Presidente Lula se esqueceu de todos eles.

E, na semana passada, o Presidente Lula recebeu o apoio de um desafeto do passado. Trata-se do apoio, surpreendente, do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, candidato a Senador pelo Estado de Alagoas, cujas primeiras palavras, quando lançou sua candidatura, foram de apoio ao Presidente Lula à reeleição, fato de que, aliás, eu não me admirei, exatamente porque as acusações que o Presidente Lula vem recebendo durante todo este período são muito semelhantes às que o Presidente Collor recebeu. Menores até do que as que o Presidente Collor recebeu, e terminou cassado.

Cassado por este Senado por corrupção, Collor agora é candidato a ocupar um assento nesta Casa pelo Estado de Alagoas. Adversários em 1989, com graves acusações mútuas, Lula e Collor agora se nivelam, e passam à sociedade a idéia de que são iguais.

Ao concluir, gostaria de alertar ao povo brasileiro, especialmente àqueles que estão pensando em votar em Lula – segundo as pesquisas, são muitos – talvez enganados pela vistosa propaganda eleitoral do PT, que, ao escolher o atual Presidente, o eleitor estará garantindo o retorno de José Dirceu e de todos aqueles mensaleiros e sanguessugas afastados, e outras crias deste desgoverno do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

V. Ex^a dispõe de até 10 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, estamos em campanha eleitoral e, em campanha eleitoral, acontece de tudo, é o momento em que muitos candidatos que não aparecem lá no interior, nos grotões do País, aproveitam a oportunidade para aparecer.

Refiro-me especificamente, neste meu pronunciamento, ao ex-Prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, candidato ao Governo do Estado de Sergipe. Há alguns dias, ele esteve em minha terra, Nossa Senhora das Dores, interior de Sergipe, e lá, em um pronunciamento, procurou promover a candidatura de seu companheiro ao Senado da República, o ex-Senador José Eduardo Dutra. Lá pelas tantas, justificando as potencialidades e os méritos da candidatura de seu companheiro, disse

que o Senado, por Sergipe, precisava de um Senador de verdade, porque “a Senadora” – referindo-se à Senadora Maria do Carmo Alves, sua concorrente – “não fala, e um outro Senador” – isso na minha terra, referindo-se a mim; sim, porque o terceiro Senador é Antonio Carlos Valadares, aliado de palanque dele, então não seria com ele, evidentemente – “é um desastre”.

Tenho sido um desastre para o Presidente Lula, um desastre para Marcelo Déda, um desastre para José Dirceu e um desastre para todos os corruptos deste Governo, sem a menor sombra de dúvida. Aliás, a primeira denúncia que fiz da tribuna desta Casa contra Marcelo Déda foi quando ele mandou capinar área pavimentada – cimento e paralelepípedo –, nos postos de saúde de Aracaju; mandou arrancar capim de cima de cimento – nunca vi isso em minha vida! Ele foi condenado pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Trata-se daquela denúncia que fiz aqui, inclusive utilizando imagens para todo o Brasil ver. Ele foi condenado.

Posteriormente, foi denunciado, e o Tribunal de Contas do Estado ainda não concluiu a investigação. Devo até fazer uma cobrança nesta semana para saber como anda o processo. Posteriormente, a revista **Veja** fez referência, em duas páginas, ao “Micareta Picareta”, realizada pelo Prefeito Marcelo Déda. De fato, tenho sido um desastre para ele.

Agora, o Tribunal de Contas da União processa o ex-prefeito Marcelo Déda por uma outra grande irregularidade em sua administração. Daqui a pouco, eu vou me referir a esse outro procedimento.

Mas é esse cidadão que se arvora na minha terra – não foi onde nasci, mas foi onde me criei. Sou de Santa Rosa de Lima, com muito orgulho. Mas me criei e passei toda minha infância, adolescência e juventude em Nossa Senhora das Dores e a considero minha terra natal, onde minha família reside, minha mãe, meus irmãos, meus parentes. Ele foi lá disso isso.

Mas esqueceram de passar a biografia completa do ex-Senador Eduardo Dutra, que, se estivesse no Senado Federal na atual legislatura, estaria de bico calado; estaria defendendo o salário mínimo de arrocho. Falou muito quando era Oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso, mas, estaria aqui envergonhado, como tantos do Partido dos Trabalhadores estão envergonhados, pelo lamaçal que produziram. Aliás, estaria aqui sem poder responder porque está leiloando as reservas de petróleo do Estado de Sergipe. E ainda tem a coragem, como forasteiro, de pedir voto aos sergipanos.

Ele deveria estar aqui justificando por que a refinaria não foi para o Estado do qual ele se considera

filho por residir lá – Sergipe. Ao contrário, promoveu todos os meios para que lá a refinaria não fosse.

Ele deveria estar se explicando aqui por que transferiu recursos da Petrobras para uma ONG, Colméia, cuja sede é em Salvador, e não em Aracaju, para a restauração do Parque da Sementeira, obra que carece de muitas explicações, com dinheiro público da Petrobras.

Precisava estar aqui dando explicações de contas, que estão no Tribunal de Contas da União, decorrentes da sua administração na Petrobras, com inúmeros contratos superfaturados, não pelas minhas palavras, mas pelas palavras do Tribunal de Contas da União. É, Senador de verdade.

Ora, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, povo brasileiro, o Sr. José Eduardo Dutra deveria estar explicando ao povo de Sergipe por que saiu antecipadamente da presidência da Petrobras – com muita antecedência. Deveria estar explicando os contratos da GDK, empresa prestadora de serviços à Petrobras e que presenteou o Sr. Silvinho Pereira com a Land Rover.

Pois bem, sou um desastre, continuarei sendo desastre, mas os senhores não terão o direito de fazer o que vou fazer agora, aqui da tribuna: mostrar um jornal do meu Estado. Aqui diz: “Prefeitura executou obra de R\$ 20 milhões sem licitação nem contrato”.

Obras de reurbanização de uma avenida, sem licitação e sem contrato, superfaturada.

Diz a matéria: “Déda fez a avenida SP em 2002 utilizando contrato de Almeida de 96 com Queiroz Galvão”.

Fiz uma licitação, quando Prefeito de Aracaju, com contrato para 10 meses e realização de toda esta avenida, com recursos preestabelecidos com o BNDES, para ser executado em 10 meses. Como os recursos não foram liberados, o contrato foi considerado vencido já no ano seguinte, em 1997, quando eu não era mais Prefeito.

Seis anos depois, inexistindo o contrato, ele convoca a construtora Queiroz Galvão para realizar a obra gastando R\$20 milhões, quando eu havia contratado por algo inferior a R\$ 6 milhões – exatamente R\$5.997.250,52. Ele pagou mais de R\$20 milhões! Com a presença do Presidente Lula nas duas etapas.

Diz mais o jornal:

É impressionante a falta de bom senso de alguns administradores no trato com o dinheiro público. Segundo constatações do Tribunal de Contas da União – TCU –, a principal obra executada durante os pouco mais de cinco anos da administração do ex-Prefeito de Aracaju Marcelo Déda, PT, a urbanização da Avenida

São Paulo, está recheada de irregularidades de difícil explicação.

Sem processo de licitação e muito menos contrato atualizado com a executora, a Construtora Queiroz Galvão, a obra iniciada por Déda em setembro de 2002 e concluída em 2005 custou aos cofres públicos R\$20.133.089,40.

E diz mais: "O contrato nº 62/96 foi originado de uma licitação realizada em 1996".

Eu sei que para se fazer obra pública precisa-se de licitação e de contrato. E o contrato tinha prazo previsto para 240 meses, sem direito à prorrogação, e assinado por pouco menos de R\$6 milhões.

Seis anos depois, a mesma obra, com a mesma contratada, pulou para R\$20 milhões. É por isso que sou desastrado. Eu sou desastrado por isto: porque fui Prefeito de Aracaju e não recebo esse tipo de notificação do Tribunal de Contas da União; e não recebi do Tribunal de Contas do Estado; e não recebi do Ministério Público. Não recebi.

Em dado momento da minha gestão, tive apenas dois Vereadores, Sr. Presidente, na minha Bancada – dois Vereadores em vinte e um. E não tive minhas contas rejeitadas. Não tive o dissabor de ver esse tipo de coisa.

Diz mais a matéria:

No contrato de 2002, o valor do metro construído foi R\$5.368,65, sendo que no total os 2.198 metros de urbanização da avenida custaram R\$11.800.289,40. Já em 2004, o valor do metro construído caiu para R\$2.494,85, sendo que os 3.340 metros foram feitos por R\$8.332.800,00.

Diz a matéria, pelo Tribunal de Contas da União, por meio de seus técnicos, que inspecionaram:

Não há matemática no mundo que explique esse desencontro. Portanto, é de se estranhar que, em relação às etapas feitas em 2002 e 2004, houve aumento de área de execução da obra e redução do valor global. Além disso, inevitavelmente, os custos de construção civil tiveram reajustes no período, mas o contrato com a Queiroz Galvão apresentou uma surpreendente diminuição nos valores do metro construído.

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Já encerro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – E continua a matéria:

Outra questão apontada pelo TCU é a cobrança do BDI da obra, que foi de 35%.

Quem é construtor, quem é engenheiro sabe muito bem que BDI (Bônus e Despesas Indiretas) é um delta que se inclui no contrato a título de bonificação, de ganho, de lucro. Não se pode admitir neste País, com uma inflação contida como a nossa, BDI que chegue sequer a 15%, quando as obras públicas estão sendo disputadas na Justiça, mediante ações que impugnam o processo de licitação, o que faz o BDI ser reduzido a 10%, 15%. O ex-Prefeito do PT, candidato a Governador de Sergipe Marcelo Déda incluiu um BDI de 35% numa obra sem licitação e sem contrato.

De fato, sou um desastre! Aliás, fui um desastre quando vim à tribuna desta Casa denunciar pela primeira vez o chefe de quadrilha e o corrupto José Dirceu. Sou um desastre! Que todo desastre fosse exatamente desse nível.

Estamos em campanha eleitoral. É preciso que os candidatos tenham um pouco mais de compostura, que vejam a sua biografia, vejam o rastro que estão deixando no caminho percorrido como gestores públicos e sejam mais comedidos com outros que, coincidentemente, percorreram os mesmos caminhos e não deixaram rastro de lama, de sujeira, de corrupção e de roubalheira.

Fui Prefeito de Aracaju, embora não por tempo igual ao do Prefeito Marcelo Déda – ele foi Prefeito durante 66 meses; eu fui Prefeito por 33 meses –, e, graças a Deus, deixei um volume de obras realizadas, com correção, mais do que o dobro do que ele fez, sem ter compadre na Presidência da República, sem ter Presidente do meu Partido na Presidência da República, sem receber um centavo do Governo Federal e sem receber um centavo do Governo do Estado enquanto Prefeito de Aracaju, sem precisar estirar o pires a Governador nem a Presidente e – o que mais me deixa alegre, satisfeito e orgulhoso, – sem lama, sem corrupção, sem “micareta picareta”, sem superfaturamento da Avenida São Paulo, sem capinação em paralelepípedo, mas de forma honesta, de forma tranquila, podendo olhar para a cara de todos os meus concidadãos.

Portanto, tenham um pouco mais de jeito e sejam menos dissimulados!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra, por permuta com o Senador Romeu Tuma, ao nobre Senador Jorge Bornhausen. Com a palavra, S. Ex^a.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, desta tribuna, várias vezes, temos manifestado a nossa preocupação não só com as questões éticas que envolvem um Governo enlameado na corrupção, mas também em função da falta de competência na gerência dos destinos do País.

Essa falta de competência começa na área econômica, e isso está refletido nos resultados medíocres, pequenos, pífios, de crescimento que temos tido. Por via de consequência, eles também arrastam a não formação do emprego.

As causas são claras, evidentes: uma das mais altas cargas tributárias do mundo, juros os mais caros do mundo e, ainda, um câmbio em que a nossa moeda é supervalorizada, prejudicando de forma especial aqueles que se dedicam à exportação.

Os resultados estão aí. Nesta semana, os números do segundo trimestre apontam crescimento de 0,5%. A China com 11%; outros países emergentes com 9% e 7%; e o Brasil, marcando passo, andando para trás. As consequências também se fazem presentes porque a maioria dos setores da economia atravessam fase das mais difíceis.

Hoje, um informe publicitário da indústria têxtil de confecção do Brasil, a sétima maior do mundo e a segunda maior empregadora da indústria de transformação no País, mostra sua preocupação, mostra – de forma muito clara, com a assinatura de todos os seus associados e sindicatos –, que é preciso dar um basta, com a redução de tributos que pesam sobre o setor, com o fim de acordos bilaterais que não nos trazem vantagens e também pedindo, de forma muito veemente, que seja feita uma fiscalização contra os produtos ilegais do setor têxtil vindos especialmente da China.

É lamentável que tenhamos de ler nos principais jornais do País essa manifestação de um setor tão importante na geração de empregos e que, de forma muito elevada, participa da formação do PIB do País e, muito especial, do meu Estado, Santa Catarina.

Mas se queríamos mais notícias – más notícias também –, elas vêm também do meu Estado, onde hoje uma manifestação de 300 embarcações pesqueiras fecha as portas do Porto de Itajaí. Os caminhões frigoríficos se acumulam na cidade, levando seu protesto contra a forma como vem sendo tratada a indústria pesqueira no Brasil. Mais uma vez a minha cidade, Itajaí, e o Estado de Santa Catarina se sentem diminuídos, prejudicados, com perda de emprego, sem soluções.

O manifesto mostra claramente que as distorções provocadas por ações federais estão prejudicando, de forma calamitosa, a indústria pesqueira catarinense.

Uma delas é o preço do diesel, que representa 40% do custeio de uma embarcação, enquanto na Argentina o preço bem menor desse combustível possibilita que o pescado do país vizinho chegue ao Brasil com preços inferiores – e bem inferiores – àqueles que são consequência da ação dos pescadores e dos empresários da pesca no meu Estado.

É triste ver uma cidade sitiando um porto e um setor reclamando publicamente de um Governo que começou anunciando novidades para a pesca, criando a Secretaria Nacional de Pesca, mas já errando no início, ao colocar no comando dessa Secretaria alguém cuja única qualidade – vista somente pelo Presidente de República – era o fato de ter disputado e perdido as eleições pelo PT em Santa Catarina. Vivendo a oitocentos quilômetros do litoral, sem os conhecimentos necessários, foi colocado em um cargo equivalente ao de Ministro. As soluções e as esperanças desapareceram. O movimento que hoje se realiza também no porto do Rio Grande do Sul mostra a ineficiência e a incompetência da Secretaria Nacional de Pesca – era preferível que nem existisse. Poderia ser apenas um departamento do setor de agricultura, tendo em vista o resultado: gastos e aumento de despesa com um pessoal incompetente, pessoas sem habilitação que ocuparam os cargos apenas porque usavam uma estrelinha no peito na época da eleição.

É lamentável ter de fazer esse pronunciamento em defesa do setor pesqueiro da minha terra, que precisa de atenção e está mostrando ao País que é necessário olhar para ele, pois tem uma importância enorme não só na questão da alimentação, mas, sobretudo, na disputa mundial do mercado. É, pois, olhando para o futuro, esperando remover esse entulho de Governo incompetente e corrupto que aí está que também venho à tribuna desta Casa me solidarizar com os pescadores, com os empresários da pesca, com os caminhoneiros, grandes prejudicados dessa administração que – se Deus quiser – acabará e será banida do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes. (Pausa.)

Por permuta com o Senador Heráclito Fortes, concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Guerra por até 10 minutos.

Em seguida, estão ainda inscritos os Senadores Augusto Botelho, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Roberto Saturnino e Eduardo Suplicy.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Srs. e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna hoje para solidarizar-me com a mobilização nacional do setor têxtil e

de confecção, marcada para o próximo dia 5 de setembro, às dez horas, em todo o País. O movimento foi aprovado por sindicatos patronais e de trabalhadores de diferentes regiões do Brasil. Esse é um movimento sem caráter político.

A finalidade é mostrar as dificuldades que o setor enfrenta há mais de uma década e que necessita urgentemente de tratamento diferenciado, *vis-à-vis* com nossos concorrentes internacionais. “A indústria têxtil e de confecção brasileira é moderna, competitiva, mas vem tendo o seu desenvolvimento ameaçado”, explica um dos diretores da Abit, Fernando Pimentel.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, segundo a Abit, mais de 260 mil empregos foram perdidos nos últimos quatro anos. Além da valorização do câmbio, o setor reclama das importações ilegais e subfaturadas que chegam ao País, principalmente vindas da China, da alta carga tributária e da falta de acordos internacionais. O setor têxtil argumenta que está perdendo espaço nas exportações para concorrentes de outros países por conta da ausência de acordos comerciais com mercados importantes, como Estados Unidos e União Européia.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nas duas últimas semanas, usei esta tribuna para alertar o Governo Federal sobre os problemas que o setor têxtil e de vestuário vem enfrentando nacionalmente.

Recentemente, visitamos o Presidente da República – na reunião, havia quatro Ministros – e relatamos os problemas que o setor vem enfrentando nos últimos dez anos. Em 1990, empregava em média 2 milhões e 950 mil trabalhadores. Hoje, emprega 1 milhão e 650 mil pessoas. Para 2010, o setor tem uma projeção de 940 mil postos de trabalho. Isso significa uma redução de mais de 40%, de 2006 a 2010, se o Governo Federal, realmente, não fizer alguma coisa em prol desse setor. Infelizmente, o Governo não tem feito nada para socorrer esse e outros setores da economia que empregam mão-de-obra de forma intensiva.

Chamo a atenção mais para o setor de vestuário, Senador João Batista Motta. Em nosso Estado, Espírito Santo, há cinco grandes pólos de confecção. É um setor importante, principalmente no interior do Espírito Santo e no interior do País, que vem enfrentando graves problemas e dificuldades, e o Governo não atende as suas reivindicações. Esse setor está presente praticamente em todo o País. Em todos os rincões do País, existe uma indústria de vestuário.

Lamento profundamente porque, para gerar um único emprego, o investimento gira em torno de R\$8,5 mil a R\$10 mil, enquanto outros setores da economia nacional, como mineração, petróleo e gás,

celulose, para gerarem um único emprego, necessitam de um investimento médio de R\$2 milhões. O setor têxtil e de confecção, com tão pouco recurso, gera emprego, e o Governo não lhe vem dando a atenção necessária.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pois não.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Senador Marcos Guerra, parabenizo V. Ex^a pela preocupação com a questão empresarial do desenvolvimento do País. No início desta sessão, falou-se muito sobre os problemas das operações da Polícia Federal, no tocante ao combate à corrupção, e eu me lembra de pensamentos que se referem à origem da corrupção. Muitos casos de corrupção são originários da falta de perspectiva. Quando um país tem falta de expectativa de futuro, quando um país tem redução nas suas expectativas de futuro, assim como nas empresas, que passam por esse mesmo problema. Quando as empresas não têm possibilidade de continuidade, acontecem problemas maiores, como os que estão ocorrendo em nosso País, com a falta de expectativa e de apoio à atividade produtiva, o que gera todo um desvio, toda uma desvirtuação no tocante aos cidadãos. Então parabenizo V. Ex^a, que tem comparecido a este plenário permanentemente em defesa da atividade empresarial. Parabéns!

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Tenho usado esta tribuna, Senador, para defender principalmente os setores que empregam mão-de-obra de forma intensiva. Creio que esteja aí a grande oportunidade do Governo de resolver o problema de emprego do País: na indústria de confecções, a calçadista e a moveleira. Está aí a grande oportunidade! E esses setores, infelizmente, não têm sido assistidos pelo Governo Federal.

Desse movimento nacional está participando a Abit, assim como 110 sindicatos patronais. Contamos também com a participação do Sindicato dos Trabalhadores. Por quê? Há 4 anos perdemos 260 mil postos de trabalho somente nesse setor. Se nós não trabalharmos, se o Governo não trabalhar esse setor, ele realmente será extinto do território nacional. É um setor que emprega, na sua grande maioria, mulheres, pessoas com escolaridade mais baixa e que, geralmente, são discriminadas em outros setores.

Por isso chamo a atenção para a iniciativa, a qual apóio, da Abit, dos sindicatos patronais, junto com o sindicato dos trabalhadores, dessa movimen-

tação que vai se realizar amanhã, começando por São Paulo.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Senador, esse problema atinge a empresa brasileira como um todo. Com a exceção de alguns bolsões de sucesso, alguns bolsões de euforia empresarial, a massa empresarial brasileira passa hoje por problemas seriíssimos e isso é um fato que se reflete em todas as categorias em todos os Estados. Não é um problema somente de Santa Catarina – como foi relatado há poucos instantes pelo Senador Bornhausen – mas é um problema nacional que precisa ser mais bem cuidado pelo Governo. Não adianta números grandes, se na verdade a massa empresarial brasileira está enfrentando seriíssimos problemas, inclusive com a taxa de juros mais alta do universo.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado Senador.

Temos juros altos, nossa competitividade internacional está comprometida, mas o maior problema que enfrentamos hoje é a entrada ilícita de produtos no País.

Esses produtos... As entidades ...

(interrupção do som.)

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – ... as entidades do segmento aprovam a idéia de que, quando se apreende um produto contrabandeadoo, um produto que entrou de forma de errada aqui no País, ele deve ser queimado. Tomo como exemplo o meu Estado, um grande importador. De vez em quando recebemos lá tecidos, confecções que chegam no máximo a 10% do valor de mercado, e esse produto vai a leilão e as próprias pessoas que importam acabam comprando o produto. Esse produto vai para o mercado, tirando postos de trabalho do mercado nacional. Então, a nossa posição é, realmente, incinerar esses produtos, não colocá-los no mercado para que possamos dar condições ao setor de vestuário de manter seus postos de trabalho.

Sr. Presidente Renan Calheiros, era isso que queria dizer. Muito obrigado pelo tempo que V. Ex^a concedeu ao meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Marcos Guerra.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Augusto Botelho

Antes, porém, me foi solicitada a palavra para uma breve comunicação pelo Senador Eduardo Suplicy. Se

o Senador Augusto Botelho concordar com a iniciativa, concederei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Srs e Srs. Senadores, quero registrar um apelo à Volkswagen, ao Presidente Hans-Christian Maergner, bem como ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos no ABC, para que cheguem a um entendimento em prol do desenvolvimento da indústria automobilística, do desenvolvimento brasileiro e de todos aqueles que trabalham na Volkswagen no Brasil.

A Volkswagen foi fundada no Brasil em 18 de novembro de 1959, em um dia marcante, com a presença do Presidente Juscelino Kubitscheck. Um dia altamente festivo para o desenvolvimento brasileiro do ABC, de extraordinária importância.

No dia 2 de maio de 2005, tive a oportunidade de testemunhar quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi recebido pelo Presidente da Volkswagen, Sr. Hans-Christian Maergner, e por todos os trabalhadores da Volkswagen, em um dia de grande significado, uma vez que o Presidente Lula foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema justamente na década de 70.

Na segunda metade dos anos 70 e sobretudo nos anos 80, ele liderou ali uma série de movimentos em defesa da melhoria de salários e de condições para os trabalhadores. Muitas vezes, tivemos ali problemas sérios. Houve greves, houve a intervenção do então Governo brasileiro nos sindicatos. Estávamos numa época de repressão.

O Presidente Lula, do sindicato, e mais doze de seus companheiros de diretoria acabaram sendo presos no Dops. Era, inclusive, diretor do Dops o hoje Senador Romeu Tuma, que foi responsável, então, pela custódia do Presidente Lula, quando, naqueles dias, faleceu a sua mãe. O diretor do Dops, Romeu Tuma, deu autorização para que o Presidente Lula pudesse ir ao funeral de sua mãe.

Então, tudo aquilo teve enorme significado. E eu, presente àquela visita do Presidente Lula em 2 de maio do ano passado, pude testemunhar a alegria com que os trabalhadores metalúrgicos da Volkswagen, e a própria Direção da Volkswagen, reviveram aquilo que passou.

Em 2001, houve um entendimento entre os trabalhadores metalúrgicos, por meio de seu sindicato, e a Volkswagen, diante de uma situação de dificuldade e impasse nas relações entre os segmentos, e foi fei-

to um acordo para que houvesse estabilidade para os trabalhadores até novembro deste ano.

Há poucos dias, a empresa resolveu encaminhar cartas a 1.800 trabalhadores da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, anunciando que eles seriam demitidos; trabalhadores que estão na Volkswagen, muitos deles, por volta de vinte anos ou mais, portanto, trabalhadores experientes, que têm um grande aprendizado.

Pois bem, isso acabou resultando numa greve dos trabalhadores da Volkswagen e em enorme preocupação. Estava o BNDES para prover um empréstimo significativo à Volkswagen, mas, como a Volkswagen, por sua Direção, havia resolvido não atender às solicitações dos trabalhadores, não os demitindo, o BNDES suspendeu aquele empréstimo.

Quero aqui externar o quanto importante é que a Direção da Volkswagen e o Sindicato dos Trabalhadores - que inclusive, no dia de hoje, em assembleia em que estiveram presentes dez mil trabalhadores, resolveu suspender a greve -, possam chegar a um entendimento.

Senador Paulo Paim, quero dizer que a Volkswagen resolveu suspender as demissões 1.800 trabalhadores, e agora parece que há um caminho de possível entendimento.

Então, Senador Heráclito Fortes, quero aqui fazer um apelo a ambos os lados, no sentido de que a direção da Volkswagen e a direção dos metalúrgicos possam chegar a um entendimento de equilíbrio que signifique respeito aos anseios de ambas as partes.

Sabemos que hoje há quase que uma grande revolução no desenvolvimento da indústria automotiva. No Japão, há um desenvolvimento tecnológico extraordinário; na China, são produzidos veículos com tecnologia e aproveitamento de trabalhadores a um salário menor, em média, do que os pagos no Brasil e muito menor do que os pagos nos Estados Unidos. Tudo isso vem causando verdadeiras transformações de grande significado. Mas é importante que possam ambos os lados chegar a um entendimento.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez, quero dar parabéns a V. Ex^a e dizer que, mais uma vez, V. Ex^a é um dissidente em seu Partido. Mais uma vez, quero me congratular com V. Ex^a pela coragem de ser contra

os rumos tortuosos tomados pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a se engana nessa vertente. Quero transmitir a V. Ex^a que, ainda na última sexta-feira, fiz uma visita ao Presidente José Lopes Feijó, que é presidente do sindicato, que é do Partido dos Trabalhadores, que é da Central Única dos Trabalhadores. Procurei ouvi-lo, tenho a intenção de dialogar com a direção, com a Volks. É o meu propósito procurar contribuir para um entendimento. Então, não procure V. Ex^a dizer coisas que não são.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite o aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Claro.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Volto a parabenizá-lo, pois V. Ex^a, mais uma vez, assume a coragem de discordar do seu Partido e de ser dissidente. Aliás, V. Ex^a tem sido muito feliz toda vez que faz isso. Foi assim na CPI do Valdomiro, nas CPIs que queriam apurar as corrupções do PT. Seu Partido ficou contra, e V. Ex^a mostrou que tinha razão, que o Partido tinha corrupção, e a história do PT não poderia permitir isso. Agora, V. Ex^a mais uma vez é contra. Por que é contra? O Presidente Lula declarou que o mercado é assim mesmo, que isso é questão de mercado: ora ganha, ora perde. Aquele Presidente da República que foi talvez o maior negociador de greve que este País teve em toda sua história, hoje, dá declarações pífias dessa maneira, sem nenhuma solidariedade aos trabalhadores do Brasil. Por outro lado, enquanto V. Ex^a foi discutir pessoalmente com as partes interessadas, ele discutiu com o Presidente da Volkswagen, aqui em Brasília, num jantar regado a whisky e a comida importada. E não se sabe de nada concreto que o Presidente da República tenha colocado como condição para a Volkswagen. Então, quero dizer, Senador Eduardo Suplicy, o que o Brasil todo sabe: V. Ex^a continua coerente, continua ao lado da estrela, e o Presidente da República continua ao lado dos banqueiros, continua ao lado das empresas internacionais; não é mais aquele que encantou as multidões no ABC. De forma que, dito isso, parabenizo a V. Ex^a. E é com profunda tristeza que vejo um governo sob o comando do trabalhador, um governo que tem a obrigação de, numa questão como essa, ter a primeira palavra de tranquilidade e consolo ao trabalhador do Brasil, mas se cala e se omite. Nem mesmo seus companheiros aqui do plenário, ninguém foi solidário a V. Ex^a. Pode ser que agora apareça,

mas ninguém se solidarizou com V. Ex^a, nem com os trabalhadores. O Partido de V. Ex^a está noutra. Continue assim. Parabéns.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Senador Heráclito Fortes, quero transmitir a V. Ex^a - e quero inclusive, Sr. Presidente, pedir que seja transcrito - o artigo de José Lopez Feijó, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, publicado na **Folha**, no dia 31 de agosto, quinta-feira última, onde ele expressa o desejo da realização de negociação em que se caracterize o equilíbrio entre as partes.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a poderia aproveitar e transcrever uma palavra do Presidente da República, o trabalhador Luiz Inácio Lula da Silva, a serviço dos trabalhadores nessa questão. Essa é que eu queria. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Registro que o Presidente falou que, na indústria automobilística, muitas vezes acontecem situações em que, dadas as condições de rentabilidade, as empresas são forçadas a diminuir o número de trabalhadores contratados. Isso tem sido um fenômeno para além das forças e da boa vontade. Mas, quando ocorre uma situação como essa, é importante que a direção das empresas e os trabalhadores se sentem para dialogar sobre o que é possível, inclusive com a definição de remuneração dos trabalhadores, ora como salário, ora como participação nos resultados.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Com quem o Presidente já se sentou para negociar essa questão? Lembre-se de que ele, além de Presidente do Brasil, é presidente dos trabalhadores. E estamos vendo se iniciar no Brasil uma crise no trabalho, mas ele está se omitindo, achando que é comum na questão da indústria. Não se contamine com esse discurso econômico-financeiro do Presidente Lula. Continue a ser trabalhador. Parabéns.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Senador Heráclito Fortes, sabe perfeitamente V. Ex^a que, durante os 3 anos e 9 meses até o presente, o Governo Lula presenciou o aumento do número de mais de 105 mil trabalhadores no mercado formal mês a mês.

Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, quero cumprimentar V. Ex^a, que aborda o assunto da demissão dos trabalhadores

da Volks, que já chegam a mais de 1.800. Cumprimento V. Ex^a porque, na sexta-feira, fui à tribuna da esquerda, e quem presidia os trabalhos era o Senador Heráclito Fortes. Falamos exatamente sobre esse assunto. Preocupava-me muito quando a Volks anuncia férias coletivas para 21 mil trabalhadores em todo o País. Por que a preocupação? Como viemos da área sindical, sabemos que, num momento de crise, a empresa dá férias coletivas, e o trabalhador vai receber em casa, por correspondência, em inúmeros casos, a sua demissão, que foi exatamente o que aconteceu com os 1.800 empregados da Volks. Eles receberam em casa a correspondência demitindo-os. Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a, comunicando que remeti também correspondência ao Presidente do Sindicato de São Bernardo, do ABC paulista, colocando-me à disposição. Inclusive fui além, ao dizer que, mediante a gravidade dos fatos – observe que estamos tratando da Volks –, de repente, se assim o Presidente do Sindicato entendesse, faríamos inclusive uma audiência pública. Eu me proponho a fazer isso junto com V. Ex^a, para que possamos ouvir a Volks sobre essa crise, que pode levar a mais demissões. Faço o aparte, cumprimentando o pronunciamento de V. Ex^a pela excelente iniciativa de ter ido lá em São Bernardo, conversar com o Presidente do Sindicato, colocando-se à disposição, inclusive, de dialogar com o Presidente da Volks. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT - SP)

– Eu já, inclusive, transmiti à Direção da Volks a minha disposição de com eles dialogar. E quero aqui dizer, Senador Paulo Paim, que a Volks resolveu suspender a demissão dos 1.800 trabalhadores, o que resultou na suspensão da greve. E é possível que haja até uma nova definição sobre essas férias coletivas que preocuparam V. Ex^a.

Agradeço ao Senador Augusto Botelho a oportunidade de falar, dada a emergência deste pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente Renan Calheiros.

Peço a transcrição, então, da manifestação do Presidente José Lopez Feijó: “Volkswagen: momento de impasse.”

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Volkswagen: momento de impasse**José Lopez Feijóo**

O sindicato não perde a esperança. E, mesmo neste momento de luta, está aberto a um verdadeiro processo de negociação

NEGOCIAÇÃO. Essa tem sido a meta batalhada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC ao longo dos anos, principalmente a partir do final dos anos 80, quando se desenhou um novo cenário de competitividade industrial. Nem sempre a via para a negociação é fácil. Às vezes, para ela ser conquistada, é preciso resistência e muita luta na forma de greves e até de passeatas. E para a negociação acontecer, é preciso garantir equilíbrio entre as duas partes.

Não faltam exemplos da habilidade de negociação por parte do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Os acordos da Câmara Setorial do Complexo Automotivo, de 1992 e 1993, foram frutos de nossa capacidade de organização e intervenção nos fóruns tripartites, tendo como realidade a abertura indiscriminada à entrada de produtos importados, a estagnação no consumo e os riscos do desemprego em massa.

Entre os vários resultados positivos desses acordos, destacamos a retomada da produção e da venda de veículos (de um patamar de 1.074.000 unidades anuais, em 1992, para 2 milhões em 1993) e a consequente elevação da arrecadação dos tributos.

O pontapé inicial para a fabricação de carros populares foi dado a partir da conclusão desses acordos, que ainda permitiram a recuperação do poder de compra dos trabalhadores, cuja renda aumentou 20%. Não podemos esquecer a conquista da manutenção dos empregos nesse período.

A atitude dos Metalúrgicos do ABC de buscar a via da negociação para as mudanças necessárias ou pretendidas pelas empresas tem, na prática, dado às fábricas instaladas na região um diferencial competitivo e seguro, com acordos que vão da redução da jornada à reorganização do tempo de trabalho e implantação de novas formas de organização da produção, do trabalho e da gestão.

Os acordos de participação nos lucros e resultados e as lutas por melhores salários têm injetado cifras significativas na economia do ABCD, terceiro maior pólo consumidor do país. Com a própria Volkswagen, este sindicato negociou no passado. Em 98, o setor automobilístico estava mergulhado em uma crise. A multinacional alemã anunciou que tinha um excedente de 6.500 trabalhadores.

Em negociação com o sindicato, foi construído um acordo de estabilidade de emprego até junho de 2001, o qual gerou benefícios e sacrifícios para a empresa e para o trabalhador. Este teve o posto de trabalho garantido, mas precisou aceitar o banco de horas (no lugar do pagamento das horas extras até um certo número de horas trabalhadas) e o início da Semana Volkswagen (redução da jornada em razão da diminuição da demanda do mercado, o que implica diminuição do valor da participação nos lucros e resultados).

No final de 2001, nova crise. Em outubro daquele ano, a empresa demitiu 3.075 trabalhadores. Depois de esgotadas as possibilidades de negociação no Brasil, o presidente do sindicato à época, Luiz Marinho (hoje ministro do Trabalho), foi à Alemanha e construiu um acordo de estabilidade de emprego com duração de cinco anos (até 21 de novembro deste ano), o qual incluía a garantia de novos investimentos na fábrica de São Bernardo.

As demissões foram revertidas e, em, 2002, foi concluída a negociação para a produção do Fox exportação para a Europa, com produção integral na fábrica da Anchieta (acordo que a empresa não respeitou, porque passou a fazer parte da produção no Paraná). O acordo de estabilidade incluía benefícios e sacrifícios para todos os envolvidos.

Em maio deste ano, nova surpresa. A Volkswagen anunciou a intenção de demitir quase 6.000 trabalhadores em três das cinco fábricas no Brasil -intenção repetida em outros países onde ela tem fábrica, já que o plano faz parte de uma reestruturação produtiva mundial. No Brasil, a Volks divulgou que pretende diminuir uma série de direitos.

O sindicato se reuniu durante 26 horas com a empresa e apresentou uma contraproposta para cada ponto defendido por ela. Todas foram rejeitadas. Para piorar a situação, na última semana, a Volks deu um ultimato ao trabalhador: ou ele aceitaria 3.600 demissões e o corte de direitos ou a empresa poderia demitir 6.100 empregados e até fechar a fábrica.

Mais uma vez, sindicato e trabalhadores optaram pela negociação. Dessa vez, foram 33 horas de conversas que se revelaram improdutivas. A empresa insiste no processo de demissão anunciado e no corte de direitos, o que impossibilita a construção de um acordo equilibrado.

Tal intransigência pode significar a perda de trabalho para mais de 106 mil trabalhadores, levando em conta toda a cadeia produtiva. Com tudo isso, a Volkswagen pode ser responsável por retirar da economia quase 4,8 bilhões de reais. Mas o sindicato não perde a esperança. E, mesmo neste momento de luta, está aberto a um verdadeiro processo de negociação.

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO, 56, metalúrgico, é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Quero apenas pedir permissão a V. Ex^a para sugerir ao Senador Suplicy que, com esse discurso que S. Ex^a fez aqui, na frieza deste plenário, vá para a porta da Volks tranqüilizar, em nome do Partido dos Trabalhadores, os trabalhadores brasileiros. E diga lá, com todas as letras, que é um dissidente do PT, que não concorda com o tratamento burguês que o PT dá a questões dessa natureza. Fique na porta da Volks. Vá lá panfletar. Leve o seu megafone. Seja o Suplicy de sempre, caro Senador. Não se junte aos que mudaram o comportamento quando assumiram o poder neste País. V. Ex^a não tem envolvimento com dólar na cueca, com mensalão; V. Ex^a tem compromisso com a história. Honre a sua história no PT de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, por cessão do Senador Augusto Botelho.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, antes de mais nada, os meus agradecimentos ao Senador Augusto Botelho pela oportunidade de falar neste momento.

Quero me referir ao artigo, publicado na **Folha de S.Paulo**, de Ernane Guimarães Neto, que fala da Amazônia, na oportunidade em que entrevistou a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, especialista em Amazônia e um dos principais nomes em sua área, em âmbito internacional. Trata-se de uma entrevista rica de informações.

O Senador Heráclito está bravo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL). Fazendo soar a campainha.) – Senador Geraldo, está com a palavra V. Ex^a.

Há orador na tribuna.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Estou brincando com o Senador Heráclito, Sr. Presidente.

Eu dizia que se trata de uma entrevista enriquecedora pelo que tem de conteúdo, de informação e de sugestão ao País, ao Governo brasileiro.

Presidente Renan, quando estávamos no auge da produção de borracha e o Acre comandava uma grande extração e produção de borracha natural, naquele instante em que nos achávamos produtores exclusivos de borracha – borracha natural, bem entendido –, a Inglaterra já havia há muito tempo pirateado sementes de seringueira, árvore que produz o látex, e levado para as suas então colônias, como a Malásia, etc.

Lá já havia desenvolvido experimentos e já iniciava, inclusive, uma grande produção que veio fazer frente à produção brasileira e nos tirar a exclusividade da produção da borracha natural.

Presidente, quem é que me garante que o mesmo fato não tem ocorrido em relação, por exemplo, à nossa castanheira, que produz a chamada castanha-do-pará, hoje conhecida também como castanha do Brasil, da qual o Acre ainda é um grande produtor? Quem me garante, Senador Augusto Botelho, que o mesmo fato não ocorre em relação a várias outras culturas, a várias outras árvores, que produzem riquezas na Amazônia e que podem, nesses últimos tempos, ter sido também levadas, como foi levada a semente da seringueira, para nos tirar a exclusividade da produção e - quem sabe? - nos superar, oferecendo ao mundo produtos de extrema importância?

A professora Manuela Carneiro está preocupada com a exploração econômica da Amazônia, que, por diversos e diversos governos – esta afirmação é minha e não dela –, tem como foco grandes projetos de exploração mineral, como no Amapá, com o manganês, que deixou a região como terra arrasada, empobrecendo sobremaneira a população local e enriquecendo uma meia dúzia. Isso acontece absolutamente com enorme freqüência em relação à exploração econômica da Amazônia.

Com a borracha, aconteceu o mesmo. A população local, milhares de seringueiros participaram da exploração econômica daquele rico produto na condição de trabalhador escravo. Poucos enriqueceram com a extração de um produto tão importante quanto a borracha. E a população local empobreceu, empobreceu, empobreceu.

Serra Pelada é outro exemplo. Temos uma sina na Amazônia: a exploração econômica na Amazônia, via de regra, privilegia grandes interesses e, via de regra também, interesses externos, em detrimento da sorte, do futuro, da segurança da população local da Amazônia. Isso porque governos e governos brasileiros jamais se interessaram, jamais tomaram para si a responsabilidade, Senador Sérgio Guerra, de introduzir tecnologia, conhecimento científico, combinando preservação com exploração. Mas exploração que resulte no benefício das nossas populações, e não como de regra acontece na Amazônia: explorações que enriquecem uma meia dúzia e empobrecem milhões de pessoas naquela nossa região.

A Professora Manuela Carneiro da Cunha, nesta entrevista, diz isso com todas as letras. Quero, inclusive, que me permitam ler um trecho de uma das respostas que ela oferece acerca dessa questão. Diz ela:

Precisa-se pensar, antes de mais, em ciência e tecnologia para a floresta em pé. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foi no passado extremamente importante e útil para que a soja pudesse ser plantada no cerrado. A Embrapa está toda a serviço da agricultura e da pecuária, então, precisaríamos de uma Embrapa da floresta.

A Embrapa, Senador Sérgio Guerra, desde o final da década de 60, nas décadas de 70 e 80 até os dias de hoje, foi a grande responsável pela introdução de alta tecnologia na exploração da soja e de outros produtos e na pecuária. A Embrapa ou um segmento dela deve se voltar para a Amazônia, para a pesquisa, mas para a pesquisa efetiva e não para a que observamos naquela região tão rica e tão bonita.

Há casos, Senador Augusto Botelho, de ONGs e organismos internacionais que, a pretexto de financiar a pesquisa na região, adentram o território da Amazônia com técnicos, cientistas, pesquisadores estrangeiros, usando, inclusive, os nossos técnicos, os nossos cientistas, os nossos pesquisadores, muitas vezes, até como mateiros. Já vi professores de universidades situadas na Amazônia acharem fantástica a possibilidade de estarem sendo financiados para a promoção de pesquisas, mas, na verdade, muitas vezes, prestam-se ao papel de meros mateiros, para adentrarem a mata com pesquisadores estrangeiros que se comprometem em consolidar as informações e compartilhá-las. Tal compartilhamento raramente acontece.

Assim, é justa a preocupação e fantástica a sugestão da Professora Manuela de que o Governo brasileiro, por meio da Embrapa ou de outro organismo qualquer, se volte, com eficácia, para a exploração da Amazônia, como ela diz, em pé, porque, dali, poderemos produzir riquezas abundantes, não para uma meia dúzia. Podemos produzir riqueza abundante para milhões de pessoas que vivem na Amazônia a pão e água.

Parece que, ali, a pessoa nasce condenada à miséria, à fome, à estagnação. Parece que sobre a cabeça dos amazônidas há uma linha que delimita e impede o crescimento das pessoas, impede que elas se apropriem das riquezas existentes na região, fruto do trabalho de muitos. Parece que as pessoas já nascem condenadas a uma vida de sofrimento, de miséria e de angústia naquela região.

Recebo a sugestão da Professora Manuela como uma das coisas mais interessantes pensadas nos últimos tempos para a região amazônica. Temo esses projetos fantásticos, como aquele que foi aprovado pelo Congresso Nacional sobre a gestão de florestas públicas, que, mais uma vez – vejam o que estou dizendo –, condenará as populações locais a participarem de

um processo de exploração econômica da madeira com mão-de-obra escrava – como sempre aconteceu na Amazônia com a exploração do minério e com a exploração da borracha –, de forma desastrada, com a exploração da madeira no meu Estado e em outros da Amazônia. Escrevam o que estou dizendo.

Qual é a saída, Senador Sérgio Guerra? Uma delas é a Embrapa ou outro organismo nacional se voltar para a Amazônia com os olhos da tecnologia, da ciência, do conhecimento científico, de forma exclusiva, antes que seja tarde.

Do alto da nossa aparente superioridade, pensávamos que éramos produtores exclusivos de borracha natural. Estávamos festejando essa pompa, mas a Inglaterra, como eu disse há pouco, havia levado sementes da seringueira e desenvolvido pesquisas. A Malásia e outros países asiáticos passaram a produzir borracha e tiraram de nós a exclusividade e o monopólio na produção.

Senador Sérgio Guerra, o mesmo pode estar acontecendo em relação a vários outros produtos originários da Amazônia que nós ainda julgamos ser produtores exclusivos. Neste exato momento, podemos estar correndo o sério risco de esses produtos serem objeto de pesquisa e produção em outros países. Mais uma vez, vamos chupar o dedo, ficar nos lamuriando, pela omissão e pela inação dos governos deste País, que não tomam uma providência séria com relação não ao futuro, mas ao presente da Amazônia. Se nem quanto ao presente se toma uma providência, o que se dirá do futuro? O futuro talvez não nos pertença mais. Estou preocupado agora com o presente. Estou preocupado agora.

Há uma infinidade de cientistas, técnicos e pesquisadores estrangeiros futurando a Amazônia a pretexto de financiar pesquisas, futurando em nosso espaço da Amazônia, reunindo informações e materiais da sua rica biodiversidade, levando-os para fora e fazendo experimentos sob a alegação de compartilhar informações. Mas não compartilham nada. E nós, ainda, às vezes, aplaudimos a benevolência de organizações, de organismos de fora que financiam a pesquisa em nossa grande região amazônica.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Jefferson Peres, com muito prazer.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Geraldo Mesquita, compartilho das suas preocupações apenas com uma discordância. Nós, brasileiros e latino-americanos de modo geral, gostamos muito de transferir as nossas culpas para os outros, de arranjar bodes expiatórios externos. Sou da Amazônia

como V. Ex^a. Nós, durante 40 anos, dominamos o mercado internacional da borracha e tínhamos o virtual monopólio, embora outras poucas regiões do mundo também produzissem em escala menor borracha natural. Veja bem, Senador Geraldo Mesquita, em 1876, Henry Wickham levou sementes de seringueira para o jardim botânico de Kew – estava-se iniciando o ciclo da borracha –, que foram cultivadas em estufa. Imagine a dificuldade e o quanto eles tiveram que pesquisar. Levaram as sementes para a Malásia e começaram a experimentar durante anos. Nós sabíamos e, pensando que os seringais nativos não iam ter concorrência, não plantamos nada.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Ficamos deitados em berço esplêndido.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Os ingleses, com muita competência, criaram inclusive um instituto de pesquisa da borracha em Kuala Lumpur, naquele tempo. Vieram borracha, heveicultura, seringais plantados, baixo custo, e nos arrebataram. Por que não investimos em pesquisa para plantar? Por que não fizemos isso, Senador Geraldo Mesquita? Temos que investir muito em pesquisa neste País. Não podemos querer que os estrangeiros pesquisem enquanto não pesquisamos e não fazemos nada. É isto: vamos também assumir a nossa culpa. Mas parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Estamos aqui assumindo as nossas culpas, Senador. É verdade. Eu me reporto exatamente à sugestão oferecida pela Professora Manuela, que vai na linha do que disse V. Ex^a e da nossa preocupação.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo o aparte ao ilustre Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, dou o meu integral apoio à sua palavra, que está na linha das preocupações mais consistentes sobre a Amazônia. É preciso não esquecer que as instituições brasileiras de pesquisa, no plural – em particular a Embrapa –, vêm sofrendo um processo de erosão, de desintegração e de empobrecimento, apesar da sua indispensável prioridade e da sua notória competência. O caso da Amazônia é extremo, pela sua importância estratégica e pela taxa de abandono e de irresponsabilidade dos governos, deste Governo em particular, em relação ao problema. A sua ponderação sobre condições sociais é muito válida. O homem da Amazônia tem uma espécie de teto que é incapaz de superar. Isso está dentro de uma determinada conjuntura e de uma determinada política. Eu me recordo – os

pernambucanos sabem bem disto – da movimentação que produziu as ligas camponesas. É da tradição da monocultura do açúcar um determinado padrão que não facilita a criação de classes médias e de lideranças técnicas intermediárias. É o patrão em cima e o produtor embaixo. Por muitos anos, esse confronto se deu. As ligas camponesas organizaram essa população em sindicatos, que, com o tempo, foram se esvaindo. A luta social foi sendo compensada por mecanismos como esses que hoje tomam a denominação de políticas sociais do Governo ou de rede de proteção social. Alguém diz que existe algum tipo de compromisso com a esquerda. Não existe nenhum! Existe compromisso é com a acomodação, com o trabalho abaixo dessa linha. E pensam que isso é algo que resolve a vida da família e deles mesmos. São populações e populações condenadas à indigência, à uma certa ordem, à uma certa tranquilidade, à uma certa paz, à paz da pobreza total, à paz da completa e total desarticulação sindical. As antigas feiras de muitos municípios atendidos por esse mecanismo salvador do Presidente Lula estão se esvaindo. O produtor não planta mais nada. A agricultura está se desmantelando. A pequena agricultura de subsistência, que apresentava consistência social, econômica e política, porque criava...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – ...certo confronto, que remete à organização social, aos sindicatos, à luta social. Isso tudo está sendo desmantelado por um governo progressista, como se essa fosse a luta dos trabalhadores, como se isso fosse dar prioridade aos pobres. Não é prioridade nenhuma! É a distribuição do mesmo padrão que atrasou a Argentina e que teve origem no peronismo: “Dê sopa ao povo. Não vamos deixar que o povo morra de fome”. Mas, vontade, determinação, organização e luta, zero. Nada disso. Isso se faz no Nordeste, no Brasil inteiro. E seguramente é uma marca do povo pobre da Amazônia, retratada em seu discurso exemplar.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Sérgio Guerra.

Concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho, com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, pedi o aparte para dizer que assino embaixo de tudo que V. Ex^a falou. Lamento que os habitantes da Amazônia, o homem que vive na beira do rio, que vive dentro da mata, dentro das florestas, seja sempre esquecido quando passam os gasodutos que não deixam gás para as pequenas comunidades. E agora, com a Lei das Florestas, essas pessoas não serão apenas escravas, mas também expulsas de seus

lugares. Tenho certeza de que os pequenos produtores que lá vivem serão expulsos, assim como os pequenos madeireiros, que nunca terão chance de ganhar uma concorrência contra uma empresa internacional. V. Ex^a, como amazônica, está preocupado com o homem que vive dentro da floresta, na beira da mata, no nosso lavrado também. Tenho certeza de que a justiça um dia se fará, e será de cima para baixo. Deus é que vai romper esse teto de que V. Ex^a fala e que deixa o homem da Amazônia na eterna miséria. Não pode um povo ser pobre em cima de uma terra rica como a Amazônia. A Embrapa será o órgão mais indicado, a meu ver, para desenvolver tecnologia ou pesquisa para que possamos explorar a selva em pé. É uma idéia genial a da professora cujo artigo V. Ex^a trouxe. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu é que agradeço, Senador Augusto Botelho.

Para encerrar, Sr. Presidente, peço que a atenção não seja para o Senador Geraldo Mesquita, e sim para o que diz a pesquisadora, a Professora Manuela. Creio que se há gente sensata neste Governo, há que acolher uma sugestão com esta. Ou seja, a Embrapa, que é uma empresa que causa orgulho a todos, uma empresa que já justificou, com sobras, a sua presença no segmento da pesquisa, da experimentação, no campo da agropecuária neste País, que a Embrapa seja capacitada, seja ampliada, seja direcionada, a fim de introduzir tecnologias, conhecimento científico na Amazônia, e colocar tudo isso a serviço da população local...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – E não uma meia dúzia que vai até lá, extrai as riquezas da Amazônia, apropria-se absolutamente dessas riquezas, e deixa a população a pão e água, como sempre aconteceu.

Saudo a sugestão da Professora Manuela Carneiro da Cunha. Se há, neste Governo, repito, pessoas sensatas, uma recomendação como esta deve ser acolhida com muito carinho, com muito zelo e com muito cuidado, a fim de que possamos sonhar com uma Amazônia diferente da de hoje: com uma Amazônia rica, mas rica com os seus; uma Amazônia que pode produzir a partir da sua floresta, mas produzir a partir dos seus; e cujas riquezas, originárias da comercialização desses produtos, sejam apropriadas pelos seus, pela população que não pode permanecer, como disse, condenada à miséria eterna e à pobreza absoluta, que é como vive a grande maioria da população da nossa querida, bela e grandiosa região amazônica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O próximo orador inscrito é o Senador Valdir Raupp, que não está presente.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, por cessão do Senador Augusto Botelho.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Senador Augusto Botelho pela concessão para que eu falasse também nesta hora.

Hoje, desejo prestar uma homenagem a um capixaba de que muito se orgulhou o Espírito Santo e que, infelizmente, faleceu no dia 20 do mês passado, na cidade de Colatina, naquele Estado. Esse capixaba foi o único a presidir esta Casa, o único capixaba, portanto, a presidir o Congresso Nacional em uma hora difícil, em que o País abandonava o período revolucionário. Ele presidiu a sessão que elegeu Tancredo Neves Presidente do Brasil, colocando fim ao período de Governo militar no Brasil.

O Senador Moacyr Dalla se notabilizou em meu Estado não somente pelos grandes feitos como também pelo grande orador que foi. Ele foi um dos grandes senadores deste País porque, honrando o seu mandato, propiciou recursos para que construíssemos a terceira ponte no Estado do Espírito Santo, ligando Vitória a Vila Velha, uma obra que marcou época.

O Senador Moacyr Dalla, atendendo a pedido meu, conseguiu recursos – tinha força como Presidente do Senado – para a duplicação da BR-101 no Município da Serra, meu Município.

O Senador Moacyr Dalla foi um dos mais brilhantes Deputados Estaduais; foi Deputado Federal, Senador da República, e, por fim, Presidente do Congresso Nacional.

O Estado do Espírito Santo sente profundamente a morte dele. Como um dos capixabas beneficiados por Moacyr Dalla, porque muito me ajudou quando Prefeito do Município da Serra – eu o vi ajudando, por demais, o então Governador Gerson Camata, no período de 1983 a 1986 –, quero deixar o meu voto de condolências à família enlutada e dizer que o Estado do Espírito Santo jamais se esquecerá do ilustre capixaba que foi o Senador Moacyr Dalla.

Sr. Presidente,...

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador João Batista Motta, V. Ex^a me permite?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Com prazer, Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Quero também me associar a V. Ex^a na homenagem que presta

ao ex-Senador Moacyr Dalla, que é da minha cidade, Colatina, que muito se orgulha de ter tido nesta Casa um Senador brilhante. Fica aqui também o meu apoio a V. Ex^a e o meu pedido para associar-me ao seu pronunciamento. Muito obrigado, Senador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Muito obrigado, Senador Marcos Guerra.

Sr. Presidente, eu queria também lamentar minha ausência aqui no dia em que foi prestada homenagem ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Infelizmente, não pude estar presente e lamento não ter trazido a esta Casa alguns dados que conheço da vida do ex-Presidente Juscelino. Mas fica aqui o registro de minha parte, porque não me canso de falar, em todos os rincões por onde ando neste País, não me canso de passar para os meus filhos e os meus netos que Juscelino Kubitschek foi o melhor Presidente que este País já teve. Juscelino foi o homem responsável pela indústria automobilística, por todo o parque industrial brasileiro. Às vezes, setores da imprensa querem dizer que Juscelino Kubitschek teve como principal obra a construção de Brasília. Mas é um engano muito grande, pois Brasília foi uma das menores obras de Juscelino. A maior obra foram as estradas, que saíram de Brasília para todas as capitais brasileiras por meio de um novo sistema viário.

Tivemos a produção de ferro, alumínio, vidro. Tudo o que leva um país ao desenvolvimento, Juscelino deu ao Brasil nos seus quatro anos de Governo.

Sr. Presidente, eu queria também me reportar às palavras do Senador Marcos Guerra. S. Ex^a referiu-se à situação terrível pela qual está passando a indústria têxtil deste País. Quero também fazer referência ao pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, quando S. Ex^a pede solução para os desentendimentos quanto à continuação de produção de automóveis em São Paulo.

Senador Eduardo Suplicy, o problema da Volkswagen não é diferente do problema na indústria têxtil, do problema na indústria calçadista, do problema dos produtores de soja, do problema dos produtores arroz ou problemas dos pecuaristas. Não! Todos estão no mesmo barco. Ninguém neste País pode exportar com o dólar a dois reais. Não dá para a Volkswagen nem a Ford nem nenhuma empresa brasileira exportar com o dólar a dois reais. O Presidente Lula sabe muito bem disso, mas Sua Excelência está segurando o dólar para mostrar ao trabalhador, para mentir ao trabalhador que ele está ganhando US\$150. Depois da eleição, se for reeleito, Sua Excelência mesmo fará o reajuste.

Outro Presidente naturalmente, vencedor da eleição, fará a mesma coisa. Mas, agora, a manutenção do dólar a dois reais é só para enganar o trabalha-

dor brasileiro, fazendo-o pensar que está ganhando US\$150.

E mais, financiando o homem pobre da cidade com a produção do interior, fazendo com que os lavradores, os agricultores de norte a sul do Brasil tenham de vender soja, feijão, carne abaixo do preço porque não têm condições de exportá-los. Com isso, os homens que estão na cidade, que estão na cidade grande, os pobres que estão precisando receberem alimentos a preços mais baixos, mas não são alimentos subsidiados pelo Governo Federal ou pelos governos estaduais. São subsidiados pelo suor, pelas mãos calosas dos homens do interior que estão vendendo os seus produtos abaixo do preço para financiar a campanha do Presidente Lula.

Senador Paulo Octávio, é um prazer ouvir V. Ex^a. Vi levantado o microfone de V. Ex^a e entendi que...

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Eu apenas quero cumprimentá-lo pelo seu brilhante pronunciamento, muito apropriado para o momento em que vivemos e principalmente no que se refere ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, de que V. Ex^a é um admirador. Quero realçar sempre, em suas palavras, os seus elogios à gestão Kubitschek. Agradeço-o porque V. Ex^a faz referência a um grande brasileiro, que merece sempre ser lembrado como um herói do nosso País. Parabéns pelo seu pronunciamento tão apropriado para o momento em que vivemos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– Muito obrigado, Senador Paulo Octávio.

Sr. Presidente, peço a colaboração de V. Ex^a para que eu possa encerrar o meu pronunciamento.

Um amigo, sábado passado, mostrou para outros amigos uma calça, uma camisa e uma bermuda compradas num shopping em Vitória, no Espírito Santo. Os três foram confeccionados, produzidos na China.

Agora, Senador Eduardo Suplicy, vai haver também a importação de automóveis da China; já há importação dos vagões da China. Então, este País trabalha para gerar emprego lá fora, enquanto, no Brasil, arroz, trigo, estão deixando de ser produzidos. Amanhã, teremos importação também, como já está acontecendo, da Venezuela, para atender Hugo Chávez, e da Bolívia, para atender Evo Morales.

Quem quiser continuar com essa política que continue; quem quiser continuar com essa política, que vote no atual presidente e veja no amanhã o que vai ser deste País, pela irresponsabilidade do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, escrevi um artigo sobre um tema que tenho abordado aqui ultimamente, a respeito dos três estágios do projeto de Nação brasileira, que, a meu ver, está sendo vivido agora exatamente o seu terceiro estágio.

Dificilmente esse artigo seria publicado pela nossa imprensa dado seu conteúdo. Eu não vou lê-lo aqui, Sr. Presidente, mas vou comentá-lo e ler alguns trechos, como disse, com toda tranquilidade, reafirmando coisas que tenho afirmado desta tribuna a respeito do momento histórico que o Brasil está vivendo.

Sr. Presidente, começo o artigo dizendo que nação é um trinômio de povo, território e Estado e que a República surgiu com a abolição, mas, não foi capaz de dar institucionalidade ao povo, na medida em que a abolição simplesmente libertou uma massa de brasileiros escravizados, sem que fosse possível equacionar o seu aproveitamento no sistema econômico fora do regime escravocrata.

O território continua sendo um mapa, um mapa muito bem negociado pelo Barão do Rio Branco, com fronteiras definidas, entretanto, desocupado na sua maior parte.

O Estado, terceiro item do trinômio, era um estado patrimonialista, que era propriedade dos chefes oligárquicos dos diferentes Estados brasileiros.

O primeiro estágio, a primeira formulação de um projeto nacional brasileiro ocorreu com a revolução de 30, com o Governo de Getúlio Vargas. Implantou-se, então, o primeiro estágio do projeto de nação brasileira. Primeiro o Estado foi criado, com a racionalização republicana dada pelo DASP, a instituição de concursos públicos para admissão de servidores e a criação do órgão de informação estatística, o IBGE. Aos poucos, foi deixando de ser propriedade das oligarquias. O Estado também foi organizando a economia, passo a passo, com os institutos para cuidar dos setores vitais como o Instituto do Café, o Instituto do Açúcar, o Instituto do Pinho, o Instituto do Mate etc, com a construção da base industrial, a CSN, a FNM, a CNA, a Companhia Vale do Rio Doce, a Petrobras, o BNDE e a Eletrobrás. O povo, terceiro fator do trinômio, pela primeira vez foi considerado com a instituição da legislação trabalhista e do salário mínimo. O grande líder político desta profunda transformação, Getúlio Vargas, positivista convicto, nada democrático, foi o maior estadista da História brasileira, hoje reconhecido como tal, mas na época foi levado ao suicídio para não ser deposto por uma campanha avassaladora da Oposição e da Im-

presa, chamado que foi de o maior corrupto de todos os tempos da nossa História, o patrocinador do “mar de lama”. Essa expressão, repito, é daquela época. “Mar de lama” vem de Getúlio Vargas.

Estou dizendo isso porque eu li, eu vi, eu participei. Eu era ainda jovem, mas tenho essa história bem na lembrança.

Sr. Presidente, fiquei chocado quando li na imprensa que há pessoas querendo ressuscitar Carlos Lacerda, para exercer o mesmo trabalho demolidor sobre a figura do Presidente Lula. Eu li isso na **CartaCapital**. Fiquei perplexo ao ver que a paixão política leva as pessoas a quererem reeditar episódios passados que foram importantes historicamente, mas que causaram enorme sofrimento à nação brasileira.

Bem, depois do primeiro estágio, que foi a Revolução de 30 e Getúlio Vargas, veio o segundo estágio com outro grande estadista, Juscelino Kubitscheck, que não foi apenas o continuador de Vargas no desenvolvimentismo econômico, com a instalação da indústria automobilística. Eu absolutamente não acho que isso tenha sido pouco importante, mas nesse particular foi um continuador de Getúlio, que foi quem implantou a base industrial, inclusive a indústria automobilística, com a Fábrica Nacional de Motores. Juscelino foi principalmente o propulsor da democratização política do país e o alavancador da ocupação territorial do Brasil.

O Senador João Batista Motta disse que Brasília não foi importante, que o importante foram as estradas. É claro, mas sem Brasília as estradas não teriam sido construídas, nem teria havido a ocupação de 2/3 do Centro-Oeste e da Amazônia; sem Brasília não teria havido a ocupação de 2/3 do território brasileiro, o que ocorreu a partir de Brasília.

Eu também vi. Conheci Brasília, vim aqui na época da construção. Era um deserto. Sobrevoava-se, horas e horas, a região no trajeto Rio–Brasília e se via apenas um deserto. Hoje toda essa região está ocupada, produzindo com dinamismo excepcional, extraordinário, fruto da visão do grande estadista brasileiro Juscelino Kubitscheck. A principal parte de sua obra foi exatamente a ocupação territorial, seguida do avanço na democratização política do País, que ainda é incipiente.

O Brasil passou então a ter Estado e território. O povo animou-se e quis também ganhar um novo estágio, logo em seguida a Juscelino Kubitscheck, com João Goulart, mas não conseguiu e ficou onde Vargas o tinha posto trinta anos antes.

Juscelino é hoje muito reverenciado e muito justamente reverenciado, mas quando era Presidente – eu vi, eu testemunhei, Srs. Senadores, Sr. Presidente, – foi chamado por essa mesma Oposição conservado-

ra, endinheirada, udenista, de grande patrocinador de uma gigantesca roubalheira na construção de Brasília. Isso não pode ser negado, esses são fatos da História. Houve três tentativas de deposição de Juscelino: Aragarça, Jacuecanga, Tamandaré, tudo com base nas denúncias, supostas denúncias de corrupção por essa mesma elite endinheirada que hoje suscita toda a campanha de mídia, toda a campanha política sobre o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu vi, posso testemunhar porque vi, presenciei, vi e vivi, porque naquela época era funcionário do BNDE, órgão do Estado, que produziu o projeto econômico, o plano de metas, acompanhava e reagia, indignado, às denúncias feitas diariamente no Congresso, que não era aqui, era no Rio, e na imprensa.

Depois, vieram os militares, que mantiveram o projeto nacional no mesmo nível deixado por Kubitschek. Retrocederam na democracia, tamponando os anseios do povo em nome da ordem.

Depois, veio a democratização de Ulysses Guimarães, vinte anos depois da derrocada de Jango, e trouxe outro retrocesso, talvez ainda mais grave, a destruição do Estado, o neoliberalismo, o paroxismo na concentração de riqueza, a marginalização crescente do povo pauperizado.

O projeto de nação chegou a ser esquecido, Sr. Presidente. Chegou-se a dizer que na realidade do mundo globalizado, "moderno", não haveria mais lugar para nações, só para empresas, grandes empresas globalizadas, multinacionais.

O desastre nacional parecia iminente. A sociedade abandonava os valores tradicionais, a sociedade desacreditava nas instituições, caía no cinismo do mercado. O Brasil deveria seguir o mesmo destino dos países que mais açodadamente haviam mergulhado no neoliberalismo: a Argentina e o México – a Argentina, espatifada numa crise irremediável, e o México humilhado num quintal de **business** americano, sem direito a transpor a fronteira norte, sem deputados em Washington, e dividido ao meio, com um exército de guerrilheiros miseráveis no sul, em Chiapas.

Foi o povo brasileiro que compreendeu e rejeitou essa iminência. O povo, exatamente o terceiro fator do trimônio nacional que não havia ainda sido estruturado nos estágios anteriores; o povo, que caminhava depressa para uma divisão irreparável entre os brasileiros do mercado, os competitivos, e os brasileiros excluídos, divisão que consagrava a injustiça estrutural e minava o fundamento ético da Nação. O povo compreendeu e elegeru o Lula Presidente para retomar o projeto e realizar o seu terceiro estágio, exatamente aquele cuja missão é incorporar o povo e realizar uma distribuição mais justa dos frutos do seu trabalho.

O terceiro estágio, o da incorporação dos marginalizados à mesa das refeições e da correção das desigualdades regionais, tem sido difícil a sua implantação. A desestabilização econômica e política rondou o Governo desde os primeiros meses e a grita e a reverberação acusatória da oposição "udenista" – entre aspas, porque me faz muito lembrar aquela de outros tempos – lembram bastante os tempos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Eu, que vi, me recordo bem. Mas o terceiro estágio avança, não obstante as dificuldades grandes, porque é difícil a mudança estrutural. Efetivar a mudança estrutural é uma tarefa muito difícil.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me, Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Eu já concedo.

Avança a implantação da terceira etapa, talvez com prudência excessiva, o que é até compreensível, mas pode ser julgada excessiva. Eu mesmo, de certa forma, julgo que a prudência foi excessiva, na medida em que o Governo, atemorizado pelas ameaças iniciais, avança gradualmente e com um ritmo que poderia estar além do praticado. Mas avança.

Primeiro foi necessário reconstruir o Estado desmanchado – as estatais, a Petrobras, o BNDES, a Eletrobras. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica estavam prontos para ser privatizados, foi preciso reconstruir esse aparelho de Estado e, depois, implantar o Bolsa-Família, o salário mínimo palpável, o Fundeb, a agricultura familiar, a reforma agrária mais rápida, o microcrédito, o ProUni, as cotas universitárias e o desenvolvimento do Nordeste. E o povo vai reconhecendo. É evidente que o povo está reconhecendo que a implantação desse terceiro estágio, aquele que definitivamente apresentará o Brasil como uma configuração de uma nação, com Estado, território, povo organizado, instituições estáveis e instituições acreditadas pela Nação, está sendo concretizado.

Tem sido difícil. E, Sr. Presidente, talvez seja ainda mais difícil daqui para frente. Não quero passar um otimismo irresponsável, não. Tenho consciência das muitas dificuldades. Contrariar os interesses da elite endinheirada deste País é muito difícil e pode ser mais difícil ainda. Mas acredito que essa terceira etapa será implantada e, só então, poder-se-á dizer verdadeiramente que o Brasil é uma nação na sua inteireza, no seu trinômio fundamental: povo, território e Estado.

Era essa a mensagem que queria trazer, Sr. Presidente, repetindo o que já tenho dito da tribuna. Mas não quero terminar sem escutar o aparte que me foi pedido pelo Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Roberto Saturnino, sem dúvida, não lhe falta competência intelectual para desenvolver tema da complexidade deste. Apenas farei algumas ponderações sobre as etapas às quais fez referência. O que mudou de fato no Brasil? Ou qual elite, de fato, está sendo contrariada?

Não me parece que a economia brasileira tenha sofrido alteração relevante nos últimos quatro anos, a não ser no sentido do aprofundamento de certas condições de privilégios entre elas, e de maneira absolutamente clara, o avanço das instituições financeiras, que ficaram mais líquidas, mais fortes e tiveram lucros ainda maiores do que os que obtiveram ano passado. Não sou contra o lucro das instituições financeiras, mas não concordo com a afirmação de que os endinheirados do Brasil estão contrariados. Não estão! Contrariados estão os agricultores que no Brasil, de maneira geral, pagam taxas exorbitantes; que plantaram com o dólar acima de US\$ 2,40 e estão vendendo a sua produção com o dólar a 30% ou a 40% mais baixo; que compram insumos aqui a preço fora do mercado internacional; que não conseguem registrar no Brasil patentes de produtos agrícolas, de insumos agrícolas e de medicamentos, porque isso não passa pela estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que continua sob o controle dessas instituições externas ou de um certo grupo dominante. Contrariados estão aqueles que pensavam que o Nordeste fosse melhorar nestes quatro anos, mas não melhorou. As taxas de crescimentos dos Estados mais fortes do Brasil, comparadas com as taxas de crescimento dos Estados mais pobres do Nordeste, distanciaram-se mais ainda. Contrariados estão aqueles que esperavam por reforma agrária e têm o resultado pífio dos últimos quatro anos. Demonstração desse resultado medíocre é a mobilização social que acontece todo dia e que considero legítima, embora, em alguns casos, excessiva, porque não respeita propriedades produtivas. Enfim, não vejo essa transformação de conteúdo, de base que o Senador Roberto Saturnino enxerga. Nem eu vejo, nem o povo – pode ficar certo disso. Aqueles que lutaram no Nordeste, há muitos anos, e nos sindicatos rurais pelos seus direitos já não lutam tanto assim. Será que desapareceram as contradições? Será que não continua a haver concentração e pobreza? Será que as taxas de juros não continuam exorbitantes para quem produz na pequena agricultura? Será que não existem alguns milhares de produtores rurais do Nordeste com hipotecas no Banco do Nordeste? Será que propriedades não estão sendo tomadas de produtores rurais? Será que tudo isso é mentira, é armação de uma UDN aposentada que, de repente, desperta

para contestar o óbvio: o imenso progresso social do Brasil? Não há progresso social no Brasil. Existem programas para manutenção da pobreza na pobreza. Não existem programas para tirar a pobreza da situação em que ela se encontra. Na área metropolitana do Recife, há uma concentração brutal de pobreza. Não há investimento importante do Governo Federal nessa área metropolitana, nem em saneamento, nem em infra-estrutura sob aspecto algum. Que mudanças são essas? Que mudanças estão atingindo o interesse da elite brasileira? Não há mudança alguma. Tudo isso é figuração. Não é real. As instituições democráticas nunca foram tão desautorizadas como agora. Há mais de cem sanguessugas na Câmara. Nunca a confiança da população nas instituições democráticas foi tão afeitada como agora. Enfim, não enxergo o mesmo que V. Ex^a, Senador Saturnino. Essas eleições estão sendo extremamente corrompidas. Que melhoria é essa, que transformação de conteúdo é essa que caracteriza um estágio na direção de um terceiro que V. Ex^a defende e define em termos absolutamente ilógicos? Não discuto a lógica da sua palavra. Ela tem começo, meio e fim. Sem dúvida, é filha de um bom conhecimento e de uma capacidade intelectual desenvolvida. Mas os fatos são esses e não há como removê-los. Não há UDN nisso. Não há ninguém querendo cassar o Presidente. Todos estão numa disputa limpa – pelo menos nós estamos agindo assim. Não recebemos recursos para colaboração de campanha que não fossem legais. Nunca um Presidente usou tanta propaganda e meios públicos como este fez até agora. Enfim, que democracia é essa? Os que foram condenados pelo Congresso Nacional estão entrando no Palácio do Planalto, uma parcela deles está sendo candidata à reeleição e pode eleger-se. Então, as instituições não valem nada? O Ministério Público acusa todos. O Ministério Público também não vale nada? As instituições estão muito boas? Foram melhoradas? A democracia avançou? O que avançou de maneira concreta foi um processo de desestruturação da consciência pública brasileira e que precisa ser retomada por homens de bem, que não estão caracterizados na campanha do PT.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, vou encerrar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V.Ex^a um aparte? Eu assisti tão calada e pacientemente ao seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Vou responder ao aparte do Senador Sérgio Guerra e, depois, se o Presidente permitir, concederei o aparte a V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Senador Sérgio Guerra, temos sempre a tendência de ver a economia pelo lado da produção. Mas a economia tem a faceta do consumo, da distribuição, e essa é a estrutura que está sendo modificada neste momento e que deve ser alterada com maior importância, porque dela depende a organização de toda a Nação com seu fundamento ético.

Então, por isso estou dizendo que o terceiro estágio está sendo implementado agora, porque era aquele que estava faltando. Só se pensava em produção, e a produção se fazia com concentração de renda. Agora, pela primeira vez, o bolo está sendo dividido sem esperar pelo seu crescimento, e isso é muito importante. V. Ex^a vai verificar na próxima apuração que a estrutura da distribuição de renda no Brasil vai mudar profundamente. Isso, na minha visão modesta, é o fator importante do momento histórico. Porque o Brasil não podia continuar num processo de crescimento com concentração, que é o que vinha sendo feito.

V. Ex^a contesta, e não vou discutir com V. Ex^a. Pode ser que V. Ex^a tenha razão em muitos aspectos, e eu terei em outros. O que quero é ressaltar este fator essencial: o momento é da distribuição do bolo sem esperar pelo seu crescimento. E isso é o que está sendo feito, é o que está sendo projetado, é o que está sendo programado, é o que está sendo executado, com a aprovação popular. Com a aprovação popular, já que o Presidente tem 70% dos votos do Nordeste. Ou será que o povo é idiota, é estúpido, não sabe fazer julgamento? Quer dizer, essa visão eu não tenho. Acho que há razões concretas, o povo está percebendo que há ações concretas para dar essa resposta ao Presidente Lula.

Mas não vou discutir. Tudo o que V. Ex^a levantou reconheço que é importante. Realmente é importante cada um levantar o seu ponto de vista, porque nós todos, de um lado ou de outro, temos as nossas razões, e a história vai mostrar. Mas o julgamento popular é importante.

Sr. Presidente, estou com o meu tempo esgotado, mas há os Senadores Heráclito Fortes, Pedro Simon e Marcelo Crivella solicitando-me um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Queria manter-me em silêncio durante o seu pronunciamento, mas não resisti. Na semana passada, V. Ex^a fez apologia da Constituinte do Sr. Evo Morales e fez uma defesa rasgada do modelo... No entanto, não vamos ter tempo de discutir isso hoje. Eu queria ouvir de V. Ex^a a opinião sobre os últimos acontecimentos da Bolívia e sobre o que aconteceu durante discussões da Assembléia Nacional Constituinte, mas não quero falar sobre isso agora. Hoje, o único reparo que quero

fazer a V. Ex^a, que tem uma biografia fantástica, é para que tenha mais cuidado com as comparações. Na hora em que V. Ex^a compara uma personalidade pública com outra, V. Ex^a dá margens a discordâncias. Nisso, V. Ex^a perde apenas para o Presidente do seu Partido, o Presidente do Brasil, que teve a infelicidade suprema de comparar Pelé com Newton Cardoso. A única semelhança dos dois é a de terem nascido em Minas Gerais: um em Contagem e o outro, em Três Corações. A única coisa profética do Pelé, que foi combatida naquela época, quando discordei dele, foi dizer que o brasileiro não sabe votar. Senador, qual é a semelhança entre Pelé e Newton Cardoso? Não dá para um Chefe de Estado fazer esse tipo de comparação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Senador Heráclito Fortes, sabe...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza de que V. Ex^a não concorda com isso!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Não. Eu concordo com V. Ex^a. É uma comparação infeliz que nunca devia ter sido feita.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Os dois são ricos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quem V. Ex^a acha melhor para o Brasil: Newton Cardoso ou Pelé? Quem deu mais alegrias ao brasileiro? Portanto, peço a V. Ex^a cuidado quando faz comparações. V. Ex^a colocou Juscelino na roda...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Assumo a responsabilidade pelas comparações que faço, correndo riscos de ser mal interpretado, de estar errando e de, amanhã, a História vir mostrar que eu errei. Então, assumo a responsabilidade pelas comparações que faço.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A sorte do Brasil de hoje é que a Oposição é responsável. Se fosse naquele tempo passado, ia aparecer aqui quem pedisse o **impeachment** do Lula por ofender a honra de Edson Arantes do Nascimento. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Roberto Saturnino, talvez a Casa não se dê conta, mas V. Ex^a é uma das personalidades mais espetaculares que esta Casa já teve.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Obrigado, Senador. Muito obrigado.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Houve épocas excepcionais em que V. Ex^a, pela competência, pela luta, pelo seu espírito, pelo seu destemor, indiscutivelmente, foi a figura mais importante desta Casa, e eu fui um admirador permanente de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Como eu sou de V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Guiei-me muito por sua ação. Não posso esquecer jamais quando se desiludiu com o PMDB, que vivia uma fase triste. V. Ex^a não admitiu que os chagistas do Rio do Janeiro maculassem o Partido a que pertencia com tanto amor. V. Ex^a foi para casa. Despediu-se. E Brizola foi buscá-lo quando tinha apenas 2% de intenções de voto e, portanto, nenhuma chance de se eleger. Quanto aos outros dois candidatos, um tinha 40% e o outro, 30%. V. Ex^a aceitou o convite. Perguntei-lhe por que havia aceitado, e V. Ex^a me disse: “Prefiro ir para casa atirando, sabendo que vou perder, mas vou atirando”. E V. Ex^a terminou dando força e elegendo o Brizola e elegendo-se também. V. Ex^a representa um padrão. Na verdade, nenhum jornal publicaria o seu pronunciamento: primeiro, porque o conteúdo é de V. Ex^a; segundo, porque é longo. Mas faria um apelo a V. Ex^a e à Mesa: publique este pronunciamento e faça uma distribuição dele à sociedade brasileira. Ele é muito importante! Dou nota excepcional ao pronunciamento de V. Ex^a. Mas vejo que, no final dele, V. Ex^a faz um esforço muito grande, e não sabemos até que ponto V. Ex^a sonha de olhos fechados com aquilo que gostaria que acontecesse e até que ponto V. Ex^a vê o que está acontecendo. Se V. Ex^a me disser que o Governo atual, com o plano de distribuição de renda, está fazendo essa distribuição do bolo antes de este ficar pronto, realmente concordo com V. Ex^a. Realmente está havendo uma distribuição de renda. Esse é um ponto positivo. Mas V. Ex^a não pode fazer comparação, por exemplo, entre o Dr. Getúlio e o suicídio dele e o que está acontecendo hoje. O Dr. Getúlio viveu uma vida toda dedicada a uma causa. Pode ter sido ditador, pode ter feito isso, aquilo e tal, mas a dedicação à causa, à luta, à formação da cidadania do Brasil se chama Dr. Getúlio Vargas. E a saída, a queda do Dr. Getúlio foi um dos episódios mais dramáticos, mais cruéis e mais injustos da História deste País. A UDN e os militares golpistas não admitiam nunca a sua volta. Inventaram a maioria absoluta, não quiseram que ele assumisse e, quando assumiu, fizeram de tudo para derrubá-lo. Agora, tudo o que se tem contra ele, em 20 anos na Presidência da República, é que, enquanto toda a imprensa do Brasil estava contra ele, o Banco do Brasil dava dinheiro para o Sr. Samuel Weiner botar no jornal **Última Hora**, favorável ao Dr. Getúlio. As pessoas falavam com um tal de Gregório, um homem de quinta categoria, arrumava 500 mil réis – não sei o quê – emprestado no Banco do Brasil. Quando Dr. Getúlio morreu, no inventário dele, ele deixou para os filhos a metade do que ele tinha recebido do pai dele. Vinte

anos como Presidente da República e não tinha uma casa, não tinha um apartamento, não tinha uma loja nem no Rio de Janeiro, nem em Porto Alegre. Agora, o que houve foi um golpe para derrubá-lo. E o gesto do Dr. Getúlio, primeiro, foi de grandeza; segundo, foi para evitar uma guerra civil e, terceiro, provavelmente, para não aceitar a posição em que iriam colocá-lo. Hoje, meu querido Senador, concordo com tudo que V. Ex^a possa dizer, mas, do ponto de vista da ética, da moral, da seriedade, o Lula fracassou, está fracassando. Ele não tinha condições, não tinha autoridade de não fazer aquilo que V. Ex^a estava esperando, que eu estava esperando. Podemos analisar, e até concordo que há aspectos altamente positivos e concretos no Governo dele, mas, no conceito daquilo que é o mais importante, ele não podia fazer o que está fazendo. No Supremo Tribunal Federal, um ex-Ministro deste Governo está sendo processado por formação de quadrilha; há processo contra o Presidente do Banco Central. O homem do PMDB que tem mais ligação com o Presidente Lula, que faz parte do “grupinho” dele é o Sr. Jader Barbalho, que está sendo processado no Supremo Tribunal Federal; o Líder do Governo é um cidadão que está sendo processado no Supremo Tribunal Federal. Quer dizer, o que é mais grave – e V. Ex^a podia ajudar –, agora que parece que ele está quase que ganhando a eleição, ele não diz nem que vai mudar. Ele não diz: “Agora, o meu Governo daqui para frente vai ser diferente. Eu agora vou governar com seriedade, com austeridade, com responsabilidade. Eu agora vou chamar o Saturnino – que, infelizmente, não vai ser Senador; deveria ser –, que vai ter um lugar de primeira grandeza no meu Governo; vou entregar a Petrobras para ele”. Ele não diz isso; pelo contrário, a imprensa está noticiando que os caras estão voltando, que aqueles cidadãos que saíram estão voltando. Isso não dá para entender, com toda a sinceridade. Não dá para entender que o Lula não tenha nem tenha feito o mea-culpa. Eu até concordo que, para ganhar – e vai se reeleger –, ele não tenha feito o que esperávamos, como as punições; que ele não tenha reunido o PT para colocar na rua os caras que devia ter colocado. Eu não discuto nada disso; mas nem uma palavra no sentido de que o seu Governo vai mudar do ponto de vista da ética e da moral? V. Ex^a concorda que – V. Ex^a mais do eu, defensor tradicional dessa linha – não dá para entender. V. Ex^a poderia até ir lá, depois deste seu discurso fantástico, nota 10, falar com o Lula e entregar uma cópia dizendo: “Muda isso que está aí. Tira esse Presidente do Banco Central, que é um vigarista, esse ordinário. Tira esses dois ou três caras que estão aí e que envergonham o seu Governo”. De

resto, excepcional o seu discurso, especialmente a coragem do final.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador. Pedro Simon, nota 10 é o seu aparte. V. Ex^a diz que faço um esforço. E reconheço que faço. Mas, assim como reconheço que faço, apelo a V. Ex^a para que também desenvolva um esforço para ver as coisas positivas do Governo Lula porque, quando eu...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Perdoe-me, perdoe-me, mas tenho feito isso. Tenho feito isso permanentemente, inclusive dessa tribuna. Em várias questões, como, por exemplo – V. Ex^a estava lá como Presidente da Comissão –, quando a Oposição quis romper com a Bolívia. Eu disse: não, o Presidente Lula está certo; temos de reconhecer, a posição de Sua Excelência é nota 10.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É verdade.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Temos de dar cobertura ao Lula. Tenho feito isso e tenho me esforçado no sentido de ser favorável ao Presidente Lula.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Agora, quanto às comparações, Senador Pedro Simon, é impossível fazer comparações pessoais, específicas de quem foi o maior. Cada um faz um juízo particular. A meu juízo, o maior estadista da História do Brasil foi Getúlio Vargas. Para mim, esse é um julgamento indubitável. Agora, o que eu quis dizer é que o projeto de Nação brasileira, o conceito de Nação possui três vetores: território, povo e Estado. Na medida em que o território foi ocupado, na medida em que o Estado se desenvolveu e produziu o desenvolvimento econômico, fruto dos projetos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitscheck, chegou o momento de entrar no terceiro estágio, que é a distribuição de renda, a justiça social, a justiça estrutural da Nação. E esse é o projeto do Governo Lula.

Pode ser que ele não tenha êxito? Pode. É muito difícil. Agora, acredito que tenha êxito e luto para que tenha êxito; faço tudo que estiver ao meu alcance porque acredito que é importante para o conceito de Nação implantar-se definitivamente no Brasil essa justiça social, que está faltando.

Mas agradeço muito o aparte de V. Ex^a.

Ouço o Senador Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Roberto Saturnino. V. Ex^a é meu companheiro do Estado do Rio de Janeiro e eu não poderia deixar de dizer que considero o discurso de V. Ex^a delicioso na parte histórica que V. Ex^a vem trazendo desde a época da Colônia, da República e, depois, do Império. É bem verdade que, se olharmos o estatuto da escravidão,

veremos o poder de vida ou morte que era dado ao grande proprietário rural sobre a vida de seus escravos, agregados e até familiares. A vinculação, após a Independência, do poder político à riqueza e à renda, e essa maneira – eu diria preferencial – de o Estado lidar com sucessivas gerações de escravos, brancos pobres e mestiços, usando a violência, herdamos tudo na genética. Aquelas classes que, por seus aspectos étnicos e econômicos, eram consideradas e tratadas, **a priori**, como marginais. Tudo isso vem até os dias de hoje. Iniciamos um processo de distribuição de renda. V. Ex^a diz muito bem, todos os crimes que atormentam o cotidiano dos brasileiros: racismo, poluição, corrupção, tudo isso é concentração de poder e renda, que está em nossa sociedade. V. Ex^a fala de avanços, que não podemos deixar de considerar: seis milhões de brasileiros foram incorporados ao sistema bancário por meio do microcrédito. Mas tinha, por exemplo, crédito consignado no governo anterior? Tinha, mas só para funcionário público. Agora é para todos. É bom lembrar, Senador Saturnino, que, quando iniciamos o governo, os juros estavam em 26%; a inflação, com dois dígitos; o superávit, na balança comercial, era déficit – nove bilhões de déficit –; o dólar subia muito.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Só para concluir, Sr. Presidente. Houve conquistas. Nós temos hoje um superávit de R\$100 milhões. Acabou aquele déficit. A inflação é mais baixa. O salário mínimo é o melhor dos últimos 25 anos. E esse povo que traz na genética todo esse fantasma – que V. Ex^a teceu bem nos seus comentários, mostrando o País da concentração de renda, a desigualdade social – hoje, realmente enaltece essas ações que foram feitas de caráter – diria – de distribuição de renda, de justiça social. É bem verdade que V. Ex^a fez parêntese, não é aquilo que gostaríamos; os juros podiam ter baixado, podíamos ter crescido um pouquinho mais – no ano passado foram 2%, este ano, talvez não cheguemos mais que...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É verdade.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Mas que caminhamos para um projeto de Nação, V. Ex^a tem toda a razão, e quero aqui me somar ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Crivella. Agradeço o seu aparte, que enriquece substancialmente o meu discurso.

Sr. Presidente, era o que eu queria ter dito na tarde de hoje, agradecendo muito a benevolência de V. Ex^a, que tolerou o meu excesso de tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra a V. Ex^a pela Liderança do PSDB.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador se dirige ao plenário, peço a palavra apenas para pedir desculpas a Minas Gerais.

Recebi um número muito grande de telefonemas agora por um erro grave que eu cometi, embora seja irrelevante para mim, mas quero fazer justiça a Minas Gerais e ficar triste com o silêncio dos mineiros.

O ex-Governador Newton Cardoso não é mineiro. Então, nem isso ele tem em comum com o Edson Arantes do Nascimento, o nosso Pelé. Ele nasceu na Bahia, e Minas o aceitou e o acatou com muita hospitalidade.

De forma que, atendendo aos mineiros que me telefonam indignados e protestando contra o silêncio de Minas Gerais no plenário, quero pedir desculpas a Minas Gerais, com o endosso do Senador Eduardo Azeredo, mas eu gostaria de fazer justiça à história de Minas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores, no fim da semana passada, foi publicada pelo Presidente do PT uma entrevista que julgamos agressiva, injusta e provocativa.

Recebo do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, nota na qual S. Ex^a define a nossa posição com relação àquela entrevista, em que, de forma absolutamente despropositada, o Presidente do PT faz acusações e insinuações contra o pai, falecido, de uma das melhores figuras públicas do Senado, o Senador Tasso Jereissati.

Essa gente é mesmo capaz de tudo. Dos fatos lamentáveis de Santo André a todos os demais e numerosos escândalos do atual Governo, a partir de orientação do núcleo mais íntimo do Palácio do Planalto.

A desfaçatez que caracteriza o Governo Lula chega ao desrespeito às famílias de brasileiros dignos. Agora, indo a extremos, os ditos políticos que apóiam o Governo vão re-

mexer lutas políticas paroquiais do Ceará com os propósitos abjetos e torpes de ofender a figura do Presidente Nacional do PSDB e seus irmãos, atingindo especialmente a honra de seu pai, o falecido Senador Carlos Jereissati. Os petistas já não respeitam nem os mortos, eis a verdade dos fatos.

Tal incivilizada e até bestial postura difere em muito do tratamento que a Oposição sempre dispensou a parentes, de ambos os性os, muito próximos – mas muito próximos mesmo! – do atual Presidente da República.

Esse mesmo Presidente que, em mero lance eleitoreiro, fala em entendimento nacional, em plena temporada de caça ao voto. Lula na realidade não pretende entendimento nacional nenhum; apenas tenta avançar eleitoralmente, fingindo pretender uma suposta conciliação nacional, ele que não reúne as condições mínimas de, com suas próprias forças, oferecer a governabilidade ao País de que é capaz seu adversário [o nosso candidato] Geraldo Alckmin. Quem terá a oferecer ao Brasil é o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin.

Há pessoas dignas no PT que certamente não aceitariam sequer ser sondadas para se prestar a atitudes baixas como essa, de ofender famílias honradas.

Foram buscar “o faz tudo”, “o versátil” Ricardo Berzoini, que contempla imensas proezas em seu currículo, sendo a mais notável delas o gesto de perversidade praticado contra os nonagenários brasileiros, obrigando-os a comparecer, desde a madrugada, às filas quilométricas e nazistas do INSS, para provar que estavam vivos.

Quem não respeita idosos só podia mesmo, e até “por coerência”, desrespeitar a memória de um morto, pai de diversos filhos, a começar pelo Senador Tasso Jereissati, ilustre presidente de um grande partido da Oposição.

A Lula falta a grandeza: ele é nanico. Com sua habitual postura deseducada, tola e picareca, apequena o mandato que o povo lhe outorgou, rebaixa o Brasil à figura de republiqueta e agride os brasileiros.

Quanto a Berzoini, faltam-lhe generosidade e lucidez. A ausência desta última certamente dificultará qualquer entendimento, que, mais hora, menos hora, poderá fazer-se necessário, por exemplo, entre presidentes de dois grandes partidos, como PSDB e PT. Interlocutor desse jaez o PSDB jamais aceitará.

Lula, primeiro e único, o nanico; Ricardo Berzoini, bicampeão em mesquinharia e perversidade.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Sérgio Guerra, gostaria de dizer que concordo inteiramente com o pronunciamento de V. Ex^a, solidarizando-me com o Senador Tasso e sua família e com todo o PSDB por essa forma agressiva e inconseqüente com que o Deputado Ricardo Berzoini se referiu ao Presidente do PSDB e à sua família. Na realidade, o Presidente Berzoini é Presidente do PT; portanto, teria que ter uma postura mais correta, mais educada para se referir aos presidentes dos outros partidos, não só do PSDB e do PFL, como de qualquer outro partido. Conhecemos bem o Deputado Berzoini. Ele não é um parlamentar que possamos dizer que é exemplar. Inclusive, o PFL criou um troféu de crueldade com as pessoas que leva o nome dele, “troféu Berzoini”, exatamente porque convocou os velhinhos de mais de noventa anos para comparecerem todos no mesmo dia para provar que estavam vivos. Quer dizer, o que ele queria era provar que os velhinhos estavam vivos. E ele fez isso, cortando antes o salário dos velhinhos. Quer dizer, de uma pessoa que tem uma atitude dessas, pode-se esperar qualquer coisa. Ele era um líder sindical; portanto, o que se esperaria dele era que tivesse compreensão para com as pessoas, principalmente para com os mais velhos. Então, essa é uma atitude inconseqüente de um Presidente de Partido, o que mostra que ele não tem o gabarito, a qualificação necessária para presidir um Partido do nível do PT. O PT é um dos maiores Partidos brasileiros e, portanto, tem de ser presidido por pessoas que respeitam os outros. Por isto que o PT não pune os mensaleiros, ou seja, aqueles que se envolvem em irregularidades: porque tem um presidente que não respeita os outros e, consequentemente, não deve respeitar o seu próprio Partido. Então, registro a minha solidariedade ao Presidente Tasso e ao PSDB.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB - PE) – Ouço, com prazer, o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL - PI) – Senador Sérgio Guerra, tenho a impressão de que a desproporção do ataque feito pelo Sr. Berzoini ao pai do Senador Tasso nos remeteria ao melhor caminho, que seria o do silêncio. Mas o homem público não pode se calar diante de algumas coisas. E lamento que o Sr. Berzoini tenha buscado, do fundo do baú, um jornal que ele disse haver lido – e deveria inclusive mostrar o jornal -,

fazendo ataques a um homem público que tem passagem marcante no Nordeste, não só pelo trabalho que fez como Deputado e como Senador da República, mas também por ter tido a felicidade de mandar para a vida pública uma figura como Tasso Jereissati. Ele criou bem os filhos e soube encaminhá-los na vida. Eu me lembro, Senador Antonio Carlos, de um debate havido no Plenário da Câmara, quando o então Deputado Luís Eduardo teve também o seu pai ofendido de uma maneira inusitada. Ele disse que era exatamente o preço que pagavam os que tinham um pai conhecido, e que a pior coisa do mundo era a desproporção da luta e do ataque: o pai conhecido, o pai notável contra aqueles que não tiveram a oportunidade de colaborar para a História do Brasil. Porque não se trata de dizer que fulano não é humilde, não. A humildade tem outras características. O humilde não faz esse tipo de comparação. Agora, temos que compreender, Senador Tasso, e V. Ex^a tem que se confortar porque é uma questão de opção. O ex-Ministro Berzoini, o que maltratou os velhos no Brasil, tem que falar bem do homem do dólar na cueca. E esse candidato a Governador pelo Ceará, que perdeu a eleição? Senadora Patrícia, V. Ex^a poderia me ajudar? Como é o nome desse candidato sanguessuga? José Airton. E do Capitão Guimarães. Desse pessoal. Imaginem o advogado de porta de cadeia. É o mesmo estilo. Para defender os criminosos que o cercam, vai buscar assuntos, vai criar fatos inexistentes ou criar factóides quando não pode atingir quem está vivo para responder.

É um comportamento que bem denota o Partido que ele preside. É lamentável que fatos dessa natureza aconteçam. Quero fazer esta referência, inclusive aproveitando a presença do Oswaldo Manicardi, que, durante muitos anos, assessorou o Dr. Ulysses Guimarães: tomem cuidado os que já passaram dos 50, dos 60 e dos 70 anos. O Berzoini tem horror ao idoso, ataca os mortos e maltrata os vivos, fazendo-os ficar na fila. Aí já é demais, Sr. Berzoini. É preciso, Senador José Jorge, reviver o troféu, porque ele merece; com certeza, dessa vez, será aprovado por aclamação. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Sérgio Guerra, são atitudes como esta que nos levam a ter um temor muito grande na hipótese, que espero não aconteça, de um segundo mandato do Presidente Lula. São atitudes de arrogância, atitudes de desrespeito, que não contribuem em nada para o clima político brasileiro; pelo contrário, no caso específico, são atitudes injustas. O Presidente do nosso Partido, Senador Tasso Jereissati, tem todas as qua-

lidades necessárias para ser o que é: um grande homem público, responsável pela virada do Ceará, que se transformou num Estado moderno, num Estado que é gerenciado de maneira adequada. Essa agressão gratuita só faz crescer cada vez mais a imagem do Senador Tasso Jereissati. Lembro-me de que, na primeira vez em que fui ao seu gabinete, quando Governador do Ceará, lá estava a fotografia do seu pai, o que mostra que ele sempre teve realmente orgulho do pai, um orgulho merecido e devido. Senador Tasso, releve essa agressão, pois é uma agressão vinda de quem não sabe o que fala.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a se antecipa em fazer justiça ao homem público Carlos Jereissati, pai do nosso grande Senador Tasso Jereissati, uma das melhores figuras deste Senado. Seu pai também foi uma grande figura na legislatura de que participamos, em 1958, e, posteriormente, veio para o Senado, onde, pouco depois, aos 45 anos, faleceu deixando amigos e, sobretudo, um grande nome para que seus filhos herdassem. Só mesmo figuras mesquinhos, figuras sem passado e talvez sem paternidade, podem ofender um filho ilustre, atentando contra a honra do seu pai. V. Ex^a tem a Casa toda ao seu lado, repudiando esse Presidente de Partido que demonstra que não pode conversar com outras correntes políticas quando não sabe respeitar a memória dos grandes homens e do pai de um Presidente de um Partido que honra o Senado, que é o Senador Tasso Jereissati, como o seu pai honrou enquanto vida teve. Quero me solidarizar com a memória de Carlos Jereissati, assacada por alguém que não tem caráter para isso. Assim como ele gosta de dizer, deve ser ofendido, bem ofendido, para que ele não repita a dose com qualquer outro colega. Quero aqui trazer a minha homenagem, que é a do Senado, à figura de Tasso. Tasso é respeitado, Tasso é querido, Tasso é até amado pelos seus colegas de Partido e, mais ainda, pelo povo do Ceará. Esse é o testemunho que trago em solidariedade a V. Ex^a, que, mais uma vez, demonstra sua inteligência e sua capacidade de oratória.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães as palavras.

Ouço a Senadora Patrícia.

A Sr^a Patrícia Saboya Gomes (Bloco/PSB – CE) – Senador Sérgio Guerra, quero também, como fizeram os outros Senadores, primeiro, me solidarizar com V. Ex^a pelo pronunciamento, que traz algo muito preocupante, que vem, ao longo de algum tempo,

acontecendo na política brasileira. Fico extremamente constrangida inclusive de pertencer, neste momento, não ao meu Partido, mas a um Partido que está na campanha, que apóia o Presidente Lula. No entanto, seu Presidente não sabe se comportar como um Presidente de Partido a partir do momento em que usa pessoas que não podem sequer se defender, porque estão mortas, e invade a memória de alguém que teve todo o respeito do povo do Ceará e que é pai de um dos maiores políticos e uma das maiores lideranças do nosso País: o Senador Tasso Jereissati. Neste momento, fico estarrecida e muito preocupada. Onde isso pode parar? O que pode acontecer com o nosso País? A política já está tão confusa, já deixa a população tão confusa com tantas mazelas, denúncias e acusações, e agora, ainda por cima, levanta-se falso da memória de alguém respeitado, sempre querido, que vem aqui representando, continuando seu trabalho, uma das maiores lideranças do nosso País, que é o Senador Tasso Jereissati. Tenho certeza de que quem viu ou ouviu esse absurdo que aconteceu, que fiquei sabendo agora no plenário, deve estar, da mesma forma, indignado. O Senador Tasso Jereissati tem aqui a solidariedade não só dos seus companheiros de Partido, o PSDB, mas de todos aqueles que conhecem sua história, sua luta, seu passado, a vida de sua família e de seu pai. Vimos aqui trazer esta palavra de solidariedade, Senador Tasso Jereissati, sabendo que, certamente, não só todo o Ceará, mas quem conhece V. Ex^a e conheceu seu pai estão, da mesma forma, indignados e chocados com esse tipo de política que não se deve aceitar: uma política mesquinha, baixa, que, certamente, o povo do Brasil não deseja e não quer mais ouvir. O povo quer propostas sérias. Que se ataquem os partidos e que façam o que for preciso. É uma disputa política. Vivemos uma democracia. Cada um diz aquilo que pensa, aquilo que quer e aquilo que sonha. Mas não se pode permitir – independentemente de qualquer coisa – que se ataquem ou se denigram imagens de pessoas de nossas famílias, que sequer podem estar aqui para se defender. Meu abraço muito carinhoso, Senador Tasso Jereissati. Saiba que considero essa talvez uma das piores formas de se fazer política e um dos piores exemplos que se dá na política brasileira.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sérgio Guerra, eu gostaria de fazer um pedido a V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Se V. Ex^a me permite, proponho que façamos uma moção de repúdio a essa declaração do Sr. Berzoini, que seria colocada em votação pelo Presidente do Senado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sérgio Guerra, gostaria de pedir a V. Ex^a para transcrever

nos **Anais** da Casa a íntegra da matéria publicada pelo **Globo Online**, do jornalista Gerson Camarotti, intitulada “Em campanha, Palocci invade redutos de outros petistas”, que demonstra o velho ditado “quando o macaco não olha para seu rabo, vem o trem e passa por cima”. Como a matéria é grande, pedi a transcrição na íntegra e leio apenas uma frase: “Palocci tem criado dificuldade para a vida pública de todos nós, pobres mortais, porque ele entra com uma forte estrutura. Na minha campanha, falta emoção, até porque não tenho dinheiro – afirma o Deputado Luciano Zica, que tem sua base eleitoral em Campinas”. Segundo a matéria, o ex-ministro da Fazenda é tido como “candidato boeing” contra os “teco-tecos”. Acho que o Sr. Berzoini, como Presidente Nacional do PT, deve se preocupar em dar satisfação ao povo de São Paulo e do Brasil sobre o que está acontecendo no seu Partido agora, porque preside um Partido que, não satisfeito com os mensalões, com as sanguessugas, com o dólar na cueca e com toda a corrupção da qual participou nesses quatro anos, pelo menos com omissão, está tentando desenterrar factóides. Fica para ele a responsabilidade de esclarecer a opinião pública a respeito das declarações feitas por um correligionário seu por fatos que estão acontecendo neste momento em uma campanha nacional. Espero que o Tribunal Eleitoral, Sr. Presidente, seja ágil nessa denúncia, que é gravíssima. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, merecem reflexão dessa Casa acusações desse tipo. Em primeiro lugar, é indispensável reconhecer que o Senador Tasso Jereissati – falo apenas da sua atuação no Congresso – é alguém que tem emoção, porque acredita no que pensa, mas é prisioneiro de um profundo sentimento de justiça, e é esse sentimento que preside sua relação com todos. O Senador Tasso é alguém capaz de conciliar. Eu próprio assisti, dezenas de vezes, sua capacidade de liderança a serviço da conciliação a fim de que prejuízos maiores não se desenvolvessem no interesse da preservação da democracia, da boa convivência, do respeito aos partidos, às instituições. S. Ex^a é alguém que tem convicção, que tem emoção no que faz, mas que toda sua atitude por uma profunda e reflexiva racionalidade.

A agressão ao pai do Senador Tasso Jereissati nada mais é do que uma absoluta e total demonstração de precariedade, de deslealdade de um presidente de partido nacional da importância do Partido dos Trabalhadores.

E não pode ser acatada. Não é nesse rumo que devemos conduzir nem esta campanha nem esta eleição. Não é assim que temos feito. Não tem sido essa a regra. É deplorável que a norma venha a ser contra-

riada por um presidente de partido da maneira como ele o fez.

Depoimentos como os que ouvimos hoje e que certamente ainda ouviremos demonstram a vontade, a firmeza, a convicção e o valor do Senado Federal, dos Senadores e das instituições do Brasil, que não podem ser desautorizadas.

Ouço o Senador Demóstenes Torres, com prazer.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex^a faz um discurso...

(Interrupção do som.)

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – ...com muita propriedade e que reflete o pensamento da Casa. Em primeiro lugar, trata-se de um ataque gratuito à pessoa do nosso querido Senador Tasso Jereissati, um homem honrado e decente, muito mais do que o Sr. Ricardo Berzoini, que acaba de fazer a acusação. Além disso, o pai do Senador Tasso Jereissati é um homem intocável em sua memória, porque em vida ele teve a oportunidade de se defender e de se limpar – o que muitos petistas não tiveram, inclusive o Presidente Berzoini. O que quero deixar aqui é o repúdio a esse tipo de manifestação. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar que o jogo político traga à baila agressões à família, agressões à honra. O jogo político tem que ser duro. O embate tem que ser cada vez mais acirrado, mas no campo ideológico, jamais nesse nível, ao rés do chão. Quero aproveitar – acabo de ser comunicado – para dizer que hoje é aniversário do nosso queridíssimo Presidente Antonio Carlos Magalhães, que completa 79 anos. S. Ex^a tem uma longa história política, é um homem honradíssimo, um exemplo para todos nós. É polêmico, mas continua extremamente representativo, formador de opinião, e merece toda a nossa consideração. Em relação ao Berzoini, ao contrário do nosso querido Senador Antonio Carlos Magalhães, merece ele, sem sombra de dúvida, o repúdio desta Casa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O Senador Tasso Jereissati é um dos melhores políticos que temos hoje no Brasil. A remodelação que fez no Estado do Ceará é um exemplo para qualquer Estado do Brasil. Eu, muito jovem, aprendi a respeitar seu pai, Senador, Ministro de Getúlio, homem pelo qual o Dr. Getúlio tinha a maior admiração e que, apesar de ser do Nordeste, de uma área com que não tinha uma identificação maior, teve e manteve sempre essa identidade. Pagou um preço por isso, porque ele foi dos que foram fiéis até o fim. Eu sempre tive pelo Senador um grande

respeito e uma grande admiração, o que todo o País deveria lhe emprestar. Mas eu não consigo entender. Sinceramente, eu não consigo entender. Numa hora como esta, em que estamos às vésperas de um pleito difícil, quando o maior Partido de Oposição tem um Presidente que é uma pessoa equilibrada e que tem dado demonstrações de competência, de capacidade, de busca do diálogo – em várias circunstâncias, foi exatamente dele que nasceram as provas e as formas do entendimento –, a troco de que o Presidente do PT vem com uma afirmação gratuita, ridícula, fora de propósito e sem nexo? Não tem lógica, a não ser uma das bobeiras que, às vezes, as pessoas cometem. Mas o Presidente do PT, numa hora como esta, fazer uma agressão ao Presidente do PSDB, não dá para entender. Sinceramente, não dá para entender. A não ser que exista algo oculto, que seja daqueles que querem realmente tumultuar e criar um clima que não é o clima que desejamos, para que, com tanta dificuldade, chegemos ao final da linha. A única coisa absolutamente tranquila é a unanimidade com relação à figura do Senador Tasso Jereissati e a unanimidade com relação ao carinho e ao afeto que o Brasil tem por seu pai.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Sérgio Guerra?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pois não, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Sérgio Guerra, ao longo da vida, já assisti a muitas homenagens póstumas, mas ataque póstumo é a primeira vez que vejo. É a coisa mais despropositada que já vi. Conheci o Senador Carlos Jereissati quando eu era jornalista, no início da década de 60. Era um homem afável, agradável, inteligente e talentoso. Honra-me ser amigo de seu filho, poder contar com sua amizade. Como disse ainda há pouco o Senador Antonio Carlos Magalhães, trata-se de uma das melhores figuras desta geração de políticos. Eu realmente não compreendi, como perplexa se encontra toda a Casa, por que o Presidente do PT resolveu caminhar por esses ínvoros destinos. Não entendo o porquê de um ataque despropositado dessa natureza. Conta a família Jereissati com toda a minha solidariedade e apoio.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, a palavra que expresso aqui é a do meu Partido, é a do Líder Arthur Virgílio. As manifestações que até agora ouvimos são a confirmação de um sentimento que, na minha opinião, demonstra com clareza que o Senador Tasso Jereissati não foi atingido por essas acusações, nem S. Ex^a, nem o Ceará, nem o Nordeste, do qual o Senador foi inspirador e modelo

para várias e boas gerações de Líderes que lá se formam. Nada disso.

As acusações demonstram a precariedade de um determinado grupo de políticos que não entendem que este País é muito maior do que isso, que é preciso construí-lo com dignidade e com respeito à opinião contrária.

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – É preciso que este País melhore de fato e que as instituições sejam preservadas. E suas lideranças também.

Um país não pode perder suas referências, e o Senador Tasso é uma das referências da política brasileira. A vida do seu pai nunca foi questionada. Foi um homem público reconhecido. A nossa solidariedade, Tasso, à sua família é integral, e a nossa absoluta rejeição a esse político primitivo e incompetente que preside o PT é real, não é formal, é real.

Agradeço a atenção dos senhores. Nós, do PSDB, cumprimos apenas com a nossa mínima responsabilidade de advertir o País sobre atuações levianas de gente que não merece o papel que tem.

Senador Tasso, para terminar, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Sérgio Guerra, Senador Arthur Virgílio, que, embora ausente, redigiu esta nota, eu gostaria de dizer, com muita tranquilidade e com muita calma, que o Senador Eduardo Azeredo aqui fez uma referência, a de que, ao entrar na minha sala, durante o Governo, havia um retrato do meu pai. Todos aqueles amigos que já foram à minha sala aqui viram, com certeza, atrás da minha mesa, um retrato do meu pai, falecido há 40 anos. Meu pai morreu muito novo, em 1964, com apenas 46 anos, de um ataque de coração.

De lá para cá, mesmo antes, ele foi ponto de referência e exemplo da minha vida. O depoimento de todos os Senadores que se aqui se manifestaram deu-me enorme força. Na verdade, Senador, estava preparado para dar uma resposta no discurso que ia fazer, porém, a demonstração dos colegas Senadores já foi a minha resposta. Só quero dizer que saio profundamente emocionado da demonstração dada pelos companheiros aqui. Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Sérgio Guerra, o absurdo da coisa já foi demonstrado à soberba aqui por vários Senadores. O Senador Edison Lobão, por exemplo, se espantou, porque, segundo ele, já conviveu com homenagens póstumas, não com agressões póstumas, que é algo

inédito realmente. Chamo essa agressão, de “agressão bumerangue”, porque é uma agressão covarde, contra alguém que não pode mais se defender; é uma agressão indireta ao filho da pessoa, aquela pessoa que nos orgulha, inclusive, como amigo, como homem público com o qual mantemos convivência política de amizade pessoal, o que muito nos orgulho. É covarde por todas as razões. É uma “agressão bumerangue”, como disse, porque se volta contra o agressor. Senador Tasso Jereissati, aqui resgato a preocupação do próprio Senador Pedro Simon: Por que isso? Tanta coisa que temos para discutir nessa eleição, tantos são os problemas que nos afligem, de repente, gratuitamente, uma agressão covarde como essa, que se volta contra o agressor porque não se pode admitir, no contexto atual, no momento político brasileiro, que as nossas preocupações se voltem para algo dessa natureza, de toda a forma inexplicável. É preciso que pensemos muito. Qual é o propósito de uma pessoa que assaca uma agressão dessa natureza contra alguém que não mais pode se defender, tentando agredir indiretamente à família dessa pessoa na pessoa do Senador Tasso Jereissati? Portanto quem agrediu acaba se auto-agredindo porque é o resultado de um ato baixo como esse. Um ato baixo, Senador Tasso Jereissati! V. Ex^a faz bem, não entre nessa polêmica, isso não o atinge de forma alguma nem a sua família. Seus amigos orgulham-se de privar de sua amizade. V. Ex^a realmente não precisa se sentir ofendido, porque o que vem de baixo não atinge pessoas como V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, vou concluir.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Sérgio Guerra, um aparte, por favor.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Sérgio Guerra, acabo de chegar ao plenário. Senador Tasso, tomei conhecimento, no caminho do aeroporto até aqui, pela Rádio Senado, das impropriedades ditas pelo Presidente do PT, Deputado Berzoini. Quero dizer que a solidariedade a V. Ex^a, à sua família e ao seu pai – Senador Carlos Jereissati – não é só de seus Pares aqui do Senado, mas de toda a Nação brasileira, que reconhece em V. Ex^a um político ético, honrado e que trata a política com seriedade, visando melhorar a vida de todos os brasileiros. É lamentável que o Partido dos Trabalhadores, depois de fazer no Brasil, neste Governo, tudo o que fez em matéria de corrupção, falcatruas e mentiras, venha agora buscar o passado para assacar a honra e a memória de uma pessoa ilustre e honrada como o pai de V. Ex^a. Receba, Senador Tasso Jereissati, a solidariedade de todos os

brasileiros que o conhecem e sabem do trabalho de V. Ex^a e da dignidade com que V. Ex^a labuta na vida política. Com certeza, a dificuldade de encontrar uma forma de combater o bom combate os fazem agir com esses propósitos infundados, incorretos e inverídicos levantados pelo Sr. Berzoini. É importante que ele, invés de buscar, como tenta buscar na entrevista, trazer todos – essa é a grande arma do PT – para o mesmo nível, que ele possa fazer a diferença, pois eles estão em um nível muito abaixo daquele em que V. Ex^a se encontra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senadora Ideli. Não?

Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, acho que esse acontecimento terminou se transformando num momento de afirmação do Parlamento e do Senado.

O Congresso tem sido vitimado por dezenas de episódios comprometedores, o que não é bom para a democracia, não é bom para ninguém. De repente, uma acusação precária, injusta, inadequada do Presidente de um grande partido – para qualquer um seria inadequada, para ele mais ainda, pela responsabilidade que tem – produz uma mobilização absolutamente natural de respeito à consciência brasileira, ao valor dos seus líderes, dos seus símbolos, a um político que não é só Presidente do PSDB, mas muito mais do que isso pela sua vida, pelo que faz e pela obra que já fez pelo Nordeste e pelo Brasil.

Essa manifestação apenas confirma que a democracia faz sentido, inclusive para o Senador Tasso Jereissati, para que S. Ex^a mantenha a sua firmeza, o seu valor e o seu comando.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Guerra, esta Presidência, expressando o sentimento da Casa, se solidariza com V. Ex^a, com o Senador Tasso Jereissati e com a família dele.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Ideli.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra em seguida a V. Ex^a, logo após a leitura desses dois requerimentos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Temos inscritos aqui para falar ainda a Senadora Ideli, o Senador Ney Suassuna e o Senador Antonio Carlos Magalhães, que, inclusive, terá oportunidade de encaminhar a votação do requerimento que acaba de apresentar à Mesa.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A Sra Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o assunto que me leva à tribuna ainda é o assunto que...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora, temos um requerimento que ainda vai ser lido e que tratará do assunto exatamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 954, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de repúdio às declarações dadas em recente entrevista concedida ao jornal **Folha de S.Paulo** pelo Exmº Sr. Deputado Ricardo Berzoini, Presidente do Partido dos Trabalhadores, sobre a respeitável figura de Carlos Jereissati, falecido em 1963, pai do nobre Senador Tasso Jereissati.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006 – **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

Para encaminhar o requerimento, se desejar, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Tendo em vista que eu não tive a oportunidade de emitir a minha opinião sobre este assunto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Mas terá, terá!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...não, apenas quero deixar registrada a minha abstenção, não vou votar, porque quero depois expor a maneira como entendo o que estamos vivenciando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o requerimento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Edison Lobão.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 955, DE 2006

Audiência de Comissão.

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, que “dispõe sobre as exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil”, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006. – **Renan Calheiros – Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a Mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 956, DE 2006

Requeiro nos termos regimentais seja aprovado voto de pesar pelo falecimento, aos 98 anos, do Dr. José do Rego Maciel, pai do Senador Marco Maciel, ocorrido no dia 1º de setembro em Recife, e que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O Dr. José do Rego Maciel nasceu em janeiro de 1908 e foi casado com Dona Carmen Sylvia Cavalcanti de Oliveira Maciel, já falecida, com quem teve nove filhos. Formou-se em Direito e foi Advogado, Promotor de Justiça, Juiz de Direito, Procurador do Estado de Pernambuco, além de Secretário da Fazenda, do Interior, da Justiça além de Consultor Jurídico e Consultor-Geral do Estado pernambucano. Também foi eleito Deputado Federal e Prefeito de Recife.

Consternado o Senador Marco Maciel, a quem endereço sincero e fraterno abraço de solidariedade, proferiu esta declaração que incorporo ao presente requerimento: ‘Meu pai foi o melhor amigo. Modelo de conduta e exemplo de homem público, probro e dedicado a tudo que fosse servir ao bem comum. A ele não faltou, no percurso de sua vida ao lado de minha querida mãe, a presença de Deus. Sinto, com o seu desaparecimento, uma enorme solidão que não é, porém, um vazio. Ele permanecerá presente na minha memória, a inspirar minhas ações e a iluminar meus passos, pois deixou um testemunho de vida que a ela ultrapassa’.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidencia encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Aprovado o requerimento

Concederei a palavra pela ordem que acabei de expor.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Apenas desejo comunicar a V. Ex^a que nosso Líder, Senador José Agripino Maia, pediu que não votássemos hoje nenhuma matéria, uma vez que ele se encontrará aqui amanhã. A pauta está relativamente tranquila e devíamos votar hoje apenas duas autoridades. Então, em nome do PFL, peço a V. Ex^a que adie a pauta par amanhã.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti me pediu para falar antes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por cessão do Senador Ney Suassuna, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs Senadores presentes ao plenário, não fiz apartes ao Senador Sérgio Guerra, mas não poderia deixar de me pronunciar sobre o assunto, porque as questões aqui mencionadas podem ter um viés de declarações a serem lamentadas ou a serem até repudiadas. Por isso, eu me abstive na votação do requerimento. Isso está dentro de um contexto. Não quero aqui fazer um julgamento da palavra do Presidente do meu Partido.

Agora, neste plenário, no último período – um ano e alguns meses –, houve manifestações de figuras públicas atacando familiares de pessoas públicas; houve revolvimento de mortos, de cadáveres. Não vou aqui reprimir meu sentimento ao ver, na CPI dos Bingos, a exposição lamentável, quase como um programa “mundo cão”, das fotos do nosso prefeito Celso Daniel.

Quero dizer que esse clima de vale-tudo, de colocar fogo no palheiro, como foi apregoado há poucos dias, leva aonde? Se existem declarações que têm de ser lamentadas, devo dizer que há grande elenco delas, de surra no Presidente, de, dia sim, outro também, familiares do Presidente serem achincalhados.

Tenho esse sentimento profundo, que é opinião pública. Acho que as pesquisas demonstram isso de

forma inequívoca: quanto mais a baixaria come, no debate político, desqualificando o debate político, pior fica para a imagem de quem faz o ataque, senão os resultados das pesquisas não estariam aí a demonstrar – inclusive há reportagem no dia de hoje – que os principais críticos não estão tendo nas pesquisas o apoio ao volume e à contundência das críticas que fazem. Então, acho que vale a pena tudo isso, Sr. Presidente, para fazermos uma reflexão profunda a respeito do significado de não ter nível para fazer o debate político.

Eu gostaria que pudéssemos fazer efetivamente o debate desta eleição porque há fatos, há situações no processo eleitoral atual que mereceriam uma profunda discussão, que nem pude registrar, mas vou pedir que seja publicado na íntegra um artigo de Maria Inês Nassif, de 24 de agosto, publicado no **Valor Econômico**, cujo título é “Não só as traições abalam Alckmin”. No meio do artigo, ela traz elementos para que possamos avaliar determinadas situações. Hoje, pura e simplesmente, entendem o Bolsa-Família como um instrumento e alguns alegam que é um instrumento para compra de voto. O que significou o Bolsa-Família na desestruturação da política tradicional? Faço questão de ler um pequeno trecho desse artigo:

“Dois programas simples, implantados diretamente pelo governo Lula, no entanto, foram fundamentais para desestabilizar as bases da política tradicional – ela historicamente resiste: passou por momentos de crise e voltou para onde sempre esteve, mas agora vive outra crise, das grandes. Um dos programas, o Bolsa Família, claramente desintermediou o voto da população pobre, que antes passava pelo chefe local – processo, aliás, facilitado pela urna eletrônica. Mas não se pode desprezar também uma mudança nas relações entre o governo federal e os municípios.

Quando foi criado o Ministério das Cidades, a impressão que se tinha era a de que seria uma mera compensação política ao ex-governador Olívio Dutra, do PT do Rio Grande do Sul. Mas a relação direta estabelecida com os prefeitos quebrou uma das lógicas mais importantes da política tradicional. Os prefeitos precisavam da mediação dos deputados federais e senadores para conseguir verbas. Essas verbas eram moeda de troca do governo federal, para obter apoio parlamentar; e o vínculo do prefeito com o deputado federal ou senador. Não que isso tenha acabado: as emendas parlamentares ainda abrem muito espaço para isso, como mostra o escândalo das sanguessugas. Mas a mediação do político federal para obras

de saneamento, habitação, regularização fundiária, planos diretores e transporte urbano, por exemplo, não é mais obrigatória. Isso ocorre num momento em que os governos estaduais não têm condições financeiras de atender demandas municipais, o que também torna mais ténues os vínculos entre os prefeitos e governadores."

Ou seja, a Maria Inês Nassif, que não tem nada a ver com o PT, traz para este momento eleitoral reflexões importantes a respeito de mudanças estruturais na forma de relação entre os entes federados, entre a população e os seus governantes. Tudo isso mereceria de nós um tempo, um período, para debater. Mas, não. Ficamos remoendo, revolvendo cadáveres, ficamos com acusações envolvendo familiares, ficamos na baixaria política, sem fazer o bom debate de tudo o que precisa ser feito neste processo eleitoral que estamos vivendo.

Ouço, com muito prazer, o Senador Sérgio Guerra, por quem tenho profundo respeito.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senadora Ideli, são duas questões, e, na minha opinião, elas não se confundem. A primeira, sobre a qual falamos, diz respeito à referência, à acusação de um presidente de um grande partido à memória de uma pessoa falecida, sem direito de defesa; portanto, num contexto absolutamente inexplicável e indefensável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os mortos do PT também não têm direito à defesa.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Eu não estou falando dos mortos do PT, estou falando dos fatos. Os fatos têm de ser vistos enquanto têm começo, meio, fim, conteúdo, formato. Estou falando de um fato visível, publicado e claro do Presidente do Partido dos Trabalhadores sobre a memória de um homem honrado. Ponto. No caso do PT lá do Celso Daniel, a acusação partiu do irmão dele e não do Congresso Nacional. Não é tema. Não se pode comparar os acontecimentos que envolveram Celso Daniel e a sua morte com o Senador Carlos Jereissati.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Que não deixou de ser usado à exaustão para a guerra política.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Não tem nada a ver uma coisa com a outra, a senhora não deveria nem confundir uma coisa com a outra, porque ninguém o faz. Nunca ninguém fez isso. Eu acho que é absolutamente inadequada a sua lembrança. Eu não defendo isso, nunca defendi, nem acho que truculência ...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por isso eu disse que o respeito profundamente.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Mas eu quero dizer que o Presidente do PT não poderia ter ido a um

grande jornal brasileiro dizer o que disse de uma pessoa falecida, sem direito de defesa, e de forma injusta. Isso não ajuda o Brasil nem a democracia, nem faz sentido a um presidente de um partido com a responsabilidade do Partido dos Trabalhadores. Segundo, quanto à questão do Bolsa Família, quero dizer o seguinte: não mudou nada. Quando foi criada a Sudene, há muitos anos, as pessoas trocavam voto e não havia intermediação, era direto. O Governo Federal mandava água para quem tinha sede, e o voto era trocado por água. Era assim que as pessoas ficavam populares: dando água a quem estava com sede lá embaixo. Não tem nada de mal que haja intermediação entre prefeitos e deputados. Por quê? Qual é o aspecto negativo de um parlamentar fazer uma emenda e atender a uma população local? Qual é a criminalização que há nisso? Efetivamente, há democracia nisso. Não se trata de nenhuma atitude infame. Ora, se quero falar de coisa malfeita, posso lhe contar uma história de uma cidade de Pernambuco, Garanhuns. Nós ganhamos a eleição para prefeito lá. Parlamentares do seu Partido, com recursos federais, recursos abertos no Orçamento, do arbítrio do prefeito, compraram o voto do prefeito. Gente que nunca foi votada lá vai ser votada porque levou dinheiro do Governo Federal para dar água ao povo e construir algumas casas. As provas são evidentes, os caras nunca foram votados lá e serão votados agora. Enfim, não é por aí. O que quero dizer à senhora, com todo o respeito, é que não tenho nada contra o Bolsa Família. É correto dar comida a quem está com fome, mas não muda coisa nenhuma. Ao contrário, é um fator de acomodação. Os sindicatos de várias áreas de Pernambuco enfraqueceram como sindicatos porque viraram agências eleitorais. Então, essa esquerda a que se refere a minha companheira, amiga, Senadora Ideli, está morrendo, não existe mais. Aquela que fez a luta dos camponeses cessou, não existe mais, e as condições de vida do povo estão apenas niveladas por baixo. Eu não quero para o Nordeste uma população de indigentes. Eu quero uma população de gente que pode produzir, melhorar, desenvolver-se, ascender, democracia. É isso que defendo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco PT – SC) – Senador Sérgio Guerra, eu não quis abrir aqui o debate a respeito do Bolsa Família, das reestruturações e modificações que determinados programas e mudanças na estruturação da máquina pública brasileira acabaram provocando nesse processo eleitoral.

Eu trouxe como exemplo um artigo da Maria Inês Nassif apenas para exemplificar que deveríamos estar discutindo outro tipo de questão no processo eleitoral. Não deveríamos estar aqui discutindo a surra que determinadas pessoas querem dar no Presidente ou

acusações para familiares, pessoas que já estão mortas e não podem mais se defender. Efetivamente, o que precisaríamos estar aqui discutindo são as questões relacionadas aos temas que importam à população e que estão, efetivamente, em jogo no processo eleitoral. Até porque – volto a afirmar – as pesquisas, os dados, as reportagens que estão aí, inclusive nos jornais de hoje, relacionando os ataques mais contundentes, não têm produzido os mais contundentes números ou percentuais de intenção de voto. Então, acho que pelo menos isso deveria estar fazendo com que as pessoas refletissem a respeito do comportamento e do debate no processo eleitoral.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço ao Senador Ney Suassuna pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicito a palavra, como Líder do PFL, por designação do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito, darei a palavra a V. Ex^a. Quero só seguir uma lista que já havia anunciado aqui: Senador Ney Suassuna, como Líder também, que estava aguardando, Senador Antonio Carlos Magalhães e V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apenas quero ponderar, Senador Ney Suassuna, que é sobre o tema. Se V. Ex^a colaborasse...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se V. Ex^a for breve, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Transmitem, em nome de todos os Senadores, aos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Efraim Moraes os parabéns da Casa pelo aniversário de ambos, que hoje celebramos e comemoramos.

Com a palavra, o Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, gostaríamos de evitar a discussão de temas dessa natureza. A Senadora Ideli, brilhante, faz aqui como Stanislaw Ponte Preta, do qual temos saudade, com seu samba do crioulo doido, porque os fatos que compara não têm nenhuma correlação.

O Senador Carlos Jereissati, morto na década de 60, morreu de um enfarte, de morte natural. O Sr. Celso Daniel morreu em circunstâncias até hoje não esclarecidas, e me causa espécie o fato de a Líder do PT não querer que esse assunto seja tratado, porque

deve incomodar a memória de alguns de seus membros e de seus colegas.

É, no mínimo, estranho que o PT faça isso com seus mortos. No primeiro caso, queremos que o nosso morto descansse em paz porque cumpriu, em vida, seu papel. O outro, não. Para que descance e que seus familiares tenham descanso, é preciso que os fatos sejam esclarecidos. Não se admite que, pelo fato de haver pessoas do próprio partido no rol dos acusados, queira se botar uma pedra em cima e fazer silêncio quanto aos fatos.

Ouvi, comovido. Se não fosse um homem forte e amadurecido pela refrega, Senador Antonio Carlos Magalhães, eu teria chegado às lágrimas nesta Casa hoje, quando a Senadora fala dos ataques baixos e cita casos de CPI.

Não se recorda a Senadora de que quem mais procurou revolver casos e arrumar culpados foi ela própria na CPI do Banestado, quando trouxe à tona, nesta Casa, questões pessoais do seu Estado e passou a atacar sistematicamente seus adversários, contando com a boa vontade de alguns membros do Ministério Público, com o Procurador Celso Três, Senadora Ideli Salvatti, como o Sr. Antônio Francisco, antiga musa inspiradora das vinganças petistas como oposição, que hoje, embora vivo, ninguém sabe onde foi colocado porque ninguém ouve mais seus protestos e sua voz.

Dizer que a Oposição ataca os familiares do Presidente Lula é uma injustiça que se faz.

A Senadora sabe que, no Estado de Santa Catarina, em Blumenau, há algumas ONGs envolvendo familiares bem próximos do Presidente, usando recursos duvidosos, com apuração feita pelo Ministério Público. E nunca trouxemos esse problema para o Plenário da Casa.

A infelicidade do Sr. Berzoini, Senador Tasso Jereissati, em citar o seu pai como exemplo – e invoco o Senador Antonio Carlos Magalhães – está em um ponto básico e único: ele tem todo direito de não gostar de V. Ex^a e de tentar agredi-lo porque V. Ex^a o incomoda, e de tentar desonrá-lo porque V. Ex^a cumpre o seu papel, mas, Senadora Ideli Salvatti, o Senador Berzoini, o Deputado Berzoini – graças a Deus Deputado – não tem o direito de falar do pai do Senador Tasso Jereissati, que é pai também do empresário Carlos Francisco Jereissati, de ligações estreitas com o Partido de V. Ex^a. A ingratidão cometida é imperdoável. Eles são filhos do mesmo pai, e eu não gostaria de trazer isso à tribuna, mas não posso me calar com essa maneira, com essa tática com que o Partido tenta enganar a opinião pública.

Quero saber se o Sr. Jereissati é acusado pelo Berzoini é o pai do Tasso ou o pai do Carlos Francisco

– a quem ele já pediu desculpa. Faço isso como um amigo dos dois, amigo que se sente triste ao ver que, para alcançar objetivos, não se escolhem caminhos. Buscam-se nas catacumbas os que morreram e estão em paz, querem que se revolvam os que estão enterrados, mas a verdade dos fatos ainda não chegou à luz. É lamentável, é triste que as coisas neste País, Senador Demóstenes Torres, se passem dessa maneira.

Seria bom que o Ministério Público começasse a esclarecer ao País, Senadora Ideli Salvatti, por exemplo, o caso da apreensão daqueles documentos feita no aeroporto de Curitiba, documentos que dizem respeito a fatos administrativos em Itaipu. Era preciso, Senadora Ideli Salvatti, que os processos que estão sendo apurados, todos eles, não só alguns, tivessem o empenho do Ministro republicano Márcio Thomaz Bastos para que a apuração fosse feita. Lamento que o Ministro Bastos tenha ido a Santa Catarina na companhia da Senadora Ideli Salvatti, mas não tenha cumprido sua missão completa estimulando ao Ministério Público, à sua pasta e à Polícia Federal, a que apurassem todos os fatos, doa quem doer. Não é trazendo a verdade pela metade, nem tripudiando sobre os que já se foram e que não podem se defender que, neste País, se vai chegar a algum lugar.

Portanto, lanço aqui o meu protesto pelo comportamento debochado, displicente e, acima de tudo, desrespeitoso, porque se fez uma defesa com uma justificativa do injustificável.

Quanto a alguns atos de solidariedade, Senador Tasso Jereissati, não os espere e não os queira. Para algumas pessoas, a solidariedade só chega na missa de sétimo dia. Isso mesmo. Se houvesse suspeita de que a **causa mortis** tivesse sido doença contagiosa, a solidariedade ficaria do lado de fora da igreja. Não entram sequer para serem solidários com os mortos. Não espere, não queira e viva sem esse tipo de solidariedade.

Sei que V. Ex^a parte daqui hoje como o fez ao longo de todos os dias de sua vida desde o momento em que perdeu o pai. Dorme todo dia com a consciência tranquila, diferentemente dos que sabem que têm na sua sala e principalmente nas suas consciências um morto sobre o qual a opinião pública deste País insiste em saber a verdade. Enquanto ela não vier à tona, o remorso e acima de tudo a agitação da noite dos que têm culpa em cartório não permitirá que se durma um sono tranquilo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a revista **Veja** desta semana traz uma matéria do repórter Diego Escosteguy que, além me causar indignação e perplexidade, por construir uma teia maléfica de inverdades assacadas contra mim, me remete, Sr. Presidente, a uma indagação que não quer calar: a quem interessaria indispor-me com os principais expoentes do meu Partido?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ao contrário de muitos Parlamentares deste País, só pertenci a uma única agremiação: o PMDB. Nunca tive outro Partido em toda a minha vida. Ingressei na militância ainda jovem e permaneço até hoje, tendo consagrado a minha vida, os meus ideais e o meu ideário ao ideário do Partido.

Nele, estabeleci sólidos laços de amizade, respeito, admiração e companheirismo com a maioria dos correligionários e cultivo algumas amizades pessoais que me são preciosas e às quais empresto apreço e admiração quase devocionais. Nessas, estão incluídos, para minha honra e gratidão, o Presidente José Sarney e o Presidente Renan Calheiros. Jamais poderia, em sã consciência, dedicar qualquer sentimento diferente da lealdade, do respeito e da admiração que têm pautado a nossa convivência a esses valorosos companheiros.

Não sou homem de dossiês, de ameaças, de recadinhos e também não me sinto abandonado pelo meu Partido. A nossa Bancada, majoritariamente, tem demonstrado sempre a sua confiança e a sua solidariedade nos momentos difíceis que tenho atravessado.

Compreendo, com clareza cristalina, a postura de cada um dos meus Pares nesse episódio, que é injusto e constrangedor. Nada quero de nenhum deles além da busca da verdade, da isenção, da imparcialidade e da transparência.

Tenho clamado sempre: tudo o que eu quero é justiça.

Sr. Presidente, assinei os requerimentos para a criação das duas CPIs. No entanto, eu não podia deixar de reclamar de um ofício que recebi de uma CPI, dizendo que devo me manifestar sobre um assunto que está sob sigilo de Justiça. Reclamei – e reclamei desta tribuna, porque sempre sou direto. Eu não podia deixar de reclamar, porque fiz tudo que tinha de ser feito: demiti meus funcionários, processei-os, processei as pessoas, fiz tudo o que tinha de ser feito. No entanto, dois meses depois, vem uma comunicação ao meu gabinete. Ora, se tinha comunicado há dois meses, como ainda podia...? Não leram sequer esse requerimento? Eu protestei também aqui.

Qual foi a atitude que eu recebi de volta? Uma pequena vingança num programa de TV. É uma coisa indigna de um juiz, mas, paciência, não estou aqui

para julgar ninguém. Lamentavelmente, estou sendo julgado e quero justiça, com toda a clareza e com toda a força.

É muito duro, Sr. Presidente – eu queria que cada um dos meus Pares entrasse no meu pêlo e “empatizasse” com a minha situação – ouvir de um companheiro: “Sei que V. Ex^a é inocente, mas a pressão é muito grande”. Como pode alguém ter coragem, ao assumir o cargo de Senador, de dizer: “Sei que V. Ex^a é inocente, mas a pressão é muito grande”? Ou ouvir os jornais dizerem que “o Líder do Partido está pressionando”, sem que eu nunca tenha falado sobre esse assunto, para pressionar ninguém?

Quando o Senador Jefferson Péres foi indicado para ser relator do meu processo, fiquei muito feliz, porque S. Ex^a é uma pessoa dura e justa. Não liguei para cumprimentá-lo ou para dizer a ele qualquer palavra – e não vou fazê-lo. Se eu fizer, amanhã vão dizer que também o estou pressionando.

Sabe o que tenho feito, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores? Há trinta dias, tenho percorrido todas as cidades da minha Paraíba. Sequer tenho telefonado para Brasília. Tenho tanta certeza de que a justiça virá que não tenho tratado desse assunto com ninguém, nem com V. Ex^a, nem com o Senador José Sarney, nem com nenhum Par meu, nenhum. Absolutamente nenhum! Tudo o que tenho pedido é justiça.

Vi essa matéria como se fosse mais um patrulhamento para o Senador Jefferson Péres, porque já patrulharam todos os companheiros deste Senado. Nunca vi nada parecido. Já ouvi frases do tipo: “O senhor deu azar. É o peixe grande dessa pescada”. Justiça não é assim. Não é assim que as coisas têm que acontecer.

Nunca faltei nem ao meu Partido, nem ao Senado. Estou certo também de que também não me faltarão na indispensável persecução da verdade, que haverá de emergir poderosa e definitiva.

Tenho-me perguntando insistentemente a quem pode interessar essa trama de intrigas sórdidas, com o fito de isolarm-me e de fazer-me perder o prumo. Não sei, e talvez isso nem seja mais importante. Aqueles que me conhecem sabem da minha lealdade e da minha correção em doze anos nesta Casa. Nunca deixei de olhar... Quando não gosto, digo-o com educação, com gentileza, mas não deixo de fazê-lo, porque é o papel que cabe a nós, que temos a obrigação de zelar pelas leis.

As insinuações maldosas permeiam toda a matéria. Por exemplo, li todos os depoimentos de todos os investigados. Em nenhum momento, consta que meu

ex-assessor tenha dito que eu sabia do esquema. Pelo contrário, ele sempre deixou evidente que eu não sabia e que jamais lhe dei alguma ordem.

Aproveito o ensejo para agradecer ao Senador Romeu Tuma, que declarou que não encontrou até o momento... – poderia até encontrar. Acabei de ler os dizeres dos Senadores Romeu Tuma e do Senador Wellington Salgado e quero agradecer as colocações feitas.

Não entendi esse artigo, não entendi a quem interessa isso; entretanto, está na revista que, depois de ter um assessor preso e de receber dinheiro da máfia e dos depoimentos do próprio colaborador, ele confirmou que eu sabia do esquema. Isso não está em lugar algum. Não existe essa afirmação. Mas por que isso está colocado, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores?

Do mesmo modo, afirma o repórter que estou repetindo, aos quatro ventos de Brasília, que não caio sozinho. Não estou em Brasília há mais de trinta dias, não tenho sequer ligado para companheiro algum, nem para o Senado. Estou na Paraíba cuidando, de casa em casa, da minha campanha e explicando, com muita dificuldade, porque o tiroteio é grande e injusto.

Chegaram a dizer, Senador Romeu Tuma, que um genro meu tinha recebido dinheiro. Tenho três filhos homens, três filhos homens, todos solteiros! Eu não tenho genro.

Então, são coisas que não consigo entender, mas que surgem de quando em quando. Agora, se não bastasse o massacre moral, perpetram também o massacre emocional, quando levantam suspeitas sobre a minha honradez e a lealdade para com as minhas amizades pessoais, que prezo além das circunstâncias políticas.

Quero agradecer mais uma vez ao Líder Wellington Salgado e ao Senador Romeu Tuma e repetir que sou homem de enfrentar os desafios de peito aberto, sem apelar para dossiês ou outros expedientes que apequenam a condição humana.

Isso posto, gostaria de aproveitar a oportunidade para, desta tribuna, reafirmar as considerações finais da minha defesa encaminhadas ao Conselho de Ética, falando para este Plenário e para o povo da minha Paraíba.

Conforme deixei consignado no discurso que proferi na tribuna do Senado, no dia quinze do mês passado, incompreensivelmente, a CPMI estabeleceu como critério inovador - já que foi a primeira vez que isso aconteceu na história das CPIs - ser o Conselho de Ética o fórum exclusivo para apresentação das defesas, ignorando completamente o farto material pro-

batório por mim enviado para amparar o contraditório. Entretanto, aqui, tenho certeza, ser-me-á assegurado o direito de defesa – estou me referindo ao Conselho de Ética –, instrumento universalmente consagrado nas sociedades desenvolvidas e que delimita, com nitidez insofismável, a diferença entre civilização e barbárie, e a verdade prevalecerá.

Alguma vez, Sr. Presidente, restou provado, ou algum dos investigados disse ter conversado comigo pessoalmente ou pelo telefone? Não! Nunca, nenhum deles nunca falou comigo, nem tampouco conversou.

Estiveram no meu gabinete? Não!

Encontraram-se comigo dentro ou fora do Senado? Não!

Fizeram comigo algum tipo de acordo ou tratativa? Não!

Pagaram qualquer valor ou comissão em espécie, bens ou serviços? Não!

Fizeram algum depósito na conta corrente de minha propriedade, ou de alguém da minha família, de algum filho, de algum irmão, da mulher, de algum parente? Não! Não! E não!

Acaso o assessor transferiu algum depósito por ele recebido para conta de minha propriedade, ou dos meus familiares? Não! Ele mesmo afirma.

Tudo o que existe são sórdidas suposições que não se sustentam por não se apoiarem em dados fáticos.

Não posso sequer admitir que as palavras de pessoas que negociam “delação premiada” e inclusive estão sendo até expostos por estar negociando novas vantagens, propondo, por vias tortuosas, a inclusão ou exclusão de nomes no rol dos suspeitos... Não quero entrar nesse mérito, mas quem olha o rol inicial e o que aconteceu vai encontrar muitos casos estranhos.

Os prejuízos morais e emocionais que tenho sofrido são enormes. A devastação que esse tipo de acusação provoca em nossas vidas só pode ser avaliada com o distanciamento propiciado com o tempo. No entanto, reitero diariamente a minha confiança na capacidade que têm as instituições, principalmente dessas nossas instituições democráticas, por meio dos mecanismos que lhe são inerentes, de chegarem à verdade dos fatos, contribuindo para a distribuição da justiça e o aperfeiçoamento do Estado de direito.

E pergunto às senhoras e aos senhores: que outras providências poderia eu ter tomado, além de demitir, imediatamente, os funcionários que traíram a minha confiança, usaram indevidamente o meu nome

e ajudaram, sem o meu conhecimento, a tecer essa imensa teia que temos visto aí pela imprensa?

Que outras providências poderia eu ter tomado além de ter interpelado judicialmente o assessor, o Sr. Luiz Antônio Vedoin, o Darci Vedoin, a Dª Maria da Penha Lino?

Que outras providências eu poderia ter tomado além de ter solicitado, espontaneamente, à Corregedoria que procedesse às investigações, tão logo soube do suposto envolvimento do meu nome?

Que outras providências poderia eu ter tomado, além de procurar, espontaneamente, a CPMI para me oferecer para prestar todos os esclarecimentos julgados necessários e pertinentes, além de ter disponibilizado à Comissão uma defesa prévia em que comprovava a licitude, a legitimidade e a transparência de todos os meus atos no exercício da prerrogativa do meu mandato de Senador, aceitando pacificamente a inversão do ônus da prova, em benefício da eficácia dos trabalhos da Comissão?

Estou consciente de ter feito e de estar fazendo a minha parte. O resto, a parte criminal, esta não cabe a mim e sim ao Ministério Público e à Justiça Federal, que, espero, sejam implacáveis na punição aos culpados e corajosos na punição aos inocentes.

Assim, encerro a minha defesa – e esta é a defesa que enviei – reafirmando a essa Presidência e aos demais membros desse honorável Conselho de Ética os seguintes pontos, que considero fundamentais e que restam exaustivamente comprovados como verdadeiros a partir da confrontação dos diferentes depoimentos.

No meu primeiro mandato, nos quatro primeiros anos, doeи do meu próprio bolso, Srs. Senadores, 82 ambulâncias para os Municípios mais carentes da Paraíba (doei novas, ou peguei as antigas, reformei-as e devolvi-as novas).

Nos dois últimos Orçamentos, fomos obrigados a destinar 30% das emendas individuais para a área da saúde por força da Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Foram conseguidas desse Governo 29 ambulâncias, 14 das quais foram compradas da Planam – somente 14. Dessas, 11 destinei a cidades cujos Prefeitos são meus adversários políticos. E por quê? Porque a população precisa. Infelizmente, na Paraíba, o nosso sistema de saúde está uma coisa terrível.

Não conheço ninguém da Planam, não conheço nenhum Vedoin, seja pai ou seja filho. Nunca falei com nenhum deles ao telefone ou pessoalmente, sequer conhecia suas existências.

Não conheço a Sr^a Maria da Penha Lino; nunca tive contato com ela. Jamais fiz emendas para o IPPES; não conheço ninguém desse instituto. Aliás, descobri tardiamente o que era uma OCIP, mas está lá constatado.

O Senador Romeu Tuma até já entrevistou as pessoas e viu que a assinatura não só não era minha como apareceu quem fez a assinatura.

O mesmo ocorre com os pedidos de pagamento de emendas de Mato Grosso: não conheço as cidades, nem os Prefeitos. Igualmente, as assinaturas eram falsas.

Acredito que os Vedoin possam até ter pensado que eu sabia o que estava acontecendo, principalmente em decorrência desses ofícios falsos e da possível desenvoltura com que o assessor estava usando o meu nome. Nesse caso, teriam sido também ludibriados, ou se trata de malandragem mesmo para a fabricação de documentos, com o fito de dar uma pseudocredibilidade a essa armação criminosa. Não sei.

Caso o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar julgue conveniente ou necessário, há pessoas que podem ser entrevistadas – e já o foram, como o Senador Tuma já declarou hoje, aqui.

É muito importante que a evolução patrimonial das pessoas que estavam citadas seja verificada.

Não apresentei emendas para Mato Grosso, tampouco para o Ministério das Comunicações. Tive alguns ofícios falsificados, sim. As testemunhas já foram ouvidas.

Não recebi valores em espécie, bens ou depósitos em minhas contas correntes ou de meus familiares. Sei que agi permanentemente com honradez. Não faço parte de quadrilhas. Honro o meu mandato.

Nesse ponto, acredito ser imprescindível tecer algumas considerações a propósito da decisão que cabe a esse Conselho tomar. Isto porque a vida e a moral do poder dão a impressão de correr paralelas, com raras convergências. Esse desencontro entre ética e política incomoda e indigna a todos que querem ver e sentir a presença de virtudes na condução dos negócios políticos. É essa discussão que está na base da decisão que esse Conselho vai tomar.

Então, Sr. Presidente, Sras^s e Srs. Senadores, foi essa a defesa que fiz. E só espero uma coisa: justiça.

Não vou procurar o Senador Jefferson Péres. Se for convocado, irei lá a pedido de S. Ex^a. Não vou falar com nenhum membro do Conselho, porque, da última vez, jornais importantes, jornais sérios, que eu lia com muito respeito, disseram que eu estava procu-

rando, pressionando, sem que eu sequer tenha falado com nenhum deles.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não, Senador Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Ney Suassuna, é impressionante como os fatos ocorrem. Eu, por exemplo, assinei a CPI dos Sangueusugas após conversar com o meu Líder, hoje licenciado, que é V. Ex^a. Ou seja, quando conversamos, V. Ex^a me disse: “Assine a CPI; vamos participar da CPI para provar o que há realmente”. V. Ex^a pediu que eu assinasse.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pedi.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Muito bem. Depois nunca mais conversamos sobre nada de CPI dos Sangueusugas. V. Ex^a sempre procurando o seu caminho de defesa; eu, na CPI, me recusei a assinar o relatório. Agora está demonstrado que algumas pessoas deveriam estar no relatório e que não estavam; alguns inocentes foram colocados. Eu fui o único que me recusei a assinar. Recusei-me, porque quero dormir tranquilo, Senador. Não quero sair da Casa, tendo colocado nessa lista de sangueusugas pessoas inocentes. Agora, vimos essa matéria que foi publicada. Naquela terça-feira, quando V. Ex^a, Líder – hoje licenciado –, passou-me a Liderança do PMDB – eu sendo Vice-Líder, hoje Líder em exercício –, nós nos sentamos e conversamos sobre como funcionava a questão da Liderança e quem eram os funcionários. V. Ex^a me apresentou os funcionários, mostrando-me quem fazia a assessoria, quem encaminhava as pautas para a votação e tudo mais. Conversamos sobre política e falei do lindo caminho que V. Ex^a teve nesta Casa, sempre lutando pela Paraíba. Eu disse que V. Ex^a tinha que continuar lutando, porque este momento vai passar; o povo da Paraíba vai entender o que está acontecendo. Tenho certeza de que V. Ex^a será reeleito. E, sobre esse nosso encontro, foi publicada uma reportagem maldosa, numa revista que compro para ler todo sábado, dizendo que nós estávamos conversando sobre documentos contra Presidentes, contra ex-Presidentes. É uma mentira sem tamanho! Primeiro, porque tenho orgulho muito grande de estar no PMDB e ter como companheiros o Presidente Sarney, o Presidente da Casa, Renan Calheiros, e V. Ex^a. E sei o quanto V. Ex^a respeita o Presidente Renan e o Presidente Sarney. Quer dizer, é uma matéria maldosa de uma revista da qual sou leitor. Não sei aonde

pode chegar esse tipo de coisa. Temos de observar e ver para onde estamos caminhando. Mas eu gostaria de deixar bem claro que aquela conversa não aconteceu – já coloquei isso aqui hoje. Estou olhando para V. Ex^a e dizendo, na presença do Presidente, inclusive, que discutimos outros assuntos. Discutimos caminhos políticos que não tinham nada a ver com outras pessoas. Eu apenas queria reforçar isso perante V. Ex^a. Vou torcer e tenho certeza de que tanto o Conselho de Ética quanto esta Casa vão fazer justiça, se tiverem provas. Acredito que não têm, pois conheço a sua história, conheço o seu coração, conheço a bondade que V. Ex^a praticou ao longo da vida, sempre. Quem o conhece sabe disso. Espero que o Conselho e este Plenário façam justiça. V. Ex^a terá apenas como uma passagem na sua vida política este momento maldoso e ruim que está vivendo. Espero que V. Ex^a vença as eleições. O povo da Paraíba vai entender o quanto é importante para aquele Estado ter V. Ex^a nesta Casa. Era só isso que eu gostaria de dizer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado. Fico sensibilizado com a colocação de V. Ex^a.

Quero dizer que não só o Renan e o Sarney são meus amigos de longas lutas e de longos combates, mas também o Senador Tuma, por quem tenho a maior admiração.

Há 12 anos convivemos aqui, dia a dia. Podemos até discordar em algum ponto, mas sempre falamos com lealdade. Que história de dossiê? Eu sou homem de dossiê? Isso não é comigo. Digo o que tiver de dizer olhando no rosto. Realmente não entendi a quem isso serve, por isso minhas indagações.

Mas eu tinha que vir à tribuna. Eu nem queria ter vindo a Brasília. Só vim por causa deste assunto. Neste momento, eu deveria estar na Paraíba, porque meu papel é estar no meu Estado. E vou sair de lá com um mandato, se Deus quiser, representando os paraibanos, apesar de que queria que todos vocês medissem um milésimo do sofrimento que é para minha família, para os meus amigos, ver um tiroteio com o qual nada tenho a ver. Nada! Absolutamente nada!

Agora, a dor maior, Senador Romeu Tuma, é ver alguém chegar e dizer: “Sei que o senhor é inocente, mas a pressão é muito grande”. Dá vergonha na gente; dá tristeza. Ouvi isso de um ou dois colegas. Ou um outro problema: alguém que tira um beirinha, tira um pedacinho – uma linha no jornal, de um jornalista que distorce para fazer uma matéria como essa. Não consigo entender.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Ney Suassuna, em primeiro lugar, quero aqui deixar registrado que espero, sinceramente, que o trabalho do Conselho de Ética desta Casa seja muito bem feito, até em função dos Relatores escolhidos, que não têm vinculação direta com o caso. Portanto, creio que não deverá pairar nenhuma dúvida a respeito do trabalho que vão desenvolver. O Senador Jefferson Péres é o Relator do processo de V. Ex^a; o Senador Paulo Octávio é o Relator do processo da Senadora Serys, e o Senador Demóstenes é o Relator do processo do Senador Magno Malta. São Senadores que têm o respeito desta Casa e que, tenho certeza absoluta, farão um trabalho de análise dos depoimentos, dos documentos, com absoluta tranquilidade e imparcialidade. Espero que, além de trabalharem dessa forma, também o façam com justiça, dando direito de defesa e contemporizando com o que há ou não de prova, para que possam ter o resultado efetivamente no tempo mais rápido possível, porque acompanhamos de forma muito apreensiva a angústia por que está passando V. Ex^a, a nossa colega de Bancada Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Magno Malta. Enquanto o processo não se conclui, fica pairando no ar toda esta dúvida, esta situação delicada. Principalmente no caso de V. Ex^a e da Senadora Serys, que estão em plena campanha eleitoral. Não é o caso do Senador Magno Malta. Para V. Ex^a e a Senadora Serys Slhessarenko, a situação é ainda mais delicada, porque estão nas ruas pedindo votos, e imagino que estejam sendo permanentemente cobrados ou questionados pela população. Por isso, penso que temos de ter nesta Casa, na reunião do Conselho que começa amanhã, a oitiva com muita transparência e tranquilidade.

Espero que o Senado não entre nessa do rito sumário, da execração pública e de fazer não aquilo que é legítimo, aquilo que é justo, aquilo que é correto, de acordo com os fatos e com as provas, mas, sim, algo para prestar contas a uma opinião pública, que, de repente, quer ver sangue, quer ver uma determinada situação, mesmo não havendo prova ou mesmo não havendo substância efetiva às insinuações e às acusações que estão aí, pairando no ar. Espero que o Conselho se porte de forma correta, adequada, justa e célere, porque tenho certeza absoluta de que tanto V. Ex^a, quanto a Serys e o Senador Magno Malta querem a justiça e a celeridade, para que isso passe

rapidamente. Essa angústia que os Senadores e a Senadora estão passando realmente nos preocupa, porque temos por vocês o carinho da convivência, e há o trabalho conjunto, ao longo destes três anos e meio. Quero deixar registrada essa preocupação e essa apreensão que todos nós temos para que tudo seja feito de acordo com a justiça, com a transparência e com a correção. Tenho certeza absoluta de que os Senadores Jefferson Péres, Demóstenes Torres e Paulo Octávio vão desempenhar um trabalho difícil, porque estabelecer e dar um parecer com relação a um colega de Casa sempre é algo muito difícil. Eu não gostaria, sinceramente, Senador Ney Suassuna, de estar no papel que eles estão desempenhando neste momento, como também sentimos muito pela situação que os senhores estão vivenciando. Portanto, registro a nossa solidariedade e a preocupação de acompanhar tudo, para que as coisas tenham um desenlace de acordo com a justiça.

Toda a população espera que não tenhamos situações como infelizmente no Brasil já ocorreram, de termos linchamento político sem provas, sem elementos, sem indícios fortes, apenas para dar satisfação à opinião pública ou para contemplar guerras ou embates político-partidários ou eleitorais, como é o caso que vivenciamos agora, numa eleição acirrada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senadora, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Tudo o que eu quero é isto: justiça. Não quero pedir nenhum favor, nenhum favorecimento. O que eu quero é: se é culpado, digam “é culpado”; se é inocente, que tenham a coragem de dizer “é inocente”. É tudo o que eu quero.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Senador Ney Suassuna, eu estava no gabinete ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e dirigi-me ao plenário para uma declaração. Aqui chegando, ouvi também o aparte, que agora foi concluído, da Senadora Ideli Salvatti. Quero dizer duas coisas: primeiro, há aproximadamente três semanas, fiz um pronunciamento nesta Casa pedindo explicações ao Senador Romeu Tuma, o Corregedor da Casa, acerca desses processos, desses procedimentos, mostrando a angústia da Casa, do Senado Federal, e a angústia dos Pares, dos Senadores que estão envolvidos nesses processos e nesses fatos. Mostrei a conveniência de a Casa se posicionar o mais rápido possível. Naquela sessão, fui incompreendido pela Senadora Ideli Salvatti. Vejo que S. Ex^a agora concorda com o que eu havia dito quando ela pede justiça e celeridade para que essa angústia chegue ao fim. Antes tarde do que nunca o reconhecimento da Senadora.

Esse era o meu objetivo. Em segundo lugar, quero dizer a V. Ex^a e aos demais Senadores, Magno Malta e Serys Slhessarenko, que não faço parte do Conselho de Ética, mas tenham a certeza absoluta V. Ex^a e os demais Senadores de que, se esses processos chegarão ao plenário, não me limitarei a ouvir o relatório e o voto do Relator. Analisarei esses processos a fundo e irei à tribuna desta Casa qualquer que seja a minha conclusão, pela cassação, pela aplicação de outra pena, pela absolvição. E mais: não darei tratamento político coisíssima nenhuma – coisíssima nenhuma.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Dar tratamento político porque esta é uma Casa política é hipocrisia. O tratamento é o jurídico, é o legal, é o tratamento justo. Permita-me uma expressão bem popular: não conseguem “emprender” os meus ouvidos. Ninguém consegue, nunca conseguiu e não vai conseguir. Tenha a certeza absoluta de que tenho de prestar contas dos meus atos à população, sobretudo, do meu Estado, Sergipe, e o farei, porque sempre o faço. Prestarei também contas, satisfação à população brasileira, à opinião pública nacional. Tenham certeza absoluta de que não receberei – não é não aceitar – pressão nem deste plenário, nem de nenhum Senador; não receberei pressão nem de Partido, nem de quem quer que seja, nem da opinião pública, nem do meu Estado, Sergipe. Não receberei. Acho que esta Casa, os meus Pares devem se comportar de forma justa – e justiça só há uma: que ela seja em benefício do Senador acusado ou em benefício da sociedade, seja lá quem for.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito bem.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Não agirei de forma política coisíssima nenhuma. Sempre tive coragem de manifestar os meus pontos de vista, e não será agora que me esconderei no voto secreto, se for votar “sim” ou se for votar “não”. Caso vote “sim” ou vote “não”, irei à tribuna manifestar-me publicamente, para que todos saibam como votei. Votarei com muita independência e com a minha consciência muito livre, mas muito livre mesmo. O meu desejo é de que se faça justiça, de que se faça justiça ao Brasil, à sociedade, à classe política, à população, aos Senadores, aos Deputados, enfim, a todos, porque já estamos mais do que enxovalhados, manchados, denegridos, enfim, já estamos com a nossa imagem maculada e não podemos continuar assim. Seja qual for a minha conclusão, disse e repito: não me prenderei apenas ao veredito de um Relator. Com todo o

respeito, analisarei os fatos na condição de advogado, de um homem que enfrentou os bancos de uma faculdade de Direito, para apreciar provas – para apreciar provas. O momento não é de deliberação legislativa. O momento é de deliberação judicante, do exercício da judicatura; é uma deliberação de absolvição ou de condenação. Portanto, não pode ser política. Deve ser jurídica. Não concordo com a tese de que, por ser esta uma Casa política, o julgamento deva ser político. Vota-se contra o adversário político e vota-se a favor do aliado político. Isso, para mim, é hipocrisia, e não assumirei essa posição em hipótese nenhuma. Gostaria de deixar, de logo, muito claro esse meu posicionamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Não quero outra coisa senão dureza, análise e justiça feitas.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, serei telegraficamente breve. Quero apenas dizer que, como membro do Conselho, não devo me manifestar sobre o comportamento que terei, mas quero registrar a minha estranheza pelo tímido comportamento do PT na defesa dos seus Pares e daqueles que, durante quatro anos, deram-lhe muito do seu sacrifício na defesa dos interesses do Partido. Houve aqui uma solidariedade regimental. Não houve a sinceridade nem o aguerrimento que se viu, por exemplo, no caso dos mensaleiros, quando se dançou na Câmara dos Deputados. Não é isso o que queremos. O mais estranho de tudo é que o PT agora tenha adotado uma nova prática, apelando para que ninguém se preocupe com a opinião pública e para que se julgue o companheiro sem se preocupar com a voz rouca das ruas, como diria o Senador Mão Santa, se aqui estivesse. Vejam bem que isso é dito justo por um partido que se fez graças à opinião pública do Brasil. Vá ser incoerente e virar as costas para a história assim na China! Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador.

Ao encerrar, digo a V. Ex^as que não quero camaradagem. Quero que se analise e se diga “é culpado” ou “é inocente”, no mais breve espaço de tempo. Não é fácil enfrentar 20 mil a 30 mil pessoas. Quando a platéia não pergunta, eu provoco. Sou o primeiro a dizer. Quero deixar claro...

(Interrupção do som.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Tenho feito isso várias vezes, Sr. Presidente, todos os dias. Não é fácil!

Esse momento foi muito doloroso. Sou uma pessoa dura para agüentar pancada. A vida nos ensina. Mas vejo o sofrimento da minha família, dos amigos. É duro! Mas paciência. Leio a história de Jó, na Bíblia, e vejo que foi muito pior. Tenho certeza de que as coisas ficarão claras. Tudo o que peço é isto: justiça – não vou procurar membro algum da Comissão – e rapidez.

Encerrarei minha colocação, contando esta pequena estória:

“Existiu um lenhador que acordava às seis horas da manhã, trabalhava o dia inteiro cortando lenha, e só parava tarde da noite. Esse lenhador tinha um filho de poucos meses e uma raposa, sua amiga, tratada como bicho de estimulação e de sua total confiança. Todos os dias o lenhador ia trabalhar e deixava a raposa cuidando do seu filho. Todas as noites, ao retornar do trabalho, a raposa ficava feliz com a sua chegada. Os vizinhos do lenhador alertavam que a raposa era um bicho, um animal selvagem e, portanto, não era confiável. Quando ela sentisse fome, comeria a criança. O lenhador, sempre retrucando com os vizinhos, falava que isso era uma grande bobagem. A raposa era sua amiga e jamais faria isso. Os vizinhos insistiam: ‘Lenhador, abra os olhos! A raposa vai comer seu filho. Quando sentir fome, comerá seu filho’.

Um dia, o lenhador, muito exausto do trabalho, ao chegar em casa, viu a raposa sorrindo como sempre e sua boca totalmente ensanguentada. O lenhador suou frio e, sem pensar, acertou o machado na cabeça da raposa. Depois, entrou no quarto, desesperado, onde encontrou seu filho no berço, dormindo tranqüilamente. Ao lado do berço, uma cobra morta. O lenhador enterrou o machado e a raposa juntos.

Essa história é apenas para dizer que tudo tem tempo. Depois de feito, às vezes, não podemos consertar.

Sei o que estou passando injustamente, e não quero essa experiência para nenhum dos meus companheiros. Muitos de nós já passamos percalços na vida pública. Muita coisa faz parte. Calúnias e vexames, quantos já vi passar aqui. É duro quando alguém

não tem nada a ver com o fato e passa a ser a bola da vez.

Tenho certeza de que isso vai passar.

Encerro meu discurso dizendo que não estou pedindo contemplação. Tudo o que peço é justiça, rápida, se possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Deus não me perdoaria se hoje eu não viesse à tribuna, sobretudo depois da homenagem que recebi na Bahia, e que talvez tenha sido a maior da minha vida. Daí porque digo que Deus não me perdoaria se eu não viesse dizer as verdades deste Governo que infelicitá a Nação e que, realmente, a cada hora, se desmoraliza mais perante o povo brasileiro.

Tenho dito que número em pesquisa não é o suficiente. O suficiente, o necessário, o indispensável é que o homem público tenha dignidade para enfrentar os embates, e não fugir, como faz o Presidente Lula, aos debates.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, antes de V. Ex^a tratar dos assuntos que pretende, eu gostaria de discorrer sobre as homenagens que recebeu na Bahia. Tivemos notícia de que foi uma das maiores homenagens já prestadas a um homem público, senão a maior na história da cidade de Salvador. Nada mais merecido, pois é difícil dizer que talvez não conheçamos outro homem público como esse, mas pode ser verdade. Existem outros homens públicos, mas talvez não conhecemos outro que tenha um amor e uma devoção tão grande ao seu Estado e ao seu povo quanto V. Ex^a ao longo de seus poucos anos de vida. Esse talvez seja o maior predicado que um homem público possa ter, ao lado da decência – que, com certeza, V. Ex^a também tem. Tenho certeza, hoje, baseado na convivência e na experiência que temos com vários, grandes e maus homens públicos, de que um homem público, um político, não precisa ser gênio nem doutor, tampouco sábio. Mas quando ele tem amor por seu povo e é decente em suas atitudes, é certamente um

grande político. Como eu disse, seu amor e sua dedicação à Bahia é um exemplo que deve ser seguido por todos nós, políticos brasileiros. A homenagem é do povo, que percebe isso e vai ficar sempre grato à liderança e à verdadeira proteção a sua terra querida, a sua Bahia querida.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. O elogio de V. Ex^a soa mais alto em minha consciência do que qualquer outro, levando em conta a figura que V. Ex^a é, o que V. Ex^a representa e representou para o Nordeste, sobretudo para o seu Ceará. A política que imprimiu, de correção e de seriedade, lhe deu realmente um lugar de destaque na política nordestina e brasileira. Embora as pessoas costumem esquecer, o povo do Ceará não esquece que foi V. Ex^a que mudou a face do seu Estado, os métodos políticos. Daí por que V. Ex^a foi ontem, será hoje e amanhã sempre respeitado no Ceará. Para mim, é muito agradável ouvir de V. Ex^a o elogio.

Mas eu dizia a V. Ex^a, e faço questão que conste integralmente do meu discurso: “Longe da ‘praça pública de debates’”.

O Globo elaborou uma série de perguntas com que deveria questionar o Sr. Lula, que se comprometeu a ir, mas fugiu porque é incompetente, desonesto. Como tal, o Presidente não poderia responder às perguntas de Ancelmo Gois, Luiz Fernando Veríssimo, Elio Gaspari, Merval Pereira, Tereza Cruvinel, Zuenir Ventura, Chico Caruso, Cora Rónai, Arnaldo Bloch, Joaquim Ferreira dos Santos, Fernando Calazans, Artur Dapieve, Flávia Oliveira e Paulo Coelho. O Presidente Lula não seria capaz de responder a essas perguntas todas e, então, não foi ao debate, depois de se comprometer a ir.

É por isso que o PT pede que o TSE proíba o PSDB de citar escândalos! É inacreditável! Se o escândalo existe, por que não citá-lo!? Por que essa proibição!? O Tribunal Superior Eleitoral é, sem dúvida, um colégio de figuras eminentes do País e do mundo jurídico. No entanto, neste caso, um grande amigo meu, Carlos Alberto Direito, impediu – ou quer impedir, porque o Plenário ainda não resolveu – que se façam perguntas ou que se trate de escândalos como o do valerioduto, das sanguessugas, do mensalão, do “filhinho” de Lula.

Ainda há pouco a Líder do Governo dizia que nós atacamos aqui os mortos. Não! São mortos-vivos os do PT. São mortos na dignidade. São mortos na seriedade. São mortos na opinião pública, mais cedo ou mais tarde. Mas são vivos! São vivos porque tiram da

Nação os recursos que seriam do povo e não querem sequer permitir que se diga a verdade.

No programa eleitoral, não se pode dizê-lo. Claro que não se ia recorrer à frase: "Lula é ladrão". Não. Mas se ia dizer que Lula é leniente com os recursos públicos e, quando são dirigidos a seus familiares, ele pouco enxerga. Isso se pode dizer citando o caso do Gamecorp, da Telemar, de 15 milhões. Será que Okamoto está morto? Nós falamos aqui sempre de Okamoto. Ele pode estar morto para os homens de bem do Brasil, mas está vivo no saque que faz ao Erário, inclusive no Sebrae.

Ainda hoje, viam-se notícias escandalosas de convocação de crianças para comícios do Lula "paz e amor", invés de ser do Lula desonesto, do Lula saqueador.

Ah! Sr. Presidente, o Presidente da República usa dados incorretos, olhe aqui, em todos os Estados. É outro jornal que mostra que esses dados são incorretos.

Sr. Presidente, trouxe uma série de jornais de quinta-feira para cá e poderia falar vários horas se V. Ex^a permitisse. V. Ex^a tem sido tão generoso comigo que hoje até aceitei a maneira como fui, não boicotado, porque V. Ex^a não faz isso comigo, mas como fui jogado pra escanteio e não pude falar, em um horário mais cedo, para o Brasil. Mas, seja como for, V. Ex^a tem sido tão correto e tão bom comigo que uma falha dessa realmente não posso levar em conta.

Ademais, Sr. Presidente, só fatores extraterrestres – vejam isso, Senadores Tasso Jereissati e Heráclito – vão nos impedir de cumprir os compromissos! Só o ET! Ele quis dizer outra coisa, coitado, mas a inteligência, sobretudo o aprendizado do Presidente da República, está nos levando ao ridículo internacional!

É só ver esse livro que acaba de sair – que ainda vou receber de presente – onde ele diz que o Chile é uma... E que o Kirchner vá para aquele lugar. Nem é aquele lugar, xinga a mãe do Kirchner. Quer dizer, é inacreditável. Esse homem bebe demais ou então não está em condições mentais de dirigir a República do País.

Chegamos a um momento muito grave, muito grave mesmo, Sr. Presidente. E eu acho que V. Ex^a a cada dia aumenta a sua responsabilidade. Quando vejo que V. Ex^a dirige esta Casa com tanta correção e o vejo metido no meio dessa gente, fico avaliando comigo mesmo que sofrimento V. Ex^a não tem. O Presidente Sarney, que deixou um nome no País, também misturado com outras figuras, que não vou sequer citar

o nome, mas que realmente não estão em condições de ombrear-se com homens do seu porte.

Sr. Presidente, a ausência de Lula na entrevista foi criticada e se explica porque ele não gosta dos debates. Aí têm uma série de perguntas, que também quero publicadas, de vários homens públicos do Brasil, dizendo por que Lula não vai ao debate.

É sempre porque Sua Excelência não pode responder às roubalheiras e porque ele é ignorante. Este é o Presidente do Brasil. Amanhã terei outras coisas.

Mas não quero deixar de dizer que pedi a V. Ex^a – realmente pedi – que não colocasse aquela imoralidade do aumento de capital da Petrobras. Aqueles R\$5,6 bilhões são mais uma roubalheira com três empreiteiras. Mas, quando vou buscar a roubalheira dos R\$5,6 bilhões, encontro também outras coisas das plataformas. Aqui, não vou ler, é só para aguçar a curiosidade do PT. Vai ser lido. Mas só para aguçar a curiosidade do PT: são documentos que demonstram que o Partido dos Trabalhadores tem uma firma para agir. Ela é de São Paulo, mas age no meu Estado, no seu Estado e em outros Estados do Nordeste. Já criaram filial na Bahia, em Alagoas e no Ceará. Está tudo aqui. Isto aqui é da Junta Comercial.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tem Piauí, Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Isso aqui é da Junta Comercial.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não tem Piauí?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Deve ter.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Até nisso o meu Estado é discriminado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Deve ter no Piauí.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – No Piauí tem em outra área.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas talvez seja no Parnaíba, porque sempre é para estradas ou para plataformas submarinas, para dar o direito de construir.

Essa firma é paulista, mas abre filial no meu Estado, no seu Estado, Sr. Presidente. V. Ex^a talvez não saiba. Por favor, peça o documento na Junta Comercial e V. Ex^a verá que, no seu Estado, ela também se encontra, porque aqui está: Alagoas.

Este documento, eu poderia lê-lo hoje, mas espero que venha à votação o assunto dos R\$5,6 bilhões para, então, dizer "não votem, porque são ladrões, e são ladrões porque a prova está aqui!".

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (Bloco/PFL – BA) – Pois não.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, não sei como começo este meu aparte: se parabenizando V. Ex^a pelo aniversário, ou se parabenizando V. Ex^a pelo pronunciamento. De qualquer maneira, vale aqui o voto sincero de muita felicidade de um amigo que o tem acompanhado ao longo de muitos anos e tem participado de tantas comemorações nesta data. Senador Antonio Carlos, às vezes, chego a acreditar que a frase mais perfeita do Presidente Lula seja aquela em que ele se compara com um ET, pelo mundo da lua onde ele vive. E então veja como o subconsciente, às vezes, é mais forte no ser humano. O Presidente cometeu tremendo erro quanto à extensão territorial do Brasil, elevando-a para 17 milhões de quilômetros. Essa diferença corresponde a 36 vezes a distância entre a Terra e a Lua. Vai ver que ele foi lá atrás do ET e não o achou. Mas como disse, o subconsciente, às vezes, fala mais alto. O Presidente Lula nos surpreende quando diz que a Medicina no Brasil está chegando à perfeição. Ele nos desaponta quando diz que, neste País, nunca se apurou....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele deve estar pensando com a parte de Botox, porque está usando Botox com muita freqüência.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ele nos desaponta quando compara o Pelé a Newton Cardoso, em quê? Agora resolveu ser messiânico. Disse: “Vinde a mim as criancinhas”, num comício que fez.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Levadas pela CUT.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E o secretário, para cumprir as ordens do chefe, coloca lá as crianças, horas a fio, esperando a chegada de Sua Excelência ao palanque. Acho que providências têm de ser tomadas, porque não deixa de ser um trabalho escravo infantil. Pôr essas crianças para desaprender horas e horas a fio a esperar um palanque eivado de sanguessuga, de cuecão. Dizem que criancinha gritava ansiosa: “E o homem do cuecão não vem não? E aquela moça que dança? Quando ela vai se apresentar?” Evidentemente, criança não sabe que a Lei Eleitoral acabou com aqueles espetáculos que existiam de shows e de tudo. Queriam ver a moça cantar! Mas o mais grave disso, Sr. Presidente, e se deve tomar providências urgentes para que esse fato não se repita, é que a presença de crianças naquela praça é incompatível, porque ali, naquele palanque, o que vão

aprender? Mensalão? Sanguessuga? Dólar na cueca? Não é um bom caminho! Acho que esse fato tem de ser repudiado. V. Ex^a disse aí que vai receber aí o livro das **Viagens com o Presidente**. Eu dou esse presente a V. Ex^a, juntamente com o do Fernando Rodrigues **Políticos do Brasil**. Se V. Ex^a estiver muito atarefado, não leia nem a primeira parte; leia só a segunda. Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa; Senador Tasso Jereissati, aí vamos nos deparar com um fato fantástico: a prestação de contas do PT pobre, lá de trás. Comparem isso com a previsão de gastos do PT rico de hoje. O atual candidato ao Governo de São Paulo – Mercadante – gastou R\$700 mil. Agora, o gasto da campanha dele está avaliado em R\$30 milhões. E por aí vai. O que mudou? Ele não tinha o refrão: “Por que mudou? Mudou por quê?” Pronto! Aí V. Ex^a vai se divertir. Na Bahia há casos fantásticos. Não deixe de ver o que algumas figuras exponenciais do Partido gastou na eleição passado com prestação de contas e se prepara para este ano. O Genoíno já fazia mágica desde aquela campanha, porque não há valor declarado na sua prestação. O ex-Presidente do PT do Piauí, que me acusou de gastar muito na eleição passada – quanto à minha despesa, fonte, origem, tudo foi declarado. E ele gastou R\$26 mil. Quero crer que, para proteger a riqueza e para divulgar a riqueza do Estado do Piauí, que foi dizimada pelos cearenses – montaram um frigorífico de jumento lá no Ceará e acabaram com as tropas do Piauí – ele deve ter feito a campanha dele de jumento, porque não gastou com combustível. As camisetas custaram só R\$3.000,00. Elas passavam de mão em mão, de acordo com os municípios pelos quais viajava. E aí por fora. Conforme a primeira prestação de contas agora, já gastou três vezes mais do que na primeira eleição. De forma que V. Ex^a vai se deliciar com um presente duplo. O livro sobre as viagens do Presidente é uma obra de arte e começa a ser falso na atitude a partir da capa. V. Ex^a vai ver que ele não coloca o gorro boliviano que lhe foi dado pelo seu amigo e orientador Evo Morales; apenas para dar satisfação à imprensa, ele o põe na frente, para simular que está usando o gorro. Até nisso é insincero com esse “grande líder”, de quem ele segue as orientações” Baseado na sua vontade e no desejo de imitá-lo, quer uma assembléia nacional constituinte. É bom que ele veja o que está acontecendo lá na terra do Morales. Na Venezuela, nós já sabemos: fim da democracia, sufoco da oposição e, acima de tudo, gasto zero com o social e apenas uma solidariedade relativa a países com o objetivo de fomentar a discordia no continente sul-americano. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)

– Agradeço-lhe, Senador Heráclito Fortes, porque graças a V. Ex^a não votamos os tais R\$5,6 bilhões. V. Ex^a estava ali e chamou atenção para o fato. Isso fez com que fôssemos apurar esse caso gravíssimo. V. Ex^a destaca pontos realmente interessantíssimos em relação ao Presidente da República. Ele não quer que se fale em Okamoto.

Nem para os R\$29.600,00 ele quer dar a razão do pagamento, nem para os R\$15 milhões do “Lulinha”. Nada disso esse homem tem interesse de esclarecer. Agora, V. Ex^a disse uma coisa muito grave para mim. É que entre as declarações de gastos que V. Ex^a cita, além de outras, está a do Sr. Jacques Wagner, que na campanha passada foi ínfima e agora, entretanto, é de muitos e muitos milhões – R\$12 milhões.

Veja V. Ex^a como as coisas mudaram em quatro anos! Esse Jacques Wagner é aquele preguiçoso, que só arranjou dois empregos, um para a ele, outro para a filha. Esse Jacques Wagner é o que está sendo derrotado fragorosamente na Bahia. Esse Jacques Wagner é aquele a que os baianos se referem quando dizem: “Aceitamos de qualquer Estado, mas, queremos que conheça a terra, pelo menos, para falar mais seriamente na televisão”. Aí, é um pecado mortal, e ele comete esse pecado todo dia mentindo. Nunca vi mentir tanto e com tanta desfaçatez. É um discípulo perfeito do Lula, apenas não tem a inteligência do Lula. Ambos não têm formação, mas, ele podia ser mais inteligente do que o Lula. Não é; infelizmente não é.

Mas, seja como for, o fato é que vamos aqui lutar. Contamos com a Presidência do Dr. Renan Calheiros, que é um homem de partido. Temos que admitir isso e respeitar, reconhecendo nesta figura um homem sério, que dirige o Senado com altivez e que não vai se dobrar a ninguém em defesa do Congresso que ele preside.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, eu gostaria de pedir permissão e paciência a V. Ex^a. Dentro dessa ótica, tenho certeza de que o Senador Renan Calheiros vai pedir informações sobre um fato grave na Mensagem aqui mandada. O mal do PT é que não fica aqui no Plenário para defender o Partido, para esclarecer, tirar nossas dúvidas, e, quando chega na hora da votação, Senador Sérgio Guerra, querem que votemos sem ler, com uma agravante: eles não lêem nada. Se tivessem lido, não permitiriam que a Exposição de Motivos que V. Ex^a recebeu, Senador Renan, comece dizendo que a aprovação desse recurso

para a Transpetro é fundamental para que o Brasil alcance a auto-suficiência em petróleo. Senador Antonio Carlos e Senador Renan Calheiros, a Petrobras gastou milhões em propaganda comemorando esse fato. Ou este Governo toma uma providência e pede desculpas à Nação, porque mentiu, ou demite o Ministro porque está mentindo, usando o nome do Presidente da República.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas o melhor que ele faria para o Brasil era renunciar a sua candidatura, porque é uma candidatura nociva ao País. Por isso é que estamos com o candidato Geraldo Alckmin, que ainda vai vencer esta eleição, se houver moralidade neste País.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, não podemos votar esta matéria ao ler o primeiro parágrafo. Quanto à questão da auto-suficiência, ou o Presidente da República foi enganado, e é grave – essa história precisa ser esclarecida -, ou ele sabe de tudo, como das outras vezes, e está querendo enganar a Nação. De qualquer maneira, é um crime votar essa matéria aqui. O Senador Renan me informou há poucos momentos que não será votada. Ela vai voltar às Comissões para os esclarecimentos, inclusive, com o pedido que fiz de algumas informações com o consentimento do meu amigo, o Senador Tuma, que é o Relator da matéria, e achou que eram convenientes, não só oportunos, esses esclarecimentos antes de qualquer votação. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito obrigado a V. Ex^a. Eu me congratulo com o Senador Tuma pela sua atitude e, mais ainda, com a do Presidente Renan Calheiros. V. Ex^a, Sr. Presidente, não me tem decepcionado. Eu tenho hoje por V. Ex^a estima, respeito. Daí por que eu fico feliz quando vejo que o Plenário lhe dá o lugar de destaque que merece como Presidente desta Casa. De modo que, até em atenção a V. Ex^a, eu não lerei hoje este documento. Vou deixar para outro dia, quando as coisas estiverem mais claras, depois que passar na Comissão o Projeto.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a bondade de me conceder a palavra e, mais uma vez, desço da tribuna, fazendo elogios à sua atuação.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGA-
LHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Longe da ‘praca pública de debates’

Lula recusa convite do GLOBO para ser entrevistado por colunistas do jornal

Um dia depois de comparecer à abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, onde, em discurso lido, defendeu o papel da imprensa como “a grande praça pública de debates”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mandou avisar que não participaria da série de entrevistas do GLOBO com os candidatos à Presidência. O aviso de sua ausência foi feito apenas quarta-feira à noite, embora estivesse convidado a participar desde o dia 1º de agosto. Segundo informações do Palácio do Planalto, Lula também não comparecerá a entrevistas nos jornais “O Estado de S.Paulo” e “Folha de S.Paulo”.

Lula iria encerrar a série de entrevistas, ontem à tarde. Na segunda-feira o entrevistado foi Cristovam Buarque (PDT); na terça, Heloísa Helena (PSOL); e na quarta, Geraldo Alckmin (PSDB). Como os demais candidatos, Lula seria entrevistado por colunistas do GLOBO, entre eles os escritores Luis Fernando Verissimo, Paulo Coelho e João Ubaldo Ribeiro, e os jornalistas Elio Gaspari, Tereza Cruvinel, Merval Pereira, Jorge Bastos Moreno, Zuenir Ventura, Ancelmo Gois, Míriam Leitão, Chico Caruso, Flávia Oliveira, Fernando Calazans, Artur Xexéo, Cora Rónai, Artur Dapieve, Joaquim Ferreira dos Santos e Arnaldo Bloch. O formato das entrevistas foi o mesmo usado na eleição de 2002, quando Lula esteve no auditório do GLOBO; assim como seus adversários de então: José Serra (PSDB), Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS).

Segundo Lula disse no Congresso de Jornais, antes de decidir faltar à entrevista, “a liberdade de imprensa não pode ser um valor relativo”. E ele acrescentou: “Minha história política se deve muito à imprensa livre e independente”.

OPINIÃO

PREJUÍZO AO DEBATE

• A DECISÃO do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não participar da série de entrevistas do GLOBO com os candidatos atende a uma conveniência eleitoral.

É UM truque, uma esperteza de ocasião, em prejuízo do debate democrático e contra a necessidade de os eleitores melhorarem a qualidade do seu voto a partir do conhecimento das propostas e do pensamento de quem lhes pede um crédito de confiança.

• ANCELMO GOIS: "Em setembro de 2002, o senhor, como candidato, deu entrevista a colunistas do GLOBO. Na época, fiz uma pergunta sobre a escalada da violência. O senhor criticou FH, que, em oito anos, só tinha se reunido duas vezes com os governadores para tratar da dívida dos estados, e nunca para discutir temas como a violência. O senhor defendeu ainda a idéia de o governo federal coordenar o combate nacional ao narcotráfico e ao crime organizado. O senhor não acha que faltou ao presidente ter ouvido o candidato Lula?"

LULA:

salão para organizar sua maioria no Congresso?" 3. "Por melhor que seja a situação econômica internacional, por melhores que sejam os números da economia brasileira hoje, o crescimento continua tão medíocre quanto no governo anterior, que o senhor tanto critica. Proporcionalmente, seus resultados são até piores, pelas condições da economia internacional, sem crises e com o mundo crescendo a taxas muito maiores que as do Brasil. O que está dando errado?"

LULA:

ARTUR XEXÉO: Na campanha de 2002, o senhor se orgulhava de ser o único candidato "que participou de todos os debates desde 1989". Estamos a um mês das eleições de 2006 e, até agora, o senhor não participou de debate algum. Há alguma chance de antes do dia 1º de outubro o senhor voltar a se orgulhar daquele comportamento?

LULA:

MÍRIAM LEITÃO: "Candidato, ainda que a grande dúvida sobre seu governo seja no campo da corrupção, o senhor muda tanto de explanação para os escândalos que ficarei em outro tema. O senhor me disse, numa entrevista em 2002, a seguinte frase: 'Míriam, eu vou te dizer uma coisa porque eu quero que você me cobre depois: eu vou fazer reforma agrária sem uma ocupação e sem uma morte'. Atehendendo ao pedido, aqui vai a cobrança: foram 880 ocupações e 72 mortes pelos dados oficiais do seu governo que vão apenas até março. Como o senhor explica ter errado tanto?"

LULA:

JOÃO UBALDO RIBEIRO: "Por que o senhor se considera o melhor candidato a presidente da República? Sua eleição foi vista como a expressão de um desejo de mudanças importantes, estruturais mesmo, por parte do eleitorado. O senhor acha que promoveu essas mudanças? Caso afirmativo, quais são elas? O senhor fez inúmeras referências às 'elites' que o repudiam e lhe fazem oposição. O senhor poderia especificar que elites são essas?"

LULA:

LUIS FERNANDO VERISSIMO: "O senhor acabou fazendo um governo mais social-democrata do que se esperava. No seu segundo mandato pode se esperar um Lula ainda mais de centro atrás do consenso ou mais de esquerda?"

LULA:

ELIO GASPARTI: "O senhor conversou com Paulo Okamotto a respeito da dívida de R\$ 29 mil que o PT lhe cobrou? Ele diz que não quis ficar 'enchendo o seu saco com uma coisa como essa'. Quando a dívida sumiu, o senhor teve a curiosidade de descobrir como ela foi quitada?"

LULA:

MERVAL PEREIRA: 1. "O senhor, certa vez, no auge da crise do mensalão, se disse traído. Em seguida, por diversas vezes, esteve reunido, pública ou privatamente, com vários membros do PT envolvidos nas denúncias, e sempre teve palavras de incentivo a eles. Chegou a dizer certa vez que ninguém deveria abalar a cabeça, e que os companheiros que erraram não podem ser desprezados. Afinal, o senhor foi ou não traído? E por quem?" 2. "Quando, recentemente, o senhor disse, em reunião com intelectuais em São Paulo, que política a gente faz com quem a gente tem, e não com quem a gente quer, estava concordando com os artistas que, no Rio, admitiram que política se faz metendo a mão na merda e, mais que isso, admitindo que a real política o levou a fazer uso de esquemas como o men-

ZUENIR VENTURA: "Como candidato, o senhor promete investir em infra-estrutura, cortas gastos e reduzir impostos. Por que o senhor não fez isso como presidente?"

LULA:

TERESA CRUVINEL: "Para formar uma base parlamentar, seu governo cooptou partidos e políticos que nunca tiveram nada a ver com o PT e com suas idéias. PL, PP e PTB, que vieram a ser conhecidos como partidos do mensalão. Agora, disputando a reeleição, o senhor tem o apoio de candidatos de mesmo perfil, como o senador Crivella no Rio, Newton Cardoso em Minas, e de candidatos a deputado envolvidos nos escândalos recentes. O senhor não acha que com isso está criando as condições para que os mesmos erros e delitos políticos se repitam num eventual segundo mandato?"

LULA:

JORGE BASTOS MORENO: "Presidente, se, como o senhor diz, está para nascer alguém que possa dar lição de ética para o senhor, já apareceu algum companheiro seu para dar a ficha técnica dos seus maiores aliados políticos em Minas, Pará e Rio de Janeiro?"

LULA:

CORA RÓNAI: "Presidente, o senhor se considera um bom pai?"

LULA:

CHICO CARUSO: "O senhor é a favor ou contra o sistema de cotas raciais para acesso a universidades?"

LULA:

ARNALDO BLOCH: "O Lula que aparece hoje no horário gratuito é um ser independente, sem filiação partidária, sem companheiros históricos, um herói solitário. Exugar o PT da sua trajetória política não é faltar com a verdade? Não é ser injusto com aqueles que se mantiveram fiéis e não pactuaram com a corrupção, a 'banda boa'? Não é como dar um soco na militância que, ao longo das décadas, o ajudou a sobreviver politicamente? Enfim, uma vez que virou as costas ao PT, gostaria de saber com que partido o senhor se identifica hoje. já que, a exemplo da última campanha, continua a trocar apoios com uma gama bastante variada de tendências políticas".

LULA:

FERNANDO CALAZANS: "Presidente, quais foram a maior vitória e a maior derrota de seu governo?"

LULA:

JOAQUIM FERREIRA DOS SANTOS: "Afinal, o que é ética para o senhor? Serve pára o PT?"

LULA:

FLÁVIA OLIVEIRA: "A carta tributária no Brasil vem aumentando sistematicamente desde os anos 90. No governo Lula, atingiu seu mais alto nível histórico. Segundo dados da própria Receita Federal, a carga tributária em 2005 alcançou 37,37% do PIB. Para o empresariado nacional, o peso dos impostos é o principal entrave ao crescimento e à competitividade da economia, em razão dos custos que impõe à produção e à concorrência desleal dos sonegadores. O senhor concorda com essa afirmação? O que pretende fazer para diminuir a carga tributária e fazer quem sonega acertar as contas com o Fisco?"

LULA:

ARTUR DAPIEVE: "Durante o governo, o senhor pleiteou um papel de líder não apenas regional mas também mundial para o Brasil articulando uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU e mandando tropas para o Haiti, por exemplo. Apesar disso, assistiu passivamente a Hugo Chávez assumir este papel inclusive pela intromissão na política de outros países. Qual será a política brasileira para a Venezuela caso o senhor conquiste o segundo mandato?"

LULA:

PAULO COELHO: "Depois de uma grande expectativa internacional criada em torno de sua eleição para presidente, que resultou inclusivamente em uma consagradora acolhida em Davos que eu tive oportunidade de presenciar, me parece que a visão estrangeira da política na América Latina está sendo marcada por outros mandatários no continente. A política exterior brasileira tem sido bastante coerente, mas as negociações em Doha terminaram em um retumbante fracasso — que, diga-se de passagem, não é culpa do Brasil. O país tem um 'plano B' para a Organização Mundial de Comércio? Possível uma pressão conjunta com outros governantes da América Latina, evitando cair na armadilha do discurso demagógico e inútil de alguns deles?"

LULA:

PT pede e TSE proíbe PSDB de citar escândalos

No trecho vetado pela Justiça Eleitoral, locutor sem identificação de partido enumerava casos de corrupção

Raquel Miura* e Isabel Braga

• BRASÍLIA. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atendendo a um pedido do PT, proibiu a campanha de Geraldo Alckmin (PSDB) de exibir trechos em que o partido relembrava os escândalos de corrupção envolvendo o governo e petistas mas não identificava o autor dos ataques. O programa foi ao ar terça-feira e, até o julgamento de mérito pelo plenário do tribunal, o PSDB não poderá veiculá-lo.

A decisão de ontem, do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, atrapalha a estratégia dos tucanos de endurecer o discurso contra Lula, mas evitando, sempre que possível, atribuir os ataques diretamente a Alckmin. A reação do PT mostra que a briga eleitoral nos tribunais deve esquentar na reta final da campanha, já que outros adversários de Lula também decidiram partir para o confronto.

Os advogados do PT argumentaram que o programa do PSDB, além de ofensivo à legenda e ao governo, em momento algum exibiu qualquer identificação de que se tratava do horário destinado a Alckmin.

No trecho contestado, o locutor diz: "Você já parou para pensar no mal que a corrupção faz ao Brasil? Waldomiro, mensalão.

caixa dois, dinheiro na cueca, sanguessuga, corrupção nos Correios, ninguém aguenta mais ouvir tanta notícia de corrupção. E o pior é que nos últimos dois anos foi assim, uma notícia atrás da outra. Vários ministros do atual presidente foram denunciados e tiveram que pedir demissão".

*) Da CBN, especial para O LOBO

Alckmin sobe a Providência com reforço de 12 agentes da PF

O prefeito Cesar Maia o acompanhou, mas candidatos aliados do tucano não estiveram com ele na favela

Paula Autran e Ludmilla de Lima

• Protegido por um reforçado esquema de segurança, o candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, fez corpo-a-corpo no Morro da Providência, no Centro do Rio, ontem à tarde. O comitê de campanha de Alckmin requisitou reforço à Polícia Federal, que destinou 12 agentes para a escolta. E a visita contou ainda com 30 policiais militares do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (Gpae), além de quatro guarda-costas do prefeito Cesar Maia.

Sobrou apoio policial, mas faltou apoio político ao candidato, que aparece em terceiro lugar — atrás da candidata Heloísa Helena, do PSOL — nas pesquisas feitas entre os eleitores do Estado do Rio. A candidata do PPS ao governo do estado, deputada Denise Frossard, por exemplo, não compareceu à agenda, alegando outros compromissos. E outros candidatos a deputado também não aproveitaram a oportunidade para panfletar. Só Cesar e o líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia, candidato à reeleição, acompanharam o tucano.

— Vir junto com o Alckmin não adianta para a Denise, abafa a presença dela. Não rende, ela fica encoberta por ele — disse Cesar.

— Ela já tinha outros compromissos de campanha que não pôde cancelar — completou Rodrigo.

Alckmin, que no Rio tem dois palanques — o de Denise e o do candidato do PSDB, Eduardo Paes — desconversou:

— Nós estamos fazendo campanha da Denise aqui.

Para Márcia Regina Silva, presidente da Associação de Moradores do Morro da Providência, houve excesso de zelo da comitiva, que contava também com a filha de Alckmin, Sofia, e seu noivo, Mário Ribeiro.

— Não precisa disso tudo. Quem vem para ajudar é recebido de braços abertos — disse Márcia, que negou acordo com os traficantes para possibilitar a visita e observou que a PM reforçaria o policiamento.

O tucano disse que, se eleito, vai ser o presidente do Rio:

— Vou reativar o Favela Bairro 3, com financiamento do BID, que está parado no governo federal. E quero dizer ao Cesar Maia e a todo o povo do Rio que vou lembrar o presidente Rodrigues Alves: serei o presidente do Rio de Janeiro. O Rio é o Brasil todo.

Cesar levou o candidato até a casa de Maria das Dores, a Dodô, primeira porta-bandeira da Portela, de 85 anos. Mostrando pouca desenvoltura ao ser recebido pela sambista, que estampava uma das paredes com uma foto ao lado do presidente Lula, Alckmin chegou a perguntar se ela sempre foi da escola azul e branca. Na sala de Dodô — cheia de fantasias, bandeiras e troféus — há retratos do ex-governador Leonel Brizola e do ex-presidente Juscelino Kubitshek.

Alckmin voltou a criticar o governo Lula. Disse que há um custo PT e que Lula não faz as reformas necessárias e ainda acha que está tudo bem:

— Ele fica ai no Aerolula, andando nas nuvens. Precisa pôr os pés no chão, ver a realidade das pessoas.

Sobre fato de Lula ter recorrido ao TSE para tirar do ar o programa do PSDB, Alckmin disse que é dever de todo brasileiro combater a corrupção:

— Calar aquilo que é verdade? Ninguém está colocando nada de ataque pessoal. Está-se constatando fatos.

No trajeto, dois cabos eleitorais distribuíram praguinhas com a foto de Alckmin, o que é proibido. ■

Presidente usa dados incorretos nos Estados

Um dos folhetos atribui ao presidente extensão de incentivos da Zona Franca

João Domingos
BRASÍLIA

A campanha do candidato Luiz Inácio Lula da Silva pretende imprimir 1 milhão de panfletos para distribuir em cada um dos 26 Estados e no Distrito Federal, todos com exaltação aos feitos do governo petista. Mas neles há informações que, se não são de todo falsas, não correspondem à exata verdade.

O material dirigido ao Amazonas, por exemplo, diz logo na sua abertura que, reconhecendo a importância da Zona Franca de Manaus, o governo prorrogou para até 2023 o prazo de vigência para os incentivos fiscais destinados ao polo industrial. Ao

contrário do que deixa a entender o panfleto, a medida não passou diretamente por Lula. É de responsabilidade do Congresso. Foi aprovada pela Emenda Constitucional 42, de dezembro de 2003, que fez uma minirreforma tributária. O texto original não tratava da Zona Franca. A emenda foi acrescentada pela banca do Amazonas.

A assessoria do presidente alegou que a responsabilidade foi atribuída ao governo porque, nas negociações, ficou acertado que haveria a prorrogação da vigência dos incentivos fiscais de 2013 para mais 10 anos. Ainda de acordo com a assessoria de Lula, a negociação tornou o candidato à reeleição co-responsável

pela ampliação do prazo de vigência da concessão dos incentivos à Zona Franca. "A emenda foi apresentada por toda a bancada do Amazonas. Em troca, tivemos de aceitar a prorrogação até 2019 para os incentivos à Lei de Informática", disse o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), um dos responsáveis pelas negociações, à época, com o ex-deputado José Dirceu, então mi-

até 2019 para os incentivos à Lei de Informática", disse o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM), um dos responsáveis pelas negociações, à época, com o ex-deputado José Dirceu, então ministro da Casa Civil.

De uma forma geral, os textos dos panfletos de propaganda de Lula que serão endereçados aos Estados obedecem a um padrão. Destacam sempre os investi-

Em busca de votos

Bahia - Financiamento liberado para o metrô de Salvador

mentos – mesmo que pequenos, como os feitos em Roraima, no qual foram aplicados R\$ 38 milhões para atender a 4,9 mil famílias que puderam comprar a própria casa. Os textos também tratam, sempre, das farmácia populares, lembrando que já existem 151 unidades próprias e 1.719 conveniadas em todo o País.

METRÔ

O panfleto dedicado a São Paulo sustenta que o governo federal dedicou especial atenção ao Estado nestes três anos e meio de administração Lula. De acordo com o folheto de campanha, já foram investidos R\$ 400 milhões na modernização e expansão dos Aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Viracopos. Este último, conforme o texto, deverá ser o maior da América Latina. Também é lembrado que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 313 milhões para a linha 2 do metrô (trecho Ana Rosa, Imigrantes e Ipiranga).

Outros destaques lembrados pela campanha de Lula para São Paulo: R\$ 55 milhões para o Rodovia, e R\$ 73 milhões para o Corredor Expresso de São Paulo. Sem oferecer números, é dito que o governo federal "investe pesado" em obras de restauração e construção de 269 quilômetros da BR-101, no Vale da Ribeira. Outro destaque – de novo sem mencionar quantias – é a conclusão, de acordo com os panfletos, da duplicação de 270 quilômetros da Rodovia Regis Bittencourt (BR-116), que liga São Paulo a Curitiba. •

O desafio de viajar com Lula

Livro revela um chefe impaciente, que abusa de palavrões

Gabriel Manzano Filho

Numa tarde de calor infernal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava todo suado, abraçando e beijando admiradores em uma cidadezinha da Bahia, e pediu uma toalha, com urgência. O segurança ouviu e saiu meio desajeitado, lento – e Lula, irritado com o calor e com ele, comentou: “Olha o bundão, lá vai o bundão pegar a minha toalha.”

À sua volta, ninguém estranhou. O governo mal começava, mas o descaso com as boas maneiras já era rotina no Planalto. Broncas com diplomatas, do tipo “pô, você acha que eu sou babaca de ler tudo isso?”, ou com auxiliares num palanque – “Cadê as cartilhas, porra! Como não trouxe as cartilhas, seu incompetente!” – sinalizavam o novo ritual do governo.

Esse episódios, e outros bem mais pesados, sucedem-se, aos montes, nas 272 páginas de *Vagens com o Presidente*, dos jornalistas Leonencio Nossa, do Estado, e Eduardo Scolese, da Folha de S. Paulo, que acaba de ser lançado pela Editora Record. É um relato dos melhores (ou piores?) momentos das 423 viagens de Lula desde sua posse, em janeiro de 2002, até abril passado, 91 das quais para o exterior.

Não é uma análise política nem revela furos imperdíveis. Seu forte é a banalidade do dia-a-dia – as conversinhas no avião ou nos jantares, depois do terceiro uísque, a enxurrada de palavrões para todo lado, a impaciência do presidente com ajudantes, com outros líderes, com fazendeiros, com a moça do café. Relatados por Nossa e Scolese, esses episódios mostram como funciona, longe dos eleitores, o seu presidente. Lula, resumem eles, “não é dessas pessoas com chance de morrer de enfarte por engolir sapos”.

Por exemplo, numa festa na embaixada em Tóquio, em 2005: “Tem horas, meus caros, que eu tenho vontade de mandar o Kirchner para a p.q.p.” Emaistar de: “A verdade é que nós temos de ter saco para aguentar a Argentina (...), ter muito saco.” Ou então, sobre o Chile: “O Chile é uma merda, uma piada. Eles fazem os acordos lá deles com os americanos. Querem mais é que a gente se f... por aqui. Eles estão c.... para nós.”

O livro traz também ameaças – os ciúmes de Marisa, que não quer ajudantes bonitonas por perto, os apelidos do presidente para a segurança (“Eclipse”, “Saturno”), as broncas contra o Sucatão. E até uma brincadeira dele, na janela do Hotel Glória, no Rio. Foi quando um grupo criticava, na rua, o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu. “Ei, José Dirceu / Devolve o dinheiro aí / O dinheiro não é seu.” O presidente gostou e saiu pelo quarto repetindo o refrão, “com os dedos indicadores para o alto, como se estivesse num baile de carnaval”. •

Ausência de Lula em entrevista é criticada

Intelectuais e políticos condenam atitude do presidente de não participar da série de sabatinas do GLOBO

Rodrigo March

- Contraditória e antidemocrática. Assim, intelectuais e políticos classificaram a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de não participar da série de entrevistas do GLOBO com os candidatos à Presidência da República. Lula encerraria a série, mas recusou o convite para ser entrevistado por colunistas do jornal, contrariando o discurso que fizera um dia antes defendendo o papel da imprensa na sua história.

Para o deputado Paulo Delgado (PT-MG), mais antigo parlamentar da bancada petista na Câmara, a decisão do presidente foi um contra-senso.

— O próprio presidente reconhece que se tornou um líder nacional graças à imprensa livre, que repercutiu a nossa luta. Não faz sentido querer triunfar sobre ela. Na democracia, basta vencer as eleições.

Para o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), a atitude do presidente foi um desrespeito aos próprios petistas:

— Conheço muito petista que está envergonhado com essa atitude. Na escola petista, sempre se valorizou o debate de idéias, a força dos argumentos. As pessoas se reveiam no poder.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) diz que o presidente perdeu uma ótima oportunidade de fazer uma exposição “mais clara e justa”:

— Esse tipo de entrevista é o melhor cenário para um debate político, porque você discute com pessoas que não representam cores partidárias.

“É um dano grave ao processo democrático”

O mesmo acha o prefeito Cesar Maia, que comentou a au-

Por que Lula não gosta de debates

Desempenho do petista nesse tipo de confronto em eleições

passadas sempre foi preocupação para assessores

- Mesmo nos tempos de franco-atirador oposicionista, participar de debates sempre foi um problema para Lula. Seu desempenho nunca foi satisfatório e ele perdeu quase todos os confrontos em que esteve presente. No segundo turno da eleição de 2002, por exemplo, apesar de estar na dianteira com larga vantagem sobre o adversário José Serra, Lula ficou na posição delicada de rejeitar a agenda de debates prevista. Cancelou um debate com Serra marcado na CBN no dia 11 de outubro e depois também desistiu de todos os demais previstos. Com isso, o candidato do PT foi a apenas um único debate, o da TV Globo, nos últimos dias de campanha. E, embora não tenha sido suficiente para virar um favoritismo tão claro, Lula decepcionou

Serra no primeiro turno) ele pode agora p diretamente ao Serra — cobrou Nizan Guan

Assessores tucanos, à época, estimaram no debate do segundo turno Serra obteve seis milhões de votos.

No primeiro turno de 2002 a situação de estivera complicada. Até hoje, o momento lembrado daquele encontro foi a “pegadinha pelo candidato do PSB, Anthony Garotinho, que deu para Lula qual a sua proposta para a hora da resposta, ficou claro para todos os espectadores que Lula não tinha a menor ideia de que era Cide (Contribuição de Intervenção Mínima Econômica), cuja cobrança destinava-

dio, como relatou no livro "Uma vida de repórter — Do golpe ao Planalto" o jornalista Ricardo Kotscho, seu assessor de imprensa na época:

— Perdemos a eleição. Eu me senti como um lutador sonado — disse o candidato a Kotscho.

Em 1998, reeleição de Fernando Henrique, a legislação era mais rígida em relação aos debates. A Justiça Eleitoral obrigava as emissoras de TV e rá-

O mesmo acha o prefeito Cesar Maia, que comentou a ausência de Lula em seu ex-blog:

— Ô Lula! Que medo é esse de gente?! Você só gosta mesmo é de publicidade e de estúdio! Mas que bobagem. As entrevistas do GLOBO foram o melhor da campanha. Os candidatos tiveram espaço à vontade para dizer o que pensam e o que propõem. Todas as edições foram favoráveis a todos os candidatos, desde as fotos até as chamadas e destaque. Seria o mesmo com você. Não precisava ter medo!

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) disse que Lula se comporta como o presidente da Venezuela, Hugo Chávez:

— Ele está querendo passar por cima dos mecanismos clássicos de relação com a opinião pública. E isso só dá certo quando se tem o caso do Hugo Chávez, que tem o país crescendo a 8,9% e a possibilidade de usar os excedentes do petróleo na política social. No caso brasileiro, os níveis básicos de crescimento vão começar a ameaçar a política social.

Para o jurista Fábio Konder Comparato, a atitude de Lula foi antidemocrática:

de campanha. E, embora não tenha sido suficiente para virar um favoritismo tão claro, Lula decepcionou seus assessores.

Foi marcante para quem estava nos estúdios da TV Globo nesse último confronto entre Lula e Serra a imagem do marqueteiro do PT, Duda Mendonça, com as mãos na cabeça, em sinal de desespero com as respostas do cliente. A maior gafe foi quando o petista passou a imagem de arrogância ao comentar uma resposta de Serra, que pedira a cada eleitor seu para obter mais um voto no dia da eleição.

— Eu só não vou pedir mais votos para os meus eleitores porque desse jeito eu teria mais de 100% dos votos — disse Lula, para desespero de Duda.

Em outro momento, Lula ficou na defensiva ao ser cobrado por Serra sobre como faria para au-

dio a só fazer debates com a presença de todos os candidatos. Como naquela eleição eram 12 candidatos a presidente, a TV Globo nem chegou a propor debates. Outras TVs organizaram um encontro, mas o então presidente decidiu não comparecer. Isso levou o PT a criticá-lo por estar fugindo do

— Um candidato a um posto desse não pode se recusar a participar de discussões públicas sobre seu programa de governo e sobre a política que implementou. Isso mostra um temor de que um debate dessa natureza possa revelar fraquezas pessoais e defeitos das políticas do governo.

O jornalista Alberto Dines, do Observatório da Imprensa, disse que a atitude de Lula é mais um indício de que o processo eleitoral brasileiro está corrompido e que uma reforma política é necessária.

— O Lula não é o primeiro que se recusa a debater. Já está virando quase uma tradição de quem lidera pesquisas. Estamos caminhando para uma falsa democracia. Ou mudamos ou vamos acabar no chavismo.

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo, também considerou a decisão do presidente prejudicial à democracia:

— É um dano grave ao processo democrático, que se alimenta de opiniões conflitantes — disse. ■

mentar o salário mínimo na proporção em que prometia. Depois desse encontro, o marqueteiro de Serra cobrou dos petistas a realização de novos debates.

— Todas aquelas coisas que o Lula perguntava ao Ciro e ao Garotinho (usados como "escada" contra

que era Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, cuja cobrança destinava-se a aumentar recursos para as rodovias brasileiras).

Mesmo no mais famoso debate da História do país, o de Lula contra Collor, em 1989, é unânime no PT o reconhecimento de seu fraco desempenho. Apesar da acusação dos petistas de que a edição do debate na TV Globo privilegiou os melhores momentos de Collor e os piores de Lula, o próprio candidato percebeu que seu derrotado do estú-

tro, mas o então presidente decidiu não comparecer. Isso levou o PT a criticá-lo por estar fugindo do debate.

Hoje, além de o número de candidatos ser bem menor, a legislação permite levar aos debates apenas os candidatos dos partidos com representação no Congresso, o que limitaria o encontro a quatro candidatos. Mesmo assim, Lula não foi aos debates da TV Bandeirantes e da Rede Record.

No seu último confronto na TV, a participação

na série de entrevistas no "Jornal Nacional", da TV Globo, o desempenho de Lula também foi considerado fraco. Ele ficou nervoso e errou respostas. Ao citar feitos do governo na economia, Lula disse que só o salário caía, quando se referia à inflação.

Também errou ao mensurar as fronteiras nacionais e ao dizer que demitira os ex-ministros Antônio Palocci e José Dirceu: ao dar posse a Guido Mantega na pasta da Fazenda, Lula tratou Palocci como "mais que irmão"; A Dirceu, deixou uma carta tratando-o por "querido Zé".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não compareceu ao debate no jornal O GLOBO, diferentemente dos outros candidatos à Presidência da República.

POLÊMICA do dia

O que você acha da decisão do presidente Lula de recusar entrevista ao GLOBO?

"O que um presidente, candidato à reeleição, que não tem plano de governo em área alguma, pode falar numa entrevista? Ele é esperto. Sabe o que é melhor para ele. Coitado do povo brasileiro".

— EDI CARDOSO

"Quem perde é a democracia. Mais uma vez Lula demonstra que traiu seu passado. Deveria, então, vir a público pedir perdão por ter, na oposição, criticado todas as atitudes que hoje toma. Nós, que sempre acreditamos em Lula, estamos decepcionados".

— ALAN KARDEC PEREIRA

"O senhor presidente não deveria fugir das entrevistas, afinal chega de apenas

ler o que os outros lhes escrevem. Um presidente tem que ter convicção do que fala".

— JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO

"Acho que a decisão de não dar entrevista é medo de ser questionado sobre toda essa roubalheira em seu governo, e a falta de um programa de governo para os próximos quatro anos, pois o atual só está fazendo assistencialismo para compra de votos".

— JOÃO JOSÉ STURION

"Acho que está certo. Está bem nas pesquisas, e participar de todas as entrevistas seria arriscado demais para quem está comandando o país, uma vez

que a propaganda para quem está no poder são os próprios trabalhos apresentados à sociedade durante o mandato. O povo brasileiro amadureceu muito politicamente nos últimos anos. E está preparado para avaliar seu comportamento durante todo esse tempo que ele comandou o país".

— REINALDO VIEIRA DE OLIVEIRA

"Simples, ele não terá resposta para esse mar de corrupção que seu partido, o PT, organizou e criou. Agora só nos resta mudar isso nesta eleição votando contra esse governo medíocre".

— ALEXANDRE GONÇALVES FERREIRA

"Acho que foi por falta de capacidade. Não tem coragem e capacidade para

enfrentar a equipe que iria questioná-lo".

— MARIA THEREZA MONTEIRO

"Desrespeitosa com o eleitor."

— GILSON LAURO C. SILVA

"Acho certo, ficar dando brecha para seus adversários mentirosos da oposição podre?"

— ANANIAS PINTO AGUIAR

"Lembra bem os tempos da ditadura em que a imprensa era censurada."

— KÁTIA SESTREM

"Acho que ele tomou a atitude mais correta, pois seria muito pressionado com perguntas que não importariam no momento."

— JOSÉ WELLINGTON OLIVEIRA

"Positiva, pois os leitores foram poupadinhos de asneiras e mentiras rasteiras. O GLOBO está de parabéns por ter publicado as perguntas não respondidas."

— ANTONIO CARLOS DIAS

► NO O GLOBO ONLINE:

Confira outras opiniões dos leitores
www.oglobo.com.br/pais/eleicoes2006

Ibope: Alckmin sobe, mas Lula ganha no 1º turno

Tucano, que aumentou o tom dos ataques ao governo, cresce 3 pontos e chega a 25%; petista cai um, mas lidera com 48%

Ludmilla de Lima e Paula Autran

- Na semana em que incluiu em seu programa eleitoral as acusações de corrupção contra o governo Lula, o candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, subiu três pontos e passou de 22% para 25%, segundo a pesquisa do Ibope divulgada ontem pelo "Jornal Nacional", da TV Globo. Foi a primeira vez, desde o início do horário gratuito, que Alckmin cresceu acima da margem de erro de dois pontos. No entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que caiu de 49% para 48%, lidera com folga e, se a eleição fosse hoje, venceria no primeiro turno. A diferença entre Alckmin e Lula caiu de 27 pontos para 23 pontos.

Já Heloísa Helena (PSOL), permanece em terceiro lugar e com os mesmos 9%. Cristovam Buarque (PDT) vem em seguida, com 1%, ao lado de Rui Pimenta (PCO). José Maria Eymael (PSDC) e Luciano Bivar (PSL), não pontuaram. Votos brancos e nulos chegaram a 8%, mesmo percentual dos que não sabem ou não opinaram. No total de votos válidos (descontados os nulos, em branco e indecisos), Lula também perdeu pontos: conta hoje com 57%, contra 60% da pesquisa anterior.

Tucano cresce no Sul, Sudeste e Centro-Oeste

O Ibope ouviu 2.002 eleitores entre os dias 29 e 31 de agosto, em 142 municípios do país. A pesquisa, encomendada pela TV Globo, foi registrada no TSE sob o número 14820/2006.

Alckmin vem crescendo principalmente nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Na pesquisa anterior do Ibope — feita entre os dias 23 e 25 de ceu de 52% para 42%. No Sudeste, a ascensão tucana foi lugar — disse o tucano, em visita ao Morro da Providênciengens de erro.

Na simulação de um senha 54% das intenções de voto na simulação anterior, ram regular se mantiveram no mesmo patamar: 38%. Já os

Campanha contra o voto nulo

- BRASÍLIA. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançou ontem uma campanha na internet contra o voto nulo nas eleições de outubro. Com a campanha, que faz parte da "Operação eleições limpas", lançada em maio pela entidade, a AMB quer se opor a movimentos que

pregam o voto nulo como forma de protesto contra a corrupção na política.

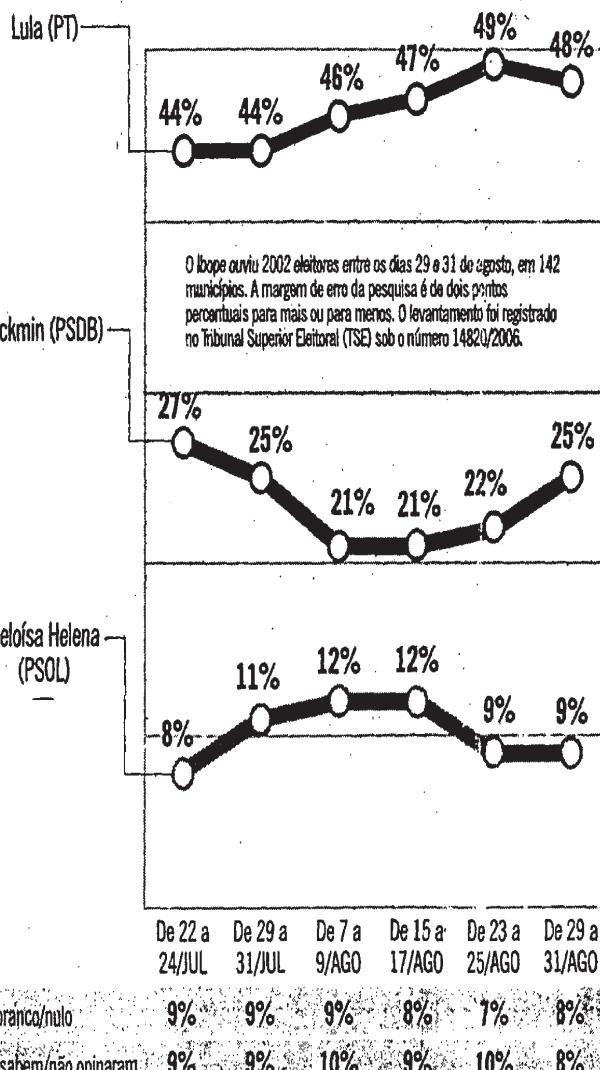
O presidente da AMB, Rodrigo Collaço disse que o voto consciente é a melhor resposta aos políticos corruptos:

— Votar em branco ou nulo é a pior forma de protesto. A melhor resposta aos recentes escândalos é a escolha consciente do melhor candidato. Isso pode mudar o cenário.

A AMB começou ontem a mandar mensagens eletrônicas para seus 14 mil associados com uma animação especialmente criada para a campanha, estimulando-os a repassá-la para o maior número de pessoas. A campanha "Não vote nulo. Não anule seu protesto" também está na página da entidade (www.amb.com.br), com conselhos sobre o voto consciente.

► Os números da pesquisa

INVESTIGAÇÃO DE VOTO PARA O 1º TURNO

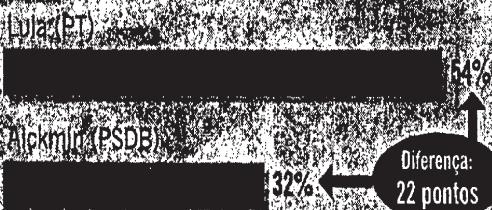


2º TURNO

DE 29 A 31 DE AGOSTO



DE 23 A 25 DE AGOSTO



Fonte: Ibope
Período: 15-17/AGO, 23-25/AGO, 29-31/AGO

	15-17/AGO	23-25/AGO	29-31/AGO
Lula (PT)	27%	24%	26%
Heloisa Helena (PSOL)	24%	26%	26%
Rui Costa Pimenta (PCO)	21%	25%	20%
Luciano Bivar (PSL)	20%	24%	20%
José Maria Eymael (PSDC)	21%	26%	21%
Geraldo Alckmin (PSDB)	22%	21%	19%
Cristovam Buarque (PDT)	19%	25%	20%
Ana Maria Rangel (PRP)	-	-	5%
Poderia votar em todos	8%	7%	6%
Não sabem/ Não opinaram	20%	18%	17%

Avaliação ao governo Lula

15-17/AGO 23-25/AGO 29-31/AGO

Ótima/boa	41%	44%	43%
Regular	37%	38%	38%
Ruim/péssima	21%	17%	18%
Não sabe/não opinou	2%	2%	1%

OUTROS CANDIDATOS	22-24/ JUL	29-31/ JUL	7-9/ AGO	15-9/ AGO	23-25/ AGO	29-31/ AGO
Cristovam Buarque (PDT)	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Rui Costa Pimenta (PCO)	1%	1%	1%	0%	0%	1%
José Maria Eymael (PSDC)	1%	0%	0%	1%	1%	0%
Luciano Bivar (PSL)	0%	1%	0%	1%	0%	0%
Ana Maria Rangel (PRP)	-	-	-	-	-	0%

Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Na pesquisa anterior do Ibope — feita entre os dias 23 e 25 de agosto — o tucano tinha 25% das intenções de voto do Sul, contra 35% de Lula. Agora, Alckmin tem 35%, um ponto percentual a mais que o petista, que caiu para 34%. No Centro-Oeste, Alckmin subiu de 23% para 29%, enquanto Lula desceu de 52% para 42%. No Sudeste, a ascensão tucana foi mais discreta: Alckmin passou dos 25% para 28%. E Lula caiu de 43% para 41%.

— Vamos caminhar para o segundo turno. Nas regiões Sul e na Sudeste já têm. No Centro-Oeste, acho até que podemos sair em primeiro lugar — disse o tucano, em visita ao Morro da Providência, no Rio.

Mas, por representarem uma proporção menor de eleitores do que o Sudeste e o Nordeste, o Ibope adverte que os resultados das pesquisas nas regiões Centro-Oeste e Sul estão sujeitos a maiores margens de erro.

Na simulação de um segundo turno entre o presidente Lula e Alckmin, a polarização entre os dois candidatos ganha mais nitidez. Se de 23 a 25 de agosto, a diferença entre eles era de 21 pontos percentuais, agora ela caiu para 15. Lula, que tinha 54% das intenções de voto na simulação anterior, agora tem 51%. E Alckmin avançou de 33 para 36%.

A avaliação do governo Lula não sofreu mudanças significativas: os que consideram a administração do petista ótima e boa eram 44% e caíram para 43%. Os que a consideram regular se mantiveram no mesmo patamar: 38%. Já os que avaliam o governo como ruim ou péssimo subiram de 17% para 18%. ■

► NO O GLOBO ONLINE:

Leitores reprovam proposta de voto em lista fechada
www.oglobo.com.br/pais/elecoes2006

Lula defende Newton Cardoso e compara o aliado a Pelé

Constrangido por vaias da platéia, presidente apela ao futebol e diz que quer o ex-adversário jogando no seu time

Malá Menezes

Enviada especial

• **JUIZ DE FORA (MG).** Escoltado pelo candidato ao Senado Newton Cardoso (PMDB) na chegada e no comício em Juiz de Fora, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva saiu em socorro do aliado durante o discurso. Sem citar nomes, comparou Newton Cardoso a Pelé, para tentar contornar um constrangimento: o peemedebista foi vaiado pelo público em seu discurso e a cada vez que tinha o nome citado.

Em nova metáfora futebolística, o presidente lembrou que, como corintiano, não gostava de Pelé, jogador do Santos.

— Percebi que há, no meio do público, insatisfação. Com toda a bronca que tinha do Pelé, tudo o que eu queria era

que ele jogasse no meu time. Temos um jogo bem demarcado. Pode haver divergência com qualquer pessoa, mas é essa a travessia para derrotar o PSDB e o PFL.

O presidente ainda ironizou o comportamento da imprensa em sua gestão:

— Sabe, a imprensa me trata muito bem (risos). Mas tenho as costas largas. Se dessem a mim 10% do tratamento dado ao Fernando Henrique Cardoso, eu teria 80% nas pesquisas.

E voltou a se comparar a Juscelino Kubitschek:

— Meu comportamento não será o de Jânio, que foi embora, ou de Getúlio, que se matou. Serei como JK, terei paciência. Nunca vou perder as estribelhas — afirmou Lula. ■

Lula: campanha é guerra com infâmia

Petista compara momento com o que viveu em 1989, na disputa contra Collor

● JUIZ DE FORA (MG) Em tom incisivo contra o adversário do PSDB, Geraldo Alckmin, o presidente Lula, candidato à reeleição, comparou a campanha eleitoral a uma guerra. Durante comício em Juiz de Fora, onde pediu votos ao lado do candidato do PMDB ao Senado por Minas Gerais, Newton Cardoso, o presidente responsabilizou seus adversários pelo que chamou de baixo nível da campanha. Comparando o momento com o que viveu em 1989, na eleição em que perdeu para Fernando Collor de Mello, Lula afirmou que as provocações

não merecem resposta.

— Poderíamos estar em país civilizado, fazendo comparações entre programas e partidos. Entre as realizações de governo. Mas muitas vezes uma campanha eleitoral no Brasil vira uma pequena guerra, com momentos de infâmia, de calúnias e de jogos rasteiros, que nem sempre merecem ser respondidos — disse o presidente para um público de cinco mil pessoas, na Praça João Penido, no Centro de Juiz de Fora.

O ex-líder do PSDB no Senado Arthur Virgílio também foi alvo. Lula lembrou o episódio em que

o senador o atacou da tribuna:

— Ele ficou bravo, falou que ia me bater. Hoje quem bate nele é o povo do Amazonas — disse, referindo-se à candidatura de Virgílio ao governo do estado.

Ao lado de sete ministros, a maioria mineiros, o presidente falou de sua administração e provocou Alckmin:

— Meu adversário tem uma raiva desgraçada desses números. Em oito anos do governo passado entraram US\$ 11,6 bilhões em dólar turismo. Em nosso governo já entraram R\$ 12 bilhões... Quer dizer: foi verdinha, gente: US\$ 12 bilhões. (M.M.) ▶

Tasso: Lula criou sistema de desvio de dinheiro

PSDB escala nomes para atacar governo

Gerson Camarotti

● BRASÍLIA. A cúpula da campanha presidencial do PSDB escalou alguns tucanos para atacar o governo. Um deles é o presidente nacional do partido, senador Tasso Jereissati (CE). Ontem, ele afirmou que a qualidade moral do Brasil despencou no governo Lula.

Tasso acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de implantar um sistema de desvio de dinheiro público junto com o ex-chefe da Casa Civil e deputado cassado José Dirceu, o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares e o empresário mineiro Marcos Valério de Souza, envolvidos no escândalo do mensalão.

As declarações de Tasso foram dadas na cidade de Pacajus, a 50 quilômetros de Fortaleza, onde ele fazia campanha para o candidato tucano à Presidência, Geraldo Alckmin.

— O pior de tudo é que a qualidade moral do Brasil despencou. Quando ele implantou esse sistema

pelo país inteiro e disse que é normal, acabou jogando por terra um dos maiores valores morais que aprendemos em nossas vidas: é ser honesto, é ser correto, é não mentir. E um país não pode ter como norma dos seus dirigentes o roubo, a mentira e a desonestade — afirmou Tasso.

O presidente nacional do PSDB termina hoje, em Maracanaú, um roteiro que percorreu sete cidades do interior cearense em campanha por Alckmin. O PSDB do Ceará vive uma grave crise desde que Tasso e o governador do estado, o também tucano Lúcio Alcântara, romperam, enfraquecendo o palanque de Alckmin no estado.

Tasso disse ainda que o governo Lula reivindicou o Bolsa Família, uma idéia tucana.

— Há uma grande ilusão em relação ao que acontece na Presidência hoje. O único programa bom que existe foi criado por nós, que é o Bolsa Família — disse Tasso.

‘Só fatores extraterrestres vão nos impedir de cumprir compromissos’

Lula rebate críticos do governo e diz que São Paulo evitou avaliação do ensino

MERVAL PEREIRA

Armadilha montada

A sensação de invencibilidade, com as pesquisas leitorais francamente favoráveis à sua reeleição já no primeiro turno, e a consequente sensação de impunidade que essa absolvição das urnas trará consigo, têm incentivado a que o presidente Lula revele algumas facetas francamente preocupantes do que viria a ser um segundo mandato. Lula vem dando uma série de declarações para justificar o que aconteceu em seu governo, toda a corrupção que tem no mensalão sua sinse mais perfeita. Mesmo voltando a insistir que o mensalão não existiu, tentou explicá-lo, afirmado em uma reunião de intelectuais e artistas em São Paulo que a política real obriga a fazer acordos “com quem a gente tem, e não com quem a gente quer”.

Estamos vendo neste mês decisivo de campanha eleitoral em Lula que ora é um democristão empoderado que prega união nacional, ou que defende a imprensa como a grande arena do debate democrático no país, ora ataca o Legislativo os partidos oposicionistas, e ança mais uma tentativa de controlar os órgãos de comunicação, como já tentara no início de seu governo.

A proposta de “democratização” dos órgãos de comunicação, com a formação de comitês populares para analisar a programação, foi abandonada em sua parte mais polêmica — depois de denunciada, mas o espírito intervencionista continua lá no programa do PT, como uma ameaça à liberdade de expressão.

Lula chegou a citar a possibilidade de acordo com o PSDB, que ele mesmo já classificou de seu sonho de consumo, para taxá-lo de inviável,

justamente o seu lado mais vulnerável. Na verdade, o que se procura hoje é isolar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o adversário de língua mais ferina nas hostes tucanas.

Na parte econômica, tanto o programa do PT quanto o Orçamento que o governo deve enviar hoje ao Congresso para 2007, são obras de ficção que servem para colocar interrogações quanto à política econômica de um provável segundo governo Lula.

As agências de risco estão elevando o rating do Brasil — ontem a Moody's deu a melhor nota desde 1989 — devido aos bons números da economia, mas aguardam um consenso em torno da necessidade de corte dos gastos do governo, tema que não tem guardado no programa do segundo governo, nem no orçamento para o próximo ano.

As agências só não ficam

Luiza Damé

• BRASÍLIA. Num evento oficial, com críticas indiretas a seus adversários na disputa eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que somente “fatores extraterrestres” o impedirão de cumprir seus projetos de governo. Lula chamou de insensíveis os políticos que atacaram a criação das secretarias especiais de Políticas para Mulheres, da Igualdade Racial e de Direitos Humanos. Críticou ainda a gestão do PSDB em São Paulo na área de educação, afirmando que o estado não participou da avaliação do ensino de 4^a e 8^a séries para não mostrar que a educação lá não é tão boa quanto o divulgado.

— Não sei se conseguiremos fazer tudo o que é preciso. Tenho até dúvidas se a gente conseguirá fazer tudo, mas de uma coisa podem ter certeza: não será por falta de esforço, por falta de compromisso e por falta de lealdade aos princípios que me fizeram chegar à Presidência da República que não vamos cumprir. Se a gente não cumprir, é porque houve fatores extraterrestres que não permitiram que cumpríssemos — disse Lula, na abertura do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos.

Ao destacar que em 2005 o governo fez uma avaliação dos alunos de 4^a e 8^a série, com 3,6 milhões de estudantes, Lula afirmou:

— São Paulo, por exemplo, não participou, é o maior estado da federação, possivelmente, com medo que a gente detectasse que a propaganda da qualidade da educação não fosse tão

Promessas não cumpridas

• O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu tirar do papel seus dois principais projetos na área de educação: o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que deverá aumentar investimentos públicos no setor, e a reforma universitária. Nos dois casos, o governo demorou a enviar as propostas ao Congresso. A emenda do Fundeb só foi enviada ao Congresso após dois anos e meio de governo. O PSDB, que ele mesmo já classificou de seu sonho de consumo, para taxá-lo de inviável, por que os tucanos são hoje os principais adversários dos petistas. A disputa política chega a tal ponto que, na análise de Lula, a transição do governo de Fernando Henrique se deu de maneira pacífica e civilizada porque o PSDB tinha o objetivo de cooptar o PT, mostrar para o mundo que o PSDB era um partido democrático e moderno, jogando com a probabilidade de os petistas não terem competência para governar e serem obrigados a chamar o PSDB para ajudá-los.

O ex-presidente Fernando Henrique, um ex-amigo transformado em principal desafeto, revelou em seu livro de memórias que esperava, sim, com a transição, criar um clima para um governo de coalizão entre o PT e o PSDB, e lamentou que se tenha perdido essa oportunidade. A leitura petista para essa revelação é, como se vê, inversa, desiderada de sentimentos patrióticos e recheada de veneno.

Essa interpretação, se já circulava nos bastidores palacianos sempre que se cogitava de uma união com os tucanos, revelada em público inviabiliza ainda mais um governo de coalizão, que o próprio Lula anunciou outro dia mesmo como um dos objetivos mais imediatos de um segundo governo. Pelo menos com relação ao PSDB, que dificilmente sairá dessa campanha em condições de pactuar qualquer coisa.

Uma possível negociação política com o futuro governo petista teria como objetivo, aí sim, cooptar setores do PSDB ou, no mínimo, chegar a acordos pontuais com governadores de importância política fundamental como serão José Serra em São Paulo e Aécio Neves em Minas.

O programa de governo divulgado pelo PT com a chancela de Lula incluiu ataque extemporâneo, por desnecessário, ao governo anterior, acusando-o de ter disseminado a corrupção, num movimento arriscado de trazer para o debate eleitoral

gundo governo, nem no orçamento para o próximo ano.

As agências só não ficam mais preocupadas por quê, para elas, se o governo decidir aumentar a carga tributária para garantir o superávit que, por sua vez, garantirá o pagamento da dívida, o risco-Brasil continuará baixo, mesmo sem crescimento econômico. Isso até quando for possível se equilibrar nessa dubiedade de gastos crescentes e pouco crescimento econômico. O Orçamento para 2007 prevê um aumento dos investimentos sem que seja explicado de onde sairão o dinheiro.

Como ele mesmo já admitiu, Lula não sabe quando é candidato e quando é presidente. A confusão fica maior ainda quando se vê que o programa do candidato não se comunica com o Orçamento do presidente, numa esquizofrenia institucional perigosa. Mesmo já sabendo que ontem seriam divulgados números nada satisfatórios do crescimento do trimestre, Lula, falando ao "Jornal da Globo" no dia anterior, disse, bem ao seu estilo, que "desde que foi proclamada a República", nunca houve momento na História do Brasil em que "a economia tenha tantos fatores positivos combinando entre si".

O resultado da união de tantos fatores positivos deu o crescimento pífio de 0,5% do PIB, o que indica um crescimento anual por volta de 3%, quando Lula prometera crescimento entre 4% e 5%. A média de crescimento do PIB de seu primeiro governo seria, então, de 2,5%, exatamente a mesma do primeiro governo de Fernando Henrique. Mesmo em uma hipótese otimista, de um crescimento de 3,5%, a média de crescimento da economia do governo Lula terá sido de 2,8%.

Acontece que o Orçamento para o próximo ano está montado em uma previsão de crescimento de 4,5%, assim como o deste ano previa um aumento do PIB de 4,75%. O que está sendo montado para o próximo governo é uma armadilha fiscal monumental.

com medo que a gente detectasse que a propaganda da qualidade da educação não fosse tão boa quanto se dizia. A gente não conseguiu aferir. No Enem ficou em oitavo lugar.

"Uma nação é composta de homens, mulheres, crianças"

Lula condenou as referências de adversários ao aumento da máquina pública no governo petista, feitas pelo candidato tucano Geraldo Alckmin, que defende a redução do número de ministérios.

— Não houve quem não fizesse críticas de que estávamos criando muitos ministérios e era preciso diminuir. Pessoas insensíveis, que muitas vezes enxergam as nações por alguns números da macroeconomia e não percebem que uma nação é composta de homens, mulheres, crianças e velhos, com pessoas diferentes — disse Lula.

O presidente fez reparos indiretos à Justiça Eleitoral, afirmando que, embora ela tenha proibido a publicidade institucional da Olimpíada de Matemática nas escolas públicas, 14 milhões de estudantes se inscreveram:

— Pasmem, estamos num ano eleitoral, e a Justiça Eleitoral proibiu que fizéssemos um cartaz para colocar nas escolas, convidando as crianças para se inscreverem na Olimpíada.

Lula defendeu os programas sociais. Citou o Bolsa Família, que atende 11 milhões de famílias, e rebateu críticos do programa que defendem a aplicação de seus recursos na recuperação de estradas:

— Como se um metro quadrado de asfalto fosse mais importante que a vida de um homem, uma mulher ou uma criança. ■
emenda do fundo só foi enviada ao Congresso após dois anos e meio de governo. O texto foi votado este ano e, como houve alterações no Senado, é necessário votá-lo de novo na Câmara. Já a reforma universitária esbarrou num impasse entre o MEC e a área econômica, contrária à subvenção de verbas para as universidades federais. Como o projeto ficou diferente do que o MEC queria, o MEC não tem pressa na votação.

O governo também está longe de cumprir a meta prevista pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. O Incra assentou, até 2005, 245.061 famílias. A promessa era assentar 400 mil. Outras 130 mil seriam beneficiadas pelo Programa de Crédito Fundiário.

A geração de empregos também é polêmica. O PT e o governo afirmam que Lula nunca prometeu 10 milhões de empregos — o número seria a necessidade apontada em 2002. O Ministério do Trabalho diz que foram criados 6,190 milhões de empregos. Para muitos pesquisadores, o número de empregos criados até agora é de 5 milhões: 4,5 milhões com carteira assinada e 500 novos servidores das diversas esferas de governo.

Lula: fim da reeleição e mandato maior

Em Porto Alegre, presidente lembra Getúlio e defende gestão de 5 anos

Chico Oliveira

• PORTO ALEGRE. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem que a reforma política acabe com a reeleição e aumente o mandato presidencial para cinco anos.

— Acho que a reeleição não ajuda o Brasil, em todos os níveis. Aumenta o mandato para cinco anos e acaba a reeleição. Se o cidadão fizer um bom mandato, fica cinco anos fora e, cinco anos depois, o povo vai buscá-lo na praça para ser candidato, como fizeram com Getúlio Vargas. Não fizeram com Getúlio Vargas? Ele sai em 1945 e, quando chega 1950, vão buscá-lo em São Borja para ser candidato. Se o cidadão for ruim, não vai conseguir sair na rua nem dez anos depois. Mas, se for bom, o povo pode querer que ele volte. É uma reforma para moralizar a

política no Brasil, para dar grandeza à política no Brasil — disse, em entrevista à Rádio Guaíba, de Porto Alegre.

E reiterou as propostas de fielidade partidária e financiamento público de campanhas.

— Precisa(mos) de uma vez por todas proibir, terminantemente, dinheiro da iniciativa privada em campanha política. O financiamento é público, a Justiça vai fiscalizar e as pessoas têm que aprender a ganhar eleições trabalhando mais e gastando menos. Essa é uma coisa sagrada.

Lula reiterou a disposição de procurar os partidos após as eleições, com a intenção de construir um modelo que permita ao país crescer mais de 5% ao ano. Afirmou que a oposição, para prejudicá-lo, compromete o desenvolvimento do país:

— Deveríamos dedicar três

quartos do mandato a serviço único e exclusivamente do Brasil, e deixar um quarto para as pendengas políticas.

"Concertação é uma palavra bonita, vou ver se é possível"

Falando sobre a "concertação" política proposta pelo ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, o presidente comentou que é uma "palavra bonita" e confirmou que pretende negociá-la com os partidos.

— Concertação é uma palavra bonita. Vou ver se é possível fazer uma concertação com os partidos, definir coisas importantes. A reforma política precisa ser feita a bem do Congresso, dos partidos, da sociedade, não a bem do presidente. ■

► NO O GLOBO ONLINE:

Comente esta notícia

www.oglobo.com.br/pais/elecoes2006

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO EXTERIOR
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

AVISOS DE LICITAÇÃO

Pregão nº 055/2006
Processo: 52400001625/2006

Objeto: O presente Pregão tem por objeto o fornecimento e instalação de mobiliário específico para o Centro de Treinamento do INPI, conforme especificações e condições constantes do Edital e do Termo de Referência que o integra.

Entrega das Propostas: Dia 14/09/2006 às 10:00HS. Local: Praça Mauá nº 7 – 02º andar – sala 203 – Centro – RJ.

Informações: Praça Mauá nº 7 – 14º andar – sala 1408 – Centro – RJ – Telefone (21) 2139-3656, Fax (21) 2139-3605. O Edital poderá ser adquirido nos sites: www.comprasnet.gov.br e www.inpi.gov.br ou comparecer no endereço acima para retirada do mesmo.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2006

Branca Albuquerque de O. Sarres
Pregoeira

QUINA

• **QUINA:** O concurso 1.646 sorteou as dezenas 30, 40, 42, 52 e 76. Um apostador de Minas fez a quina e ganhará R\$ 1.046.471,44; a quadra teve 115 acertadores com R\$ 3.549,45 e o terno, 6.124 com R\$ 88,54.

NOTAS

• **JEFFERSON ROUBADO**
Quatro homens armados invadiram ontem a casa do deputado cassado Roberto Jefferson em Petrópolis. Disfarçados de funcionários de uma concessionária de telefonia, os bandidos renderam funcionários e roubaram jóias e aparelhos eletrodomésticos. Na hora do roubo, o ex-deputado não estava em casa.

CLASSIFICADOS DO RIO

EXTRA

2 5 3 4 - 4 3 3 3

Falta um mês, oposição vai à guerra

Em busca do segundo turno, candidatos vão mostrar casos de corrupção na TV

Lula já se prepara para o 'chumbo grosso'

Maria Lima

• BRASÍLIA. Com mais de dez pontos percentuais à frente de todos seus adversários juntos na disputa presidencial, segundo as pesquisas, o presidente Lula disse, em conversas com os estrategistas de sua campanha, que está se armado de muita paciência para enfrentar "o chumbo grosso" que vem em setembro. Mas a ordem no comando da campanha petista é o presidente não cair na armadilha dos ataques sobre corrupção no governo e manter sua campanha propositiva.

Na próxima segunda-feira, haverá reunião da Coordenação Nacional da campanha da reeleição, em Brasília, para definir a estratégia da reta final, especialmente como se darão as respostas a ataques mais pesados que vierem da oposição. Aliados sugeriram a Lula, esta semana, que se os adversários entrarem pesado na exploração dos casos de corrupção envolvendo pessoas do governo e do PT, a campanha de Lula tem que resgatar todos os escândalos do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas Lula não autorizou ainda essa exploração.

Nos 30 dias que antecedem as eleições, Lula manterá o tom propositivo na propaganda eleitoral gratuita e concentrará sua campanha em Minas, Rio e São Paulo, onde há mais eleitores a conquistar. Mas vai visitar ainda Goiás, Tocantins, Amazonas e Pará, além de fazer alguns comícios no Nordeste, onde sua liderança nas pesquisas já estaria consolidada.

— Lula fará tudo para não cair em armadilhas dos adversários. No encontro com os intelectuais ele disse que está mesmo preparado para o chumbo grosso nessa reta final, mas que seu lema será paciência. O candidato que está na frente tem que mostrar tranqüilidade — disse o governador petista do Acre, Jorge Viana, coordenador da campanha na Região Norte.

Segundo Viana, nos comícios o presidente eventualmente elevará o tom de discurso e poderá até responder a algum ataque. Mas nos programas de TV, continuará propositivo.

Na terça-feira, dia 5, Lula volta a Pernambuco. Mas, antes, terá atos de campanha no Rio, no fim de semana, e em Juiz de Fora (MG) hoje. Em Caruaru, maior cidade do agreste pernambucano, Lula irá a um grande comício, organizado pela Contag, que afirma que irá levar cerca de dez mil trabalhadores rurais. Mais uma vez Lula enfrentará o constrangimento de ter em seu palanque o candidato do PT ao governo de Pernambuco, o ex-ministro Humberto Costa, indicado pela Polícia Federal na operação da máfia dos vampiros.

— Depois Lula vai centrar fogo no centro-sul, onde há maior massa eleitoral. No Nordeste não tem mais onde crescer — disse o deputado Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), um dos coordenadores da campanha de Lula no Nordeste.

A 30 dias das eleições, os principais adversários do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na disputa presidencial vão mudar o tom da campanha, mora até aqui. Com o desafio de tentar reduzir a vantagem de Lula, que lidera nas pesquisas de intenção de votos, e provocar o segundo turno nas eleições presidenciais, os candidatos Geraldo Alckmin (PSDB), Hélio Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT) ameaçam com ataques mais contundentes contra o governo e o PT, tanto nos eventos de rua como no programa eleitoral gratuito no rádio e na TV.

Alckmin e Cristovam vão centrar seus ataques em Lula. Já Hélio Helena, na tentativa de se mostrar diferente dos que estão à sua frente nas pesquisas, vai bater tanto em Lula como em Alckmin.

- Vai concentrar viagens no Rio, São Paulo e Minas, com passagens rápidas pelo Nordeste
- Os programas vão continuar propositivos, mas com espaço para responder a ataques
- Discurso de Lula será agressivo nos comícios, não no programa eleitoral
- Fará viagens como presidente a estados aonde não puder ir como candidato
- Terá mais encontros com grupos setoriais: empresários, intelectuais, artistas e trabalhadores rurais
- Vai explorar a safra de notícias negativas na área econômica, como a retração do PIB e os aumentos da carga tributária e de gastos
- Vai reforçar a campanha nos maiores colégios eleitorais do país: São Paulo, Minas, Rio, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e Ceará
- O candidato diz que não baixará o nível da campanha, mas usará na TV imagens do escândalo do mensalão e as acusações contra ex-ministros do governo Lula (ainda a definir a forma)

Alckmin vai explorar mais a corrupção no PT

Adriana Vasconcelos e Heliana Frazão

● BRASÍLIA. Com o desafio de atingir 35% das intenções de voto na disputa presidencial, para levar a eleição ao segundo turno, o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, vai explorar a partir de agora os escândalos de corrupção que abalaram Lula e o PT, além de apontar falhas que considera graves na gestão petista, como o aumento da carga tributária e o baixo crescimento econômico registrado no último trimestre. Na TV, seu programa já ficou mais agressivo.

Ontem em Ilhéus, Sul da Bahia, Alckmin disse que há indignação entre os brasileiros em relação à corrupção do governo Lula.

— Há uma ira santa, como disse o jurista baiano Rui Barbosa — afirmou.

Alckmin já parece convencido de que terá de jogar pesado e reforçar o trabalho para desestruturar a imagem do maior adversário. A orientação do conselho político da campanha é que ele aumente os ataques ao governo Lula, usando imagens que comprovem os tropeços éticos e o envolvimento de ex-ministros e ex-dirigentes petistas em escândalos de corrupção.

Imagens dos escândalos de corrupção que tomaram conta da cena política ano passado logo deverão estar na telinha. Ciente de que será o alvo preferencial de todos, Lula pretende manter a linha propositiva nos programas de rádio e TV, mas estará pronto para rebater os ataques. A decisão da campanha tucana de partir para o ataque na propaganda eleitoral já obrigou Lula a reagir. Os advogados do petista entraram ontem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tentar impedir a reapresentação do programa de Alckmin que tratou de corrupção e relacionou Lula aos escândalos do mensalão, dos Correios e dos sanguessugas, afirmando que vários ministros do atual governo foram denunciados e obrigados a pedir demissão. Esta será uma das estratégias de defesa de Lula nesta fase final da campanha...

Vai usar o que chama de tática Garrincha, de arranhar com tudo pra cima dos adversários
Vai martelar que Lula e Alckmin são irmãos

meses
Os programas na TV serão mais agressivos, imoladores contra os dois principais candidatos
Mobilizará militantes nas ruas e tentará dar

ais emoção à campanha
Concentrará a campanha nos 12 estados que

únem 80% da população

- Vai acabar com a campanha monotemática e abordará outros assuntos, além de educação
- Fará um discurso mais crítico contra o governo
- Concentrará as viagens nas grandes capitais, com destaque para estados do Sul e do Sudeste
- Destacará nos programas eleitorais de rádio e TV 30 propostas para solucionar problemas do país

Além da mudança no tom dos discursos e do programa eleitoral, nesses próximos 30 dias Alckmin reforçará a campanha nos maiores colégios eleitorais: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e Ceará.

Com cuidado para não abrir espaço para que a Justiça Eleitoral conceda direito de resposta ao candidato do PT, o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), acertou com o publicitário Luiz González o novo do tom dos programas de Alckmin na TV. As imagens que serão usadas no horário eleitoral gratuito estão em teste.

Os aliados do candidato sugerem, por exemplo, o uso do depoimento do publicitário Duda Mendonça à CPI dos Correios admitindo que recebeu R\$ 10 milhões no exterior como pagamento de serviços prestados na campanha de Lula em 2002. São cogitadas também imagens do petista preso com dólar na cueca ou mesmo depoimento do caseiro Francenildo Costa denunciando o ex-ministro Antonio Palocci.

— Não vamos baixar o nível, vamos falar a verdade — reafirmou ontem o coordenador-geral da campanha tucana, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Em sua página na internet e mesmo no blog de Alckmin, os ataques ao governo Lula começaram a esquentar. O título da mensagem do candidato incluída ontem em seu blog dizia "Chega de mensalão, caixa dois, dinheiro na cueca, vampiros e sanguessugas". O texto diz que o combate à corrupção precisa ser uma obsessão do presidente e cita parte dos escândalos registrados no governo Lula. Menciona o caso de Waldomiro Diniz e o esquema montado pelo ex-tesoureiro petista Delúbio Soares.

Heloísa promete programas de TV demolidores

Isabel Braga

● BRASÍLIA. Uma Heloísa Helena totalmente no ataque e com o apoio dos militantes nas ruas. É essa a tática da coordenação de campanha da senadora alagoana nesta reta final da disputa presidencial. Segundo o coordenador nacional da campanha da candidata do PSOL, Martiniano Cavalcante, a intenção é mostrar que os principais adversários — o petista Luiz Inácio Lula da Silva e o tucano Geraldo Alckmin — são iguais na essência e que ela é a opção diferente.

— A Heloísa tem soco de Mike Tyson. Até agora ela estava apenas alisando o queixo. Os programas eleitorais serão demolidores. Vão mostrar que Lula e Alckmin são irmãos siameses, os gringos a serviço da corrupção, dos bancos. Vamos chamar o povo para lutar pela transformação e Heloísa Helena vai chegar ao segundo turno, nem que cheguemos sangrando — disse Martiniano.

Segundo o coordenador, neste último mês da campanha, os militantes do PSOL estarão presentes nos principais espaços públicos das capitais e cidades metropolitanas, passando a mensagem de Heloísa Helena e pe-

dindo apoio à sua candidatura. Outro momento de força da campanha será o lançamento do programa de governo, no dia 7.

— O programa de governo de Heloísa e do PSOL não será insosso como o dos tucanos ou o de Lula. Enfrentarão questões polêmicas como os juros. Vamos demarcar que os projetos de Lula e Alckmin são similares e que é importante construir a alternativa — disse o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

Para Chico, ao lado de Lula, Heloísa Helena é hoje a candidata com maior empatia. Ele atribuiu o recuo nas pesquisas eleitorais aos problemas financeiros da campanha, ao tempo reduzido da candidata na propaganda eleitoral — 1 minuto contra 8 minutos de Lula e 10 minutos de Alckmin — e ao fato de o PSOL ser um partido novo. E descarta que haja problema com o discurso mais à esquerda.

— A dificuldade não é de discurso, mas do meio, da falta de tempo e de dinheiro. A gente tenta compensar com a ação da militância. É uma luta difícil, é moer no áspero, mas vale a pena. Não considero (a queda nas pesquisas) uma ducha de água fria, mas um refluxo.

O coordenador da campanha disse também que na reta final terão prioridade 12 dos 27 estados, onde se concentram 80% da população: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Pará, Distrito Federal e Goiás. Em todos estes estados, os militantes estarão nas ruas para demonstrar a força da candidatura.

— Os militantes vão às ruas desmascarar a farsa das pesquisas que não refletem o que vemos na campanha — disse Martiniano.

Cristovam adotará tom mais agressivo

Raquel Miura*

● BRASÍLIA. Com pouco mais de 1% das intenções de voto nas pesquisas, o candidato do PDT a presidente, senador Cristovam Buarque (DF), decidiu adotar um tom mais agressivo na campanha, para criticar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu governo. Nesta reta final, continuará defendendo a educação, mas detalhará suas propostas em outras áreas, além de reforçar a presença em grandes capitais.

Ontem, no intervalo entre gravações de programas para a propaganda eleitoral, Cristovam convocou entrevista coletiva para acusar que as eleições estão sendo compradas com dinheiro público.

— Estou revoltado porque temos um mês de campanha e já tratam a eleição como decidida. O governo está fazendo gestos demagógicos para ganhar votos, como se comprasse as eleições antecipadamente com dinheiro público — disse Cristovam, antecipando o tom dos seus novos programas eleitorais. — Para isso, o governo adiou diversos benefícios para o último ano de mandato, como o aumento dos servidores, antecipação de salário para idosos e a expansão

do Bolsa Família. Eu tenho a sensação de que estamos vivendo um golpe: dar posse ao presidente antes da eleição estar concluída. E só ver o que eles estão fazendo. O Planalto já discute até quais serão os novos ministros.

O senador afirmou ainda que mesmo os tucanos vivem o clima de eleições já resolvidas:

— O PSDB já pensa e discute as próximas eleições, daqui a quatro anos. Ainda temos um mês de campanha.

Além de endurecer o discurso, o PDT também vai mudar a apresentação de suas propostas no rádio e na TV. A equipe de campanha avalia que Cristovam não pode abandonar a principal bandeira de sua campanha, a educação, mas reconhece que as propostas nessa área não foram suficientes para conquistar o eleitor e fazer a campanha deslanchar.

Cristovam vai insistir que a solução dos principais problemas do país passa por investimentos em educação, mas dará enfoque também a programas em outras áreas, especialmente geração de emprego, investimentos em tecnologia, segurança e combate à corrupção. Na semana que vem ele apresentará um programa com 30 propostas de governo, intitulado “Como fazer”.

— Vamos mostrar que é possível avançar em todas as áreas. O Brasil não pode continuar sendo um país que exporta somente soja e ferro. Vou mostrar como é possível mudar, com a criação de centros tecnológicos, por exemplo. Tenho certeza de que posso crescer nas pesquisas — disse o candidato. ■

(*). Da CBN, especial para o GLOBO

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu é que devo agradecer muito a V. Ex^a.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Não há acordo entre as Lideranças. Em consequência, os itens da pauta ficam adiados.

São os seguintes os itens adiados.

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2006

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 896, de 2006 – art. 336, II*)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, Relator: Senador Romeu Tuma), que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (*Transpetro*) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 363, DE 2006

(*Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.003, de 2006, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a *Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006*.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

(*Dependendo de votação do Requerimento nº 897, de 2006, de urgência*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de

Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(*Votação nominal*)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

(*Votação nominal, caso não haja emendas*)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que

dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(*Votação nominal, caso não haja emendas*)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

8

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 141, DE 1999

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu vou conceder a palavra ao último orador inscrito, ao Senador Pavan, por cinco minutos. Antes, porém, eu gostaria de votar, com o consentimento da Casa, Requerimento nº 952, de 2006, lido no Expediente da presente sessão, que prorroga o prazo de funcionamento da Comissão Especial destinada a planejar e coordenar as comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica prorrogado, portanto, por decisão do Plenário, o prazo de funcionamento da referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Leonel Pavan.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de usar a tribuna hoje em função do ato dos pescadores que aconteceu no dia de hoje, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O Senador Jorge Bornhausen já usou esta tribuna, porém eu gostaria de falar, porque Itajaí é também minha cidade, onde estudei e vivi longo tempo de minha vida na juventude.

Quero também mencionar o que a imprensa de Santa Catarina está relatando: “Denúncia de monopólio da BR Distribuidora”.

Desde as oito horas da manhã de hoje, segunda-feira, 04/09, armadores (proprietários de embarcações pesqueiras), pescadores e indústria da pesca iniciam uma das maiores mobilizações do setor pesqueiro do Brasil. A ação acontece em dois Estados: em Itajaí, Santa Catarina, considerado o maior pólo pesqueiro nacional, e na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, com a adesão de trabalhadores e industriais. Participaram cerca de trezentos barcos de todas as modalidades de pesca (traineiras, emalhe e arrasto) que operam em Itajaí, Florianópolis e Rio Grande.

O escritório regional da Seap/PR (Secretaria Nacional da Pesca da Presidência da República) em Santa Catarina não está expedindo licenças, conforme portaria publicada no **Diário Oficial da União**, para as embarcações de emalhe e traineiras com relação à permissão de pesca. “Estão nos intimidando, mas acredito que nós, do setor pesqueiro, estamos fazendo uma ação democrática”, salienta o Presidente do Sindicato das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região, Antônio Carlos Momm, um dos organizadores, fazendo um relato profundo e mostrando toda a indignação do setor pesqueiro de Itajaí e do Rio Grande do Sul.

A principal pauta de reivindicação é o preço do óleo diesel marítimo, que representa 70% do custeio da pesca. Na região de Itajaí, as embarcações consomem cerca de 42 milhões de litros de óleo diesel/ano, representando 40% do consumo nacional. Segundo o Presidente do Sindipi, Antônio Carlos Momm, as consequências do alto custo do óleo diesel são graves para o setor. A previsão da entidade é que as empresas pesqueiras, trabalhadores e pescadores estão sem futuro com a falta de ações do Governo para o setor.

Com um preço maior e mais alto que o do mercado internacional, fica difícil para os empresários pescadores de Santa Catarina participarem da devida concorrência. Toda a cadeia produtiva é prejudicada, a exemplo de pescados como o filé de merluza, importa-

do da Argentina, onde o diesel custa apenas R\$0,648 o litro e o produtor argentino, ao encaminhar o produto para São Paulo, paga zero de imposto, ao contrário das empresas brasileiras, que, se encaminharem um filé para São Paulo, têm que pagar 22% de imposto, além de ter, no início da cadeia, o alto custo do combustível marítimo aqui no Brasil, cerca de R\$ 1,79 o litro.

“São mais de 50 mil postos de trabalho, diretos e indiretos só em Santa Catarina”, ressalta o Presidente do Sindicato da Indústria da Pesca de Itajaí – Sindipi, Sr. Antônio Momm, que espera que esse protesto conscientize o Governo.

Mais de trezentas embarcações foram paralisadas hoje em Santa Catarina, tentando chamar a atenção do Governo Federal, deste Governo que mente para a população brasileira, a exemplo do que ocorreu no mês de março último, quando o Presidente da República esteve em Itajaí. Durante visita, Lula fez o lançamento oficial, com champanhe e tudo, do Profrota – inclusive, ele tentou estourar o champanhe e não conseguiu. Parece que sabia que não adiantava estourar, porque não vai acontecer a promessa. Tentaram outra forma para estourar a champanha, porque não conseguiram. Havia alguma coisa no ar indicando que ele estava mentindo. Uma inauguração mentirosa! Um engodo, uma traição, uma falsidade!

O Profrota é um programa de renovação da frota pesqueira para todo o País, simbolizado na inauguração. O navio que foi inaugurado é o Paulo Cantídio, numa homenagem a um empresário de Itajaí. Só que o navio símbolo do programa, que teve um custo de em torno de R\$4 milhões, continua sendo bancado pelos próprios armadores, que bancam inclusive o custo do projeto: cerca de R\$15 mil, porque até agora o Governo Federal não mandou nenhum centavo nem para compensar a paralisação que houve em Itajaí. A cidade teve que parar: mudaram o trânsito, colocaramseguranças, aviões de Brasília, helicópteros em todo lugar, Polícia Federal. Todos mobilizados porque o Presidente lá chegou, dizendo que iria liberar R\$4 milhões para a construção do navio.

Sr. Presidente, nenhum centavo até agora! Menti sobre esse programa, mente aos nossos pescadores, aos nossos armadores, que estão concorrendo com preço desleal. Aliás, a concorrência com a Argentina empurra o pescador para baixo, impede que eles concorram em igualdade com a Argentina. Repito: o pescado da Argentina entra no Brasil e vai para São Paulo com imposto zero e com combustível a sessenta e quatro centavos. No Brasil, para nosso pescado chegar a São Paulo, há 22% de impostos, e o preço do combustível beira 1,7%.

Não é possível que este Governo que está aí, reapresentando seu Presidente como candidato à reeleição, continue desta forma: iludindo a população com o Bolsa-Família – e apenas com esse projeto. Todos os outros projetos faliram. Não existiu o Primeiro Emprego, não existiu o Fome Zero, não existe o Banco Popular, não existe nada, exceto o Bolsa-Família.

Estou falando o que está na imprensa. A mobilização é do povo, não é nossa, da Oposição. Já vou lhe conceder o aparte, Senador Flávio Arns.

Vim de Santa Catarina hoje para dizer ao povo brasileiro que nos assiste que faltam poucos dias para as eleições. O Governo está asfixiado, torcendo para que a eleição chegue logo porque, a cada dia que passa, estoura uma nova bomba. Hoje, a imprensa está noticiando que qualquer presidente que se eleger terá de agir duramente, cortar os gastos em tudo, porque o Governo não teve planejamento e não controlou os gastos.

Ano que vem vai ser muito duro para o povo brasileiro, em função do mau planejamento do Governo Federal.

Senador Flávio Arns, a mentira é tão grande que a população brasileira está sentindo agora. Está próxima a eleição, mas muita gente ainda está vivendo pelo canto da sereia, viajando e sentindo que as coisas estão boas. Mas, daqui a alguns dias...

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sou o último orador e, se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de conceder o aparte ao Senador Flávio Arns.

Em mais alguns dias o Governo brasileiro não terá mais condições de sustentar a crise por que este País está passando. Vamos enfrentar uma das piores situações no Brasil daqui para frente. Os jornais estão dizendo que o emprego diminuiu, que as empresas estão ganhando menos, que o custo de vida está mais alto, que está difícil manter as micro e pequenas empresas, as geradoras de emprego, e que está difícil o povo continuar com essa política que o Governo vem plantando em nosso País.

Concedo o aparte ao Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Quero fazer uma observação a V. Ex^a, que, com muito prazer, é meu amigo e representa um Estado pelo qual tenho a maior estima, que é Santa Catarina. Na verdade, existem muitas coisas positivas a favor do povo. Citarei três ou quatro, mas poderíamos enunciar dezenas de coisas positivas. Na área social, o Bolsa-Família atende a 11 milhões de famílias; o Prouni oferece universidade gratuita para 200 mil pessoas; o montante para a agricultura familiar passou de R\$2 bilhões para R\$10 bilhões;

acabaram com os impostos sobre os alimentos da cesta básica; o salário mínimo subiu como nunca antes; a inflação está 4% inferior, pela primeira vez na história ou pelo menos nos últimos anos, ao crescimento do PIB. Muitas coisas boas ocorreram, seja na área econômica, seja na área social, seja na ambiental, e com senso de responsabilidade extraordinário em termos de austeridade fiscal. Infelizmente, o Presidente Lula herdou uma dívida que se aproximava de R\$1 trilhão, com patrimônio público privatizado. Àquela época, a venda do patrimônio poderia ter saldado toda a dívida pública, mas, por não ter sido o recurso destinado ao pagamento da dívida pública, atualmente, pagamos R\$140 bilhões de juros de serviços da dívida por ano. Na verdade, o Presidente Lula recebeu um País desacreditado, com muitos problemas, desorganizado, sem planejamento e fez uma revolução extraordinária. Penso que, com mais quatro anos de Governo, ele fará um trabalho extraordinário de consolidação e, principalmente, de ajuste dos programas. Santa Catarina, que é um Estado que amo também – meus pais são de lá –, tem sido um Estado extremamente beneficiado, independentemente de partido político. Então, é uma visão republicana do Brasil. Há muito tempo não se via isso, mas estão-se estruturando todos os Ministérios ao mesmo tempo. Então, é claro que o Brasil tem problemas e dificuldades. Nem tudo está correto, e muitas coisas podem ser melhoradas. Mas avanços extraordinários foram percebidos, e a população nota esse fato de maneira clara, tanto que 50% votam no Presidente Lula. Obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Flávio Arns, tenho uma admiração muito grande por V. Ex^a e um apreço maior ainda por aqueles que têm coragem de defender dessa forma. E V. Ex^a, que é candidato no Paraná, é homem público respeitado em todo o Brasil, mesmo pela Oposição, em razão de sua firmeza.

Porém, Senador Flávio Arns, em Santa Catarina, na verdade, o Governador Luiz Henrique da Silveira está apoiando Geraldo Alckmin, em protesto, porque o Governo Federal chegou a vetar recursos constitucionais e segurou recursos até a última hora, prejudicando o desenvolvimento de Santa Catarina. Luiz Henrique da Silveira está trabalhando contra o atual Presidente da República até em forma de protesto por não respeitar Santa Catarina e virar as costas ao povo catarinense.

Santa Catarina é o sexto Estado em exportação, o sétimo em arrecadação e é o vigésimo primeiro na redistribuição de recursos. Há um desrespeito, há uma perseguição contra Santa Catarina. Depois, quando

V. Ex^a fala aqui do que o Lula encontrou, coloca uma culpa apenas como se a coisa fosse de agora.

Collor de Mello foi tão contestado pelo Lula, dele se pediu a cassação, o *impeachment*, aqui o condenaram por diversas vezes. Hoje Lula não se envergonha de subir ao palanque com ele. Então, vejam só: diz uma coisa aqui, mas, para buscar votos, diz outra coisa lá.

Essas dívidas do Brasil vêm de muito tempo. Porém, o Lula não se envergonha de subir no palanque com os que as produziram. Condena, mas quer o apoio. E dizer, Senador Flávio Arns, que algumas coisas tinha que fazer? Afinal de contas, o Brasil dobrou a arrecadação, está arrecadando mais, os impostos aumentaram! Até apoiamos algumas coisas que V. Ex^a disse. Quanto à questão do Bolsa-Família, ele pegou os projetos sociais de Fernando Henrique Cardoso, uniu-os e fez um. Esses projetos, esses investimentos nas áreas sociais já existiam há muito tempo. Mas o que acontece? O Governo Federal não investiu em infra-estrutura como deveria. Investiu menos de 20% do Orçamento!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Senador, vou dar mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Dois minutos para finalizar.

Investiu em tapa-buracos sem concorrência, sem fiscalização, sem ser numa obra que tivesse uma durabilidade de cinco, seis ou sete anos. Fizeram tapa-buracos, e as rodovias já estão todas depredadas. Em saneamento, não se investiu nada; em segurança, menos ainda!

No Jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, na coluna “Mercado Aberto”, de Guilherme Barros, está o seguinte: “Lula investiu menos em educação e em saúde que Fernando Henrique Cardoso”. Desmintam Guilherme Barros! Aliás, já tínhamos apresentado esses dados. Investiram menos em educação e em saúde que o último Governo de Fernando Henrique Cardoso – não o primeiro. Imaginem o último Governo dele!

Sr. Presidente, o País passa por uma situação difícil. Dizer que o agricultor familiar recebeu benefícios é tentar tapar o sol com a peneira. O agricultor está passando por dificuldades. Os recursos enviados são ínfimos, poucos, quase nada em relação à importância da agricultura familiar no meu Estado e no Brasil inteiro. O País arrecada mais, e o atual Governo Federal faz menos.

É bom deixar registrado que, até hoje, não houve uma manifestação dura do Presidente Lula para retomar o capital brasileiro na Bolívia, que seqüestrou o capital nacional. Parece que as coisas ficam como estão. Cadê o Presidente para defender o que é nosso?

Parece que a parceria Evo Morales e Hugo Chávez, um perigo para o futuro, continua sem ser tocada pelo atual Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 957, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V. Ex^a para participar do II Foro Parlamentar Iberoamericano sobre “Migrações para o desenvolvimento compartilhado”, no período de 25 a 26 de setembro de 2006, na cidade de Montevidéu, Uruguai, venho solicitar, nos termos do inciso II, a, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportunidade, que estarei ausente do País no período de 23 a 27 de setembro.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2006. – Senador **Roberto Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Obrigado a V. Ex^a.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Valmir Amaral, Flexa Ribeiro e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, uma política de combate à corrupção que não contemple entre os seus mecanismos o de permitir a recuperação do dinheiro desviado dos cofres públicos, será inócuia.

Semana passada os principais órgãos internacionais da organização das nações unidas – ONU – e da união europeia emitiram alerta nessa direção.

Um dos principais especialistas europeus em criminologia, Michael Levi, encabeçando o coro sobre a necessidade de dissuadir os corruptos de continuar sugando a máquina de Estado, afirmou textualmente: “... se não há uma restituição devida do dinheiro desviado, o combate à corrupção não é eficaz”.

Ao analisar o caso específico do Brasil, o Professor Levi destacou a necessidade de promover um treinamento de juízes e procuradores para que saibam o que fazer ao se deparar em casos de corrupção.

Nesse contexto, devemos mencionar uma brasileira que é uma autoridade na matéria e pode dar grande contribuição na busca de soluções inteligentes e factíveis para repatriar o dinheiro desviado.

Estamos nos referindo a Drª Maíra Rocha Machado, Professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

A professora Maíra é autora de importante obra sobre a pulverização de recursos ilegais, incansável pesquisadora sobre os itinerários da lavagem de dinheiro. ela é uma referência altamente qualificada sobre o tema.

Alguns dados pesquisados pela Professora Máira:

Estima-se que entre 2% a 5% do PIB mundial – algo em torno de US\$800 bilhões – passam pelo processo de lavagem todos os anos. calcula-se, também, que 60% do dinheiro existente no mundo encontram-se fora de sua jurisdição nacional.

Em sua peregrinação por órgãos oficiais, a Drª Maíra descobriu, por exemplo, que o Brasil pode levar até 5.005 dias, ou mais de 13 anos, para executar e responder pedidos de autoridades estrangeiras.

A análise foi feita com base em 400 cartas rogatórias que chegaram ao Supremo Tribunal Federal – STF – nos últimos dez anos. como sabemos a rogatória é utilizada pela justiça de um país para solicitar informações à justiça de outro país.

Em 1934, o Ministério da Justiça transferiu para o STF a competência para dar andamento às rogatórias. na reforma do judiciário a competência foi repassada ao Superior Tribunal de Justiça – STJ.

(“Trocou seis por meia dúzia”, afirma a Professora Maíra)

A pesquisa realizada pela Drª Maíra, mostra que um aviso do Ministério dos Negócios da Justiça do Império é documento ainda em uso para rejeitar solicitações formais de autoridades estrangeiras sobre quebra de sigilo bancário ou bloqueio de bens de investigados em operações de lavagem de dinheiro.

Dado: 81% desses pedidos não são atendidos. Apenas 19% receberam sinal verde da mais alta corte pela existência de acordo bilateral entre o Brasil e o país que solicita a medida.

O STF citava expressamente em suas decisões o aviso do Brasil Império, datado de 1º de outubro de 1847, que adverte sobre o caráter executório da rogatória. “que ditas cartas sejam concebidas em termos civis, sem forma ou expressão de ordem imperativa,

sendo excetuadas expressamente as citatórias que versarem sobre objetos criminais”.

Quando um país solicita apenas a citação ou intimação de alguém, o STF tem sido mais acolhedor. o rastreamento mostra que, nesses casos, a corte acata 71% dos pedidos. não é assim quando o pedido é de seqüestro de valores ou mandado de busca. aí vale muito o aviso imperial.

A cooperação internacional dá sinais de avanço por conta de acordos bilaterais firmados pelo Brasil. estão em vigor tratados com Portugal, França, Itália, Colômbia, Peru, Estados Unidos, Coréia do Sul e o Mercosul.

Sem dúvida, esse tipo de acordo encurta o caminho e evita que um pedido caia na tramitação morosa do judiciário. ele permite e regulamenta a assistência jurídica, define o âmbito de aplicação, os tipos de investigação e estipula a autoridade central para recebimento e envio de dados.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de ampliação dos acordos para intensificar o combate à lavagem de capitais. é mister destacar que os acordos bilaterais são uma necessidade, um imperativo porque estabelecem as regras de diálogos entre os países.

Por fim vale ressaltar que o STF foi sensível aos acordos bilaterais, “reconhecendo um novo direito internacional”.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a questão do déficit previdenciário, nos dias atuais, é um dos graves problemas que atravessa o nosso País, afetando a sua perspectiva de crescimento futuro e abalando a credibilidade da Nação junto aos investidores internacionais. Quanto a isso, não restam quaisquer dúvidas.

Recentemente, houve o que alguns chamaram de reforma da Previdência, mas que, em verdade, não passou de um arremedo que sequer tangenciou as mais graves deficiências de nosso sistema previdenciário.

Diante desses fatos, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, conceituada organização cujos trabalhos sempre primaram pela objetividade e clareza, publicou o estudo intitulado **Simplificando o Brasil**, no qual propõe uma ampla e verdadeira reforma, não só da Previdência, mas de todo o sistema público de arrecadação e gestão dos recursos orçamentários, por meio de desoneração das folhas de pagamento, correção das distorções de renda e racionalização dos gastos públicos.

O documento da FIPE é de leitura obrigatória para aqueles que buscam alternativas práticas e sé-

rias para viabilizar, ao longo dos anos, um crescimento sustentado para o Brasil. Seus argumentos são sólidos, e suas propostas devem nos levar a uma detida e consciente reflexão sobre como reestruturar nossos gargalos previdenciário, tributário e trabalhista.

Segundo as propostas do estudo, os benefícios da Previdência passariam a ser financiados com recursos gerais do Tesouro Nacional. Como medida compensatória pela diminuição da arrecadação, seria instituída uma alíquota geral de Imposto de Renda de 17%, limpa e aglutinadora das demais incidências sobre o salário.

Os impactos positivos seriam imediatos: correção no rombo dos gastos públicos, aumento exponencial do número de empregos regulares e o consequente decréscimo da informalidade em nossa economia, melhorando a renda da população como um todo e movimentando a cadeia produtiva, sem gerar inflação.

No geral, infere-se que a reforma proposta pela FIPE se sustentaria em três pilares básicos.

O primeiro seria a instituição de uma renda vitalícia paga pelo Estado aos cidadãos maiores de 65 anos e calculada pelo valor da renda capital averiguada no ano anterior, alcunhada de “renda do idoso”. Tal benefício seria universal e não contributivo, tendo apenas a questão da idade como requisito legal. A segurança social, nessa medida, estaria garantida e consolidada.

O segundo pilar seria a ampliação do atual Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, que não sómente cumpriria suas funções de seguro-desemprego, mas também atuaria como Fundo de aposentadoria, capitalizado para isso. Dessa forma, mantidos sob a guarda do Estado, os recursos do FGTS só poderiam ser sacados em caso de desemprego ou aposentadoria, eliminando outras possibilidades de fazê-lo, como a compra de imóvel.

Por fim, como terceiro pilar, justamente aquele que consolidaria o sistema, ao mesmo tempo moldando-lhe e complementando-o, teríamos a aposentadoria privada. Assim como em qualquer das nações mais desenvolvidas do mundo, a população seria incentivada a fazer a sua própria poupança, garantidora de um futuro estável e tranquilo.

A junção desses três princípios básicos asseguraria uma Previdência inclusiva, financeiramente sustentada e socialmente justa. Poderíamos mesmo afirmar que essa nova Previdência alcançaria uma dimensão macro-reguladora das despesas públicas, servindo como mola propulsora do processo de dinamização de nossa economia, ao possibilitar um maior empreendedorismo nas relações capital-trabalho.

É claro que alguns pontos ou pilares dessas propostas podem soar simplistas, ou extremamente difíceis de ser implementados. Mas elas conseguem o mais importante: inflar o debate sobre a gravidade e a sustentabilidade da estrutura previdenciária nacional e nos incitar a discutir e a pensar sobre o assunto.

Também devemos enaltecer o total e irrestrito respeito ao instituto do direito adquirido, firmado em nossa Carta Magna como garantia fundamental. Qualquer mudança que façamos sem a observância de tal preceito causaria uma incômoda insegurança jurídica e traria graves danos ao já consolidado espírito democrático nacional.

O que não podemos continuar a fazer, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é jogar o lixo para debaixo do tapete, e fingir que a pseudo-reforma que aqui aprovamos no ano de 2003 conseguiu gerenciar a contento o problema.

Pode-se discordar de determinadas propostas contidas no documento da FIPE. O que não resta dúvida é a sua pertinência em propor soluções para os ainda graves problemas estruturais de nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Gasto com Bolsa-Família”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 28 de agosto do corrente.

A matéria destaca que o desembolso com o programa Bolsa-Família deu um salto de 60% em apenas um mês, saindo de R\$597,7 milhões em junho para R\$952,4 milhões em julho, período que coincidiu com a melhora da avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição. O casamento do ano eleitoral com a expansão do assistencialismo pode explicar o bom desempenho do presidente Lula nas pesquisas de intenção eleitoral, assim como a boa avaliação do seu governo.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Gasto com Bolsa-Família sobe 60%

Em apenas um mês, de junho para julho, total dos benefícios saltou de R\$ 597,7 milhões para R\$ 952,4 milhões

Expedito Filho
Fernando Dantas
BRASÍLIA

O desembolso com o programa Bolsa-Família deu um salto de 60% em apenas um mês, saindo de R\$ 597,7 milhões em junho para R\$ 952,4 milhões em julho, período que coincidiu com a melhora da avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, apontada pelos institutos de pesquisa.

No Nordeste, região de maior popularidade de Lula e onde ele obtém maiores intenções de voto, o aumento em julho foi ainda maior, atingindo 93% - de R\$ 245,8 milhões para R\$ 473,8 milhões.

O casamento do ano eleitoral com a expansão do assistencialismo pode explicar o bom desempenho do presidente Lula nas pesquisas de intenção

ses eleitoralmente decisivos, como julho, agosto, setembro e, em caso de segundo turno, outubro.

Almeida frisou que não pode provar que o grande aumento dos desembolsos do Bolsa-Família em julho tenha sido um expediente eleitoral. "O governo sempre pode fazer alegações, como atrasos na confecção dos cartões ou outros problemas do gênero", ele explica.

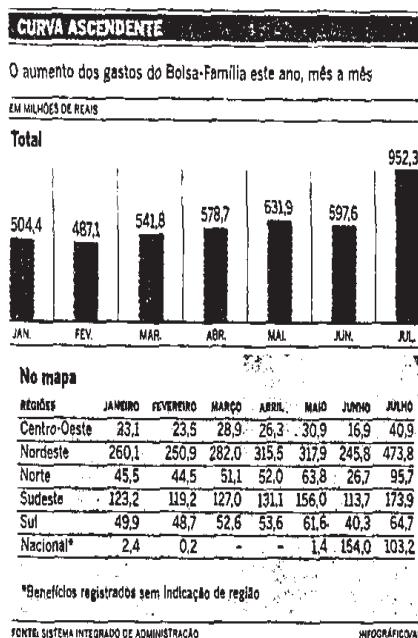
O fato, porém, é que, do momento em que aumentou os recursos no orçamento para o Bolsa-Família de cerca de R\$ 4 bilhões em 2005, para R\$ 8,4 bilhões em 2006, o Congresso - na visão do economista - colocou nas mãos do governo um poderoso instrumento de manipulação eleitoral.

No Nordeste, o aumento em julho foi ainda maior, atingindo 93%

eleitoral, assim como a boa avaliação do seu governo. Os gastos com o Bolsa-Família estão crescendo justamente no período imediatamente anterior à eleição, como explica o economista Mansueto Almeida, assessor do presidente do PSDB, Tasso Jereissati, em trabalho realizado a partir de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Até julho, os benefícios do Bolsa-Família consumiram R\$ 4,3 bilhões, faltando aproximadamente R\$ 4 bilhões para serem despendidos até o fim do ano. Até junho, porém, a média mensal era de R\$ 577 milhões.

A partir daí, a média mensal (para se desembolsar todos os recursos orçados para 2006) atingiu: em 44%, para R\$ 800 milhões, acompanhando me-



FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (SIAFI) DO GOVERNO FEDERAL

INFOGRÁFICO: VAE

Para economista, há forte apelo eleitoral

Transferência de renda pesa mais que grandes obras, diz assessor tucano

BRASÍLIA

A transferência de dinheiro para o bolso dos cidadãos substituiu a contratação de grandes obras como principal instrumento eleitoral nas campanhas. A visão é do economista Mansueto Almeida, assessor

econômico do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e autor do trabalho mostrando que as liberações do Bolsa-Família deram um salto de 60%. Almeida defende mudanças na lei que levem ao controle dos gastos correntes em relação à média até maio.

Para Marcos Coimbra,

do Vox Populi, graças ao programa "o presidente Lula quebra a resistência de um eleitorado dos grotões e das periferias das grandes cidades, formado por mulheres de baixa renda e baixa escolaridade, que resistia a votar nele, mas que, por influência do Bolsa-Família, mudou de idéia e passa a votar".

toriais, para despesas com pessoal, endividamento de Estados e municípios e para os investimentos, que não podem ser iniciados seis meses antes das eleições. "Agora, algum controle sobre os gastos correntes em ano eleitoral tem de ser feito", diz.

O economista nota que, tradicionalmente, era no item "investimentos" que a manipulação eleitoral dos gastos públicos era realizada, com aumento de despesas com obras. "O investimento aumentava muito, era o grande cabo eleitoral, o que fazia sentido na época em que o Brasil não tinha essa rede social montada", diz. Hoje, avalia, "os gastos correntes, quando moe- da eleitoral, são um canal muito

mais rápido, direto e eficiente".

Já no período posterior à promulgação da Constituição de 1988, os gastos correntes começaram a se vincular às transferências, pelos efeitos da aposentadoria rural e do reajuste desse benefício pelo salário mínimo. Mas é a partir de 2000, para Almeida, que o crescimento de programas de transferência de renda - como o Bolsa-Escola e outros, que seriam unificados no Bolsa-Família pelo governo Lula - fizeram com que os gastos correntes se transformassem em potente arma eleitoral.

Ele observa que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação eleitoral já estabelecem limites, ligados ou não a anos elei-

ção a 2005, R\$ 24,8 bilhões, ou 73%, vieram dos gastos correntes. Desse total, os Ministérios da Previdência e do Desenvolvimento Social, principais canais das transferências de renda, responderam por mais de 50%.

FAMÍLIAS POBRES

Hoje, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social, o Bolsa-Família já atinge um número de famílias igual ao de famílias pobres do País. Segundo o MDS, o benefício foi recebido por 11,1 milhões de famílias em julho de 2006. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domésticos (Pnad) de 2004 aponta um total de 11,1 milhões de famílias pobres no Brasil. ■ P.D. • L.F.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Governo favorece filho de Dirceu”, publicada no **Jornal do Brasil** de 24 de julho do corrente.

A referida matéria destaca que a prefeitura de Cruzeiro do Oeste, no Paraná, foi beneficiada, em 2005, com o maior volume de recursos empregados pelo governo federal, entre 30 municípios da região. Coincidência ou não, o prefeito de Cruzeiro do Oeste,

Zeca Dirceu, é filho do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, cujo mandato de deputado federal foi cassado pelo seu envolvimento no escândalo do mensalão.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NEPOTISMO □ Prefeitura de Zeca ganha mais recurso

Governo favorece filho de Dirceu

Lúcio Lambranho

■ BRASÍLIA. Cruzeiro do Oeste, no Paraná, tem 18.068 habitantes e um prefeito chamado José Carlos Becker de Oliveira e Silva. Zeca Dirceu, como é conhecido, leva no apelido o parentesco com o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Coincidência ou não, a prefeitura comandada por ele foi beneficiada, em 2005, com o maior volume de recursos empregados pelo governo federal, entre 30 municípios da região. A União já liberou para a pequena cidade, ainda no primeiro semestre deste ano, R\$ 514.297,20 – bem mais da metade do total do valor destinado para a região: R\$ 720.809,17.

Em 2005, a cidade recebeu mais recursos do que os municípios de Umuarama e Cianorte, com número maior de habitantes. Alto Paraíso, integrante da Associação dos Municípios da Região de Entre Rios – entidade presidida por Zeca – não recebeu um centavo da União.

– Pode ser que os repasses para esses municípios não sejam ilegais, mas não são éticos – diz o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). – Isso mostra a falta de postura ética do PT.

Para Dias, é preciso mudar a sistemática de liberação de recursos do Orçamento a fim de evitar interferência política e o privilégio das prefeituras comandadas pelo partido do governo.

Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), defende o fim da prática de personalização das emendas, e a distribuição dos recursos seria feita com base em critérios técnicos e proporcionais ao número de habitantes.

Para Ziulkoski, em 2004, 2 mil municípios não receberam verba do governo federal. Ele admite que o problema não é só do governo Lula, já que ocorreu também durante a administração anterior.

Estudo da CNM revela que valores pagos das emendas individuais nos últimos três anos somaram R\$ 4,7 bilhões. Desse total, R\$ 3,1 bilhões foram empregados, mas só R\$ 1,2 bilhão pagos até agora. O PT aparece com a maior fatia (17,3%), seguido do PMDB (16,9%).

No governo FHC, outros partidos foram mais beneficiados pelas emendas. Juntas, cinco principais siglas aliadas do governo anterior (PSDB, PFL, PMDB, PTB e PP) ficaram com 85% dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 896, de 2006 – art. 336, II)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 49, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.005, de 2006, Relator: Senador Romeu Tuma), que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em até cinco bilhões e seiscentos milhões de reais, para contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de seus agentes financeiros.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 363, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2006 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.003, de 2006, Relatora: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

(Dependendo de votação do

Requerimento nº 897, de 2006, de urgência)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de

Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

4

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 30, DE 2002

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 66, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador

José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

(*Votação nominal, caso não haja emendas*)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereis-sati.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(*Votação nominal, caso não haja emendas*)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 141, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, que acrescenta o inciso XI ao art. 649 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil

(CPC), dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Parecer sob nº 930, de 2006, da Comissão Diretora, Relator: Senador João Alberto Souza, oferecendo a redação do vencido.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 43 minutos.)

(OS Nº 15033/06)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

4-9-2006

segunda-feira

15:00 – Senhor John Briscoe, Diretor do Banco Mundial para o Brasil

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João ***
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Fº(PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
(Vago) ⁶			1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²⁻⁵	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁷		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(Atualizada em 30.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁵ O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

⁶ O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na Sessão de 15.8.2006.

⁷ A Senadora Serys Shhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

¹ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

²ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.

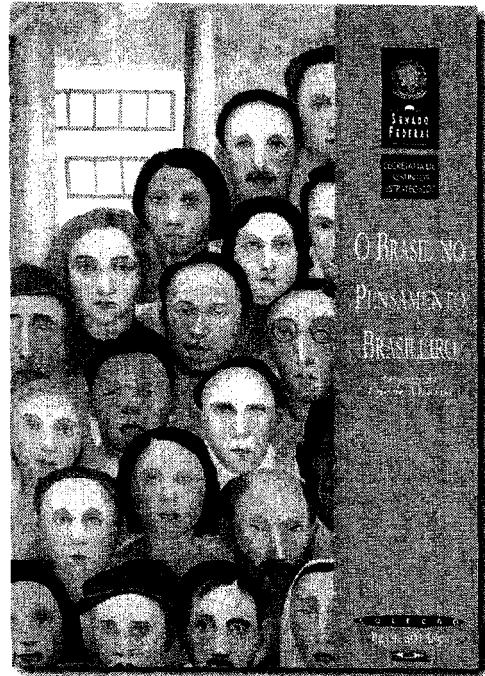


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 160 PÁGINAS